

U. PORTO

incipit³

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2013-14

GIHM

GRUPO INFORMAL DE
HISTÓRIA MEDIEVAL



U. PORTO

think medieval

COORDENAÇÃO DE
DIOGO FARIA & FILIPA LOPES

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2015

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Incipit 3 ***Workshop de Estudos Medievais da Universidade*** ***do Porto, 2013–14***

COORDENADORES

Diogo Faria
CEPESE – Universidade do Porto
IEM – Universidade Nova de Lisboa

Filipa Lopes
CITCEM – Universidade do Porto
IEM – Universidade Nova de Lisboa

Porto, 2015
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978 989 8648 44 0

Apoio:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Ficha técnica

Título: Incipit 3. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2013-2014

Coordenadores: Diogo Faria, Filipa Lopes

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2015

ISBN: 978 989 8648 44 0

Capa: Flávio Miranda

Paginação: Ricardo Dias

Grupo Informal de História Medieval

CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

SUMÁRIO

Lista de autores	vii
<i>Incipit</i>	ix
Elsa Cardoso O modelo da realeza visigoda e o modelo emiral omíada: entre continuidade e ruptura	1
Filipa Santos Território e povoamento no termo de Lisboa entre o período muçulmano e 1321	17
Gonçalo Matos Ramos Horizontes mentais demarcatórios: análise terminológica aos <i>corpora</i> dos Mosteiros de S. Mamede do Lorvão e de S. Vicente da Vacariça (1002-1116)	23
Duarte de Babo Os Correias: uma linhagem da média Nobreza portuguesa – as proximidades à Corte	35
Gianluca Pagani Genova, la Península Ibérica en el Mediterraneo del siglo XIII. Entre economía y política	43
Miguel García-Fernández Hombres, mujeres e instituciones en relación. Reconstruir las redes y marcos de sociabilidad medievales a partir de las últimas voluntades	53
André de Oliveira-Leitão Circulação, redes e percursos dos escolares portugueses na <i>Christianitas</i> durante a Idade Média. Apresentação de um plano de tese de doutoramento em História Medieval	73
Raúl González González ¿Cómo abordar una investigación sobre élites urbanas bajomedievales? Propuestas metodológicas a partir del caso de las ciudades episcopales asturleoneras	87
Álvaro Solano Fernández-Sordo Estudiando la sociedad urbana medieval a través de su territorio: el caso del Alfoz y Puebla de Maliayo (Asturias)	97
Diogo Faria A Chancelaria de D. Manuel I. Apresentação de um projeto de mestrado	113
Ricardo Santos Princípios de desenho e forma na arquitetura portuguesa. O ornamento como elemento de mediação: do plano da fachada para a abertura <i>Incipit</i>	119
Ana Machado Santos <i>Opus lemovicense</i> . Esmaltes de Limoges em Portugal na Época Medieval	133
Sónia Duarte Iconografia Musical na Pintura Retabular e Mural Quatrocentista: Álvaro Pires de Évora, Bernardo Martorell e os ignotos Mestres da Batalha, de Arouca e de Monsaraz	153
Kateřina Hladká Master Hartmann and Ulm at the Beginning of the 15th Century. Between the Middle Rhine and Bohemia	165

José William Craveiro Torres Ainda acerca dos <i>resíduos</i> clássicos do <i>Amadís de Gaula</i>	181
J. Carlos Teixeira Reflexões acerca da dinâmica amorosa na poesia em médio-alto-alemão dos séculos XII e XIII	193
Mafalda Sofia Gomes <i>Das Nibelungenlied</i> : Fantasia do Masculino, ou apontamentos sobre Kriemhild	201

LISTA DE AUTORES

Álvaro Solano Fernández-Sordo

Universidade de Oviedo

Ana Machado Santos

Universidade do Porto

André de Oliveira-Leitão

Universidade de Lisboa

Diogo Faria

Universidade do Porto

Duarte de Babo

Universidade do Porto

Elsa Cardoso

Universidade de Lisboa

Filipa Santos

Universidade de Lisboa

Gianluca Pagani

Universidade de Sevilha

Gonçalo Ramos

Universidade de Lisboa

J. Carlos Teixeira

Universidade do Porto

Kateřina Hladká

Universidade Carolina de Praga

Mafalda Sofia Gomes

Universidade do Porto

Miguel García-Fernández

Universidade de Santiago de Compostela

Raúl González González

Universidade de Oviedo

Ricardo Santos

Universidade do Porto

Sónia Duarte

Universidade Nova de Lisboa

William Craveiro

Universidade de Coimbra

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

INCIPIT

O terceiro volume da *Incipit* inclui dezassete textos apresentados e discutidos nas edições de 2013 e 2014 do Workshop de Estudos Medievais (WEM), organizado pelo Grupo Informal da História Medieval (GIHM) e realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Após seis edições, o WEM consolida-se como um evento regular que, todos os anos, reúne medievistas, em fases muito distintas das suas carreiras, na Universidade do Porto. Este conjunto de artigos reflete duas das principais características destes encontros: a diversidade da origem dos seus participantes (nesta coletânea colaboram autores portugueses, brasileiros, checos, espanhóis e italianos) e a pluridisciplinaridade dos trabalhos debatidos no *workshop* (são dados à estampa ensaios sobre diversas áreas dos Estudos Medievais: História, História da Arte, História da Música e Literatura).

A concretização deste volume foi possível graças ao apoio e à colaboração de diversas pessoas e entidades. Por isso, os seus coordenadores agradecem reconhecidamente: ao Prof. Doutor Luís Miguel Duarte, responsável científico pelo WEM; aos participantes, tanto alunos como professores, nas edições de 2013 e 2014 do *workshop*; ao Ricardo Dias, que nos auxiliou na formatação da obra, e ao Dr. João Emanuel Leite, que viabilizou a sua publicação na Biblioteca Digital da FLUP; à direção do Mestrado em Estudos Medievais da FLUP, que sempre colaborou nesta iniciativa; à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, à Reitoria da Universidade do Porto, ao Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», ao Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, ao Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa e à Associação de Estudantes da FLUP, que têm apoiado financeiramente a realização destes encontros.

Porto, março de 2015

Diogo Faria
Filipa Lopes

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

O modelo da realeza visigoda e o modelo emiral omíada: entre continuidade e ruptura¹

Elsa Cardoso
Universidade de Lisboa

Resumo

O artigo aborda a transição do mundo visigodo da Península Ibérica – representado pelo Reino de Toledo – para o mundo muçulmano, após a conquista de 711. Tomando como exemplo o emirado omíada independente do al-Andalus, pretende-se um estudo comparativo, ainda que preliminar, entre os costumes da corte emiral omíada de Córdoba e aqueles em uso na corte visigoda do Reino de Toledo. Para tal, recorre-se à *Isidori Historiae* de Isidoro de Sevilha, ao *Chronicon* de João de Biclaro e à *Crónica Moçárabe de 754*, para o período visigodo, e, para o período muçulmano, ao *al-Muqtabis fi Tarikh al-Andalus* de Ibn Hayyan e aos *Akhbar Majmua'* e *Nafhu at-Tib min Ghosni al-Andalusi ar-Ratib wa Tarikh Lisan ad-Din Ibn al-Khatib* de al-Makkari. Assim, o artigo concentra-se na comparação dos modelos de realeza presentes nos dois poderes ibéricos e, principalmente, no que respeita às instituições administrativas e ao cerimonial de corte – facto pelo qual se utilizará, no que diz respeito ao período muçulmano, o emirado de Córdoba, já que o período dos governadores não constitui um modelo de realeza.

Abstract

The article “The Visigoth royal model and the Umayyad Amirate model: continuity and disruption” discusses the transition from the Visigoth world of the Iberian Peninsula - represented by the Kingdom of Toledo - to the Muslim world after the conquest of 711. Taking as example the independent Umayyad Amirate of Al-Andalus, it is intended a comparative study, although preliminary, between the traditions of the court of the Umayyads, and those customary for the Visigoth court of the Kingdom of Toledo. For this purpose the following sources will be referred to: the *Isidori Historiae* by Isidore of Seville, the *Chronicon* by John of Biclaro and the Mozarabic Chronicle of 754, for the Visigoth Kingdom, and for the Muslim rule, *al-Muqtabis fi Tarikh al-Andalus* by Ibn Hayyan, the *Akhbar Majmua'* and *Nafhu at-Tib min Ghosni al-Andalusi ar-Ratib wa Tarikh Lisan ad-Din Ibn al-Khatib* by al-Makkari. Therefore, the article focuses on the comparison of royalty models prevailing in both Iberian powers, especially in regards to the administrative institutions and the court ceremonial – thus taking the model, for the Muslim rule, the Umayyad Amirate given that the years under the Arab governors cannot be regarded as a royalty model.

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar urge salientar que este artigo deve ser entendido como um ensaio preliminar, sendo parte integrante da investigação de mestrado da autora, ainda em curso.² À luz disto, a questão que aqui nos interessa explorar é aquela que diz respeito à transição do mundo visigodo da Península Ibérica, representado pelo Reino de Toledo, e o mundo muçulmano que conquista este território no ano de 711, através da sua evolução para o emirado omíada independente do al-Andalus. Não se trata tanto de percebermos até que ponto sobrevivem as aristocracias visigodas e hispano-romanas por intermédio dos pactos com os conquistadores – facto já conhecido e estudado³ – mas antes de entrever quais os costumes e modelos da corte de Córdoba omíada, do período emiral, que estejam em relação com aqueles em uso na corte visigoda do Reino de Toledo,

¹ Artigo apresentado no dia 4 de Abril de 2014 no âmbito do *Workshop de Estudos Medievais* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Tese de mestrado intitulada *A Diplomacia e a Orientalização da Corte de Córdoba (sécs. IX-X)*, orientada pelo Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes e registada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

³ Eduardo Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas: los Omeyas y la Formación de al-Andalus* (Barcelona: Crítica, 2006).

principalmente no que diz respeito às instituições administrativas, cerimonial de corte, bem como aos atributos do poder real e aos seus símbolos.

Selecionei três fontes cristãs (*Isidori Historiae*, Crónica de João de Biclano e Crónica Moçárabe de 754) e duas fontes muçulmanas (*Akhbar Majmua'* e *Muqtabis II-1*), sendo que através do levantamento das situações relevantes para o presente trabalho, cotejá-las-ei. Subscrevendo as considerações de Julio Campos – que diz, em relação à Crónica de João de Biclano, que os relatos são de “stilo brevi, escueto y árido” – e alargando-as às outras fontes para o período visigodo que aqui se citam, apoiar-me-ei particularmente na bibliografia escolhida para o tema, confrontando-a igualmente com as situações semelhantes na bibliografia que respeita ao período muçulmano.

Apesar das monarquias cristãs ibéricas legitimarem o seu poder – conseguido após a chamada *reconquista* – por intermédio da associação linhagista a um longínquo poder visigodo, P. D. King diz-nos que a história dos visigodos na Península Ibérica era vista muitas vezes como isolada da Idade Média, sendo que então também não era percebida como parte integrante da Antiguidade.⁴ Processo semelhante parece sofrer o prolongado episódio muçulmano ibérico que, não só é frequentemente olhado como externo a todos os desenvolvimentos que o sucedem, mas igualmente aparece relegado pela historiografia tradicional a um plano isolado da restante Idade Média na Ibéria, cujo início é colocado após a *reconquista*. Evidência e fruto disso mesmo é a separação em diferentes cátedras dos estudos medievais e dos estudos árabes/muçulmanos.

Mais recentemente, Eduardo Manzano sintetizou a visão historiográfica, em relação à conquista muçulmana, em duas grandes vertentes: aquela defendida pelos “continuistas” – que afirma que a conquista muçulmana pouco afectou a sociedade indígena – e a que sustentam os “rupturalistas” – teoria que prefere ver na conquista um corte histórico que pressupõe o aparecimento de uma sociedade totalmente distinta da sociedade visigoda.⁵ Optarei no presente ensaio pela visão de Eduardo Manzano, por também me parecer redutor a adopção de termos e ideias que foram determinados como extremadamente opostos e que insistem em negar-se mutuamente. De facto, a complexidade do processo que a conquista despoleta não permite à historiografia conceber posições que deveriam opor-se necessariamente, exactamente por se tratar de uma transição.

MODELOS ADMINISTRATIVOS

Apesar de no presente artigo não caber a discussão sobre a importância dos pactos entre os conquistadores e a aristocracia autóctone, parece-me importante começar por sublinhar que sem estes, as grandes hierarquias militares muçulmanas não teriam conseguido um controlo territorial efectivo, controlo esse que a aristocracia autóctone possuía, facto já anteriormente defendido por Eduardo Manzano.⁶ Por intermédio destas aristocracias consegue-se não apenas o controlo territorial/militar, mas também, e mais importante, a cobrança de impostos.

Com efeito, os títulos da corte e a sua subsequente função são adoptados pelas elites muçulmanas e pela nova administração a partir do momento da conquista. Apesar de pretendermos tratar apenas o período emiral – porque só este modelo de realeza poderia ser comparado ao visigodo, ficando assim excluído o período pouco documentado e desordenado dos conquistadores/governadores – são os primeiros conquistadores que, vindo posteriormente a formar os quadros administrativo-militares do período emiral, transmitem à linhagem omíada, então de modelo essencialmente sírio-bizantino, aquela parte do legado visigodo.

Ambas as dinastias, ainda que tenham constituído construções sociais, políticas e religiosas bastante distintas, partilham de características que revelar-se-ão fulcrais

⁴ P. D. King, *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, trad. M. Rodríguez Alonso (Madrid: Alianza Editorial, 1981), 12.

⁵ Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 14.

⁶ *Ibid.*, 19.

para ambas, no que diz respeito à sua construção ideológica e à estruturação da administração do estado. Faz notar Luis Garcia que a realeza visigoda congregava em si um carácter misto, que oscilava entre a realeza militar de carácter electivo e o prestígio da antiga realeza sagrada que permitia a formação de dinastias duradouras, carácter misto que surge devido à sua expansão.⁷ É interessante verificar que a dinastia omíada de Córdova tinha esta mesma natureza, sendo que como dinastia que proclamava os seus laços familiares sagrados com o Profeta Muhammad, expandir-se-á e governará também fora do seu berço originário, construindo assim uma identidade mista. As duas dinastias partilham assim de uma antiga memória de natureza tribal, natureza esta que se reporta ao período anterior à sua expansão. José Orlandis, tratando dos antecedentes do Reino de Toledo, diz-nos que ainda no Reino de Tolosa é possível que perdurasse a memória das velhas relações tribais germânicas,⁸ parecendo por isso sublinhar o seu carácter já meramente identitário, inscrito apenas na memória. O mesmo processo parece ter sofrido a sociedade dos conquistadores muçulmanos da Península, de acordo com a opinião de Eduardo Manzano, que afirma que somente um exército de um império centralizado, como o era o do califado omíada de Damasco, bem organizado e com uma já então desenvolvida hierarquização social, poderia ter conseguido estas conquistas.⁹ Manzano, frente à ideia comumente aceite que pretende ver no al-Andalus uma sociedade conquistada por intermédio de clãs tribais, “como si de una *Völkerwanderung* se tratara”¹⁰ – propostas que pretenderam colocar a conquista muçulmana na mesma vaga de conquistas da Antiguidade Tardia dos chamados povos bárbaros de origem germânica – propõe uma perspectiva completamente oposta, sendo que esta “tribalidade” fica relegada a um plano ideológico e retórico, que fazia também parte da sua “arabidade”, legitimando o seu poder através da mensagem religiosa que transportavam.

Estas relações tribais estavam claramente ligadas às relações de fidelidade/clientelares existentes no seio das sociedades visigoda e omíada. No caso dos visigodos é à volta da velha aristocracia de sangue que se agrupam estas clientelas, que chegam a formar autênticos séquitos militares, ligados aos seus senhores por laços de fidelidade.¹¹ P.D. King diz-nos que estas relações foram um meio de poder, proveito e prestígio para o patrono e de proveito e protecção para o cliente, o que muitas vezes constituía uma ameaça ao poder central, pois quando um *potentior* ocupava igualmente um alto cargo no serviço palatino, já nem o trono real estava longe das suas aspirações.¹² Esta aristocracia chega a atingir um tal poderio devido aos laços de dependência pessoal – sendo que por sua vez eram também clientes do rei visigodo – que detinham o poder real nas comarcas que governavam, situação fragmentária que culmina com a conquista muçulmana.¹³ Estas relações clientelares, existentes entre os visigodos, aparecem também adoptadas dentro do Império Romano, sendo que alguns destes reis *bárbaros* recebiam do próprio imperador o título real, submetendo-se estes últimos ao poder romano, como tributários, mantendo uma relação de clientela com o imperador.¹⁴

Estes laços de fidelidade pessoal, já existentes na Arábia pré-islâmica, parecem continuar a estruturar o poder central e a aristocracia ibérica reunida em torno do emir do al-Andalus. Aliás, são exactamente estes laços clientelares que permitem a ‘Abd ar-Rahman bin Marwan (I), apodado de *ad-Dakhil* (O Imigrado), a instituir o seu poder no al-Andalus, já que são os clientes da dinastia omíada de Damasco que, então desligados do poder central que os abássidas usurpam ao destronarem os omíadas, lhe facilitarão a entrada na Península. Mohamed Meouak diz-nos que a ascensão dos emires omíadas ao

⁷ Luis García, *Historia de España Visigoda* (Madrid: Cátedra, 1989), 307.

⁸ José Orlandis, *Historia del Reino Visigodo Español* (Madrid: RIALP, 1988), 234.

⁹ Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 18.

¹⁰ *Ibid.*, 18.

¹¹ Orlandis, *Historia del Reino Visigodo Español*, 234.

¹² King, *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, 213-214.

¹³ Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 32.

¹⁴ García, *Historia de España Visigoda*, 308.

trono estava estreitamente ligada à legitimidade que este representava em relação a esses *muwalladun*.¹⁵

No caso dos povos germânicos também estas relações clientelares reportavam-se já a um período anterior ao da sua expansão. De acordo com Luis Garcia, citando por sua vez Tácito, está documentada a existência entre os povos germânicos de *nobiles*, dos quais se destacavam os *princeps*, pela posse de séquitos de homens-livres, unidos ao primeiro por laços de juramento de fidelidade.¹⁶

Tudo indica que os antigos clientes da dinastia visigoda tenham passado às redes de clientela dos omíadas, como podemos perceber através dos pactos e das famílias *muwalladun* – de origem ibérica e não árabe – que se mantêm como governadores de províncias.

Era em torno de uma aristocracia de sangue (*seniores gothorum ou seniores totius gentis*), posicionada hierarquicamente logo a seguir às estirpes reais, que se agrupavam também em redes clientelares.¹⁷ Esta aristocracia de sangue distinguia-se daquela aristocracia do *Officium Palatium*, aristocracia que não podia ser identificada com a antiga nobreza goda.¹⁸ Esta aristocracia desenvolve-se substancialmente a partir do reinado de Leovigildo, que leva a cabo uma grande reforma administrativa e do poder central, dando lugar a uma nova organização desta oligarquia. Percebe também este monarca que a aristocracia, ao gozar de extensos privilégios, colocaria em perigo a legitimidade do poder central, pois “a todos los que vio que eran poderosos, o les cortó la cabeza, o los proscribió, privándoles de sus bienes”.¹⁹ É aliás sob o reinado de Leovigildo que a corte do reino visigodo se torna verdadeiramente uma corte formal, podendo ser comparada à orientalização que sofre a corte de ‘Abd ar-Rahman II. Enquanto Leovigildo adopta modelos imperiais tardo-antigos, reorganizando a administração de acordo com o modelo bizantino, ‘Abd ar-Rahman II irá preferir um modelo oriental, mas seguindo a corte abássida de Bagdad. Contudo, as relações com Bizâncio na época do emir ‘Abd ar-Rahman II são conhecidas e documentadas, existindo por isso trocas culturais entre as duas cortes. É aliás este monarca que recebe a primeira embaixada bizantina em Córdova.

De facto, Leovigildo reorganiza a Chancelaria visigoda adoptando modelos bizantinos, respondendo os funcionários desta chancelaria a um Conde dos Notários, gabinete da chancelaria que deveria existir dentro do palácio, encarregue da emissão de documentos régios, que deveriam seguir um protocolo específico, tal como acontecia na corte de Bizâncio.²⁰ Constrói-se assim em simultâneo uma aristocracia exclusivamente de serviço, sem qualquer traço de nobreza, sendo que muitos dos funcionários subalternos deste serviço eram escravos e propriedade da coroa,²¹ unidos ao monarca por laços de fidelidade e que pela sua condição servil não poderiam, hipoteticamente, alimentar pretensões ao trono.

Também no emirado omíada de Córdova desenvolve-se uma grande hierarquização aristocrática, onde a aristocracia de sangue se diferenciava da aristocracia do oficialato palatino e onde, de acordo com Eduardo Manzano, os laços de consanguinidade serviam apenas para nutrir tratados de genealogia.²² De facto, existia na corte de Córdova uma divisão clara entre aristocracia (*khassa*) de sangue e aristocracia do oficialato palatino. A aristocracia de sangue, denominada como omíadas ou marwanidas, mas também Banu Quraysh, cujo estatuto provinha dos seus auto-proclamados laços familiares com a família do Profeta Muhammad, destacava-se acima

¹⁵ Mohamed Meouak, *Pouvoir souverain, administration central et élites politiques dans l’Espagne ummayyade (IIe-IVe/VIIIe-Xe)* (Helsinki: Academia Scientiarum Fennica, 1999), 23.

¹⁶ Garcia, *Historia de España Visigoda*, 300.

¹⁷ Orlandis, *Historia del Reino Visigodo Español*, 234.

¹⁸ *Ibid.*, 237.

¹⁹ Isidoro de Sevilla, *Las Historias de los Godos, Vándalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*, trad. Cristóbal Rodríguez (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Archivo Historico Diocesano, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Leon, 1975), 259.

²⁰ García, *Historia de España Visigoda*, 330.

²¹ *Ibid.*, 331.

²² Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 212.

de todas as outras pela sua *nobreza*. Ao não desempenharem funções administrativas, recebiam contudo grandes estipêndios do poder central, bem como concessões, sendo sempre as personalidades de destaque que ocupavam, de acordo com o protocolo em uso pelos omíadas, os primeiros lugares em recepções de embaixadas ou festas religiosas.²³

É a partir do reinado de ‘Abd Allah que esta aristocracia de sangue não será nomeada para qualquer cargo de chefia no exército ou nos governos das províncias,²⁴ o que revela a enorme volatilidade do poder, sendo que o próprio emir ‘Abd Allah teria chegado ao poder através do assassinato do seu antecessor e irmão, al-Mundhir.

É contudo o emir ‘Abd ar-Rahman II que institui as “hierarquias dos magistrados do governo” ou “hierarquias do serviço administrativo” (*maratib al-khidma*) e os “rangos do serviço administrativo” (*manazil al-khidma*), consagrando-se assim a existência de um sistema hierárquico dos cargos do governo.²⁵ É por isso com este emir que começam a ser introduzidos modelos orientais da corte abássida de Bagdad, sendo que até então seguir-se-ia um modelo mais antigo, já adoptado pelos omíadas de Damasco, associado ao modelo imperial de Bizâncio – tal como os visigodos o fazem, especialmente sob a égide de Leovigildo. Ibn Hayyan noticia no *Muqtabis II*²⁶ algumas das reformas administrativas que este emir institui, sendo que, obviamente, em nenhum momento as associa a modelos abássidas, por isso poder significar uma *des-sacralização* do poder e legitimidade omíada – poder assente no al-Andalus depois dos abássidas destronarem o então califa de Damasco, assassinando a linhagem masculina desta família. Contudo, o fascínio e os louvores dedicados a tudo aquilo proveniente do mundo abássida, principalmente da corte de Harun ar-Rashid, são evidentes noutras passagens do *Muqtabis II*.²⁷ Tal é o caso do colar de ash-Shifa, que o emir havia conseguido para a sua preferida e que havia pertencido à esposa do califa Harun ar-Rashid.

É ‘Abd ar-Rahman II que institui a comparência diária dos vizires no Alcácer de Córdoba, com o objectivo de se informar da condução dos assuntos de estado, destinando uma sala do seu palácio para este propósito e que fica conhecida como *Bayt al-Wizara* (“Casa do Ministério”), onde se sentava num estrado e recebia os seus vizires. Meouak diz-nos que estes vizires estariam investidos de diversas prerrogativas, sendo que os verdadeiros responsáveis pelos serviços que encabeçavam eram aqueles que constituíam a chamada “Secretaria do Vizirato” (*Kitaba li-l-Wizara*).²⁸ Ibn Hayyan transmite-nos igualmente que o emir reforça a sua administração central com nomeações de novos vizires, que tomam funções como a de *hajib* (mordomo) ou a de secretário (*katib*),²⁹ rodeando-se o emir de uma classe aristocrática do oficialato palatino da sua confiança.

Cria assim uma chancelaria bem estruturada e hierarquizada, tal como já havia sido feito na Península por intermédio de Leovigildo, e como já atrás referido, pela vaga de orientalização *bizantinizante* da Península. Percebemos pela narrativa que esta chancelaria, denominada *Bayt al-Kitaba*, estaria cada vez mais hierarquizada, através da nomeação de novos vizires que começam a assumir funções administrativas mais específicas, ficando encarregues de cargos como o de supervisão desta Chancelaria. Um desses cargos é o, já atrás mencionado, de *katib*. Poderíamos fazê-lo corresponder ao cargo de Conde dos Notários – adoptado na Península por Leovigildo e tomado da corte de Bizâncio.

Em ambos os poderes, as cortes constituíam o órgão central do governo. Diz-nos P. D. King que não conhecemos muito acerca do funcionamento da corte visigoda ou dos seus funcionários, mas sabemos sim quais os seus títulos, que são transmitidos pelas

²³ Joaquin Vallvé, *Al-Andalus: sociedad e instituciones* (Madrid: Real Academia de la Historia, 1999), 219.

²⁴ Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 204.

²⁵ E. Lévi-Provençal, “España Musulmana: hasta la caída del Califato de Córdoba,” in *Historia de España*, ed. Ramón Menéndez Pidal (Madrid: Espasa-Calpe, 1963-1966), 4: 165; Meouak, *Pouvoir souverain*, 31.

²⁶ Ibn Hayyan, *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarraḥmān II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, trad. Mahmūd ‘Alī Makki e Federico Corriente (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001), 178-186.

²⁷ *Ibid.*, 180-181.

²⁸ Meouak, *Pouvoir souverain*, 62.

²⁹ Ibn Hayyan, *Muqtabis II-1*, 183-184.

listas dos Concílios de Toledo.³⁰ O mesmo acontece com as fontes de época muçulmana, pois os cronistas de corte, e especificamente Ibn Hayyan, transmitem-nos listas de nomeações e destituições, sendo que muitas vezes só nos transmite as suas funções de uma maneira breve ou em relação a uma situação específica. Por isso mesmo, estas listas, existentes principalmente para uma época que aqui não se pretende tratar, a califal, constituem documentos fulcrais para o estudo da hierarquia das funções da corte emiral, ainda que à primeira vista nos apareçam como fastidiosas ou sem utilidade.

Esta aristocracia de oficialato visigoda era denominada como *maiores palatii*, membros constituintes do *palatinum officium*, sendo que esta última expressão serviria para designar todos aqueles que estivessem ao serviço directo do rei, incluindo os escravos do palácio.³¹ Estes funcionários palatinos distinguir-se-iam entre si por ordem de precedência e importância. Distinguiam-se essencialmente aqueles que faziam parte dos *nobiles* e/ou *primi palatii* e os que eram chamados de *mediocres palatii*, que não eram mais do que funcionários inferiores na oligarquia palatina.³² Assim, o “Ofício Palatino” era o organismo administrativo superior, em colaboração directa com o rei, estando dividido em várias secções, à frente de cada qual estava um “varão ilustre” que recebia o título de *comes* – *comes thesaurorum*, *comes patrimoniorum*, *comes notariorum*, *comites cubiculariorum* ou *comes stabuli*.³³ A cada um destes títulos, corresponderia pois uma função determinada na administração central, ainda que seja fulcral sublinhar, tal como já o fez P. D. King, que estas nomeações só existiam em virtude da relação pessoal que cada nomeado gozava em relação ao monarca.³⁴ O mesmo se passava na corte omíada – ou em qualquer corte medieval – sendo que a estas funções específicas da alta administração do estado, poderiam corresponder o título de vizir, *wazir*. Ressalta interessante que no Norte cristão, principalmente a partir da época das taifas, o título/cargo de *comes* confundir-se-á com o de *wazir*, sendo que *alvazil* designaria um *comes*, ou vice-versa. Esta designação resultaria de um entendimento na Hispânia, muçulmana e cristã, do cargo de vizir como equivalente ao de *comes*.

De facto, no Oriente islâmico era usual o soberano abássida possuir apenas um vizir, que na hierarquia da corte estaria imediatamente abaixo do poder califal. Contudo, este cargo no al-Andalus adoptará uma *originalidade hispânica*,³⁵ quiçá resultante da adopção da administração tardo-antiga visigoda aquando da conquista muçulmana da Hispânia. Os emires de Córdova tomam diversos vizires simultaneamente, associando o vizirato de cada um a uma função mais específica. Contudo, o cargo de vizir no al-Andalus toma traços cada vez mais associados a um carácter de dignidade. O vizir era consequentemente entendido como uma personagem que desempenhava funções de conselheiro do emir ou seu colaborador directo, pois o soberano delegava nele parte do seu poder.³⁶ Apercebemo-nos por isso que esta nomeação dependeria fortemente também da relação pessoal que o nomeado tinha com o soberano omíada. Consequentemente, o número de vizires não era fixo, cabendo a cada emir nomear aqueles que desejasse.

Esta originalidade no cargo do vizirato traduz-se também no uso do cargo do *hajib*. O *hajib* do al-Andalus desempenhará as mesmas funções que desempenharia no Oriente abássida o *wazir*, como ministro principal do soberano muçulmano.³⁷ O *hajib* seria, no emirado omíada de Córdova, o colaborador directo do príncipe, colocado hierarquicamente imediatamente abaixo deste. Esta delegação da quase totalidade do poder do soberano na figura do *hajib* irá, como sabemos, levar ao fim do poder real do califa com Hisham II, califa fantoche, sob a influência de Ibn Abi Amir, mais conhecido por al-Mansur.

³⁰ King, *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, 72.

³¹ *Ibid.*, 73.

³² Orlandis, *Historia del Reino Visigodo Español*, 226.

³³ *Ibid.*, 158.

³⁴ King, *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, 75.

³⁵ Meouak, *Pouvoir souverain*, 58.

³⁶ *Ibid.*, 59.

³⁷ *Ibid.*, 63.

Vale a pena determo-nos na raiz da palavra que origina o participio activo (*ism al-fa'íl*) *hajib*. A sua raiz é h.j.b., que significa ocultar, cobrir, tapar. Por isso mesmo, no mundo abássida o *hajib* seria aquele que estava entre o califa e aqueles que pretendiam uma audiência,³⁸ sendo que o mordomo anunciava-os e introduzia-os na câmara real. Através desta medida de segurança que pretendia a protecção do soberano face ao espaço exterior, origina-se esta característica protocolar no cerimonial de corte, onde o califa se oculta cada vez mais aos olhos do povo.

Este cargo estava também em uso na Europa cristã tardo-medieval, sendo o exemplo mais emblemático o da dinastia carolíngia, fundada por Carlos Martel, mordomo da corte merovíngia, que aliás derrota as forças muçulmanas em 732 em Poitiers.

Quanto aos cargos fora do centro palatino, os principais postos da administração visigoda eram os de *comes civitates* e de *dux provinciae*, cujo poder estaria acima do de conde, constituindo por isso um governador provincial. Joaquín Vallvé vê nestes dois cargos administrativos visigodos os embriões daqueles postos que serão instituídos, ou melhor, herdados pela administração muçulmana. Segundo o historiador, as três primeiras instituições administrativas que surgem na Hispânia Muçulmana são as do *Sahib al-Madina* (zalmedina), do *Qa'id al-Kura* e do *Qadi*, todos eles herdeiros directos dos cargos visigodos do *comes civitates*, *dux provinciae* e *judex*, respectivamente.³⁹ Assim, estas instituições administrativas, cruciais para o controlo territorial que o poder central exercia através dos seus agentes provinciais e governadores, teriam somente alterado o nome do latim para o árabe, traduzidos os cargos, não só linguisticamente falando, mas também em efeitos práticos. Tal como no mundo visigodo, estes cargos eram atribuídos aos *fideles regis*, através da rede de clientela, redes que serão igualmente fulcrais para a manutenção, extensão e cimentação do poder muçulmano, tendo em atenção que, através da conversão, muitos destes *muwalladun* exercerão o poder em nome do soberano, jurando-lhe fidelidade.

Joaquín Vallvé, partidário da visão “continuista”, diz-nos também que a *res dominica* visigoda perdurará no al-Andalus sob o nome *Safaya al-Mulk*, ou património real, estando ligada à *Khassiyat Bayt al-Mal*, ou tesouro privado da coroa.⁴⁰ Tal como no reino visigodo de Toledo, também no al-Andalus se fazia a distinção entre o tesouro privado do monarca e o tesouro público.

Importa também destacar que o quadro da administração territorial visigodo era por sua vez herdado do Baixo-império,⁴¹ sendo que as circunscrições territoriais romanas da Península perduraram não só durante o Reino de Toledo, mas também durante o período muçulmano.

LEGITIMAÇÃO E SACRALIZAÇÃO DO PODER: CERIMONIAL E ATRIBUTOS DO PODER

Manuela Marín diz-nos que o elemento regulador mais significativo na sociedade muçulmana do al-Andalus é, como já antes ficou aqui referido, o estabelecimento de laços pessoais de lealdade e de parentesco, modelo de intercâmbio social pelo qual se forjam as redes clientelares.⁴² Assim, estas lealdades espelhavam-se também, no exercício do poder e na sua legitimidade, pois o emir quando ascendia ao trono recebia o juramento pessoal de todos os membros da corte. É por isso que o poder está assente neste juramento e na lealdade que este representa e, conseqüentemente revela a volatilidade do poder evanescente⁴³. Acerca do mesmo tema, no que respeita ao período

³⁸ Ibid., 65.

³⁹ Vallvé, *Al-Andalus*, 98.

⁴⁰ Ibid., 94.

⁴¹ Orlandis, *Historia del Reino Visigodo Español*, 159.

⁴² Manuela Marín, *Al-Ándalus y los andalusíes* (Barcelona: Icaria, 2000), 45.

⁴³ Expressão usada por Miquel Barceló, que se refere à figura do califa omíada do al-Andalus como “califa evanescente”, não só devido à ocultação da figura do soberano, mas também devido ao poder que representava estar assente em bases de legitimidade que poderiam quebrar-se facilmente. Ver Miquel

visigodo da Península, P. D. King sublinha que a lealdade de um *fideles regis* referia-se a um rei em concreto, cujo sucessor poderia não ser seu filho, e apesar de na prática se presumir que muitos clientes passavam ao serviço do soberano sucessor,⁴⁴ esta fidelidade era também muito instável, o que, como já mencionado antes, irá culminar com o processo de desagregação do poder central visigodo, mesmo antes da conquista muçulmana. Como também já ficou explícito atrás, estas relações de fidelidade pessoal, em ambos os casos, estavam intrinsecamente associadas a uma memória colectiva de natureza tribal.

Estas relações de fidelidade traduziam-se também num complicado cerimonial de corte. Ibn Hayyan dá-nos notícia da cerimónia de juramento ou *bay'a*, que é prestada ao emir 'Abd ar-Rahman II, após a morte do seu pai, al-Hakam I. Nesta, enquanto o emir permanecia sentado no seu estrado, o seu *hajib*, 'Abdalkarim b. 'Abdalwahid b. Mugit, recebia o juramento em nome do emir. Ibn Hayyan, por ordem de precedência, diz-nos que o mordomo toma o juramento primeiro dos irmãos do emir, em seguida dos restantes familiares, aos quais se sucediam os quraychitas da capital.⁴⁵ Só depois de receber este juramento por parte daqueles que pertenciam à família do emir e à tribo do Profeta Muhammad, é que os altos cargos da corte, pertencentes às famílias que formavam a aristocracia do oficialato palatino, tomavam parte desta cerimónia, também por ordem de importância. Primeiro eram os vizires que juravam a sua fidelidade e depois os alfaquis, secretários e restantes servidores do palácio, sem que faltasse algum a este juramento. Diz-nos Joaquín Vallvé que esta ordem de precedência instituída em relação aos qurayshitas fazia parte do protocolo da corte, sendo que estes, nas ocasiões solenes de festas religiosas ou aquando da recepção de uma embaixada, ocupavam os primeiros postos.⁴⁶

Este protocolo, de acordo igualmente com o que nos transmite Ibn Hayyan, é organizado e instituído pelo emir 'Abd ar-Rahman II, que "fue el primero que introdujo la pompa en el califato en Alandalús, organizando el protocolo real y absteniéndose del roce con la plebe".⁴⁷ Contudo, Ibn Hayyan, sublinha que esta pompa era herdada directamente dos antepassados omíadas de Damasco do emir 'Abd ar-Rahman II, não mencionando assim a influência que a corte oriental de Bagdad exerce precisamente durante o reinado deste emir – acto que se entende não só do ponto de vista da legitimidade, mas também do ponto de vista da propaganda, pois desacreditar-se-ia a dinastia instituída por 'Abd ar-Rahman ad-Dakhil se se assumisse plenamente o papel que os modelos abássidas teriam na Península. Pedro Chalmeta, contudo, é adepto que os emires de Córdoba seguiam um modelo essencialmente sírio, que com certeza tinha o objectivo de mostrar a sua oposição face ao usurpador abássida.⁴⁸

É interessante verificarmos que acerca do *hajib* que se menciona nesta passagem, Ibn Hayyan acha fundamental ressaltar que este descendia de um cliente directo de Alwalid b. 'Abdalmalik, califa omíada de Damasco, sob o qual se dá a conquista do al-Andalus. Desta forma não só se legitima a autoridade do *hajib*, cuja família *muwalladun* se reportava directamente às redes de clientela pessoais do califa damasceno, mas também se sacraliza o poder do emir 'Abd ar-Rahman II sob o al-Andalus, pois este descendia daquele sob o nome de quem se tinha conquistado a Hispânia.

No caso da entronização do emir 'Abd 'Allah, tal como a transmite Mohamed Meouak, este logo após a morte do seu irmão, o emir al-Mundhir, chama de imediato os seus vizires e depois todos os funcionários do funcionalismo administrativo, que lhe prestam homenagem directamente. Meouak diz-nos que isto demonstra não só o ambiente que rodeia a cerimónia da *bay'a*, mas reflecte também a necessidade do emir

Barceló, "El califa patente: el ceremonial omeya de Córdoba o la escenificación del poder," in *El sol que salió por Occidente. Estudios sobre el Estado omeya en al-Andalus*, Miquel Barceló (Valência: Universidade de Valência, 2010).

⁴⁴ King, *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, 80.

⁴⁵ Ibn Hayyan, *Muqtabis II-1*, 167.

⁴⁶ Vallvé, *Al-Andalus*, 219.

⁴⁷ Ibn Hayyan, *Muqtabis II-1*, 172.

⁴⁸ Pedro Chalmeta (1990), apud. Meouak, *Pouvoir souverain*, 18.

de legitimar com urgência o seu poder.⁴⁹ Parece claro que a pompa usada em tempos de ‘Abd ar-Rahman II para as cerimónias solenes, inclusive a *bay’a*, não seria tão requintada posteriormente na época do emir ‘Abd ‘Allah, pois o poder omíada estava então muito debilitado, limitando-se essencialmente à cidade capital. Assim, ‘Abd ‘Allah parece estar mais preocupado em acelerar o processo da cerimónia, não estando preocupado com todo o protocolo que esta envolvia, não recorrendo sequer à figura do *hajib*, que deveria tomar o juramento em seu nome. Aliás, é durante o reinado de ‘Abd ‘Allah que se suspende este alto cargo palatino, sendo apenas retomado pelo seu neto ‘Abd ar-Rahman III, certamente porque ‘Abd Allah percebe que o perigo da dinastia omíada encontrava-se dentro da própria residência palatina. Esta cerimónia realizava-se primeiramente de forma privada (*bay’a al-khassa*), dirigida à aristocracia palatina, sendo que a população prestava esse juramento em sessões públicas solenes, tomando os governadores provinciais, fora de Córdoba, a *bay’a* em nome do emir (*bay’a al-‘amma*).⁵⁰

Segundo Mohamed Meouak, autor do estudo mais detalhado em relação às aristocracias e ao poder no al-Andalus, a cerimónia da *bay’a* era uma “marca activa” da instalação do príncipe no poder, sem a qual este não possuía legitimidade para reinar. Meouak encontra as origens desta cerimónia também na organização dos grupos tribais da Arábia pré-islâmica.⁵¹ Na origem desta palavra está a raiz árabe que designa venda, ou seja, esta cerimónia seria percebida como um contrato entre o monarca e o povo, contrato este que se cingia estritamente à pessoa do monarca e não aos seus sucessores, a não ser quando este associava os seus herdeiros ao trono, como veremos mais à frente.

Como já anteriormente ficou assinalado, a monarquia visigoda havia surgido também de facções tribais germânicas, agregando em si clientes que prestavam fidelidade a este rei tradicional de uma facção clânica. Luis Garcia afirma mesmo que o Reino de Toledo estava fundamentado sobre o juramento de fidelidade feito por todos os súbditos do reino, sendo que este juramento derivava de uma antiga tradição germânica, que estaria na base da formação da “realeza militar” visigoda, instituída por Alarico I. Acrescenta também que a formação desta “realeza militar” dará uma vitória à nobreza, já que é esta que faz o juramento de fidelidade em nome do povo visigodo (*gens gothorum*), considerando-se por isso sua representante.⁵²

A cerimónia de entronização no Reino de Toledo, denominada por *ordinato principis*, estava, por outro lado, precisamente associada à questão religiosa, pois, tal como nos diz Orlandis, era usualmente realizada na igreja pretoriana dos Apóstolos Pedro e Paulo, próxima de Toledo, seguindo igualmente o ritual de unção, na qual o pontífice derramava o óleo sobre a cabeça do soberano.⁵³ É natural que o monarca fosse também coroado nesta cerimónia. Contudo, apesar de sabermos que o *Rex Gothorum* levava coroa, devido à iconografia das moedas, não sabemos se este seria coroado nesta cerimónia de entronização. Segundo a mesma passagem de Orlandis, esta cerimónia era seguida do juramento de fidelidade do povo, prestado pelos seus representantes, os membros da nobreza, sendo que temos notícias de que Égica exige o juramento de todos os seus súbditos através do envio de funcionários (*discussores iuramenti*) a todo o reino, que recolhiam este juramento da população – tal como actuará o emir cordovês, ordenando que os governadores tomassem o juramento da população em seu nome, algo que era normalmente executado durante a oração de sexta-feira, que reuniria a maioria da população masculina de cada cidade.

A cerimónia da unção visigoda está claramente associada à legitimidade religiosa do monarca, visto como máximo representante de Deus. Segundo Abílio Barbero a unção régia sublinhava o carácter electivo da monarquia, como uma eleição divina e sacerdotal, atribuindo ao monarca uma índole sagrada. Barbero realça ainda que esta cerimónia da unção era tomada do Antigo Testamento, que relata a unção dos reis de Israel como

⁴⁹ Meouak, *Pouvoir souverain*, 24.

⁵⁰ *Ibid.*, 24.

⁵¹ *Ibid.*, 22.

⁵² Garcia, *Historia de España Visigoda*, 318.

⁵³ Orlandis, *Historia del Reino Visigodo Español*, 156.

eleitos da pessoa divina que, ao serem ungidos, convertiam-se no messias de Deus.⁵⁴ O mesmo carácter divino era detido pelos soberanos omíadas do al-Andalus que, apesar de aquando da sua chegada serem ainda, nominalmente, tributários dos abássidas, são reconhecidos pelas crónicas como califas no al-Andalus.⁵⁵

Esta concepção de *Khalifa Allah*, denominação adoptada pelos omíadas de Damasco, é por isso transportada para a Península Ibérica, ainda que oficialmente o título de califa só seja adoptado em 929 por ‘Abd ar-Rahman III, que corta com os laços meramente nominais que colocavam o seu domínio sob o dos abássidas de Bagdad. Também Ibn Hayyan, ao longo do *Muqtabis II*, utiliza a expressão *califa* para se referir aos emires que governaram o al-Andalus, utilizando assim anacronicamente um título que só será adoptado no século X. Esta denominação antes da tomada do título califal tinha também a sua importância do ponto de vista da legitimidade, pois apesar de nominalmente pertencerem ao grande império que os abássidas detinham, nem os abássidas tinham pretensões a um tão longínquo território que nunca conseguiriam controlar, nem os omíadas tinham que temer o inimigo abássida no al-Andalus, assumindo plenamente a sua identidade autónoma, dentro de um território bem demarcado, ainda que nalgumas épocas com oscilações fronteiriças.

Similarmente, os visigodos no Reino de Tolosa estavam submetidos moralmente e não politicamente ao seu papel de tributários do imperador romano, contudo na *Isidori Historiae*, Isidoro de Sevilha coloca o território hispânico sob o Reino de Toledo como claramente independente do império – “(...) hace tiempo que la áurea Roma, cabeza de las gentes, te deseó y, aunque el mismo Poder Romano, primero vencedor, te haya poseído, sin embargo, al fin, la floreciente nación de los godos, después de innumerables victorias en todo el orbe, con empeño te conquistó y te amó y hasta ahora te goza segura entre ínfulas regias y copiosísimos tesoros en seguridad y felicidad de imperio”.⁵⁶ Assim, apesar de percebermos por esta passagem que existe uma matriz imperial romana, à qual o reino visigodo se sentiria ainda ligado, com a conquista do território hispânico, este poder de Roma sobre o visigodo já é politicamente inexistente. Associa-se por isso os visigodos ao seu papel de substitutos e herdeiros do Império Romano, sendo que pela sua força teriam conseguido relegar Roma a um papel de escravos face aos visigodos: “Fue tanta la grandeza de sus combates y tan excelso el valor de su gloriosa victoria, que la propiá Roma, la vencedora de todos los pueblos, sucumbió ante sus triunfos, sometida al yugo de la esclavitud, Roma, la señora de todas las naciones, pasó a ser esclava a su servicio.”⁵⁷ Cristobal Rodriguez, tradutor da crónica de Isidoro, comenta que pela primeira vez encontramos nesta crónica Roma desprovida do seu carácter de superioridade divino, aparecendo os visigodos como totalmente libertados da tutela imperial, com um território também ele bem demarcado, associado à Hispânia e designado por *regnum*.⁵⁸ Esta territorialização é evidente através da evolução do termo *Regnum Gothorum* para *Regnum Hispaniae*, identidade política intrinsecamente associada ao território da Península Ibérica.⁵⁹

Também Julio Campos, referindo-se à Crónica de João de Biclano, sustenta que existia ainda uma concepção imperial do mundo, sendo que o Império Romano continua a ser considerado como um centro de unidade moral, pois já não poderia ser política, o que leva o cronista a utilizar a cronologia romana na sua obra.⁶⁰ Santo Isidoro, tal como João de Biclano, vê no Império Romano/bizantino, um agente centralizador da memória imperial, memória que ambos os cronistas sacralizam, no caso de Isidoro, ao associar a

⁵⁴ Abilio Barbero, *La sociedad visigoda y su entorno histórico* (Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1992), 56-57.

⁵⁵ Meouak, *Pouvoir souverain*, 12-13. Meouak cita Ibn ‘Abd Rabihi, que diz que o primeiro califa a tomar o poder no al-Andalus foi ‘Abd ar-Rahman I (“tawattada mulk ‘Abd al-Rahman b. Um’awiya”; “awwal khulafa’ al-Andalus min Bani Umayya”).

⁵⁶ Isidoro de Sevilla, *Isidori Historiae*, 171.

⁵⁷ *Ibid.*, 285.

⁵⁸ *Ibid.*, 11.

⁵⁹ García, *Historia de España Visigoda*, 319.

⁶⁰ Julio Campos, *Juan de Biclano, Obispo de Gerona, su vida y su obra* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960), 55.

construção independente visigoda como herdeira directa do Império Romano, e no caso do biclarenses, ao ter sempre os imperadores bizantinos como termo de comparação aos monarcas visigodos.

Colocou-se já de manifesto que o poder dos omíadas da Península Ibérica, iniciado por ‘Abd ar-Rahman I, estava igualmente associado a um território específico, denominado por al-Andalus. Meouak reporta também a existência do termo *dawla*, usado nos documentos que se referem ao al-Andalus, associando por isso o estado omíada a uma unidade social e política distinta que, por sua vez, estava associada ao território do al-Andalus. O que é interessante ressaltarmos é que este território não diferirá muito daquilo a que antes se denominava como *Regnum Hispaniae*, na época dos visigodos. Aliás, todas as tentativas de expansão do al-Andalus para fora destas fronteiras revelar-se-ão infrutíferas.

Regressando à questão da legitimidade religiosa, parece que foi a unção de Wamba, em 672, a primeira a ser documentada. Wamba é eleito por um conjunto de gentes e da pátria – bispos e aristocracia laica – sendo que dezanove dias após a sua eleição será ungido na igreja pretoriana de Pedro e Paulo, onde de joelhos recebe os óleos sagrados.⁶¹ Contudo, Abilio Barbero diz-nos também que a tradição da unção entre os visigodos – anterior também à unção entre os francos e anglo-saxões – deve ser procurada em tempos anteriores, pois existe uma referência da unção de Recaredo sem que fique claro se esta estaria ou não ligada à sua conversão à fé católica.⁶²

Em relação às origens do cerimonial da unção aquando da coroação do rei, Barbero associa-as a uma “originalidade dos godos”, já que não podemos vê-la como uma influência bizantina, pois não existem notícias que o imperador bizantino, nos primeiros tempos da época medieval, fosse ungido durante a sua coroação, apesar da sacralidade em torno deste soberano como herdeiro do Império Romano. Barbero afirma que não podemos encontrar notícias no *De Ceremoniis* de Constantino VII *Porphyrogennetos* de uma unção associada à consagração do poder real do imperador, sendo que a primeira unção de um imperador bizantino é testemunhada por Balduino em 1204. Assim, conclui que poder-se-ia pensar que se cristianiza uma tradição previamente existente entre os visigodos.⁶³

Do ponto de vista de sucessão ao trono, como já atrás ficou referido, existia entre os visigodos o sistema electivo, procedimento que de facto não se verificou na maioria das sucessões ao trono, servindo mais como um princípio de legitimidade política, pois as suas origens encontrar-se-iam na formação da realeza militar germânica.⁶⁴ Na mesma passagem, Orlandis diz-nos que é através da associação ao trono de um filho, normalmente, que se reduzia este princípio electivo, que constituía um traço meramente cerimonial. Parece que cada vez mais a eleição se submete ao princípio dinástico hereditário, o que culminará com a declaração do V Concílio de Toledo, onde se instituirá que só poderiam alcançar o trono aqueles que pertencessem à nobreza visigoda.⁶⁵ Parece-nos que esta decisão é apenas a cimentação de uma prática já estendida nas monarquias germânicas e, neste caso, na visigoda. É assim que a legitimidade de Rodrigo, último rei visigodo, nunca será reconhecida, um dos motivos que despoleta a já então frágil situação do fragmentado Reino de Toledo. É aliás esse o motivo que os *Akhbar Majmua’* atribuem à traição dos filhos do falecido Vitiza em relação a Rodrigo, na batalha em que derrota e mata o último, pois este não era de estirpe real.⁶⁶

Em relação a este carácter electivo, parece que podemos encontrar mais um traço de semelhança entre os visigodos e os omíadas. Mohamed Meouak acredita que entre os omíadas de Córdoba também se procedia a uma espécie de eleição interna – pelo menos

⁶¹ Barbero, *La sociedad visigoda*, 66.

⁶² *Ibid.*, 67.

⁶³ *Ibid.*, 69-70.

⁶⁴ Orlandis, *Historia del Reino Visigodo de España*, 153.

⁶⁵ García, *Historia de España Visigoda*, 317.

⁶⁶ *Ajbar Machmuâ*, trad. Emilio Lafuente y Alcantara (Madrid: Real Academia de la Historia, 1867), 21.

quando o emir não associava ao trono o seu herdeiro – organizada mesmo no seio da *Bayt* omíada e entre as clientelas.⁶⁷

De facto, temos notícias da associação ao trono dos dois filhos de Leovigildo, Hermenegildo e Recaredo, que se convertem em *consortes regni*, prática que se repetirá com Chindasvinto e Égica, com a associação ao trono dos seus filhos, Recesvinto e Vítiza, respectivamente.⁶⁸ Esta prática, que parece ter origens imperiais romanas, será exercida também no al-Andalus. O emir al-Hakam I irá impor esta associação ao trono, fazendo com que os seus súbditos pronunciem o juramento de fidelidade em favor dos seus dois filhos, ‘Abd ar-Rahman (II) e al-Mugira, enviando também missivas aos governadores do al-Andalus, após o juramento feito na capital. Segundo Ibn Hayyan, al-Hakam I foi o primeiro monarca do al-Andalus que designa herdeiros, fazendo com que todos os súbditos prestem este juramento em favor dos seus filhos, acto que é levado a cabo dentro do terreno sacralizado da grande mesquita omíada de Córdoba, onde os dois príncipes recebem a homenagem do povo, desde o púlpito da mesquita.⁶⁹

No que respeita ao princípio sucessório dentro do Islão sunita, os emires omíadas do al-Andalus não poderiam assumir-se como uma monarquia hereditária, pois isso iria contra as bases fundacionais nas quais a legitimidade do soberano estava assente, podendo ser associados às pretensões dos partidários de ‘Ali e dos seus descendentes. Contudo, de acordo com Mohamed Meouak, que analisa a crónica de Ibn ‘Abd Rabihi, cronista que, ao referir-se à ascensão ao poder dos emires omíadas, usa o verbo *wala* ou *waliya*, associado a um poder que é transmitido dentro de uma mesma família.⁷⁰ Assim, o poder, ainda que não esteja definido explicitamente como passado de pai para filho, fica restringido dentro de laços familiares directos, por ordem de precedência, filhos, irmãos, tios.⁷¹

Este acto preconizado por Leovigildo a favor dos seus dois herdeiros insere-se dentro de um plano mais alargado no qual Leovigildo é o protagonista da imperialização e bizantinização do Reino de Toledo, através de modelos justinianos, facto já mencionado aqui. Leovigildo preconiza igualmente uma reforma administrativa que passa pela redução dos privilégios dos aristocratas, bem como organiza as leis estabelecidas por Eurico.⁷² Luis Garcia diz-nos que os trajes reais eram semelhantes àqueles usados pelo imperador bizantino, sendo que o monarca adopta também o uso de coroa, bem como toma o hábito de se sentar num trono.⁷³ A estes atributos reais/imperiais juntam-se outros que testemunham o poder do monarca, como é o caso da cunhagem de moeda áurea, onde se vê a efigie com coroa e o nome do soberano, seguindo os modelos bizantinos – modelos também em uso pelos omíadas de Damasco, como é o caso do precursor ‘Abd al-Malik, califa damasceno que cunha moeda áurea, onde se percebe a sua efigie, à maneira bizantina, mas sem coroa. Na mesma passagem, Luis Garcia diz-nos também que o monarca adopta o título imperial de *Flavio*, instituindo de igual forma procedimentos protocolares típicos do império bizantino do século V.

Os mesmos modelos bizantinos são transmitidos aos califas omíadas de Damasco que conquistam um território imperial, onde irão perdurar os mesmos modelos administrativos. Assim, ‘Abd ar-Rahman I ad-Dakhil, ao imigrar para a Península Ibérica irá transportar estes mesmos modelos sírios.

O tópico da orientalização em tempos de ‘Abd ar-Rahman II já aqui foi mencionado. Para além da orientalização que as instituições administrativas sofrem, também o poder omíada, sob a égide de ‘Abd ar-Rahman II, terá não só força para cunhar moeda em seu nome, como instituirá a oficina de cunhagem em Córdoba, inexistente até então, de acordo com os relatos que nos são transmitidos por Ibn Hayyan. Na mesma

⁶⁷ Meouak, *Pouvoir souverain*, 23.

⁶⁸ Julio Campos, *Juan de Biclario*, 83; García, *Historia de España Visigoda*, 323; *Cronica Mozarabe de 754*, trad. José Eduardo Lopez Pereira (Zaragoza: Textos medievales, 1980), 63.

⁶⁹ Ibn Hayyan, *Muqtabis II-1*, 88.

⁷⁰ Meouak, *Pouvoir souverain*, 23.

⁷¹ Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 203.

⁷² Isidoro de Sevilla, *Isidori Historiae*, 259.

⁷³ García, *Historia de España Visigoda*, 322.

passagem, o cronista palatino também relata o estabelecimento do *tiraz*,⁷⁴ instituição de origem bizantina, que introduz toda a classe de vestuário sumptuoso,⁷⁵ certamente de modelos imperiais, o que revela também a evolução do cerimonial de corte – um pouco como o havia feito Leovigildo.

No caso dos visigodos, mesmo as instituições que parecem originariamente germânicas serão igualmente contaminadas por uma linguagem imperial, como é o caso da eleição do rei, que será imbuída do modelo de sucessão imperial, feito no seio de uma mesma linhagem, o que revela uma imitação formal da monarquia imperial romana por Leovigildo.⁷⁶ Diríamos até que, no caso das monarquias árabes, as tribos da Arábia, que já antes da expansão do século VII estavam em contacto com o Império Romano e persa, tomam contacto com esta política de sucessão hereditária, adaptando-a aos seus modelos, que lhes concediam a legitimidade para governar.

No que aos símbolos dinásticos das duas monarquias aqui em cotejo diz respeito, o único que é recusado pelas dinastias muçulmanas é a coroa. Este símbolo ficará sempre associado aos poderes cristãos, à heresia. De facto, temos notícia, quer através da crónica cristã, quer por intermédio da muçulmana, de um episódio emblemático no que diz respeito à representação da coroa como símbolo exclusivamente cristão. Ainda que seja um episódio ligado ao período dos governadores, parece-me interessante fazer-lhe referência. Este é o episódio que relata o motivo do assassinato do governador do al-Andalus, ‘Abd al-‘Aziz, filho de Musa b. Nusayr.⁷⁷ ‘Abd al-‘Aziz, ao ter desposado a viúva de Rodrigo, teria dado ouvidos aos conselhos de sua esposa, que afirmava que um rei não seria rei se não usasse uma coroa. ‘Abd al-‘Aziz, ainda que renitente face a esta proposta, pois a religião muçulmana assim lhe vedava esta prática, acabará por ceder, pois crê que no interior de sua casa ninguém ficaria a conhecer os seus hábitos. Contudo, é descoberto, o que levará ao seu assassinato, pois o acto de levar coroa seria entendido como apostasia do Islão, já que a coroa era um atributo do poder cristão. A Crónica Moçárabe coloca a questão de um ponto de vista interessante, pois ao relatar o episódio do uso da coroa por ‘Abd al-‘Aziz, associa este acto a uma revelia ao poder árabe, afirmando que o governador pretendia “alejar de su cabeza el yugo árabe y asumir individualmente el conquistado reino ibérico”.

Dos símbolos do poder omíada de Córdoba, chama-nos a atenção Eduardo Manzano, que os estuda quer para o período emiral quer para o califal.⁷⁸ Conhecemos o estandarte que ‘Abd ar-Rahman I ostentava, que permanecerá o mesmo, fisicamente, até ao emirado de Abd ar-Rahman II,⁷⁹ importante símbolo militar, que celebrava a vitória dos omíadas sobre os governadores do al-Andalus. O selo constituía outro dos signos dinásticos dos omíadas, sendo que é o emir ‘Abd ar-Rahman II o primeiro que concebeu a emblemática inscrição que será usada por todos os seus sucessores, mudando apenas o nome.⁸⁰ Nesta podia ler-se “Abd ar-Rahman está satisfeito con la sanción divina”, o que demonstra claramente a acepção do seu poder quase divino, colocando-se imediatamente abaixo de Deus, de quem era aliás representante (*Khalifa Allah*).

Vimos já que a legitimidade religiosa era crucial para o discurso político dos dois poderes. Os reis visigodos eram entronizados e ungidos na igreja pretoriana dos Apóstolos Pedro e Paulo. Por sua vez, o local mais emblemático dos omíadas de Córdoba era a mesquita maior, onde também a população prestava a *bay’a* ao soberano recém-

⁷⁴ O nome *tiraz*, por ser claramente de origem persa, tem suscitado discussão no mundo académico, tendo por isso alguns estudiosos colocado a sua origem no mundo sassânida. Contudo, esta instituição é estabelecida também pelos imperadores bizantinos, ainda que sob a denominação de *ginecea*, para o fabrico de trajes reais. Estando os omíadas de Damasco estabelecidos numa antiga província síria bizantina, terá sido por via deste império que adoptam esta instituição, introduzindo-a no mundo muçulmano. A este respeito veja-se Nasser Rabbat, “Tiraz,” in *Encyclopaedia of Islam*, ed. P.J. Bearman *et al.* (Leiden: E.J. Brill, 2000), vol. X: 534-535.

⁷⁵ Ibn Hayyan, *Muqtabis II-1*, 182.

⁷⁶ García, *Historia de la España Visigoda*, 309-311.

⁷⁷ *Ajbar Machmuâ*, 31-32; *Crónica Mozarabe*, 79.

⁷⁸ Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 213.

⁷⁹ *Ajbar Machmuâ*, 83.

⁸⁰ Ibn Hayyan, *Muqtabis II-1*, 182.

ascendido ao trono. A mesquita constituía assim, tal como a igreja pretoriana de Toledo, o local de sacralização do poder.

CONCLUSÃO

Já evidenciou Abilio Barbero que, do ponto de vista militar e político, os muçulmanos serão os sucessores directos do poder visigodo na Hispânia, correspondendo também esta nova soberania ao mesmo território do reino godo, sendo que todas as expedições fora destes limites revelar-se-ão um fracasso.⁸¹ Assim, do ponto de vista dos modelos administrativos parece existir uma continuidade. Contudo, e como por sua vez já sublinhou Manzano, longe do duelo entre “continuidade” e “ruptura”, nos três primeiros séculos as mudanças sociais são tais que acabarão por tornar irreconhecível o legado do reino visigodo.⁸² Não queremos com isto dizer que o al-Andalus não tenha herdado uma parte importante das instituições tardo-antigas do Reino de Toledo, conclusão que apenas revelaria a inutilidade deste ensaio. Antes pelo contrário, o al-Andalus herda modelos que transformará e adaptará à realidade que trazia da já longínqua Arábia.

Aliás, os modelos que os conquistadores, *mawlas* da dinastia síria de Damasco, trazem para o al-Andalus não eram assim tão diferentes daqueles que Leovigildo preconizará na Península através dos modelos bizantino-imperiais que adopta. Os omíadas de Damasco tomam para si modelos bizantinos, e também sassânidas, impérios que conquistam no Oriente. Evidência disto mesmo é a iconografia da arte omíada, que até hoje sobrevive, com motivos claramente não-árabes.⁸³ Tal como a realeza visigoda se assume como descendente do poder divino e sua representante máxima, também o califa omíada se assume, ainda em Damasco, como *Khalifa Allah*, ou delegado de Deus, título que para o Islão tradicional será visto como ímpio, mas que revela a imperialização deste poder.⁸⁴

Ambas as monarquias partilham também o facto da sua origem social ser de modelo tribal e clânica. Apesar destes modelos serem já apenas memórias distantes, presentes principalmente durante a expansão militar, continuam a persistir nalgumas esferas, como a da eleição do soberano e a das relações de fidelidade pessoal que perduram através das relações clientelares e que darão origem, por sua vez, ao complicado cerimonial de juramento de fidelidade ao monarca. Parece ser esta memória tribal, que as duas sociedades compartilham, que facilitará não a conquista militar – fruto do debilitamento da monarquia visigoda e da crescente feudalização da Hispânia – mas antes o processo de transição entre duas sociedades que à primeira vista não teriam modelos confluentes.

Barbero afirma até que se observa uma continuidade dos rasgos feudais visigodos, que têm a sua expressão máxima na importância das relações de dependência pessoal que facilitam a conquista e servem de coesão à administração muçulmana que substitui o reino visigodo.⁸⁵ Assim, após a conquista muçulmana, assimilava-se a população através dos vínculos clientelares, associados à conversão ao Islão, mas que já existiam em época pré-islâmica.

A já mencionada sacralização da linhagem omíada no al-Andalus, bem como a importância da memória tribal e dos laços clientelares, são evidentes através da passagem do *Muqtabis II* que relata as últimas palavras de al-Hakam I ao seu filho e herdeiro ‘Abd ar-Rahman II: “sabe que la cosa más principal y obligatoria para tí es guardar a tu familia, luego a tu clan, y luego a tus clientes y partidários que los siguen”.⁸⁶

⁸¹ Barbero, *La sociedad visigoda*, 216.

⁸² Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 10.

⁸³ Jonathan Berkey, *The Formation of Islam: Religion and Society in the Near East, 600-1800* (New York: Cambridge University Press, 2003), 78.

⁸⁴ *Ibid.*, 79.

⁸⁵ Barbero, *La sociedad visigoda*, 217.

⁸⁶ Ibn Hayyan, *Muqtabis II-1*, 128.

Por intermédio desta passagem percebemos claramente a ordem de precedência existente entre a aristocracia palatina.

Ambas as monarquias assentavam também num pressuposto que é o de se assumirem como independentes, mas nominalmente ou em termos de uma memória colectiva a impérios mais vastos. Contudo, segundo Luis Garcia, nas últimas décadas do século VI, recorre-se ao velho conceito helenístico do direito de conquista, sendo que Isidoro de Sevilha fundamenta a soberania visigoda na vitória destes sobre o Império Romano com a conquista de Toledo em 410.⁸⁷ Isidoro compara assim o reino visigodo ao Império Romano, sendo o mais legítimo sucessor, face aos restantes povos bárbaros germânicos, pois por contacto com a civilização romana eram mais civilizados que os restantes. Não obstante, todo este processo revela que existia ainda uma identidade de pertença ao império, sendo que este continua a ser reconhecido no herdeiro império de Bizâncio.

Processo semelhante sofre o emirado independente do al-Andalus, pois mesmo depois da entrada de ‘Abd ar-Rahman I na Península, o nome do califa abássida continuará a ser pronunciado no sermão de sexta-feira nas mesquitas. Contudo, após o primeiro ano do emirado, o primeiro soberano omíada andaluz irá suprimir esta prática, mantendo contudo o título mais modesto de emir.⁸⁸ Assim, simbolicamente o al-Andalus continua a fazer parte do império abássida, ligação apenas fictícia que será finalmente quebrada pelo califa ‘Abd ar-Rahman III em 929. Porém, a grande fragmentação do al-Andalus em relação ao império abássida há muito que era *de facto*.

Os percursos de Leovigildo e ‘Abd ar-Rahman II aparecem-nos também como semelhantes. Ambos parecem sentir-se confortáveis – ainda que Leovigildo se mostre impertinente em relação à conversão à fé católica – em adoptar modelos que excedem as suas fronteiras e que adaptam às realidades que governam. Ambos vivem épocas cruciais para as formações sociais e políticas que preconizam e governam, territórios que resultam em identidades distintas dos impérios aos quais anteriormente estavam subjugados, dos quais se independentizam, não só comparando-se a estes, como também procurando assumir-se como alternativas superiores ou hereditárias por intermédio da sacralização do seu poder e através de uma linguagem político-religiosa que os coloca como directos delegados do poder de Deus.

⁸⁷ García, *Historia de España Visigoda*, 317-318.

⁸⁸ Hugh Kennedy, *Muslim Spain and Portugal: a Political History of al-Andalus* (New York: Longman, 1996), 32-33.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Território e povoamento no termo de Lisboa entre o período muçulmano e 1321

Filipa Santos

CHUL – Universidade de Lisboa; IEM – Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Este estudo tem como principal objectivo conhecer o território da cidade de Lisboa entre os séculos IX e XIV. A escolha da cronologia prende-se com o facto de durante esta longa diacronia o termo da cidade ter conhecido diferentes dinâmicas de ocupação e povoamento, claramente marcadas pelas conjunturas políticas. Assim, o ano de 1147 é um dos marcos chave, pois permite perceber de que forma o povoamento e a ocupação do termo de Lisboa foi afectado pela conquista de Afonso Henriques.

Abstract

This study aims to know the Lisbon's territory between the 9th and 14th centuries. This chronology relates to the fact that during this time the territory experienced different dynamics of occupation and settlement clearly marked by political changes. The Christian conquest in 1147 is a significant chronological marker because it allows to understand how the settlement and occupation in this geographical area was affected.

A investigação que se propõe desenvolver tem como objectivos principais estudar a organização do território e os sistemas de povoamento, tanto muçulmano como cristão, existentes, primeiro no alfoz e depois no termo de Lisboa, numa longa diacronia que se inicia no período de domínio muçulmano da península de Lisboa e que termina no final do primeiro quartel do século XIV.

O espaço geográfico em questão corresponde à área envolvente da cidade de Lisboa, a que se convencionou chamar de «termo» que, antes de 1385, incluía um vasto espaço periurbano e rural que abrangia, *grosso modo*, a Estremadura Austral.¹ Quanto à cronologia adoptada, considerámos, como *terminus a quo*, o período da presença muçulmana na península de Lisboa e, como *terminus ad quem*, o final do reinado de D. Dinis (1325). A escolha do primeiro marco temporal justifica-se com a vontade de detectar a rede de povoamento preexistente ao tempo da conquista de Lisboa, em 1147, e assim compreender a existência de continuidades e/ou rupturas no processo de transição político-administrativo e socioeconómico deste espaço. Quanto ao segundo marco, foi definido pela necessidade de compreender a evolução das estruturas de povoamento durante aproximadamente os dois séculos subsequentes à «Reconquista», período durante o qual a maior parte das estruturas de povoamento no espaço em questão parece ter surgido, e que corresponde à afirmação da cidade de Lisboa interligada com o seu termo e como «cabeça do Reino». Fizemos coincidir o *terminus ad quem* com o final do reinado dionisino, apenas poucos anos volvidos sobre o inventário das igrejas do reino (1321), fonte da maior importância para o estudo que tencionamos levar a cabo.

¹ Referimo-nos aos lugares de Alcântara, Alcolena, Alfoz, Algés, Alhandra, Alpraiate, Alvalade, Alverca, Alvogas, Ameixoeira, Apelação, Arranhó, Arroios, Arruda, Azóia, Barcarena, Belas, Belém, Benfica, Bucelas, Calhariz, Calvana, Camarate, Campolide, Carnaxide, Carnide, Charneca, Chelas, Concha, Condado, Corredoura, Cortes, Fontoura, Frielas, Linda-a-Velha, Linha-a-Pastor, Loures, Lousa, Lumiar, Malapados, Marnotas, Marvila, Milharado, Monfelim, Montachique, Monte Agraço, Odivelas, Oeiras, Olivais, Palhavã, Pedrouços, Picoas, Portela, Queluz, Restelo, Ribamar, Sacavém, Santa Maria do Paraíso, Santiago dos Velhos, Santos, São João da Talha, São Lázaro, São Sebastião, Sapataria, Sete Rios, Telheiras, Tojal, Torre de Casinhos, Unhos, Vialonga e Xabregas. Vide A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas* (Lisboa: INIC, 1990), 55.

Assim, e tendo como objectivo principal perceber de que forma se organizava a rede de povoamento no termo de Lisboa na cronologia em estudo, procurar-se-á: antever os modelos de povoamento e territorialização durante a época de ocupação muçulmana; perceber os modelos de ocupação e organização do território durante o período subsequente à conquista de Lisboa; assim como a evolução do povoamento e da organização do território ao longo do século XIII até ao fim do reinado dionisino; e, ainda, identificar os sistemas de povoamento, muçulmanos ou cristãos.

A problemática da ocupação do espaço do aro periurbano e rural de Lisboa tem suscitado, ao longo do último século, vários estudos monográficos de desigual valor científico. A olisipografia tem-se focado sobretudo no estudo das paisagens estritamente urbanas, dentro do território do actual concelho de Lisboa, esquecendo assim os seus extensos limites periurbanos e rurais durante a ocupação muçulmana e durante toda a Idade Média. Assim, os trabalhos de Júlio de Castilho, Gomes de Brito, Freire de Oliveira, Gustavo de Matos Sequeira, Luís Pastor de Macedo, Ferreira de Andrade, Cordeiro de Sousa, Luís Chaves ou Norberto Araújo contribuíram sobretudo para o conhecimento da história do espaço urbano de Lisboa, deixando no olvido o vasto espaço periurbano e rural. Sobre este território, só mais recentemente encontramos estudos desenvolvidos no campo da ocupação do espaço, principalmente para o período cristão,² contando também com os contributos da geografia³ e da arqueologia, o que permitiu um aprofundamento do conhecimento do espaço, sobretudo para o período muçulmano, em contexto urbano, particularmente focados nas cidades de Lisboa⁴ e de Loures.⁵ Relativamente ao mundo rural, são ainda escassos os estudos sistemáticos ou o levantamento de sítios arqueológicos. Paralelamente, têm sido desenvolvidos estudos focados no poder senhorial (nomeadamente, o religioso) que, após a expugnação da cidade de Lisboa, se tornaram nos principais agentes da administração económica do território.⁶ No entanto,

² Sobre este assunto ver entre outros, Pedro de Azevedo, “Os Reguengos da Estremadura na primeira dinastia,” *Revista da Universidade de Coimbra, Miscelânea de Estudos em Homenagem a D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos* 11 (1993): 577-634; Pedro Gomes Barbosa, *Lisboa, o Tejo, a terra e o mar e outros estudos* (Lisboa: Colibri, 1995); Maria João Branco, “A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico,” in *2.º Congresso histórico de Guimarães. II, A política portuguesa e as suas relações exteriores* (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996), 119-137; Stéphane Boisselier, “A sociedade rural da região lisboeta nas transacções do Mosteiro de São Vicente de Fora (1147-1205),” in *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Inglês Fontes, 93-111 (Lisboa, Livros Horizonte, 2007); André Oliveira Leitão, *O Povoamento no Baixo vale do Tejo: entre a Territorialização e a militarização (meados do século IX – início do XIV)*, tese de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011; José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures nos Séculos XIV e XV*, prefácio Iria Gonçalves (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999); Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII* (Lisboa: Palas, 1975); Carlos Guardado da Silva, *Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano* (Lisboa: Colibri, 2007).

³ Cfr. Jorge Gaspar, “Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território,” in *Lisboa Subterrânea* (Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994).

⁴ Vide Clementino Amaro, “Arqueologia Urbana de Lisboa: sua evolução,” *Al-Madan* 1, II série, (1992):19-22; Jacinta Bugalhão, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção,” in *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 *Homenagem a José Luís de Matos* (Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009), 377-395; Idem e Gomez Martínez, “Lisboa uma cidade do Mediterrâneo islâmico,” in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro, sécs. VIII-XIII: actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto 4 e 5 de Abril de 2003*, coordenação de Mário Jorge Barroca, Isabel Cristina Fernandes (Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005), 237-262; Cláudio Torres, “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território,” *Lisboa Subterrânea* (Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999): 80-85.

⁵ Relativamente ao espaço do actual concelho de Loures, vide Pedro Gomes Barbosa e António Balcão Balcão, “Frielas Medieval,” in *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património. Exposição de Arqueologia. 15 de Junho a 21 de Novembro de 1999 [Catálogo da Exposição]* (Loures: Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1999), 21-35.

⁶ Para a organização económica do espaço urbano, vide Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média: Património e Gestão* (Cascais: Patrimonia, 1996); Margarida Isabel Pinto, *O Mosteiro de Odivelas no século XIV: património e gestão* (dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2000); Carlos Guardado da Silva, *S. Vicente de Fora no período da*

e apesar de importantes para compreender a exploração económica do termo de Lisboa, estes estudos fornecem-nos apenas visões sobre determinados espaços e cronologias, ignorando, desse modo, uma visão mais ampla do espaço que esta investigação ocupa geográfica e cronologicamente. Existem, ainda, alguns estudos centrados na toponímia e microtoponímia de origem sobretudo árabe, através dos quais se tem procurado antever núcleos de povoamento datáveis do período muçulmano nos territórios de Lisboa e Loures.

Todavia, e apesar de essencial, a historiografia produzida fornece-nos apenas uma visão parcelar do território do termo de Lisboa nas cronologias em apreço. Em suma, os estudos até ao momento desenvolvidos permitem verificar que as referências explícitas à geografia que escolhemos (*grosso modo*, a Estremadura Austral) são escassas, não só para o período muçulmano, como também para o período cristão. Assim, e perante o conjunto de estudos monográficos existentes, importa proceder a uma releitura das fontes e à uma reinterpretação dos dados, que nos permita uma nova abordagem do espaço em questão, através de um novo questionário comum às fontes analisadas, e centrado tanto na problemática do povoamento como na sua evolução ao longo do período em apreço.

Procurar-se-á, portanto, antever os modelos de povoamento e territorialização durante a época de ocupação muçulmana no território a partir, sobretudo, das fontes cristãs (uma vez que as fontes muçulmanas são relativamente omissas em relação ao mundo rural, que é, em larga medida, aquele de que se ocupa esta investigação); perceber os modelos de ocupação e organização do território durante o período subsequente à conquista de Lisboa; perceber a evolução do povoamento e da organização do território ao longo do século XIII até ao final do reinado dionisino; elaborar uma cartografia com base nos dados recolhidos nas fontes coevas, quer muçulmanas quer cristãs, que nos permita visualizar a evolução da ocupação do espaço em estudo; identificar os sistemas de povoamento, muçulmanos ou cristãos, a saber, no primeiro caso, a *qura* ou *al-day'a*, no segundo caso, a vila, a paróquia, o casal ou a herdade.

No que concerne às fontes analisar-se-á documentação cristã coeva patente na Torre do Tombo, mormente nas colecções das Chancelarias Régias, Corporações Religiosas (São Vicente de Fora, São Félix de Chelas, Santos-o-Novo, São Bernardo de Odivelas, Santa Maria de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra), Igrejas Colegiadas (Santa Cruz do Castelo, São Julião de Frielas), Ordens Militares (Avis, Templo, Santiago e Hospital), bem como nos núcleos da Colecção Especial, Corpo Cronológico, Gavetas da Torre do Tombo, as chancelarias, a «inquirição» de 1220 e o «rol das igrejas» de 1321, bem como as fontes muçulmanas, sobretudo as de carácter cronístico, mas também *kutub* como os dicionários geográficos e biográficos. As mais antigas descrições árabes referentes ao Gharb al-Andalus e, em particular, ao termo de Lisboa datam do século VIII, designadamente as obras de Ibn Istarik, Ibn Hawqal⁷ ou Al-Razi,⁸ redigidas durante o reinado de Abd al-Rahman III. De salientar, ainda, geógrafos como Al-Udri,⁹ Al-Bakri,¹⁰ Al-Idrisi,¹¹ Ibn Galib,¹² Ibn Sa'íd al-Magribi,¹³ o Anónimo da obra *Dikr Bilad al-*

sua formação (séculos XII-XIII) (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1997).

⁷ Autor de duas importantes obras: *Configuración del mundo*, trad. e índices Maria José Romani Suay (Valência: Anubar Ediciones, 1971); *Opus geographicum*, ed. J. H. Kramers (Leyde: Brill, 1939).

⁸ Cfr. Diego Catalan e Maria Soledad de Andres, *Fuentes Cronísticas de España: Crónica de moro Rasis* (Madrid, Ed. Gredos, 1975).

⁹ Luis Molina, "Las dos versiones de la *Geografía* de Al-Udri," *Al-Qanṭara* III (1982): 249-297.

¹⁰ Redigiu a *Geografía de España* (Zaragoza: Anubar Ediciones, 1982).

¹¹ *Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta (Valência: Anubar Ediciones, 1974).

¹² Joaquín Vallé Bermejo, "Una descripción d España de Ibn Galib," *Anuário de Filologia* (1975): 369-389.

¹³ *La Conquista de Al-Andalus [Fath al-Andalus]*, trad. de Mayte Penelas (Madrid: CSIC/Instituto de Cooperación com el Mundo Árabe, 2002).

Andalus¹⁴ e Al-Maqqari,¹⁵ Yaqut,¹⁶ Al-Qazwini,¹⁷ Abu-l-Fida¹⁸ e Al-Qalqasandi.¹⁹ Os *kutub* fornecem-nos informações diversas como a organização territorial e administrativa, as relações de dependências entre as várias estruturas organizativas, os núcleos populacionais, as origens dos grupos étnicos, a economia, o sistema militar e as redes de comunicação, que vigoravam no período muçulmano. Todavia, e apesar da importância das fontes geográficas, os modelos de povoamento que se desenvolveram no termo da *Usbuna* muçulmana não podem ser conhecidos na sua totalidade sem o contributo da cronística, dado que as crónicas árabes deixaram testemunhos que indiciam a existência de grupos populacionais no território antes da «Reconquista» cristã. A produção historiográfica muçulmana que mais nos importa foi produzida no século X por Ibn Hayyan²⁰ e nos séculos XII, XIII e inícios do XIV, por cronistas como Ibn Sahib Al-Sala (século XII),²¹ Ibn Al-Athir (séc. XII-XIII),²² Al-Marrakushi (século XII-XIII),²³ Ibn Idhari (século XIII-XIV),²⁴ Al-Himyari²⁵ e Ibn Abi Zar,²⁶ assim como a crónica anónima Al-Hulal al Mawsiyya²⁷ datada do século XIV. Importa também considerar os dados arqueológicos disponíveis, que contribuirão para um melhor conhecimento do território em torno de Lisboa. Além disso, parece-nos pertinente o estudo da toponímia e da micro-toponímia deste espaço, atestada nas fontes coevas, a fim de se evitarem anacronismos de cariz histórico e/ou linguístico, e com o intuito de, a partir desses dados, inferir possíveis núcleos de povoamento. Sistematizados os dados recolhidos nas fontes, manuscritas e impressas, recorreremos ao uso da cartografia com o intuito de compreender a evolução das estruturas de povoamento no espaço definido, entre o período muçulmano e o primeiro quartel do século XIV. A partir desta cartografia, procuraremos perceber como se estruturava a exploração económica do espaço (almuinhas, moinhos, lagares, entre outros), a tipologia das culturas empregues na região (vinha, oliveira, etc.), bem como a evolução do sistema de povoamento, através da construção de uma cartografia regressiva, pela qual tentaremos perceber se o povoamento cristão do período imediato à «Reconquista» apresenta uma continuidade ou, pelo contrário, estabelece uma ruptura acentuada face à dinâmica de ocupação do espaço durante o período muçulmano.

¹⁴ *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Dīkr Bilad al-Andalus]*, ed. Luis Molina (tomo I – Edición; tomo II – Traducción y estudio; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983).

¹⁵ *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain, extracted from the Nafhu-t-Tīb min Ghosni-l-Andalusi-r-Rattīb wa Tārīkh Lisānu-d-Dīn ibni-l-Khattīb*, trad. Pascual de Gayangos, intr. Michael Brett (Londres, Nova Iorque: Routledge/Curzon, 2002).

¹⁶ Gamal Abd al-Karim, “La España Musulmana en la Obra de Yaqut (siglos XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus, extraído del *Mu’yam al-buldan*,” *Cuadernos de Historia del Islam* 6 (1974):13-315.

¹⁷ F. Roldán Castro, *El Occidente de al-Andalus en el Atar al-bilad de Al-Qazwini* (Sevilha: Ediciones Alfar, 1990).

¹⁸ *Géographie d’Aboulféda*, trad. M. Reinaud (Paris: L’Imprimerie Nationale, 1868).

¹⁹ Al-Qalqashandi, *Subh al-A’sha fi Kitabat al-Insha*, trad. Luis Seco de Lucena e índices por María Milagros Carcel Ortí (Valência: Anubar Ediciones, 1975).

²⁰ *Al-Muqatis min anba ahl al-Andalus*, ed. Mahmud Ali Makki (Cairo: 1390/1971); Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires Alhakam y ‘Abdarrahman II entre los Años 796 y 847 [Al-muqtabis II-1]*, trad., notas e índices de Mahmud ‘Ali Makki e Federico Corriente (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001).

²¹ Ibn Sahib Al-Sala, *Al-Mann bil-Imama*, est. preliminar, trad. e índices por A. Huici Miranda (Valência: Anubar Ediciones, 1967).

²² Ibn Al-Athir, *Annales du Magreb et de l’Espagne* (s.l., Elibron Classics, 2006).

²³ Al-Wahid Al-Marrakushi, *Kitab al-Mu’yb fi Taljis Ajbar al-Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda (Tetuán: Editora Marroquí, 1955).

²⁴ Ibn Idhari al-Marrakushi, *Al-Bayan al-Mugrib fi ijtisar ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib)*, tomo I – *Los Almohades*, trad. Ambrosio Huici Miranda (Tetuán: Editora Marroquí, 1953-1954).

²⁵ *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d’après le Kitab ar-Rawd al-Mi’tar fi Habar al-Aktar d’[...]* (Leiden: Brill, 1938).

²⁶ Ibn Abi Zar’, *Rawd al-Qirtas*, trad. e anot. de Ambrosio Huici Miranda (Valência: Anubar, 1964).

²⁷ *Al-Hulal al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda (Tetuán: Editora Marroquí, 1951).

Em suma, e perante o conhecimento dos modelos, das dinâmicas e da evolução do povoamento e organização do território ocorridos no vasto espaço que se circunscrevia ao termo de Lisboa, procurar-se-á conhecer quais os modelos de transição ocorridos (se é que efectivamente os houve) entre as mudanças de poderes políticos na região.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Horizontes mentais demarcatórios: análise terminológica aos *corpora* dos Mosteiros de S. Mamede do Lorvão e de S. Vicente da Vacariça (1002-1116)¹

Gonçalo Matos Ramos
Universidade de Lisboa

Resumo

O breve estudo que se segue intenta uma comparação dos *corpora* documentais de dois mosteiros sitos no território conimbricense, Vacariça e Lorvão, ambos extraídos do *Livro Preto*, cartulário da Sé de Coimbra, no sentido de elucidar, alternativamente, uma aproximação/alteridade entre os descritores terminológicos da organização social do espaço, considerada aqui sob a vertente dos registos demarcatórios, encarados sob o prisma do entrecruzamento entre os cânones mentais dos redactores e a efectiva materialidade da paisagem documentada. Após duas partes introdutórias, uma metodológica (referente ao entendimento historiográfico das questões fronteiriças) e outra heurística (que se reporta à natureza das fontes e à selecção do *Arquivo*), a nossa análise debruçar-se-á sobre três ordens de elementos, delimitadas no seio de cada cenóbio: os referenciais de localização, a terminologia demarcatória *strictu sensu* e os elementos paisagísticos, cada um explicitado no seu quadro próprio para que, para ordem de elementos, se possam cotejar ambos os mosteiros.

Abstract

The following short essay intends a comparison between two monasteries, located in Coimbra territory, Vacariça and Lorvão, both extracted from *Livro Preto*, Coimbra's See cartulary, in order to shed some light among the terminology that each coenobium congregates. Our methodology is set within the social organization of space, approached under the sign of the frontier's representations, distinguishing the symbiosis between the mental framework of the scribes and the effective materiality of the documented landscape. After two introductory chapters, one referring to the historiography of the limits, and the other to our sources' nature and the selection performed, our analysis will be based upon three fundamental aspects, each one valid for both coenobia: the locations referents, the delimiting terminology *strictu sensu* and landscaping elements, each one individualized, so that we can compare, more appropriately, every element of both monasteries.

Limes, -itis,

n., caminho que limitava uma propriedade, limite, raia, fronteira.

Dicionário de Latim-Português, 3.^a ed., Porto Editora, Porto, 2008.

1. DE RE LIMITUM

Assim escolhemos designar o nosso projecto investigativo. O presente artigo versará as “coisas dos limites”, que engloba duas vertentes interdependentes, uma referente à genealogia de posse de uma determinada territorialidade, a “arqueologia dos poderes”² que a fatiam diacronicamente, num processo eminentemente estratigráfico; e a outra, que se reporta à própria terminologia demarcatória de que se socorrem os

¹ Este artigo deriva de um contexto epistemológico mais vasto, i.e., a nossa dissertação de Mestrado, registada no Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada *Paradigmas de Liminaridade no Entre-Douro-e-Tejo: um interface arqueológico de poderes (987-1131)*, sob orientação do Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes. Deve ser ressaltado, de igual modo, que o enriquecimento do texto se deveu, em grande medida, às sugestões valiosas do Prof. Doutor Luís Carlos Amaral, a quem coube arguir, no âmbito do *Workshop de Estudos Medievais 2014*, a 3 de Abril desse ano, a André de Oliveira-Leitão, doutorando do PIUDHist (Programa Inter-Universitário de Doutoramento em História), Investigador Associado do Centro de História da UL e participante da edição anterior do *WEM*, e a Luís Ribeiro Gonçalves, Investigador Associado do Centro de História da UL, que aproveita as apertações da Arqueologia (sua formação originária) na iluminação dos escolhos que o estudo do Território nos coloca.
² Cf. António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII* (Coimbra: Almedina, 1994). De resto, parece-nos um conceito operativo na metodologia que empregamos na nossa Dissertação de Mestrado, em curso.

escrivães, com o fim de plasmarem, documentalmente, a realidade paisagística a que aludem os diplomas que exararam no decorrer da sua actividade de escrita.

Será, de resto, este último que nos prenderá a atenção nas linhas que se seguem. O problema filia-se, neste sentido, na linha do que autores como García de Cortázar,³ com o seu conceito de “organização social do espaço”, Luciano Lagazzi,⁴ com os seus modelos de liminaridade (que teremos oportunidade de explicar mais desenvolvidamente *infra*), Pierre Toubert,⁵ com o encastelamento do *Latium* medieval, e, mais recentemente, André Evangelista Marques,⁶ com os seus estudos terminológicos e geográficos a respeito do Entre-Douro-e-Minho, primeiramente referentes à polissemia do termo *casal* e à definição da morfologia desta unidade espacial, e, já em contexto doutoral, na procura de uma sistematização mais compreensiva das unidades de povoamento plasmadas pela documentação compulsada, conceberam.

Importará, por ora, dizer algo mais a propósito do conceito de limite. Todas as definições consultadas (inclusivamente a que apusemos, em epígrafe, a este ensaio, e que, de algum modo, sintetiza o sentido geral daquelas) concorrem para o campo lexical da delimitação, da demarcação e da fronteira, isto é, dos signos materiais que separam, distinguindo-as, uma unidade territorial da outra, constituindo-se, em função do contexto temporal, como mecanismo de reforço identitário e de alteridade. Ainda assim, acrescentaríamos, o limite é tão físico quanto mental, já porque caminha, simbioticamente, entre a materialidade objectiva da paisagem e o universo mental do escrivão, que lega um vestígio documental que traduz este entrecruzamento.⁷ Por tudo isto se conclui ser o limite uma realidade heterogénea e polissémica, já porque a documentação carrega terminologia homonímica, mas multi-contextual, semanticamente antagónica entre si.

A sua utilização serve, não obstante, um propósito claro, que passa pelo desejo de salvaguarda jurídica de uma propriedade e de uma jurisdição, i.e., da posse dos réditos que tal posse proporcionaria e da consideração dos interesses da entidade beneficiária do estabelecimento de tais limites. Tal é notável em todos os cartulários que temos consultado, mormente no *Livro Preto*, de onde derivam a totalidade dos diplomas que aqui consideramos, e que, pela sua dimensão, constitui um exemplo paradigmático disto mesmo. Consignador de direitos, portanto, na medida em que determina, *exactamente*, o que é que pertence a quem, constituindo a violação de tais limites um ataque aos direitos que tal espaço, assim delimitado, salvaguarda para os agentes definidores do mesmo, processo negocialmente complexo, que a documentação, em função das condições de produção do Arquivo,⁸ ora cala, apresentando a solução do conflito como facto consumado, ora desvela a situação, suavizando-a, em nome da solução apresentada no final.⁹

³ Cf. José Angel García de Cortázar, *El dominio del monasterio de San Millán de Cogolla: siglos X a XIII: introducción a la historia rural de Castilla Altomedieval* (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1969); idem, *História rural medieval* (Lisboa: Editorial Estampa, 1983).

⁴ Cf. Luciano Lagazzi, *Segni sulla terra. Determinazione dei confine e percezione dello spazio nell'alto Medioevo* (Bolonha: CLUEB, 1991).

⁵ Cf. Pierre Toubert, *Les Structures Du Latium Médiéval: Le Latium Méridional Et la Sabine Du IXe Siècle a la Fin du XIIe Siècle* (École Française de Rome, 1973).

⁶ Cf. André Evangelista Marques, *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)* (Galiza: Editora Toxosoutos, 2008); idem, “Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX a XI). Ensaio metodológico” (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 2013).

⁷ Esta acepção sintetiza, de resto, o nosso próprio posicionamento metodológico, centrado no que designámos como “horizontes mentais demarcatórios”.

⁸ “Ora é precisamente no seu carácter deformado e sujeito a manipulações que está a sua relevância. O Arquivo é, acima de tudo, o lugar da ideologia, deformação da realidade mas ao mesmo tempo intervenção nela. Tem, assim, a sua própria materialidade. (...) Perante semelhantes tipologias documentais, o método faz-se indiciário”, Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II. Tragédia* (Lisboa: Temas e Debates, 2009) pp. 84-85. Ainda sobre este conceito, vide Michel Foucault, *A arqueologia do saber* (Coimbra: Almedina, 2005), *maxime* a explicitação que faz do método arqueológico.

⁹ É o que se infere do diploma n.140, do *Livro Preto*, datado de 13 de Agosto de 1040, onde se alude a um conflito judicial pela posse dos mosteiros de Leça e de Vermoim, entre os herdeiros de D. Unisco Mendes e o mosteiro de S. Vicente da Vacariça, a favor deste último, mas sem se alongar, demasiadamente, acerca dos

Quotidianamente, a questão dos limites e da separação clara entre as unidades de povoamento complexificava-se já porque a porosidade inter-civilizacional entre os cristãos asturo-leoneses e os andaluses do sul se manifestou na pujança política, militar e cultural da comunidade moçárabe, por definição hibridizada, já porque os limites perimétricos e rígidos de uma fronteira linear, pré-anunciadores multisseculares de um Estado-nação, não apresentam qualquer operacionalidade no seio de uma região eminentemente fluida nos seus limites principais como o era a terra de Coimbra e o Condado Portucalense, mercê dos avanços e recuos das operações militares recorrentes.

A pertinência do modelo zonal reside aqui, já que articula os contributos dos fenómenos do encastelamento e da militarização com a criação de uma sociedade onde o modo de vida era a guerra, e a ocupação de pontos altaneiros uma forma de controlo de uma territorialidade, donde resultaria uma economia de saque e de depredações frequentes onde a fluidez de limites territoriais são mais pertinentes que o geometrismo e rigidez da fronteira linear, e onde faz mais sentido falar numa sequência interrelacionada de núcleos territoriais, normalmente associado a uma região de interface entre duas ou mais construções políticas. São, aliás, estes dois paradigmas de liminaridade, o perimétrico e o zonal, teorizados por Luciano Lagazzi, posteriormente aplicados, enunciativamente, à Hispânia por Hermenegildo Fernandes,¹⁰ que norteiam, em termos analíticos, o nosso trabalho e cuja dilucidação se procura neste primeiro tentame.

Limite, por consequência, enquanto realidade cognitiva que a moldura mental de representação territorial incorpora nos seus processos, a partir da observação da objectivação carnal e corpórea, porque visível, desse mesmo espaço de finitude. A sua explicitação será a nossa demanda neste ensaio, por meio do método terminológico, que se nos afigura particularmente pertinente, já porque, como notou André Marques, na esteira de Geoffrey Elton, “o essencial do trabalho propriamente técnico (“científico”) do historiador reside no estudo da linguagem dos documentos (...) [que] representam a realidade através da mediação da linguagem”,¹¹ asserção que sumaria o essencial do nosso argumentário nesta fase.

2. UM PROBLEMA DE ESCALAS: MACRO E MICRO. O LIVRO PRETO E OS UNIVERSOS DIPLOMATISTAS

Entramos, agora, no terreno da explanação das fontes, no caso vertente, o *Livro Preto*, cartulário da Sé de Coimbra¹² constituído por cópias de Undecentos e de Duzentos de documentação dos séculos IX, X e XI, o que introduz imediatamente uma deformação no ponto de observação, pelo facto dos diplomas originais terem já sido filtrados por terceiros, aquando da composição do cartulário.¹³ Porém, como nos avisam os editores mais recentes do *Livro Preto*, o investigador, mantendo a prudência relativamente a algumas imprecisões de datação e a interpolações posteriores da documentação (que os historiadores do país vizinho designam de “sospechosos”),¹⁴ não deve cair no hiper-

motivos da querela. A intencionalidade era clara, como se depreende desta omissão e da focalização na solução. Cf. “140”, Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Livro preto: cartulário da Sé de Coimbra: edição crítica, texto integral*, direcção científica de Avelino de Jesus da Costa (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999).

¹⁰ Cf. Hermenegildo Fernandes, “Dos limites às fronteiras: problemas de escalas e funções,” in *Nação e identidades: Portugal, os portugueses e os outros*, Hermenegildo Fernandes [et alii] (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009), 157-177.

¹¹ Cf. André Evangelista Marques, “Paisagem e povoamento...”, 366.

¹² Vide Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Livro preto: cartulário da Sé de Coimbra: edição crítica, texto integral*, direcção científica de Avelino de Jesus da Costa, (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999).

¹³ De resto, tal é um problema altamente recorrente na documentação anterior ao século XII.

¹⁴ Vide, a título de exemplo, a nomenclatura de que Andrés Gamba faz uso na edição da chancelaria de Afonso VI. Cf. Andrés Gamba, *Alfonso VI: cancellería, curia e imperio*, vol. 2 (León: Centro de Estudios de Historia Leonesa, 1998).

criticismo em que, não raras vezes, autores como Gerard Pradalié¹⁵ ou Pierre David¹⁶ incorreram.¹⁷ Neste sentido, tendo em mente as precauções que conjuntos diplomatas de cronologia tão recuada nos devem merecer, podemos interpretá-la, ainda assim, com alguma segurança.

O próprio acto de constituição de um cartulário é outro aspecto digno de realce. Sendo certo que, por altura da sua composição, em 1273, se travavam conflitos jurisdicionais pela posse de territórios vastos entre os bispados portugueses, mormente os de Coimbra (que aqui nos ocupa), do Porto (que, desde as primeiras décadas do século XII, se digladiava com Coimbra por causa dos limites diocesanos de cada jurisdição, aspecto de não somenos importância que trataremos noutra contexto) e da Idanha-Guarda (situado longe das principais urbes do reino, mas próxima do vizinho castelhano, logo axial nos equilíbrios territoriais negociados poucos anos antes, aquando da questão do Algarve entre Afonso III e Afonso X, de que a *Crónica Geral de 1419* nos dá abundante testemunho), com Santa Cruz de Coimbra (dotada de um grande prestígio simbólico, mercê da sua fundação por Afonso Henriques e por albergar o seu corpo e o de seu filho, Sancho, primeiro de Portugal, enormemente favorecida desde a sua fundação em 1131, avessa aos interesses da sé conimbricense), com o peso crescente que, desde o início do reinado do monarca *bolonhês*, Lisboa começa a assumir, por razões várias, e, finalmente, pela importância da cultura escrita na Idade Média, onde o registo agia como conferidor jurídico de uma propriedade e garante da sua manutenção por parte dos contraentes, não é de estranhar a iniciativa da sé em compilar, maciçamente, a documentação, tão antiga quanto possível, que comprovasse, sem sombra de dúvidas, os direitos que a instituição tinha sobre um território basicamente desenhado no Entre-Douro-e-Tejo. Tal aspecto liga-se bem com o exemplo concreto de um diploma que, num jogo de omissões, adscribe, irrefutavelmente, um mosteiro à órbita vacaricense.

Mantendo, referencialmente, todas estas preocupações subjacentes, ao “peneirarmos” o *Livro Preto*, demo-nos conta de massivos informes relativos a outros cenóbios, eventualmente associados à órbita jurisdicional daquela instituição, mas que, antes de o serem, apresentavam uma actividade diplomata própria nada despidianda, a tal ponto que seria possível estudá-las individualizadamente. Definimos, para tal, diversos universos de diplomas,¹⁸ entre os quais avultam, para lá do da própria sé, os dos mosteiros de S. Vicente da Vacariça e de S. Mamede do Lorvão, quantitativamente desiguais entre si, mas não qualitativamente, já que, se é verdade que a documentação vacaricense é bem mais vasta que a laurbanense, esta mostra, contudo, um conteúdo de delimitação que não a desmerece em nada em face da sua congénere, como veremos nos segmentos seguintes. Donde o problema das escalas, já que da macro-estrutura do *Livro Preto* extraímos sub-conjuntos micro-analíticos, comparáveis entre si ao nível da terminologia demarcatória que empregam, com as ressalvas que a espessura histórica de cada um arrasta em qualquer hermenêutica. Senão vejamos: desde há largas décadas considerado um grande centro de produção cultural, pelas historiografias ibérica¹⁹ e francesa (de que são exemplos o seu cartulário, recentemente reeditado, *Liber*

¹⁵ Gerard Pradalié, “Les faux de la Cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XIIe siècle,” *Mélanges de la Casa de Velázquez* (1974), t. 10: 77-98.

¹⁶ Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* (Lisboa : Portugália, 1947).

¹⁷ Das mesmas preocupações faz eco Mário Gouveia, “Abaciologia do mosteiro de S. Vicente da Vacariça,” *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 12 (2012): 55-78.

¹⁸ Que, evidentemente, não contemplam todos os diplomas reportáveis a cada cenóbio, mas somente os que reputámos mais pertinentes neste contexto.

¹⁹ Vide Rui de Azevedo, *O Mosteiro do Lorvão na reconquista cristã*, (Lisboa: Separata do Arquivo Histórico de Portugal, 1933); Paulo F. Alberto, Rodrigo Furtado (coord.), *Quando Portugal Era Reino de Leão. Estudos Sobre Cultura e Identidade antes de D. Afonso Henriques = Cuando Portugal Era Reino de León. Estudios Sobre Cultura e Identidad antes de Alfonso Enríquez*, (León/Lisboa: Universidade de León/Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012). Estas actas correspondem a um colóquio que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Outubro de 2010, inscrevendo-se nas comemorações dos 1100 anos de elevação de Leão a capital do reino homónimo, tendo o mesmo culminado no lançamento, na Torre do Tombo, da edição mais actualizada do *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*.

Testamentorum Coenobii Laurbanensis,²⁰ o Apocalipse que os seus *scriptoria* legaram à posteridade, e que foi já poliedricamente estudado em várias dissertações de Mestrado²¹ e de Doutoramento), o mosteiro do Lorvão, sito a 20 quilómetros a nordeste de Coimbra, na margem direita do Mondego, configura-se como um dos cenóbios que melhor materializou a confluência hibridizante entre a *Christianitas* e o Al-Ándalus, característica de uma sociedade marcadamente fronteiriça como a hispânica, não tendo perdido completamente a sua preeminência, nas centúrias seguintes, funcionando, até meados de Oitocentos, como um convento feminino.²² Já a Vacariça,²³ documentada desde 1002, donde o nosso *terminus a quo*, com uma órbita jurisdicional excepcionalmente alargada, depois integrada na sé de Coimbra, é um dos mosteiros mais importantes daquela região e que, à semelhança da anterior, traduz, civilizacionalmente, outro aspecto da porosa alteridade que caracterizava esta espacialidade, já que, não obstante a arabização que sofreu a zona em seu redor, de que são testemunhas a antroponímia dos intervenientes que com o mosteiro celebram contratos vários, se manteve como reduto do cristianismo hispânico que, nos finais do século XI, a reforma gregoriana irá erodindo, paulatinamente.²⁴ Tais serão os cenóbios que prenderão a nossa atenção.

3. HORIZONTES MENTAIS DEMARCATÓRIOS

Entramos agora na delimitação dos *corpora* de S. Mamede do Lorvão e de S. Vicente da Vacariça. Nesta fase, privilegiámos os diplomas que oferecessem exemplos particularmente marcantes de terminologia demarcatória.²⁵ Neste sentido, escolhemos três vectores, em torno dos quais estruturámos a nossa análise, a saber: os **referenciais de localização**, isto é, toda a terminologia que permita a identificação das áreas a que o diploma se esteja a reportar, como o sejam as expressões de conscrições administrativas que pontuam o discurso dos cronistas, assim como os elementos da paisagem que a explicitem melhor; a **terminologia demarcatória *strictu sensu***, que aqui relacionamos com as expressões que delimitem, concretamente, a espacialidade em equação; finalmente, os **elementos paisagísticos**, que nos pormenorizam os aspectos constantes do espaço, que urgia salvaguardar, por meio de processos demarcatórios vários, por proporcionarem proventos aos beneficiários; este campo

²⁰ Cf. José María Fernández Catón, Aires Augusto do Nascimento (eds.), *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, I- ed. fac-similada; II- *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis- Estúdios e edición diplomática* (León: Centro de Estúdios y Investigación “San Isidoro”/Archivo Histórico Diocesano, 2008).

²¹ Cf. Mário Gouveia, “O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os Anais do Lorvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2008); Ana de Oliveira Dias, “*Commentarium in Apocalypsin*: o número e a forma geométrica na tradição simbólica das ilustrações do “Beato” de S. Mamede do Lorvão” (Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012); Thiago Borges, “Do texto ao traçado iconográfico: as representações das *Sortes Apostolorum* nos mapas-múndi dos *Beatos* (séculos X-XIII)” (Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2010); António Rei, “O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval: das suas origens discursivas ao apartado geográfico da Crónica de 1344” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2007).

²² Ainda que a nossa análise termine em 1116, com o “reactivar” do cenóbio, pela Sé de Coimbra. Cf. “61”, *Livro preto*...

²³ Do mosteiro não restaram quaisquer vestígios. Nesta lógica, a Câmara Municipal da Mealhada, à qual a Vacariça se encontra adstrita desde 1834, com a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, inaugurou, em 2002, um monumento alusivo ao desaparecido mosteiro, por forma a comemorar os 1000 anos que transcorreram desde a primeira referência ao cenóbio. Cf. sítio oficial: Câmara Municipal da Mealhada, consultado em 21/02/2014, <http://www.cm-mealhada.pt/index.php?id=61&parcat=54&par=0&acao=mostra.php>.

²⁴ Cf. Miguel Ribeiro de Vasconcellos, *Notícia Histórica do Mosteiro da Vacariça doado á Sé de Coimbra em 1094 e da Serie Chronologica dos Bispos desta Cidade desde 1064 em que foi Tomada aos Mouros*, (Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias de Lisboa, 1857), *passim*.

²⁵ Para além de que, neste contexto, importará mais a consideração comparativa de terminologias demarcatórias, e não tanto a dimensão das amostragens. Tal não nos impediu de recorrermos, episodicamente, a diplomas não arrolados nos quadros. A focalização numa única fonte deformará, por certo, a perspectiva, mas fazemo-lo conscientemente, já que o cotejo com outras fontes exigiria uma tipologia de abordagem exploratória, e não sintética, como a que aqui se ensaia.

incluirá, de igual modo, pormenores da paisagem que chamem a atenção do escrivão. Por facilidade de visualização, colocaremos, por cada vector, dois quadros, correspondentes a cada cenóbio, onde cada um evidencie, para cada termo isolado, o(s) documento(s) do *Livro Preto* que o apresentam.

3.1. REFERENCIAIS DE LOCALIZAÇÃO

Como foi dito, as tabelas seguintes discriminam, exactamente, as expressões, associadas a cada cenóbio, que mereceram a nossa atenção.

MOSTEIRO DE S. VICENTE DA VACARIÇA	
REFERENCIAIS DE LOCALIZAÇÃO	Nº DO DOCUMENTO NO LIVRO PRETO
Suburbio Colimbriense	LP 126 [30-XI-1002]; LP 72 [18-V-1006]
Inter Vauga et Mondeco	LP 73 [?-?-1064]
Territorio Colimbrie	LP 124 [10-II-1016]; LP 114/154 [9-VII-1055]
Territorio portugalense	LP 185 [1-IV-1038]; LP 114/154 [9-VII-1055]

MOSTEIRO DE S. MAMEDE DO LORVÃO	
REFERENCIAIS DE LOCALIZAÇÃO	Nº DO DOCUMENTO NO LIVRO PRETO
Territorio Vauga	LP 119 [1087-1091]
Territorii Visensis	LP 68 [?-X-1102]; LP 61 [19-III-1116]; LP 80 [?-V-1103]
Inter Mondecum et Alon	LP 301 [13-XI-1105]

Como se pode observar, tanto numa tabela, como noutra, existem expressões administrativas comuns, como o sejam *territorio* (*Portucale*, Coimbra e Viseu), que, nestes, como noutros diplomas coevos, designa uma unidade macro-administrativa, no sentido em que a mesma englobava, em si, outras sucessivamente mais pequenas. Sublinhemos que, a despeito da fluidez fronteiriça que caracteriza os séculos XI e XII, existia a consciência do que pertencia a cada *territorio*. De outra forma não se explica que, referindo-se o mesmo diploma aos mosteiros de Leça e da Vacariça, situe, respectivamente, o primeiro no *portugalense*²⁶ e o segundo no de *Colimbrie*.²⁷ Talvez a explicação para tal se relacione com o estabelecimento, em 868, da presúria de *Portucale*, por Vímara Peres, e da de Coimbra, em 878, por Hermenegildo Guterres, a última das quais, mesmo perdida em 987 para Al-Manşūr, não fora obliterada do referencial de localização do escrivão. Acrescente-se, ainda, que a rede de mosteiros que sulcava o Entre-Douro-e-Mondego, do qual fazem parte os cenóbios laurbanense e vacaricense, se encontrava firmemente enraizada, pelo que os consequentes códigos de identificação territorial se manteriam, independentemente dos ritmos, normalmente voláteis e flutuantes, da conjuntura político-militar, sobretudo numa região de interface, onde a economia de saque e os avanços e recuos eram frequentes. Esta seria uma possível leitura, em abono da qual vem, em termos de história comparada, e fazendo eco do conceito de hibridização supracitado, a história do Al-Ándalus, sobretudo em dois momentos: a partir de 1085 com a conquista de Toledo, por Afonso VI, e, nos meados do século XIII, no rescaldo do ocaso almôada, com a criação dos “reinos” no seio da Coroa de Castela, parece haver um reavivar das antigas taifas, relevando a permanência, na memória das elites subscritoras daquela documentação, da consciência dos antigos limites das unidades políticas, em contexto muçulmano. A outra é de que ambas as designações se referem a territórios diocesanos,²⁸ o que, apesar de crível, não nos parece ser o caso, mercê da problemática da definição de ambos no primeiro quartel do século XII.²⁹ Por outro lado, e avançando algumas centúrias, no rol das igrejas de 1320-21, as divisões das dioceses, longe da fraseologia posterior de arcebispados, arcediagados e vigairarias, são ainda significativamente apelidadas de *territórios* ou de *terras*. Poderá,

²⁶ Note-se, marginalmente, que o escriba se reporta aqui ao condado de *Portucale*, e não ao portugalense, já que este último somente se constitui na década de 90 do século XI. Estamos, apenas, perante uma das múltiplas variantes ortográficas do mesmo termo, muito comum nesta documentação, filologicamente situada na transição para as línguas românicas.

²⁷ Cf. “114/154”, *Livro preto*...

²⁸ Cf. Marques, “Paisagem e povoamento...”, 402.

²⁹ De resto, o autor da nota anterior também reporta a desproporção diplomata entre a acepção de uma unidade de grandes dimensões e uma diocesana. Cf. Marques, “Paisagem e povoamento”, 402-403. Vide, também, “598”, *Livro preto*....

nesta sequência, ambos os termos apresentarem uma dupla significação política e religiosa? Pensará o escritor numa em detrimento da outra, não fazendo uma verdadeira distinção entre ambas?

Mais interessante se torna a referência ao *territorio Vauga*, muito menos frequente que as duas anteriores, mas que se estenderia, segundo Seabra Lopes, entre Albergaria-a-Velha e a Mealhada.³⁰ Esta anomalia leva-nos a concluir que esta terminologia não era, por conseguinte, unívoca, mas polissémica, embora, neste caso concreto, o seu significado geral seja bastante consensual.

O exemplo anterior dá-nos o mote para a importância do referencial fluvial nesta documentação, particularmente na identificação geográfica, ainda mais que a topografia, como os montes (que, apesar de utilizados neste contexto, eram mencionados primariamente com elementos paisagísticos dignos de nota, como veremos). Esta constatação parte de expressões, comuns a muitos diplomas, que colocam uma povoação, uma *villa*, um casal, uma herdade, entre outros, *discurrente rivulo*, isto é, situado ao longo do rio, o que, sendo parcialmente coerente com os locais de fixação demográfica, neste período, releva ainda mais a importância do *flumen* como elemento de localização e a sua centralidade económica. Esta interpretação sai reforçada, quando, como vimos, um rio dá o nome a uma sub-região do Entre-Douro-e-Mondego (o que diz muito da sua natureza polarizadora), como quando, numa delimitação mais simples, se recorre às balizas fluviais,³¹ assim como, num inventário de bens de um mosteiro, se aponha, de princípio, que os mesmos se situam Entre-Vouga-e-Mondego.³²

Finalmente, deter-nos-emos noutra anomalia: a designação *suburbio*. Num cotejo terminológico entre fontes mais setentrionais e a categorização de Paulo Merêa e Amorim Girão,³³ André Marques chega a dois significados essenciais: “território de uma cidade” e “arrabalde”.³⁴ Para esta última asserção concorre o sentido geral do que diz Luís Ribeiro Gonçalves, quando se refere, comparativamente, à semântica actual do conceito (espaço periurbano disperso resultante da revolução dos transportes) e a pré-industrial (“dominada pelas manchas de produção agrícola de carácter especializado, por uma rede viária complexa e pela presença de proprietários e foreiros urbanos”).³⁵ Tendo analisado o contexto de utilização da designação e situando-se as unidades em questão bastante longe da *civitas colimbriensis*, admitimos, como também faz A. Marques, a possibilidade de se reportar a um território diocesano.³⁶ Acrescentaríamos, contudo, que, com a consabida polissemia que enforma muitos destes diplomas, não nos soa inteiramente implausível que se pudesse equiparar, nesta situação, à acepção anterior de *territorio*, enquanto unidade administrativa de grandes dimensões.

Neste sentido, com a análise das irregularidades citadas, não nos parecem existir diferenças substantivas entre ambos os *corpora*, a nosso ver mercê da relativa contiguidade da geografia equacionada, o que influenciaria o ponto de observação no sentido de uma aproximada uniformização dos referenciais espaciais e da identificação geográfica.

3.2. TERMINOLOGIA DEMARCATÓRIA *STRICTU SENSU*

Entramos, por ora, no segundo vector, o da terminologia demarcatória *strictu sensu*. Os quadros que construímos são os que se seguem.

³⁰ Cf. Luís Seabra Lopes, “A Estrada Emínio-Talábriga-Cale: Relações com a Geografia e o Povoamento de entre Douro e Mondego,” *Conimbriga* 39 (2000): 191-258.

³¹ Cf. “301”, *Livro preto...*

³² Cf. “73”, *Livro preto...*

³³ Cf. Paulo Merêa, Amorim Girão, *Territórios portugueses no século XI* (Separata da *Revista Portuguesa da História*, com correcções e acrescentos, 1948).

³⁴ Cf. Marques, “Paisagem e povoamento...”, 399-400.

³⁵ Cf. Luís Ribeiro Gonçalves, “Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX-XIV)” (Tese de mestrado, Universidade de Lisboa, 2012), 15.

³⁶ Cf. Marques, “Paisagem e povoamento...”, 400.

MOSTEIRO DE S. MAMEDE DO LORVÃO	
TERMINOLOGIA DEMARCATÓRIA STRICTU SENSU	Nº DO DOCUMENTO NO LIVRO PRETO
Per suis locis et terminis antiquis	LP 301 [13-XI-1105]
Cum A-d-jacentis suis	LP 61 [19-III-1116]
Passales in amplitudine et in longitudine	LP 119 [1087-1091]
Oriente; Occidente	LP 301 [13-XI-1105]

MOSTEIRO DE S. VICENTE DA VACARIÇA	
TERMINOLOGIA DEMARCATÓRIA STRICTU SENSU	Nº DO DOCUMENTO NO LIVRO PRETO
Per suos terminos antiquos	LP 72 [18-V-1006]; LP 73 [?-?-1064]
In amplo (...) passales	LP 118 [?-?-1014]
Per suis vicos	LP 120 [?-?-1018]; LP 122 [1?-?-1018];
Oriente; Occidentalem	LP 91 [1-XII-1020]
Cum adjectionibus suis	LP 73 [?-?-1064].

Observando os quadros, rapidamente verificamos pontos de convergência entre ambos. Na verdade, este vector consigna duas tipologias distintas de terminologia demarcatória: terminologia de base mental e terminologia de base referencial,³⁷ reportando-se a primeira a expressões padronizadas, características do formulário diplomático, de difícil apreensão semântica, mas cujo uso multi-contextual pode fornecer algumas chaves de decifração, ao passo que as segundas se configuram como descritores muito mais pormenorizados e objectivos do lugar em questão, porquanto revelam um conhecimento do *quadriuium*,³⁸ aqui prosaicamente aplicado à realidade documental do acto jurídico, consignador de direitos e réditos. Os cenóbios parecem equilibrados na terminologia que carregam (com o pendor necessariamente a descair mais para a Vacariça, por possuir mais diplomas arrolados), não existindo, por conseguinte, grande diferencial no rácio estatística-conteúdo. Para encontrarmos tal, será necessário o cotejo do conteúdo.

Quanto às expressões padronizadas, mormente *per suos terminis antiquis* (e suas variações, nestes exemplos pouco consequentes, como *per suis vicos*), o facto de não podermos determinar, com precisão, a sua materialidade objectiva, não as torna menos interessantes, porque se reportam a uma ancestralidade *in illo tempore* (como acontece com o documento 301 do Lorvão),³⁹ onde se haviam definido os limites do lugar em equação. Que términos são esses? Por vezes, a documentação plasma-os, mas somente com recurso à terminologia referencial. Quando não o faz, será que pressupõe o conhecimento prévio do que é contratualizado, por parte dos destinatários de tal instrumento jurídico, tal que não veja necessidade em o pormenorizar? Ou, nalguns casos, poderá relevar um conhecimento mais difuso, mas episódico, do território em causa? O documento 73 do *Livro Preto*, que agrega ambas as modalidades, parece responder afirmativamente a ambas as questões. Para lá disso, tendo em conta que era um inventário dos bens do mosteiro, i.e., para consulta no seio do cenóbio, não haveria qualquer necessidade de especificar excessivamente as pertenças, a não ser que fosse absolutamente necessário. Dependerá a utilização desta designação, em última análise, da tipologia jurídica do diploma? Nem sempre, como sabemos, ainda que o questionário *supra* mereça ser testado em face de um contexto heurístico mais alargado. Finalmente, e para encerrarmos esta categoria, convém notar que a designação *cum adjectionibus suis*, que, porque não especificado, poderá, semanticamente, aproximar-se da expressão *terminis antiquis*, sofre uma pormenorização no documento 61,⁴⁰ reportando-se, alternadamente, a elementos que existem dentro de unidades de povoamento menores, como as *villae*, e de maiores, como os já elencados *territoria*.

No que à terminologia de base referencial diz respeito, a semântica e contexto de utilização tornam-se-nos menos pantanosas, por terem eco na literatura erudita coeva, algo de não somenos importância. Falamos, concretamente, dos *passales* e dos descritores *Oriente* e *Occidente*, reportando-se os primeiros a medidas de delimitação,

³⁷ Também aqui glosamos a sistematização que André Marques nos fornece na sua dissertação de doutoramento, uma referência ímpar neste ensaio. Não a seguimos, *pari passu*, porquanto a nossa documentação, não obstante os múltiplos pontos em comum com a daquele estudo, apresenta particularidades terminológicas não encaixáveis naquela formalização. Vide Marques, “Paisagem e povoamento...”, 262-263.

³⁸ Leia-se dos quatro saberes (aritmética, geometria, astronomia e música, esta última ausente do horizonte demarcatório dos escrivães) relacionados com notações e medições, ainda que as correspondências com o sistema métrico actual sejam por demais duvidosas e, portanto, dificilmente extrapoláveis, por muito tentadora que seja essa hipótese.

³⁹ Cf. “301”, *Livro preto*...

⁴⁰ Cf. “61”, *Livro preto*...

cujo cálculo se nos afigura de difícil resolução, fundamentalmente porque, nos tentames que ensaiámos, os valores não são coerentes entre si, nos diversos documentos, o que nos faz pensar que, a despeito da aparente homogeneidade que o Entre-Douro-e-Mondego poderia proporcionar, as conversões e medidas divergiriam. No *Elucidário*, de Santa Rosa de Viterbo, O.F.M., encontramos duas acepções possíveis do termo: o primeiro referir-se-ia ao “recinto, conchouso ou terra hortada, junto das igrejas paroquiais, que servia para hortas, pomares e logradouro aos párocos e ministros do templo”,⁴¹ o que não é, de todo, o caso nos universos diplomatas compulsados; a segunda reporta-se às “medições antigas [onde] se usa com frequência de *passal* no sentido de *passo*; mas a quantidade certa destes *passaes* nós a não sabemos (...) Daqui se vê que o *passal* tinha mais de quatro palmos e muito mais de um côvado”.⁴² Não se limita o ilustre compilador a fornecer-nos a definição, substanciando as suas afirmações com exemplos de cartórios, coerentes com os diplomas onde arrolámos estes informes, e que mencionam delimitações muito precisas e concretas de *villae*, casais, herdades, i.e., unidades de povoamento, de dimensão variável. Ainda nesta senda, a utilização da direcção cardeal, como *Oriente* e *Occidente* (incluindo outros diplomas *Septentrio* e *Meridio*, completando a rosa-dos-ventos), serviria os mesmos propósitos das medições antigas, os *passales*, constituindo até uma potencial chave de decifração da forma como o espaço era percebido, já que nos desvela o ponto de observação.⁴³ Ainda assim, e não sendo uma tipologia de conhecimentos ao alcance de todos, justifica-se a sua inserção cenobítica, onde se poderiam consultar obras como as *Etymologiarum*, de Santo Isidoro de Sevilha, que codificam o que depois denominaríamos os movimentos de rotação e de translação da Terra.⁴⁴ Interessantemente, ambas as categorias de delimitação são mutuamente excludentes: onde está uma, a outra não entra, e vice-versa. Seriam, assim, duas metodologias distintas de perceber o espaço, apesar de cumprirem a mesma função?

3.3. ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS

Terminamos com o vector dos elementos paisagísticos. Uma vez mais, seleccionámos o seguinte conjunto de quadros.

MOSTEIRO DE S. MAMEDE DO LORVÃO		MOSTEIRO DE S. VICENTE DA VACARIÇA	
ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS	Nº DO DOCUMENTO NO LIVRO PRETO	ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS	Nº DO DOCUMENTO NO LIVRO PRETO
Rivo/Rivulo	LP 119 [1087-1091]; LP 80 [?-V-1103];	Invenire pomares, ficcares, arbores fructuosas vel infructuosas, terras ruptas vel inruptas	LP 72 [18-V-1006]; LP 122 [?-?-1018];
Monte	LP 119 [1087-1091]	Castello	LP 93 [22-II-1036]
Casales	LP 119 [1087-1091]	Ecclesia	LP 93 [22-II-1036]
Castello	LP 80 [?-V-1103]	Prope litore maris	LP 185 [1-IV-1038]
Ecclesia	LP 61 [19-III-1116]		
Vineas	LP 61 [19-III-1116]		

Exactamente como nos exemplos anteriores, não existem diferenças substantivas entre ambos os cenóbios. Também aqui, proporíamos uma categorização simplista, mas operativa: elementos paisagísticos humanos, *v.g.* *castello* e *ecclesia*; e elementos paisagísticos naturais, como o sejam *rivo/rivulo*, *pomares*, *arbores fructuosas vel infructuosas*, *terras ruptas vel inruptas*, *vineas* e *ficcares*, entre muitos outros.⁴⁵ A primeira reporta-se aos elementos, que avultam, pela sua imponência e capital simbólico, na paisagem envolvente, como o castelo e a igreja, de resto os dois elementos

⁴¹ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases*, II (Porto: Civilização, 1962), 467-468.

⁴² Cf. Viterbo, *Elucidário*..., 468.

⁴³ Em função da região em análise.

⁴⁴ Cf. Isidorus Hispalensis, “De mundo et partibus,” in *The Etymologies*, tradução de Stephen Barney, W.J. Lewis, J.A. Beach e Olivier Berghof (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), C271.

⁴⁵ Considera A. Marques estes elementos como sendo “estereotipados”, o que, sendo verdade, não obsta a que a sua conjugação não seja significativa de uma cristalização diplomata dos elementos de proveito para os contraentes do acto jurídico. Cf. Marques, “Paisagem e povoamento”, 274-275.

estruturantes na antropização da paisagem hispânica, a partir do século IX. Poder-se-á argumentar que se exagera, ao individualizá-los como elementos paisagísticos, já que aqueles descritores serviam fundamentalmente como identificação geográfica e como referencial de localização. Sendo certa, esta afirmação desconsidera a importância do processo de encastelamento (que, como sabemos, não se restringe, de todo, à proliferação de castelos) na estruturação de um território e no impacto visual que as materializações do dito processo teriam na paisagem envolvente. De resto, o informe acerca do castelo cresce na documentação a partir de meados do século XI. Relativamente às referências à igreja, estas constituíam-se como centros dinamizadores de unidades de povoamento,⁴⁶ e, no âmbito da religiosidade medieval, sobretudo numa tão observante como a hispânica, a referência continuada a espaços de culto com os respectivos oragos, aliada às fórmulas pias, seria algo desejável, como bem plasma o documento 80.

Faltarão dizer algo sobre os elementos naturais, que os escribas codificavam em fórmulas padronizadas, o que, se coloca sérias dúvidas acerca da plausibilidade das unidades de povoamento possuírem todos aqueles elementos, nos dá um conspecto do que teria interesse económico e seria passível de demarcação. Nesta lógica, encontramos menções compreensíveis aos montes (elemento topográfico altaneiro, coerente com a lógica do encastelamento), às árvores de fruto e às que não produzem frutos (e que poderiam ter funções demarcatórias), aos moinhos (*sesigas molinarios*), às terras lavradas e por lavar (i.e., futuramente aproveitáveis), às vinhas, às águas fluviais destinadas à irrigação e, num reforço adicional da *re limitum*, o *ingressus vel regressus*, ou seja, às entradas e às saídas, o que pressupõe um espaço delimitado, onde se podia entrar, e de onde se podia sair.

Uma vez mais, também aqui não existe uma distinção terminológica substantiva entre ambos os *corpora*, destacando-se o Lorrão como revelador do conspecto anterior.

4. UM EPÍLOGO

Findo este breve estudo acerca da *re limitum* nos universos de diplomas do *Livro Preto*, sobram-nos as perguntas e escapam-se-nos as respostas, mercê não só do carácter fragmentário, contraditório e polissémico da documentação analisada (e não original, já devidamente filtrada), como da própria natureza do questionário, que *pretendeu* inquirir dos horizontes mentais de demarcação dos homens da época, num exercício situado na confluência da representação diplomática com a carnalidade da paisagem coeva, a partir da terminologia que os mesmos empregaram, procurando regularidades do registo e anomalias contextuais que, pela sua excepcionalidade, nos oferecessem chaves de compreensão, em permanente cotejo com os contributos de outros autores acerca destas matérias. E é este carácter pantanoso e especulativo das conclusões a que chegámos que nos incitam a denominar esta fase derradeira como *um epílogo*, entre outros possíveis, sobretudo se robustecidos com *corpora* mais vastos e de proveniência diferenciada.

Dito isto, passemos, sem mais delongas, ao que nos detém. Em primeiro lugar, e a despeito da necessidade de formalização de um objecto tão *naturalmente* retalhado como este, a realidade diplomática não permite a constituição de definições absolutas, sobretudo porque – e a leitura atenta de Paulo Merêa e André Marques convenceu-nos disso – poderão existir diferenciações terminológicas regionais, mercê de factores vários, entre os quais avultam as vicissitudes históricas de cada espaço (como a fluidez fronteiriça, resultante da militarização e do encastelamento), a própria morfologia topográfica de cada região, a percepção das distâncias, a posição do observador (que, como sabemos desde os contributos de Bohr e Schrödinger,⁴⁷ influenciam o próprio objecto observado) e dos esquemas de representação espacial, consignados em fórmulas genéricas como *terminis antiquis*. Sublinhemos a problemática da semântica de

⁴⁶ Cf. “29/172”, *Livro preto...*

⁴⁷ Cf. Erwin Schrödinger, *A Natureza e os Gregos seguido de Ciência e Humanismo* (Lisboa: Edições 70, 2003).

suburbium, cuja equiparação ao conceito de *territorium* poderá ter alguma razão de ser no Entre-Douro-e-Mondego, mas não *exactamente* em zonas mais a setentrião, e a inclusão de notação posicional como a rosa-dos-ventos, e corrente, como os *passales*, embora estes últimos possuíssem fundamentação conciliar.

Na sequência do raciocínio anterior, se podemos surpreender, a espaços, e nunca de forma completamente segura, variações regionais, também é possível afirmar, com base no cotejo de ambos os *corpora*, não existirem suficientes diferenciações no seio da mesma territorialidade para que se possa falar numa alteridade intra-regional. É esta constatação que releva da relativa coincidência terminológica entre os cenóbios do Lorvão e da Vacariça e também do facto de ambos se situarem na mesma região, distando muito pouco um do outro. A terminologia traduziria, então, uma certa coerência interna, tal que a procura de uma eventual dissonância nos obrigará, futuramente, em transvasar o *territorio colimbriense*, para setentrião ou meridiano.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Os Correias: uma linhagem da média Nobreza portuguesa – as proximidades à Corte

Duarte de Babo
CEPESE – Universidade do Porto

Resumo

Iremos olhar às proximidades que os Correia tiveram à Cúria, desde os seus mais longínquos antepassados, passando por Paio Peres Correia, o célebre mestre da Ordem de Santiago. É com Paio Correia que vemos esta família a ser catapultada para a Corte, deixando assim a sua condição de média Nobreza regional. Juntando-se à grande importância que este Mestre teve, há outros acontecimentos que nos ajudam a compreender a aproximação da família à Cúria Régia: a guerra da Reconquista, (terminada em 1249); a guerra civil entre Sancho II e seu irmão, o *Bolonhês* (1246-1248); o quebrar de um ciclo que o reinado do Afonso III (1248-1279) significou para a Nobreza; o exacerbar das medidas de centralismo empreendidas por Dinis (1279-1325) e seu filho Afonso IV (1325-1357); a confirmação de muitos dos tratados antigos com Castela, entre os quais o de Escalona, em 1328, onde um Correia figurou ao lado de outros nobres, como testemunha. Por fim, apresentamos o reinado do *Justiceiro* (1357-1367), que outorgou benesses aos nobres, anteriormente negadas.

Abstract

We will look at the proximities that the Correia's family had with the *Curia*, from their most ancestors, undergoing like Paio Peres Correia, the notable master of the Order of Santiago. With Paio Correia, we see this family being catapulted into the Corte, thereby leaving his condition of nobility regional average. Joining to the big importance this Mester had, there are several other events which help us understanding the oncoming of the family to the Royal Curia: the War of *Reconquista*, (its end in 1249), the Civil War between Sancho II and his brother, the *Bolognese* (1246-1248), the breaking of a cycle that reign of Alfonso III (1248-1279) meant for Nobility; the aggravation of the centrality measures carried out by Dinis (1279-1325) and Afonso IV (1325-1357); recognition of some old treaties, with *Castela*, including the *Escalona*, in 1328, where appears one Correia, along with other nobles, as a witness. Finally, we present the reign of the *Justiceiro* (1357-1367) that has granted blessings to the noblemen, previously forbidden.

Tencionamos tratar uma questão à qual a historiografia tem dado grande relevo: as relações que se estabeleceram entre a Nobreza e a Corte. Esta realidade já foi tratada por outros autores, entre os quais Pestana de Vasconcelos, na sua tese doutoral (2008). Ao nível das prerrogativas da Nobreza mantêm-se fortes continuidades entre os séculos XIII-XIV e o XVI, embora se acentuem os contrastes no que toca à sua relação com as Ordens Militares e com a Coroa.¹

De um ponto de vista geral, podemos, desta forma, dividir as prerrogativas em três grandes pontos. Temos assim, em primeiro lugar, o *nascimento* (parentesco, sangue e linhagem), seguido do *serviço à Coroa* (quer na guerra, como também no exercício de determinados cargos palatinos); por último, foque-se a *posse e a jurisdição de património*, que continua a ser um dos elementos determinantes para caracterizar a Nobreza enquanto grupo social.²

A linhagem dos Correia lucrou imenso com as aproximações à Corte, sendo as alianças matrimoniais determinantes para concretizar esta realidade. Desta forma, abriram-se as portas a parentelas cujas proximidades ao meio palatino eram mais do que evidentes. Tal aproximação à Casa Real devia-se essencialmente ao facto de o rei ser o único com o poder de outorgar benefícios ou privilégios e, por isso, não é de estranhar que se vejam bastantes ‘filhos de Fralães’ como vassalos régios. Esta posição era

¹ António Falcão Pestana de Vasconcelos, “Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de poder,” vol. 1 (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2009), 146.

² Vasconcelos, “Nobreza e Ordens Militares,” vol. 1, 146.

alcançada por distinção de serviços ou valimento pessoal. Dos cargos pode-se ainda aludir que estes homens figuravam como conselheiros régios ou, até mesmo, ocupavam -ofícios de destaque na administração e na defesa do reino, naquilo que era uma característica da média Nobreza de Corte.³

Tendo ainda por base a tese de Pestana de Vasconcelos, como também a de Luís Filipe Oliveira⁴, damos conta de que os Correia mantiveram-se fiéis à Coroa, como se pôde ver no caso da crise de 1383-1385, dado que um dos seus membros, Afonso Vasques Correia, iria ser elevado à condição de valido de D. João I⁵, Refira-se ainda que a importância desta família conheceu sempre um crescendo que, segundo se apurou, chegou pelo menos até ao reinado de D. Manuel I.⁶

As primeiras aproximações à Corte, por parte dos Correia, dão-se com Paio Soares Correia, o *Velho*, ainda no reinado de D. Afonso Henriques, em Setembro de 1145, tal como Leontina Ventura refere.⁷ Seguidamente, o seu neto, Paio Peres Correia, Mestre dos Espatários, durante o reinado de D. Sancho II⁸ – e também no de seu irmão, D. Afonso III⁹ –, fará nova aproximação ao meio palatino, justamente num período de grande anarquia – da qual mais adiante se falará.

Este valoroso cavaleiro, cantado por Camões, que «com bélica astúcia ao Mouro ganha/ Silves, que ele ganhou com força ingente»¹⁰ durante as campanhas no Alentejo, surpreendia os seus adversários «Com manha, esforços e com benigna estrela,/Vilas, castelos, toma, à escala vista.»¹¹ Graças à sua astúcia, seria um dos grandes responsáveis pela conquista das terras do Alentejo ao Algarve, coadjuvando desta forma D. Sancho II no seu ideal de *cruzada*, transposto para o cenário ibérico da Reconquista. Em consequência, o monarca daria corpo à sua ânsia em demonstrar o seu valor militar na luta contra o mouro.

D. Paio Peres Correia seria, também, a par de um grupo restrito de *magnates* do reino, um dos que viria a ter o monarca como que manietado, após a quebra de relações entre ele e o corpo social do reino.¹² Quebra esta, em parte, agudizada pelo abandono das questões da política interna em detrimento exclusivo da Reconquista. Desta forma, vemos o Chanceler do reino tomar decisões que aparentemente seriam da alçada do monarca.¹³ Esta situação deu aso a que a Nobreza se expandisse a um ritmo desmedido – quer a baixa Nobreza, quer a alta¹⁴ –, dominando claramente o *Norte Senhorial*, tanto que «aí o reino é deles tanto ou mais que do rei».¹⁵ Isto revelava a incapacidade do rei em «assegurar a ordem interna e pacificar os nobres»¹⁶, como também de dar garantias de

³ Vasconcelos, “Nobreza e Ordens Militares,” vol. 1, 146-147.

⁴ Luís Filipe Oliveira, “A Coroa, os Mestres e os Comendadores: as Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1449)” (Tese de Doutoramento, Universidade do Algarve/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006).

⁵ Vasconcelos, “Nobreza e Ordens Militares,” vol. 1, 325, nota 1474.

⁶ Vasconcelos, “Nobreza e Ordens Militares,” vol. 1, 325 e ss.

⁷ DR, 324. Leontina Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 2 (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1992), 737, nota 5.

⁸ Manuel López Fernández, *Pelay Pérez Correa: Historia y leyenda de un maestro santiaguista* (Badajoz: Diputación de Badajoz, Departamento de Publicaciones, 2010), 97-106, 171-187. Relativamente à importância da atuação dos Espatários e do seu comendador de Palmela, Paio Peres Correia veja-se, Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II: Tragédia* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 191. Quanto às doações feitas por Sancho II veja-se Fernandes, *D. Sancho II*, 207 e Mário Raul Sousa Cunha, “A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327” (Universidade do Porto-Faculdade de Letras, 1991).

⁹ Convém referir, que fazendo nossas as palavras de Leontina Ventura, «o percurso do Mestre confunde-se, de certa forma, com o da ordem...» Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” 743.

¹⁰ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas* (Braga: Universidade do Minho, 2004), canto VIII, estrofes 25-26.

¹¹ Camões, *Os Lusíadas*, canto VIII, estrofe 25, quando Camões ‘canta’ «Vilas, castelos, toma, à escala vista». Isto não é mais que uma operação militar de assalto às muralhas, à luz do dia, com o auxílio de escadas, indo, assim, um pouco contra o habitual, que era praticado ao cair da noite.

¹² Fernandes, *D. Sancho II*, 234.

¹³ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I (Lisboa: Editorial Verbo, 1990), 129.

¹⁴ José Mattoso, *Identificação de um país: Composição* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 35.

¹⁵ Fernandes, *D. Sancho II*, 97.

¹⁶ Fortunato de Almeida, *História de Portugal: desde os tempos pré-históricos a 1580* (Lisboa: Bertrand Editora, 2003), vol. 1: 117.

estabilidade à Igreja, que se sentia ameaçada pela situação de anarquia¹⁷, como se pode verificar pelos inqueritos de 1252 – mandados fazer por D. Afonso III – a alguns clérigos da Sé de Coimbra, que se referiram àquele período dizendo: «Tanta erat turbacio et guerra in regno».¹⁸

O caso do Mestre da Ordem de Santiago (no reinado de D. Sancho II, como também no de D. Afonso III, em que tal realidade se continuaria a verificar) e já de seu avô (à época, na corte de D. Afonso I) patenteiam as primeiras aproximações dos Correia à Corte/Rei. Todavia, o caso de Paio Correia diferencia-se do de seu avô, pois dá-se num período extremamente complicado, em que o reino vivia em plena instabilidade que, a breve trecho, iria desencadear em *turbatio et bellum*.¹⁹

Todavia, para explicarmos melhor as instabilidades vividas até 1248, somos, a nosso ver, obrigados a recuar uns anos. Observando, por exemplo, o ano de 1223. O rei era menor aquando da sua aclamação e, para complicar um pouco mais as coisas, a Nobreza estava dividida em fações, talvez em parte devido às medidas iniciais de centralismo régio, plasmadas nas *Leis de 1211*.²⁰ Mais tarde, em 1217, iria haver uma nova demonstração de centralismo.²¹ Isto provocou, como já disse anteriormente, uma cisão ao nível da Nobreza, em que uma fação pendia para o partido senhorial e uma outra para o partido de Sancho, ou seja, o apelidado partido monárquico. A desordem era tal que anos mais tarde a situação degenerou tão gravemente que ambos os partidos acabaram por se digladiar numa série de enfrentamentos internos, movidos pela ânsia de novos benefícios²², numa onda que viria a contar, também, com a participação do Clero²³, pois este não via as suas prerrogativas asseguradas.

Estavam, assim, preparadas as condições para que se instalasse uma guerra fratricida em Portugal, devido à incapacidade do monarca em pôr cobro à instabilidade. O caso atingiu contornos de tal seriedade que, em 1245, o Papado adverte D. Sancho II, responsabilizando-o pela crescente onda de violência em que o país se encontrava²⁴; até que, por fim, a situação acabou por não ser mais suportável, levando o Papa, a 24 de Julho, a emitir a bula *Grandi non immerito*, onde declarava Sancho como *rex inutilis*, nomeando o então conde da Bolonha, irmão do rei, como *defensor do Reino*²⁵ que seria «electo pelo pouo todo Governador [...]»²⁶, com o título de D. Afonso III.

Desta forma, o monarca acaba deposto pelo Papa, mas as hostilidades tardam em cessar, visto que nem D. Sancho II, nem os seus apoiantes acataram a decisão de bom grado. As contendas só se dão por terminadas com a morte do rei, em 1248, e com a

¹⁷ José Mattoso, *Naquele Tempo: ensaios de História Medieval* (Mem Martins: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009), 299.

¹⁸ Citado por Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 1, 400.

¹⁹ Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 2, 219. Da mesma Autora *D. Afonso III* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 73-84.

²⁰ Nuno Espinosa Gomes da Silva, “Sobre a Lei da Cúria de 1211 respeitante às relações entre as Leis do Reino e o Direito Canónico,” *Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1 (1979): 13-19; Nuno Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português, 1 – Fontes de Direito* (Lisboa, 1991), 121-126. Nuno Espinosa Gomes da Silva, “Ainda sobre a Lei da Cúria de 1211 respeitante às relações entre as Leis do Reino e o Direito Canónico,” *Direito e Justiça. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa* 12 (1998): 4-36; Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II: um rei sem tempo* (Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005), 66-67; José Mattoso, *Naquele tempo: Ensaios de História Medieval* (Mem Martins: Temas e Debates, 2009), 505-514.

²¹ Para que o leitor tenha uma melhor perspetiva daquilo que foram as medidas empreendidas por Afonso II, veja-se Vilar, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II: um rei sem tempo* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 179-214. Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 1, 422-446. Estas páginas indicam-nos que os primeiros sintomas de uma cisão na Nobreza começaram, já no tempo de Afonso II, tendo-se propagado e atingido o zénite no reinado de seu filho Sancho II, que se saldaria numa guerra civil.

²² José Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes,” in *História de Portugal: A Monarquia Feudal*, dir. e coord. José Mattoso, vol. 2 (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), 120.

²³ Fernandes, *D. Sancho II*, 236.

²⁴ Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes,” 172, 129. Almeida, *História de Portugal*, 119. Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 1, 446-470.

²⁵ Mattoso, *Naquele Tempo*, 299.

²⁶ *Crónicas dos reis de Portugal*. Reformadas pelo Duarte Nunes Leão. Introdução e Rev. M. Lopes de Almeida. (Porto: Lello & Irmão, 1975), 139.

aclamação do conde da Borgonha²⁷:

«[...] E depois de morto el Rei Dom Sancho, fora pelos mesmo electo Rei, sendo certo, que para Governador [...], que ao Papa o requererão, & para suceder a seu irmão não podia, nem deuia ser electo, pois o reino se não podia dar a outrem, senão a elle, por seu irmão do Rei defunto, & filho legitimo del Rei Dom Afonso, & que staua de posse do reino com todas as homenagees das cidades & villas dadas a elle, & os castelos entregues, & que pelo Papa staua declarado por legitimo successor do reino, morrendo el Rei Dom Sancho sem filhos».²⁸

Terminada a guerra, e com a subida ao trono do *Bolonhês*, entra-se num período de apaziguamento interno, ao qual Leontina Ventura chama de «política de paz».²⁹ E uma prova disso foi o facto de o monarca ter ido buscar alguns fiéis-servidores de D. Sancho II para a sua esfera de influência, dando mostras de ter sabido «compreender e até agradecer a fidelidade dos que estiveram com o seu irmão até ao fim»³⁰; o que demonstra que eram homens fiéis à realeza e ao rei. Olhemos ao caso de Gil Martins Riba de Vizela, mordomo-mor de D. Afonso III, que foi o único dos grandes senhores portugueses que testemunhou no testamento do monarca deposto, em 3 de Janeiro de 1248, em Toledo e permaneceu fielmente a seu lado, até à hora da sua morte.³¹ Somente uns anos mais tarde é que D. Afonso III decide levar por diante as suas medidas de reforço de centralização régia, como se verá em 1258, com o lançamento de uma série de inquirições, que fazem parte de uma sólida política de centralização régia.³² Porém, a Nobreza neste reinado apenas foi afetada superficialmente, uma vez que D. Dinis é que irá mover grandes contendas contra ela. Com o *Bolonhês*, o grupo senhorial mais afetado foi sem dúvida a Igreja, com a qual o rei manteve grande contencioso.³³

Assim, os Correia iriam beneficiar de um reinado em que se dá a ascensão de alguns cavaleiros da confiança do monarca.³⁴ Desta forma, são chamados pelo rei a ocupar cargos palatinos, aos quais anteriormente não tinham acesso, o que prova, uma vez mais, que o rei não procedera a medidas de grande dureza para com a totalidade da Nobreza. Utilizando esta linhagem como exemplo, vemos que durante a guerra civil os Correia caracterizam-se pela sua ambiguidade no conflito: uns mantiveram-se fiéis à Coroa, outros tomaram partido pelo irmão do monarca, o futuro D. Afonso III.

Apoiando o *Bolonhês*: vemos membros dos Correia tomaram partido ao lado de Abril Pires de Lumiares³⁵, senhor incontestado da Beira Alta, que juntamente com o tio de D. Sancho II, D. Rodrigo Sanches, decidiu atacar as forças do monarca estacionadas em Gaia.³⁶ Por outro lado, vemos também fiéis partidários de D. Sancho II e, ao que tudo

²⁷ Ventura, *D. Afonso III*, 95-102. Almeida, *História de Portugal*, 121. Estes Autores apontam as primeiras medidas que o monarca tomou.

²⁸ *Crónicas dos reis de Portugal*, 139.

²⁹ Ventura, *D. Afonso III*, 95.

³⁰ Ventura, *D. Afonso III*, 216.

³¹ Leontina Ventura, “A Crise de Meados do Século XIII,” in *Portugal em Definição de Fronteiras*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. J. Serrão e A. H. Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1998), 121. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e estratégias (1279-1325)* (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, 1999), vol. 1: 547.

³² Almeida, *História de Portugal*, 125-127; Ventura, *D. Afonso III*, 117-137 e 178. Estas páginas focam as questões essenciais associadas às medidas de centralização régia, empreendidas por este monarca: o Conselho Régio, o exercício da justiça e o primado da escrita. Da mesma Autora veja-se ainda “A nobreza de corte de Afonso III,” 76.

³³ Ventura, *D. Afonso III*, 149-154.

³⁴ Ventura, *D. Afonso III*, 178.

³⁵ Tido como um dos maiores inimigos de Sancho II. Para melhor aprofundar esta questão, veja-se Fernandes, *D. Sancho I*, 95.

³⁶ Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes,” 131. Segundo Sottomayor-Pizarro, a Lide de Gaia, foi uma das várias situações de violência que vieram avivar as fraturas existentes entre os vários setores da Nobreza, especialmente a de corte, até ao deflagrar da guerra civil em 1245. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Relações político-nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o Tratado de Escalona (1328) ou dos 80 fidalgos,” *Revista da Faculdade de Letras: História* II, 15, 2 (1998): 1256.

indica, um desses Correia seria D. Paio Peres, Mestre da Ordem de Santiago. A sua opção pelo *rex inutilis* explica-se tendo em conta que foi durante o reinado deste que a Ordem teve a sua grande ascensão, quer a nível de prestígio, quer a nível territorial. Além da Ordem, também a linhagem do Mestre lucrou imenso com este reinado, tendo alcançado uma das maiores dinâmicas patrimoniais até à data, **como se verá mais adiante**, em ponto oportuno. Por outro lado, a presença de inúmeros Correia do lado de D. Paio Peres, em Castela, aquando da tomada de Sevilha, também pode explicar, em parte, uma relativa opção pelo partido de D. Sancho II e enquadrar-se na tendência seguida por outros nobres, que se exilaram no lado de lá da fronteira.

O primeiro Correia presente na Corte de D. Afonso III foi Paio Peres Correia II, o *Alvarazento*³⁷, que após a sua participação na conquista de Sevilha, em 1248, chegaria ao *palatio* no decorrer do ano de 1253, altura em que nos é documentada a sua presença como testemunha da outorga régia de uma doação feita pelo conde de Santarém a D. João de Aboim.³⁸ São estas algumas das mostras encetadas pelo novo monarca, naquilo que foi uma completa reorganização da Corte, com as medidas que permitem apontá-lo como o «verdadeiro fundador do Estado medieval português».³⁹

A média Nobreza, ciente dos acontecimentos e sabendo que uma maior proximidade à Coroa iria beneficiá-la, assim como lhe daria uma maior garantia «de sucesso, sobretudo a partir de certo nível social»⁴⁰, faz com que muitas dessas linhagens, nas quais os Correia, se deixassem inserir nas malhas essenciais de novos *jogos políticos* de D. Afonso III. Tudo isto promoveu um grande número de fiéis servidores (oriundos da média Nobreza) que lutaram a seu lado na guerra que travou com o seu irmão deposto, D. Sancho II.⁴¹

Os Correia que se seguem, junto de D. Afonso III, são os irmãos Martim Peres Correia e Soeiro Peres Correia, ambos no ano de 1257⁴², ocupando o cargo de tenentes⁴³ de Aguiar da Pena, em Trás-os-Montes⁴⁴; tenência que havia passado dos Sousa para os Correia, embora não possamos adiantar certezas quanto ao porquê dessa transmissão. Este cargo revelava-se especialmente importante. Eles eram os intermediários entre o poder central, emanado do rei, e as respetivas circunscrições; desta forma, o seu desempenho vem garantir uma certa proximidade à Corte. Por outro lado, são os chefes militares da sua terra, devendo por tal auxílio ao rei, quer no apelido ou no fossado, quer em defesa do rei ou do Reino⁴⁵, numa altura em que ainda não havia um exército em permanência. Esta falha viria a ser parcialmente colmatada no reinado de D. Dinis, com a criação dos besteiros do couto.⁴⁶

De entre os irmãos de D. Paio Peres Correia, além de Soeiro e de Martim, ainda contamos com outros dois familiares próximos aos círculos palatinos. Foquemo-nos para já em João Peres Correia, que em 1261 surge-nos nos quadros administrativos do rei D. Afonso III. Tal como ele, inúmeros são os cavaleiros chamados à Corte para desempenhar cargos, como os de vice-mordomo, vice-alferes e vice-chanceler, isto é,

³⁷ LL, 58 AJ6.

³⁸ LBJP, doc. XXVI. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 396.

³⁹ Mattoso, *Naquele Tempo*, 299 e 440-441 (cit. incluída).

⁴⁰ José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família* (Lisboa: Editorial Estampa, 1981), 306-307.

⁴¹ Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 513-515.

⁴² *Leges*, p. 672 e 677; Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 2, 1009; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 395.

⁴³ Há poucas informações que nos atestem a forma como uma tenência era concedida no período anterior a Afonso III, porém, Mattoso indica-nos que, muito seguramente seria por intermédio de um vínculo vassálico, contraído de acordo com os ritos inerentes à entrada na vassalidade. José Mattoso, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa* (Lisboa: Guimarães Editores, 1982), 131-137.

⁴⁴ Para aprofundar um pouco mais a questão que envolve a tenência de Aguiar da Pena e dos seus senhores, veja-se, Mário Jorge Barroca e António J. Cardoso Morais, “A Terra e o castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena,” *Revista Portuguesa, nova série VI/VII* (1985/1986): 40-57.

⁴⁵ Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 2, 100-101 e 281, nota 2.

⁴⁶ Para aprofundar um pouco mais esta temática veja-se Humberto Baquero Moreno, “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV,” *Separata de Revista da Faculdade de Letras: História 2.ª série*, 8 (1991): 29-42 [disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2256.pdf>]; Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” 277.

eram os auxiliares dos oficiais-mores.⁴⁷ Ao analisar o ano em que João se aproxima da cúria, somos imediatamente remetidos para o contexto político de então. Este fora um período de grande iniciativa régia, ao vermos o monarca em Corte itinerante, outorgando os primeiros testemunhos do funcionamento do Conselho Régio; deliberando igualmente sobre vastas matérias, entre elas a questão da quebra da moeda e a maior equidade entre cobrança de impostos e rendimentos, o que reflete, por parte do monarca, uma atividade legislativa rica, inovadora e decisiva para a construção da monarquia moderna.⁴⁸

Como se disse, João Peres Correia ocupa em 1261 o cargo de vice-alferes (ou *subsignifer*) do rei. Olhando ao cargo, muitas vezes, certamente, terá este cavaleiro substituído o alferes-mor no terreno, a desempenhar a função de escudeiro do rei⁴⁹, e em não raros casos seria ele o portador da bandeira.⁵⁰

Outras provas que atestam a presença de João Correia na Corte são os documentos de que foi testemunha, como: a doação de Gondomar e Zadões a Aldonça Anes da Maia (24 de Janeiro de 1261); o foral de Melgaço (11 de Março de 1261) e o instrumento relativo à quebra da moeda.⁵¹

No reinado de D. Dinis, vemos o seguimento da linha política de seu pai, ou seja, a centralização régia intimamente ligada a um grande pendor antissenhorial. Este reinado tem sido olhado por muitos historiadores como o princípio de um tempo ou até mesmo um «renascimento», de acordo com Carvalho Homem⁵² e Sottomayor-Pizarro.⁵³

Por exemplo, de entre as vinte e nove linhagens de cavaleiros presentes na Corte de D. Afonso III, apenas dezasseis transitaram para a de D. Dinis; todavia, como veremos, os Correia mantêm-se nela, mas por ligação vassálica.⁵⁴

Em 1285, durante «os anos da afirmação [de D. Dinis] (1279-1287)»⁵⁵ temos notícias de Gonçalo Anes Correia I na corte dionisina, como testemunha de um escambo feito pelo monarca, sem se conseguirem apurar outros elementos quanto a este indivíduo. O seu irmão, Afonso Pais Correia, no ano de 1287, estava presente, igualmente, na corte de D. Dinis, tendo então testemunhado várias menagens prestadas ao monarca, por vários alcaides, vassallos de Afonso de Portalegre.⁵⁶

Por último, o reinado de D. Afonso IV pautou-se pelo seguimento da política de seu pai, ao nível do reforço do poder régio, bem como da justiça e da orgânica da administração pública.⁵⁷ Tal como o seu último biógrafo alude, do seu governo emanou uma intensa ação legislativa, isto é, o rei escuda-se nos juristas, que o coadjuvam a levar por diante as suas tarefas governativas, como também a materializar uma ampla produção legislativa, que se modelou por um evidente progresso da chancelaria régia. A intervenção do rei, por meio de leis e ordenações, conseguia abarcar inúmeros campos

⁴⁷ Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 2, 1052.

⁴⁸ Mattoso, *Naquele Tempo*, 533 e 535.

⁴⁹ Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 1, 50 e vol. 2, 1052.

⁵⁰ Veja-se de Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” 639-641, 51 e 55, bem como *D. Afonso III*, 191; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 392.

⁵¹ Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 2, 639, 641, indica que João Peres Correia estaria na Corte entre os anos de 1253-1261, todavia não nos foi possível coligir informações que validem o ano de 1253, nem qual o cargo ocupado, se é que à data tinha algum.

⁵² Armando Luís de Carvalho Homem, “A dinâmica afonsina. D. Dinis: fim ou princípio de um tempo?,” in *Portugal em Definição de Fronteiras*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. J. Serrão e A. H. Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1998), 160-163.

⁵³ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 16-17. Veja-se ainda, do mesmo Autor, *Linhagens medievais portuguesas*, onde se traçam as dinâmicas da Nobreza no reinado de Dinis, entre outros pontos.

⁵⁴ Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 521.

⁵⁵ Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis*, 63-95. O Autor, nestas páginas, expõe questões variadas, como por exemplo «a cúria régia» (67-72), sem deixar de focar as questões de «política externa», onde vemos tratadas as ligações do monarca à Coroa de Aragão e a Castela (73-80); entre outros pontos de especial relevância que o leitor poderá ver, ao consultar a obra citada.

⁵⁶ Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 392, 397.

⁵⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV: 1291-1357* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 9, 76-93.

da vida social, sempre com a finalidade de regulamentar e conferir à Coroa, ou ao rei, as capacidades, o direito e a legitimidade para orientar os regulamentos para todos os estratos da sociedade medieval portuguesa⁵⁸.

É nesta conjuntura, em que a Coroa empreende um sem número de medidas que visavam disciplinar, conter e mesmo restringir «direitos e práticas da Nobreza senhorial e até de alguns dos mais altos dignitários eclesiásticos do reino, enquanto detentores de poderes senhoriais»⁵⁹, que no ano de 1328 – nos inícios do seu governo – vemos uma nova referência à família Correia, no círculo do poder palatino. Trata-se de Afonso Vasques Correia que, em 1328, fora nomeado, juntamente com outros fidalgos portugueses, para fiador do acordo lavrado com Afonso XI de Castela, ou seja, o Tratado de Escalona.⁶⁰ Assinado nos primeiros anos do reinado de Afonso IV, num momento delicado das relações entre nobres e rei – e ainda no rescaldo da guerra que o opusera a seu pai, entre os anos de 1319-1324 –, veio confirmar e renovar o conteúdo dos tratados firmados pelos reis D. Dinis e D. Fernando IV. E entre as cláusulas temos presente a reconfirmação do tratado de Alcanices, de 1297, firmado entre os mesmos monarcas⁶¹, o que é notável no quadro da atuação da Ordem de Santiago, presente nos dois lados da fronteira.

A participação de Afonso Vasques neste tratado revela-se de um grande relevo para a linhagem. Escalona fora de capital importância, visto que na base das nomeações, quer deste quer de outros fidalgos, esteve a confiança que neles era depositada: seria esse o critério essencial. Refira-se igualmente que Afonso, bem como o seu irmão João, de quem mais adiante falaremos, faziam parte de um leque restrito de linhagens, ligadas à vassalagem de D. Afonso de Portalegre, que transitaram da Corte de D. Afonso III para a de seu neto.⁶²

De Afonso Vasques Correia ainda temos a referir, para o ano de 1331, a nomeação para o cargo de meirinho-mor de Além-Douro – na chamada ‘meirinhagem’ de província, onde eram colocados os membros da média Nobreza.⁶³ O exercício destes cargos de fronteira poderia ser muito delicado, atendendo ao envolvimento das Ordens Militares, que possuíam domínios e vínculos de obediência para além da fronteira diplomática do reino.

Foquemos agora João Afonso Correia, vassalo régio de D. Afonso IV e D. Pedro I, o *Cruel*. É no reinado deste último que João vê a sua caminhada no meio palatino reconhecida, ao ser nomeado, em 1358, para o cargo de Corregedor do Entre-Tejo-e-Guadiana. Esta nomeação certamente enquadra-se no contexto deste reinado, que se particularizou pela cedência de algumas prerrogativas a certos membros da Nobreza, bem como pelo «engrandecimento de alguns notáveis senhores»⁶⁴, contrastando desta forma com o que fora feito nos reinados anteriores. Existem dados para focar mais dois familiares. No reinado de D. Pedro I refira-se Aires Afonso Correia, que nos aparece como alcaide do castelo de Monforte, no ano de 1357, mais precisamente a 23 de Junho.⁶⁵ Seis anos mais tarde temos notícias de João Correia. Este filho da linhagem dos de Fralães foi identificado por Luís Filipe Oliveira como Corregedor do Algarve, em 1363. A sua existência é conhecida mediante um diploma no qual autoriza a redação de uma certidão, a passar a Gil Martins, Comendador de Albufeira, relativamente às obras efetuadas nos

⁵⁸ Marcelo Caetano, *História do Direito Português* (Lisboa: Verbo, 2000), 55. Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1990), 25 e 179-186. Sousa, *D. Afonso IV*, 95.

⁵⁹ Sousa, *D. Afonso IV*, 97.

⁶⁰ Para uma melhor perspetiva sobre este tratado de Escalona, veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 528-535. Sousa, *D. Afonso IV*, 181-188.

⁶¹ Sottomayor-Pizarro, “Relações político-nobiliárquicas”, 1256; Sousa, *D. Afonso IV*, 181.

⁶² Sousa, *D. Afonso IV*, 185. Sottomayor-Pizarro, “Relações político-nobiliárquicas,” 1269-1275.

⁶³ Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III,” vol. 1, 96-100. Mattoso, *Identificação de um país: Composição*, 125.

⁶⁴ Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas*, vol. 2, 401. Vasconcelos, “Nobreza e Ordens Militares”, vol. 1, 55. Para uma melhor perspetiva deste reinado vd. Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005).

⁶⁵ CP, doc. 55.

muros e castelo da dita vila.⁶⁶

Por fim, a terminar o século XIV, já no reinado de D. João I, identificamos Afonso Vasques Correia, que se encontra documentado para o período que medeia os anos de 1388-1397. Este Correia, além de ocupar um cargo na Ordem de Santiago – referimo-nos à comenda de Hortalagoa (1388-1393) – mantém igualmente relações próximas com a Coroa e com o monarca, aparecendo em dois diplomas como vassalo régio. Nesta qualidade, em 1389, é-lhe dada uma carta de quitação e, em 1393, uma carta de couto.⁶⁷ A sua atividade não cessa por aqui. Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, aponta-o nos anos de 1396-1397 a presidir a uma embaixada enviada a Castela, na sequência da tomada de Badajoz⁶⁸, o que é extremamente significativo atendendo à sua posição no âmbito da Ordem de Santiago, caracterizada por um perfil ibérico.

⁶⁶ Oliveira, “A Coroa, os Mestres e os Comendadores,” 300.

⁶⁷ Oliveira, “A Coroa, os Mestres e os Comendadores,” 346-348.

⁶⁸ CDJI, 2ª Parte, Cap. CLIX.

**Genova, la Península Ibérica en el Mediterraneo del siglo XIII.
Entre economía y política***

Gianluca Pagani
Universidad de Sevilla

Resumo

O presente artigo descreve de forma detalhada a produção bibliográfica sobre as relações internacionais entre Génova e a Península Ibérica na Baixa Idade Média. Igualmente, apresenta as principais leituras interpretativas historiográficas que lhes foram dadas na segunda metade do século XX, assim como os historiadores que as elaboraram. Por fim, propõe novas linhas de pesquisa a partir das fontes editadas e inéditas, e das mais recentes tendências historiográficas.

Abstract

The present article covers in detail the bibliographical production on the relationships between Genoa and the Iberian Peninsula in late medieval centuries. It presents the main historiographical interpretations that were developed in the second half of 20th Century and the historians that developed these. At last, it suggests new research lines from sources and the most recent trends in historiography.

INTRODUCCIÓN

Este trabajo tiene como objetivo presentar el estado de la investigación de las relaciones geo-políticas y geo-económicas que el *Comune* de Génova desarrolló en el Mediterráneo occidental a lo largo del siglo XIII, en particular para con la Península Ibérica sobre todo hacia el área del Estrecho. Un tema poco explorado en su globalidad por los historiadores, únicamente en algunos aspectos puntuales, precipuamente la actividad comercial de los mercaderes genoveses en su expansión marítima. Concretamente falta, a fecha de hoy, un estudio monográfico sobre las relaciones diplomáticas entre la Península y Génova aunque no se puede negar la existencia de un interés general presente, a lo largo del último siglo, tanto en la historiografía española como en la italiana. Interés que ha generado una discreta producción de artículos y capítulos de libros, pero casi siempre caracterizados por un enfoque prosopográfico dentro del marco genovés o del más amplio italiano, y por una atención hacia aspectos puntuales como el intercambio comercial y el flujo de mercancías a través de puertos señalados de la costa ibérica. Se quiere llevar a cabo una investigación en la cual los estudios de carácter económico y prosopográfico de las familias de mercaderes genoveses se enmarcan en una visión más amplia del tema; intentando estructurar un discurso historiográfico donde se presenta y analiza la política diplomática del *Comune* ligur. Una política volcada en la construcción de una ruta comercial en el cuadrante geo-político occidental mediterráneo que se va delineando en el seno de unas familias tanto de la nobleza como de los negocios, familias que conformarán la oligarquía ciudadana, y que elaborarán una serie de líneas de actuación comunes.

En las siguientes páginas se quiere presentar brevemente la producción que el debate historiográfico ha generado en los últimos sesenta años. Por razones de espacio nos detendremos en la producción historiográfica sobre el meridión ibérico, dividida por los reinos de Castilla y de Granada y las fuentes a disposición. Finalmente veremos las líneas principales de mi investigación.

* Este artículo se enmarca en el trabajo de investigación del grupo *HUM 214: El Reino de Sevilla en la Baja Edad Media* Departamento de Historia Medieval y CC. TT. HH. Universidad de Sevilla Junta de Andalucía.

EL REINO DE CASTILLA

Se puede individuar en la labor de los historiadores Ramon Carande y Roberto Lopez el principio de la historiografía moderna sobre las relaciones entre Castilla y Génova.

Ramón Carande publicó en 1925 el artículo «Sevilla, fortaleza y mercado», destinado a consolidarse como un clásico de la historia urbana en la Península, uno de sus capítulos se dedicó por completo a la presencia genovesa en la urbe hispalense¹ En este trabajo Carande señaló como atractivo principal el comercio del aceite y subrayó la contribución de la ciudad italiana a la marinería castellana; y sobre todo el papel de sus mercaderes como promotores del crédito público.

Siete años más tarde Roberto Sabatino López defendió la contribución decisiva del genovés Benedetto Zaccaria y de sus navíos a las operaciones navales castellanas en el Estrecho de Gibraltar², en abierta polémica con las valoraciones formuladas por Mercedes Gaibrois de Ballesteros en sus estudios³ Una acción en absoluto aislada, según el autor, la intervención de Zaccaria, al contrario, se enmarcaba en un cuadro de continua consolidación de la presencia genovesa en Castilla. Como lo demostraba, por ejemplo, la política de alianzas del *Comune* ligur con Alfonso X en sus pretesiones al trono imperial o, citando a Carande, una Sevilla llena de genoveses desde la época de su conquista.

En 1938 López publicó la «Storia delle colonie genovesi nel Mediterraneo», un texto de referencia para toda la medievalística genovesa de la segunda mitad del siglo XX⁴ En estas páginas reconstruyó la formación y desarrollo de la túpida red de “colonias” que Génova tejió en la cuenca mediterránea remarcando la importancia que tuvo esta red de asentamientos en la Castilla bajomedieval, hasta llegar a su apogeo a principios de la Edad Moderna.

En las décadas inmediatamente sucesivas no se señalan trabajos de particular relevancia dedicados, de forma específica, a nuestra temática.

A partir de finales de los años '60 del siglo pasado, en la historiografía española se desarrolla un interés hacia la ciudad como objeto monográfico de investigación. En este ámbito de estudios de las sociedades urbanas y de sus estructuras económicas encuentra espacio una reflexión sobre los asentamientos genoveses que llega hasta nuestros días.

Podemos citar aquí brevemente a Torres Fontes y su pionero artículo “Genoveses en Murcia (Siglo XV)” de 1976⁵ En sus primeras páginas el autor habla de una presencia genovesa desde los primeros tiempos de la ocupación cristiana a mediados del siglo XIII⁶ En general el estudio centra su atención en estudiar “las repercusiones que su estancia y actividad mercantil pudieron producir en la vida social y económica de la ciudad” en el '400⁷ y en fechas más recientes los trabajos de Salicrú i Lluch sobre la presencia genovesa en la región murciana a fines del siglo XIII y de Menjot, siempre sobre Murcia, donde

¹ Ramón Carande, “Sevilla, fortaleza y mercado,” *Anuario de Historia del Derecho Español* 2 (1925).

² Roberto Sabatino López, *Genova marinara nel Duecento. Benedetto Zaccaria ammiraglio e mercante* (Messina-Milano: Principato, 1933).

³ Mercedes Gaibrois de Ballesteros, “Tarifa y la política de Sancho IV de Castilla,” *Boletín de la Real Academia de la Historia* 74 (1919): 418-436, 521-529; 75 (1919): 349-355; 76 (1920): 53-77, 123-160, 420-449; 77 (1920): 192-215. *Historia del reinado de Sancho IV de Castilla* (Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1922).

⁴ Roberto Sabatino López, *Storia delle colonie genovesi nel Mediterraneo* (Bologna: Nicola Zanichelli, 1938).

⁵ Juan Torres Fontes, “Genoveses en Murcia (Siglo XV),” *Miscelánea Medieval Murciana* 1 (1976): 69-168.

⁶ El papel que en este siglo jugaron en el tejido económico de la región los mercaderes extranjeros, en particular los genoveses, emerge de los trabajos del mismo autor: “Alicante y su puerto en la época de Alfonso X el Sabio y Jaime I,” *Instituto de Estudios Alicantinos* 19 (1976): 11-23; *El Concejo de Cartagena en el siglo XIII*, (Murcia: Academia Alfonso X el Sabio, 1977): XXXIII; “Los puertos de Cartagena y Alicante en la segunda mitad del siglo XIII,” en *XI Congresso di Storia della Corona d'Aragona* 4 (Palermo, 1984), 347-366.

⁷ Torres Fontes, *Genoveses en Murcia*, 71.

abundan las referencias a los genoveses en su contribución al desarrollo del tejido comercial de la región.⁸

Para el área sevillana se debe mencionar a González Jiménez ya en los años '80 con un trabajo sobre los orígenes, los privilegios y la actividad comercial de los mercaderes genoveses proponiendo como línea de investigación el estudio prosopográfico de estos y sus estrategias familiares en el marco del comercio andaluz⁹ Luego el trabajo de Varela que sigue en la línea sugerida por el historiador arriba mencionado aunque situando su campo de investigación en la época colombina¹⁰ Y Ladero Quesada que analiza los factores de arraigo de estos mercaderes tanto en Sevilla como en Andalucía en general¹¹ Citamos dos últimos artículos, uno de los años noventa de Collantes De Terán Sánchez, que trata del comercio del aceite en el siglo XV y las tensiones que se generan entre la aristocracia sevillana y los genoveses a razón de ello¹² y el segundo, de González Arce a principios de este siglo, dedicado al estudio del consulado genovés en Sevilla y los privilegios que obtuvo de la Corona y que, según su autor, llegan a explicar “los motivos que convirtieron a los genoveses en un aliado económico de importancia capital para la corona de Castilla, sobre todo los asentados en el principal emporio comercial de la misma en tierras del sur, la ciudad de Sevilla.”¹³

Volviendo a los años '60, esta vez a Génova el medievalista Pistarino y su escuela se vuelcan en el estudio del mundo mediterráneo medieval, con el ambicioso proyecto de reconstrucción de la historia internacional de Genova, de sus redes comerciales, lo que se definió como el *Commonwealth* genoves.¹⁴

Pistarino recupera el discurso trazado por López en su obra sobre “colonias” genovesas, lo amplía e individúa como momento clave en este proceso el período entre el siglo XIII y el siglo XIV, cuando la ciudad ligur empieza a desplazar de una manera cada vez más marcada en el tiempo, sus intereses comerciales hacia Occidente.¹⁵

Este grupo de historiadores promovieron desde 1969 la organización de unos congresos que representaron un punto de encuentro y reflexiones entre las diferentes historiografías nacionales.¹⁶ Luego siguieron los tres congresos internacionales

⁸ Roser Salicrú i Lluch, “Notícies de genovesos al Regne de Múrcia al tombant del segle XIII,” en *Anales de la Universidad de Alicante. Actas Congreso Internacional Jaime II 700 años después (1996)* 11 (1996-1997): 479-491 y Denis Menjot, *Murcie Castellane, Une ville au temps de la frontière (1243-milieu du XVe siècle)* (Madrid: Casa de Velázquez, 2002). Se tengan presentes también los ensayos de José Hinojosa Moltalvo “El puerto de Alicante durante la Baja Edad Media,” en *Anales de la Universidad de Alicante* 4-5 (1988): 151-166.

⁹ Manuel González Jiménez “Genoveses en Sevilla (siglos XIII-XV),” en *Actas del I Coloquio Hispano-italiano* (1983) (Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1985): 115-130. [Reeditado en *Serta Gratulatoria in honores Juan Regulo* 3 (La Laguna, 1988): 421-431]. Se puede consultar también, “Bases demográficas, económicas y sociales de la Sevilla alfonsí,” en *Sevilla en tiempos de Alfonso X el Sabio*, Manuel González Jiménez, Mercedes Borrero Fernández e Isabel Montes Romero-Camacho (Sevilla: Ayuntamiento, 1987), 15-99.

¹⁰ Consuelo Varela, “Genovesi a Siviglia,” en *Genova e Siviglia, l'avventura dell'occidente* (Genova: Sagep, 1988), 39-68.

¹¹ Miguel Angel Ladero Quesada, “Los genoveses en Sevilla y su región (siglos XIII-XVI): elementos de permanencia y arraigo,” en *Los Mudéjares de Castilla y otros estudios de Historia Medieval Andaluza* (Granada: Universidad de Granada, 1989), 283-312.

¹² Antonio Collantes de Terán Sánchez, “Mercaderes genoveses, aristocracia sevillana y comercio del aceite en el siglo XV,” en *Atti del Convegno Internazionale. Tra Siviglia e Genova: notaio, documento e commercio nell'età colombiana* (Genova, 1992) (Milano: Giuffrè, 1994), 345-360. Hay ya reflexiones sobre el tema, en su monografía *Sevilla en la Baja Edad Media: la ciudad y sus hombres* (Sevilla: Ayuntamiento, 1977).

¹³ José Damián González Arce, “El consulado genovés de Sevilla (siglos XIII-XV). Aspectos jurisdiccionales, comerciales y fiscales,” *Studia Historica. Historia Medieval* 28 (2010): 179-206.

¹⁴ Véase el trabajo de Laura Balletto, *Bilancio di trent'anni e prospettive della medievistica genovese*, Collana Storica di Fonti e Studi (Genova: Università Genova, 1983). Para la definición de *Commonwealth* se vea Geo Pistarino, “Comune, Compagna e Commonwealth nel medioevo genovese,” en *La Storia dei Genovesi*, vol. III: *Atti del Convegno di Studi (...) di Genova (1982)* (Genova: Associazione Nobiliare Ligure, 1983), 105-125.

¹⁵ Geo Pistarino, “Genova Medievale tra Oriente e Occidente,” *Rivista Storica Italiana* 81 (1969): 44-73. Véase también el trabajo de Maria Luisa Chiappa Mauri, “Il commercio occidentale di Genova nel XIV secolo,” *Nuova Rivista Storica* 57 (1973): 571-612.

¹⁶ *Atti del I Congresso storico Liguria-Catalogna* (Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, 1974).

colombinos de los años '70 con un marcado interés hacia el área ibérica y al contexto económico-comercial. Citamos aquí por lo menos de pasada, los trabajos de Boscolo¹⁷ en el primero y segundo de aquellos, y el de Airaldi en el tercero¹⁸ que reconstruyen ese mundo de diplomáticos, banqueros y mercaderes presentes en territorio andaluz. Ya en la década de los años '80 se produjo una iniciativa coordinada entre España e Italia que se plasma en los coloquios hispano-italianos. Se destaca en el primero la ponencia de Pistarino que presenta ese proceso de progresivo arraigo de la presencia genovesa en el meridión peninsular, en el largo período entre el siglo XII y XV,¹⁹ la del ya citado González Jiménez²⁰ y la de D'Arienzo, ambos volcados sobre Sevilla, en particular el último pone de relieve la importancia que tiene el fondo notarial, conservado en el Archivo Provincial de la ciudad, a partir de la segunda mitad del siglo XV.²¹ En el segundo, de 1984, D'Arienzo presenta un trabajo sobre mercaderes italianos entre Sevilla y Lisboa y el papel que tuvieron en el desarrollo económico de la región.²² En el tercero, de 1985, mencionamos el artículo sobre mercaderes y artesanos italianos en Córdoba²³ y los italianos como recaudadores, entre los cuales contamos miembros de familias genovesas residentes en tierras de Castilla.²⁴

También en los años '80 se organizaron una serie de once congresos en Genova sobre los grupos dirigentes en las instituciones de la República de Genova, ulterior ocasión de encuentro entre los historiadores de los dos países. Cabe destacar entre todas las contribuciones la de Domenec de 1984, dedicada al estudio de la relaciones Genova y España en la perspectiva de los procesos de aculturación de las sociedades mediterráneas, e individúa tres dimensiones en relación con el elemento genovés en el área de la península: catalana, castellana y granadina.²⁵ Y las dos contribuciones de Garí, la primera de 1986, que en su reflexión sobre Genova y Castilla en el XIV, siguiendo la línea de Domenec, individúa tres elementos fundamentales: la seducción del modelo, la duplicidad de la estructura y su articulación policéntrica sobre la península ibérica.²⁶ La segunda, de 1988, sobre la percepción de los genoveses en las fuentes castellanas en la época de la batalla del Salado; dos modelos políticos, dos sociedades *a confronto*.²⁷

¹⁷ Alberto Boscolo, "Genova e Spagna nei secoli XIV e XV. Una nota sugli insediamenti," en *Atti del I Convegno Internazionale di studi colombiani (1973)* (Genova: Civico Istituto Colombiano, 1974), 39-49; Boscolo, "Gli insediamenti genovesi nel sud della Spagna all'epoca di Cristoforo Colombo," en *Atti del II Convegno Internazionale di studi colombiani (1975)*, (Genova: Civico Istituto Colombiano, 1977), 321-344.

¹⁸ Gabriela Airaldi, "Diplomazia, diplomática e cultura tra Genova e Spagna nel Quattrocento," en *Atti del III Convegno Internazionale di studi colombiani (1977)* (Genova: Civico Istituto Colombiano, 1979), 91-100.

¹⁹ Geo Pistarino, "Presenze ed influenze italiane nel Sud della Spagna (Sec. XII-XV)," en *Actas del I Coloquio hispano-italiano (1983)* (Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1985), 21-51.

²⁰ González Jiménez, *Genoveses en Sevilla*.

²¹ Luisa D'Arienzo, "Problemi diplomatistici tra Genova e Siviglia. Considerazioni sulle fonti Italo-Iberiche nel Basso Medioevo," en *Actas del I coloquio hispano-italiano (1983)* (Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1985), 187-219.

²² Luisa D'Arienzo, "Mercanti italiani fra Siviglia e Lisbona nel Quattrocento," en *Atti del II colloquio ispano-italiano (1984)* (Bologna: Capelli, 1986), 35-49.

²³ José Antonio García Luján, Alicia Córdoba Deorador, "Mercaderes y artesanos italianos en Córdoba (1466-1538)," en *Actas del III Coloquio hispano-italiano (1985)* (Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1989), 229-331. Junto a aquel de A. Unali, *Mercanti e artigiani italiani a Cordova nella seconda metà del Quattrocento*, (Bologna: Capelli, 1984), son los únicos trabajos sobre una ciudad no costera del reino de Castilla con continuas referencias sobre la presencia genovesa.

²⁴ Manuel González Jiménez, "Fiscalidad Pontificia e Italianos en Castilla (1470-1484)," en *Actas del III Coloquio hispano-italiano (1985)* (Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1989), 201-209.

²⁵ José Enrique Ruiz Domenec, "Genova e la Spagna nel Basso Medioevo," en *La Storia dei Genovesi, vol. V: Atti del Convegno di Studi sui ceti dirigenti nelle istituzioni della Repubblica di Genova (1984)* (Genova: Associazione Nobiliare Ligure, 1985), 49-64.

²⁶ Blanca Garí, "Genova e Castiglia nel Trecento," en *La Storia dei Genovesi, vol. VII : Atti del Convegno di Studi ... (1986)* (Genova: Associazione Nobiliare Ligure, 1987), 369-389.

²⁷ Blanca Garí, "Il passaggio dal Mediterraneo all'Atlantico. I genovesi nelle fonti castigliane sul Salado," en *La Storia dei Genovesi, vol. IX : Atti del Convegno di Studi... (1988)* (Genova: Associazione Nobiliare Ligure, 1989), 319-327. Un trabajo que constituye un *unicum* en la historiografía sobre las relaciones entre Castilla y Genova, hasta hoy.

Terminamos mencionando las reflexiones elaboradas, en estos últimos años, por Airaldi.²⁸ La autora subraya como a través de la documentación emerge la “solidità di relazioni basate su una collaborazione ad ampio spettro” y presenta como clave de lectura de la relación entre Genova y Castilla el continuo “processo di trasferimento e di radicamento”.²⁹ Las investigaciones de Basso, que en su libro de 2008 sobre los mercaderes genoveses en la Baja Edad Media reconstruye en un marco euro-mediterráneo sus líneas de actuación estratégicas, jugando un papel geo-económico de extraordinaria relevancia el área del Estrecho.³⁰ Y su artículo de 2009, sobre las relaciones diplomáticas de Génova con los reinos ibéricos, donde subraya como “Siviglia, il porto sul confine dell’Atlantico, la città che, insieme ai porti granadini, controlla l’intercambio commerciale in quel sistema dei due mari che tanta importanza avrà per lo sviluppo delle fortune economiche genovesi in Occidente nei secoli XIV e XV.”³¹

EL REINO DE GRANADA

Dos son los trabajos pioneros a partir de los cuales principia la moderna investigación sobre la actuación de los italianos en tierras nazaríes. Federigo Melis pone el foco sobre los intereses comerciales de la compañía florentina de los Alberti en Granada a principios del siglo XV.³² Este artículo de Melis fue, durante mucho tiempo, un punto de referencia absoluto junto con otro trabajo liminar de Jacques Heers. Este reconstruía en él los rasgos precípuos de la acción comercial genovesa en el reino nazarí en la primera mitad del siglo XV.³³ Los dos sufren de un corte en cierta medida *colonialista*, en el que el emirato habría adecuado su producción a la demanda internacional, a los intereses mercantiles foráneos, principalmente genoveses, constituyendo a través de la Sociedad de la Fruta un sistema monopolístico, una clave de lectura que encontró amplia aceptación en ámbito académico casi desde el principio y representó el marco general en la historiografía de las relaciones político-comerciales entre Génova y Granada durante décadas.

De los años sesenta citamos aquí el trabajo de Airaldi que reconstruye, a través de la edición y el estudio del *Liber damnificatorum in regno Granate* de 1452, la realidad social de la comunidad ligur en el emirato, el volumen de su población, sus actividades mercantiles y sus dificultades a mediados del siglo XV, poniendo en cuestión la imagen de un dominio genovés sin roces a lo largo de la existencia del sultanato.³⁴

²⁸ En 1986 en su libro *Genova e la Liguria nel medioevo* (Torino: UTET) habla de una suerte de puerta de Europa para España (p. 64).

²⁹ Gabriella Airaldi, “Metafora dell’Occidente,” en *Genova e la Spagna. Opere, artisti committenti, collezioniste*, ed. lit. P. Boccoardo, J. L. Colomer y C. Di Fabio (Genova: Banca Carige, 2002), 8-15.

³⁰ Enrico Basso, *Insedimenti e commercio nel Mediterraneo bassomedievale. I mercanti genovesi dal Mar Nero all’Atlantico* (Torino: Marco Valerio, 2008).

³¹ Enrico Basso, “Tra crociata e commercio: le relazioni diplomatiche fra Genova e i regni iberici nei secoli XII-XIII,” *Medievalismo: BOLETÍN DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE ESTUDIOS MEDIEVALES* 19 (2009): 11-56.

³² Federigo Melis, “Malaga nel sistema economico del XIV e XV secolo,” *Economia e Storia. Rivista Italiana di Storia Economica e Sociale* 3 (1956): fasc. I, 19-59 y fsc. II, 139-169. Reimpreso en *Mercaderes italiani*, 1-65; y en *I mercanti italiani nell’Europa medievale e rinascimentale* (Florenca: Le Monnier, 1990): 135-213.

³³ Jacques Heers, “Le Royaume de Grenade et la politique marchande de Gênes en Occident (XV^e siècle),” *Le Moyen Age* 63 (1957): 87-121. Reimpreso en *Société et économie à Gênes (XIV^e-XV^e siècles)* VII (Londres: Variorum Reprints, 1979).

³⁴ Gabriella Airaldi, *Genova e Spagna nel secolo XV. Il “Liber damnificatorum in regno Granate” (1452)* (Génova: Università di Genova, 1966).

López de Coca Castañer estudió en la década siguiente las presencias genovesas en Málaga,³⁵ sobretudo para el período de tránsito a la época moderna.³⁶

La década de los años '80 en el seno de unos congresos se presenta el armazón jurídico a la base de las relaciones entre Génova y Granada. Garí es la primera con la edición y estudio de los tratados de 1279 y 1298.³⁷ Luego la historiadora catalana trata de la modificación de las relaciones políticas desde mediados del siglo XV, es lo que ella define como “la advertencia del fin” de lo que hasta entonces había sido una actividad provechosa para ambas partes. En 1989 aborda el marco final de las relaciones genoveses-granadinas en co-autoría con Pistarino analizando los términos del tratado de 1480 y confrontándolos con aquellos incluidos en el tratado de finales del siglo XIII.³⁸ El historiador genovés escribió un lustro más tarde sobre los contactos entre la república ligur y el emirato nazarí un trabajo de índole bibliográfico, que permite cotejar informaciones de notable interés.³⁹

Las investigaciones de Garí influyeron sobre los trabajos venideros, abrieron nuevas vías de estudios sobre esta temática en época nazarí y Salicrú será quien recoja el testigo en la década de 1990. Sendas historiadoras colaboraron en el estudio de los acuerdos diplomáticos marcos de la actividad comercial de las comunidades extranjeras más relevantes, *in primis* genoveses y catalanes, describiendo una caída lenta mas inexorable de los primeros acercándose el final del siglo XV.⁴⁰

A finales de los años '90, cuando ya las relaciones entre Génova y Granada van delineándose, en el seno de la producción historiográfica, con mayor precisión, resulta muy valioso el estudio de Petti Balbi que, partiendo de las características de la expansión comercial genovesa en área Mediterránea en el siglo XV, considera que sería mejor hablar de grupos familiares con una grande capacidad de influencia en regiones muy concretas del panorama económico-comercial europeo.⁴¹

Teminamos esta década y entramos en el siglo XXI con los trabajos de Salicrú en los cuales trata de la rivalidad entre aragoneses y genoveses en tierra granadina.⁴²

³⁵ José Enrique López De Coca Castañer, “Málaga ‘colonia’ genovesa (siglos XIV-XV),” *Cuadernos de Estudios Medievales* I (1973): 135-144; “Los genoveses en Málaga durante el reinado de los Reyes Católicos”, en *Anuario de Estudios Medievales* (I Congreso Internacional de Historia Mediterránea 1973) 10 (1980): 619-650; María Teresa López Beltrán (co-autora), “Mercaderes genoveses en Málaga (1487-1516). Los hermanos Centurión y Ytalian,” *Historia. Instituciones. Documentos* 7 (1980): 95-125.

³⁶ Resulta interesante, en este tema, también el trabajo de José María Ruíz Povedano, *Málaga de musulmana a cristiana* (Málaga: Ágora, 2000) por sus referencias a los aspectos urbanísticos del asentamiento genovés.

³⁷ Blanca Garí, “Génova y Granada en el siglo XIII: los acuerdos de 1279 y 1298,” *Saggi e documenti* 6 (1985): 175-206; “El reino de Granada y la política comercial genovesa en la Península Ibérica en la segunda mitad del siglo XIII,” en *Actas del IV Coloquio de Historia Medieval Andaluza* (Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 1988), 287-296.

³⁸ Geo Pistarino y Blanca Garí, “Un trattato fra la republica di Genova e il regno moresco di Granada sulla fine del Quattrocento”, en *La Storia dei genovesi Centro internazionale di studi sui ceti dirigenti nelle istituzioni della Repubblica di Genova* (Genova: Associazione Nobiliare Ligure, 1990), vol. 10: 395-412.

³⁹ Geo Pistarino, “Tra Genova e Granada nell'Epoca dei Nazaridi,” en *Actas III Coloquio hispano-italiano*, 191-228.

⁴⁰ Blanca Garí y Roser Salicrú, “Las ciudades del triángulo: Granada, Málaga y Almería y el comercio mediterráneo de la Edad Media,” en *En las costas del Mediterráneo occidental: las ciudades de la Península Ibérica y el reino de Mallorca y el comercio mediterráneo en la Edad Media*, ed. David Abulafia y Blanca Garí (Barcelona: Omega, 1996), 171-211. Véase de Salicrú también sendos trabajos “Génova y Castilla, genoveses y Granada. Política y comercio en el Mediterráneo Occidental en la primera mitad del siglo XV,” en *Le vie del Mediterraneo. Idee, uomini, oggetti (secoli XI-XVI)*, ed. Gabriella Airaldi, (Génova: ECIG, 1997), 315-333 y “La embajada de 1479 de Pietro Fieschi a Granada: nuevas sombras sobre la presencia genovesa en el sultanato nazarí en vísperas de la conquista castellana,” en *Atti dell'Accademia Ligure di Scienze e Lettere* 54 (1997) Serie V: 355-385.

⁴¹ Giovanna Petti Balbi, “Le strategie mercantili di una grande casata genovese: Francesco Spinola tra Bruges e Malaga (1420-1456),” *Serta Antiqua et Medievale* 1 (1997): 379-393.

⁴² Roser Salicrú, “La Corona de Aragón y Génova en la Granada del siglo XV,” en *L'expansió catalana a la Mediterrània a la Baixa Edat Mitjana*, ed. María Teresa Ferrer i Mallol y Damien Coulon (Barcelona: CSIC, 1999), 121-144; “Manifestacions i evolució de la rivalitat entre Gènova i la Corona d'Aragó a la Granada del segle XV, un reflex de les transformacions de la penetració mercantil,” *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia* 23-24 (2002-2003): 575-596; “¿Ecos de aculturación? Genoveses en el mundo islámico occidental,” en *Genova, una “porta” del Mediterraneo* (Genova: Brigati, 2005), vol.1: 175-196;

Ya entrados en el siglo XXI, Malpica y Fábregas⁴³ subrayan un aspecto inédito hasta el momento pero de extraordinario interés: “las estrategias y la capacidad de penetración de la comunidad genovesa en el tejido mercantil autóctono, confirmadas por su presencia en los principales centros del territorio”.⁴⁴ Un argumento que la historiadora Fábregas trató ya cuando investigó la producción y el comercio del azúcar nazarí y su comercialización en Europa occidental, proceso en cual los genoveses jugaron un rol fundamental. Fábregas quiere demostrar cómo los mecanismos de una economía mercado habían permeado las estructuras socioproductivas nazaríes, midiendo la capacidad genovesa entre otras comunidades foráneas para “orientar” la organización económica granadina.⁴⁵

FUENTES

En esta breve panorámica de la documentación que representa el fulcro de esta investigación, hemos dividido las fuentes por áreas geo-políticas y al interior de estas hemos procedido a una subdivisión en textos jurídicos y textos literarios.

En la ciudad de Génova la cancellería comunal funciona ya a partir del siglo XII, aunque en esta época todavía en fase de experimentación tanto en su organigrama como en su tipología documental. En el siglo XIII, se presenta ya estructurada, aunque la figura del canciller resulta poco clara y todavía no tiene una presencia bien definida, esto hasta el *capitanato* en 1257 de Guglielmo Boccanegra.⁴⁶ Parte de la documentación que generó se encuentra conservada en el *Archivio di Stato di Genova* en el fondo *Antico Comune* en gran parte inédito, objeto de publicación integral para el siglo XIII, ha sido por ejemplo la valiosa sección *Libri Iurium*.⁴⁷ La documentación notarial extraordinariamente rica en número y contenido, también ella es en su mayor parte inédita. Por último queremos señalar la importante fuente historiográfica de los Annales

“¿Repensando Granada? Presencia y penetración diferencial cristiana en el sultanato nazarí en la Baja Edad Media,” en *Relazioni economiche tra Europa e mondo islamico secc. XIII-XVIII*, ed. Stefania Cavaciocchi (Florenca: Le Monnier, 2007), vol 1: 135-146.

⁴³ Antonio Malpica Cuello y Adela Fábregas García, “Los genoveses en el Reino de Granada y su papel en la estructura económica nazarí,” en *Genova, una “porta”*, vol.1: 227-258.

⁴⁴ Raul González Arévalo, “Presencia diferencial italiana en el sur de la península ibérica en la baja edad media. Estado de la cuestión y propuestas de investigación,” *Medievalismo: BOLETÍN DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE ESTUDIOS MEDIEVALES* 23 (2013).

⁴⁵ Adela Fábregas García, *Motril y el azúcar: comerciantes italianos y judíos en el reino de Granada* (Granada: El Varadero de Motril Asukaría Mediterránea, 1996); *Producción y comercio de azúcar en el Mediterráneo medieval. El ejemplo del Reino de Granada* (Granada: Universidad de Granada, 2000); *Un mercader genovés en el reino de Granada. El libro de cuentas de Agostino Spinola (1441-1447)*, (Granada: Universidad de Granada, 2002); *La familia Spinola en el reino nazarí de Granada. Contabilidad privada de Francesco Spinola (1451-1457)* (Granada: Alhulia, 2004); “Aprovisionamiento de la seda en el reino nazarí de Granada. Vías de intervención directa practicadas por la comunidad mercantil genovesa,” *En la España Medieval* 27 (2004): 53-75; “La integración del reino nazarí de Granada en el espacio comercial europeo,” *Investigaciones de Historia Económica* 6 (2006): 11-40; “Fuentes para el estudio de la realidad comercial nazarí: el notariado genovés,” en *Homenaje a M.^a Angustias Moreno Olmedo*, ed. María del Carmen Calero Palacios *et alii* (Granada: Universidad de Granada, 2006), 37-62.

⁴⁶ Antonella Rovere, “L’organizzazione burocratica: uffici e documentazione,” en Actas del congreso *Genova, Venezia, il Levante nei secoli XII-XIII (2000) Atti della Società Ligure di Storia Patria*, n. s. XLI/1 (2001): 103-128; “Comune e documentazione,” en Actas del congreso *Comuni e memoria storica. Alle origini del comune di Genova (2001) Atti della Società Ligure di Storia Patria*, n. s. XLII/1 (2002), 261-298; “Cancelleria e documentazione a Genova (1262-1311),” en *Studi in memoria di Giorgio Costamagna Atti della Società Ligure di Storia Patria*, n. s. XLIII/2 (2003): 909-942.

⁴⁷ Los *libri iurium* en el ámbito de la civilización comunal de la Italia medieval representan “le prove scritte delle ragioni formali o giuridiche della vita del Comune, dei rapporti col di fuori, dei diritti sul territorio dipendente”. Recopilaciones de documentos que nacen como respuesta a problemas prácticos de conservación y consulta *ad usum* de las distintas ramas de la burocracia comunal, poseyendo un alto valor, por lo tanto, para el estudio de la Administración. *I Libri Iurium della Repubblica di Genova*, Maria Bibolini, Stefania Dellacasa, Elena Madia, Elena Pallavicino, Dino Puncuh, Antonella Rovere, Genova-Roma, 1992-2002 (Fonti per la storia della Liguria, I, II, IV, X-XIII, XV, XVII; Pubblicazioni degli Archivi di Stato, Fonti, XII, XIII, XXIII, XXVII-XXIX, XXXII, XXXV, XXXIX).

Inauenses redactados a partir del siglo XII.⁴⁸ Con el pasar del tiempo, sobretudo desde la mitad del siglo XIII, estas textos se hacen más complejos y variados, el espacio definido de la política ciudadana se abre en mucho de ellos hacia una historia más general. Las escrituras historiográficas de los laicos de la Italia entre el siglo XIII y el XIV esta dominada, en práctica, por el interés hacia los hechos políticos contemporáneos, y cada autor resulta condicionado por la estructura política e institucional en la que se encuentra a operar. Un proceso que ve la elaboración de una memoria histórica en la que se reconoce el grupo dirigente genovés, o sea esa oligarquía urbana formada por mercaderes y nobles, del cual proceden nuestros analistas. Se plasma así una estructura narrativa, un relato, que ordena los hechos en función por una parte de una exaltación de los miembros de la élite y por la otra de consolidación del sentimiento identitario colectivo.

El Reino de Castilla presenta un grave problema para el investigador representado por la ausencia en época bajo medieval de un archivo “central” de la Corona, como es el caso del vecino Reino de Aragón, hasta el final de la Edad Media no se constituirá el primer núcleo. A través de la documentación que se conserva en los archivos eclesiásticos, municipales, nobiliarios españoles y los archivos europeos se ha podido reconstruir en parte. Hay estudios recientes de grande importancia para la época objeto de esta investigación como la publicación del Itinerario de Alfonso X por parte de González Jiménez⁴⁹ o la tesis de doctorado de Kleine sobre la cancillería del mismo rey.⁵⁰ La producción cronística castellana es muy compleja y ha generado una amplísima bibliografía, sirva aquí mencionar como visión de conjunto de las principales problemáticas el vasto estudio de Gómez Redondo.⁵¹

Para el Reino de Granada se presenta el mismo problema de Castilla que se ha intentado resolver explorando los archivos de otros estados medievales como hicieron las arribas mencionadas Fabrégas García y Salicrú respectivamente con los archivos genovés y de la Corona de Aragón.

Por último nos referimos a la ribera islámica del Estrecho, El Magreb, existen publicaciones muy antiguas de la documentación norte africana como la de Mas Latiré del siglo XIX,⁵² se echan en falta trabajos sistemáticos más modernos. Igual que en el caso del material historiográfico donde se señalan pocas y antiguas ediciones en lenguas europeas⁵³ que permitan acercarse a estas fuentes y ponerlas a colación con las cristianas.

LINEAS DE INVESTIGACIÓN

El estudio de los asentamientos genoveses y la política diplomático-comercial del Comun ligur hacia la Península se ha visto, en general, demasiado limitado al marco ibérico, en particular en el caso de la Corona de Castilla. Hay que considerar también la otra ribera, la magrebina, para poder así ampliar la perspectiva castellana y comparar las

⁴⁸ Los *Annales* participan de un fenómeno que a lo largo del siglo XII registra un constante aumento del número de escrituras que se pueden llamar, *latu sensu*, historiográficas. Un fenómeno que ve como uno de los elementos determinantes de su desarrollo son por un lado un gran aumento de la producción escrita en este siglo y por el otro una recuperación de la actividad escritora por parte de los laicos. Una cultura laica que parece, como indica Cammarosano (*Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*, Roma: Carocci, 1991), ligada estrechamente en las fuentes historiográficas a la reorganización política de Italia.

⁴⁹ Manuel González Jiménez y M^a Antonia Carmona Ruíz, *Documentación e itinerario de Alfonso X el Sabio* (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012).

⁵⁰ Marina Kleine, *La Cancillería Real Castellana Durante El Reinado De Alfonso X (1252-1284): Una Aproximación Prosopográfica* (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012).

⁵¹ Fernando Gómez Redondo, *Historia de la prosa medieval castellana* (Madrid: Cátedra, 1998- 2007), vol. 4.

⁵² Louis de Mas Latrie, *Traité de paix et de commerce et documents divers concernant les relations des chrétiens avec les Arabes de l'Afrique septentrionale au moyen âge : recueillis par ordre de l'empereur et publiés avec une introduction historique* (Paris: 1872).

⁵³ Por ejemplo el texto de Ibn Jaldun, Abd al-Rahman b. Muhammad, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique Septentrionale traduit de l'arabe par le Baron de Slane* (Paris: Librairie Orientaliste).

relaciones que se desarrollan en el área del estrecho entre los diferentes actores políticos, y estudiar también su proyección hacia el Atlántico.

Es necesario considerar el meridión peninsular en su totalidad, como único espacio económico. Una visión que emerge de la estrategia que elabora Genova, ajena a divisiones de tipo político-religioso. Todo esto se engloba en el marco pan-mediterráneo del comercio internacional del siglo XIII. También habrá que analizar el papel que juega la ciudad italiana en la vertebración económica del espacio tanto cristiano como musulmán.

En el caso del Reino de Granada para poder estudiar mejor el papel de la nación genovesa habría que desarrollar también la vía de la mediterraneidad –entendida como relaciones mercantiles al margen de los contactos político-diplomáticos–, que la historiadora Salicrú aplica al análisis de las relaciones entre Génova y Granada.⁵⁴ De manera que un ejercicio de análisis comparado entre Granada y los demás estados musulmanes mediterráneos con presencia occidental, puede favorecer una mejor comprensión tanto de las similitudes y divergencias en las estrategias adoptadas por las naciones cristianas en suelo islámico como de la política adoptada por las autoridades islámicas para favorecer sus propios intereses económicos, aprovechando la presencia de los agentes del gran comercio internacional en su territorio.

⁵⁴ Roser Salicrú i Lluch, “El sultanato nazarí en el Occidente cristiano bajomedieval: una aproximación a través de las relaciones político-diplomáticas,” en *Historia de Andalucía...*, 63-80.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Hombres, mujeres e instituciones en relación. Reconstruir las redes y marcos de sociabilidad medievales a partir de las últimas voluntades

Miguel García-Fernández¹
Universidade de Santiago de Compostela

Resumen

Aunque los testamentos son una de las principales fuentes para la “historia de la muerte”, las últimas voluntades también son esenciales para la historia social ya que nos permiten conocer las principales redes y marcos de relación social de los hombres y mujeres de la Edad Media trazando, con cierto detalle, algunas de sus relaciones interpersonales y con instituciones. Por ello, el objetivo del presente artículo es conocer la integración de los individuos en una compleja red de relaciones que involucra a diferentes agentes sociales –a los cónyuges, a los hijos, a los padres, a los vecinos, a los dependientes, a los parientes, a las instituciones...– con interacciones de diferente intensidad y de naturaleza diversa –sociales, económicas, espirituales, culturales, de poder, de género...– y en las que también operan las nociones de conflicto, armonía, afectividad, solidaridad o confianza.

Abstract

Although testaments are one of the main sources of the “History of the Death”, last wills are also essential to the social history. They allow us to know the major networks and frameworks of social relationship of men and women in the Middle Ages. These last wills also trace, in detail, some of their interpersonal relationships and their relationships with institutions. Therefore, the aim of this paper is to understand the integration of people in a complex network of relationships involving different social partners (spouses, children, parents, neighbours, dependents, relatives, institutions), with different intensity, and interactions of varied nature (social, economic, spiritual, cultural, power, gender). In these interactions also occur the notions of conflict, harmony, affection, solidarity and trust.

La utilización de los testamentos como fuente para el estudio de las actitudes ante la muerte se ha convertido en una línea de trabajo ya consolidada entre los medievalistas, especialmente entre los que se han dedicado a la llamada “historia de la muerte” siguiendo los modelos franceses.² Sin embargo, las posibilidades informativas de este tipo de documentos se pueden ampliar notablemente de cara al estudio de otros muchos aspectos que, más allá de lo imaginario, tienen que ver con lo social y, concretamente, con cómo se relacionaban los individuos entre sí, así como éstos con las instituciones, a lo largo de la Edad Media.³ Precisamente, Ermelindo Portela Silva y María del Carmen

¹ Contratado del *Programa de Formación del Profesorado Universitario* (FPU) del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España; Investigador en Formación y Perfeccionamiento en el Grupo de Investigación GI-2108 “Historia social de Galicia en la Edad Media” de la Universidade de Santiago de Compostela y miembro del proyecto de investigación “La formación de la monarquía feudal en Hispania. Sociedad y poder en la época de la dinastía Navarra (1000-1135)” (HAR2012-31940), cuyo Investigador Principal es el Dr. Ermelindo Portela Silva. El presente trabajo se ha realizado en el marco de las investigaciones que estamos llevando a cabo durante la elaboración de nuestra tesis doctoral *La posición de las mujeres en la sociedad medieval. Un análisis de la práctica testamentaria en la Galicia de los siglos XII al XV*, realizada bajo la dirección del Prof. Dr. D. Ermelindo Portela Silva. Las cuestiones aquí planteadas responden a la concepción del segundo capítulo de la misma, “Mujeres en relación: integración y relaciones femeninas en la sociedad medieval”, no al conjunto de la tesis, la cual trata de analizar otros muchos aspectos –patrimonios femeninos, onomástica, actitudes y comportamientos sociales ante la muerte, etc.– de cara a conocer el papel y la posición de las mujeres en la sociedad medieval partiendo del análisis detenido de la práctica testamentaria, cuya configuración arranca en el siglo XII, de ahí la elección de este siglo como punto de partida, aunque nos centraremos en conocer con mayor detenimiento la realidad de los siglos XIV y XIV, período de consolidación y difusión de los testamentos.

² Una aproximación historiográfica y bibliográfica al tema en María Azpeitia Martín, “Historiografía de la «Historia de la Muerte»,” *Studia Historica. Historia Medieval* 26 (2008): 113-132.

³ Sobre las posibilidades que nos ofrecen los testamentos para una historia social de las mujeres y de la nobleza, véanse las consideraciones recogidas en Miguel García-Fernández, “As mulleres nos testamentos galegos da Idade Media” (Tesis de licenciatura, Universidade de Santiago de Compostela, 2012), tesis inédita

Pallares Méndez han señalado que “la muerte, que influye en la evolución de la sociedad, es también reflejo de su estructura”⁴ y, por ello, ¿no constituyen los testamentos una fuente de primer orden para conocer la sociedad medieval y, concretamente, la integración de los individuos en una compleja red de relaciones sociales, económicas, culturales, espirituales y de poder? Así lo creemos y a ello nos vamos a referir.⁵

Cualquier sociedad –y, por tanto, también la medieval– no ha de ser vista solamente como la suma o el conjunto de individuos que la componían, junto con una serie de instituciones creadas para su organización y mejor funcionamiento. De hecho, tal vez uno de los rasgos que caracteriza mejor a cualquier sociedad es lo relacional, o mejor dicho, la red de relaciones creadas entre individuos, entre instituciones y, al mismo tiempo y de modo recíproco, entre hombres, mujeres e instituciones. Es necesario, por tanto, que los historiadores avancemos hacia una historia social que centre su atención en aprehender y reconstruir la diversidad y dinamismo de las relaciones sociales. Por ello, el objetivo del presente trabajo es hacer algunas breves consideraciones sobre las posibilidades y límites que presentan las últimas voluntades de los hombres y las mujeres de la Galicia bajomedieval para la reconstrucción de su red de relaciones sociales, devocionales, económicas, culturales y de poder. Relaciones que, construidas mayoritariamente en vida, trataban de ser perpetuadas más allá de la muerte y son susceptibles de ser analizadas aplicando la teoría de redes, lo que no ha de llevarnos a caer en la mera representación gráfica de las mismas.⁶ Insistimos en este tema porque, aunque ciertamente los historiadores usamos de forma recurrente los testamentos en nuestros estudios, cuando se ha optado por analizar un *corpus* más o menos amplio y seriado de este tipo documental es solo para abordar cuestiones ligadas a la historia de la muerte, lo que provoca que no se vean todas las posibilidades de conjunto que nos ofrecen los testamentos de cara a la realización de análisis sociales más amplios y centrados en ver comportamientos colectivos y no solo las actuaciones de individuos o familias concretas. En su conjunto, los documentos de últimas voluntades nos permiten obtener claves explicativas respecto a determinados comportamientos sociales del pasado, siendo tarea esencial de los historiadores ver las permanencias y cambios que se suceden a lo largo del tiempo respecto a problemáticas diversas, lo que hace preferible un arco cronológico medio o amplio en nuestros estudios para evitar así la mera descripción de realidades teóricamente fijas y, de ese modo, llegar a percibir lo que muda y lo que se mantiene con el paso de los siglos.⁷ Más que conclusiones definitivas, nuestras

para la que hemos utilizado un *corpus* de 669 documentos, y Pablo S. Otero Piñeyro Maseda y Miguel García-Fernández, “Los testamentos como fuente para la historia social de la nobleza. Un ejemplo metodológico: tres mandas de los Valladares del siglo XV,” *Cuadernos de Estudios Gallegos* LX, no. 126 (2013): 125-169.

⁴ Ermelindo Portela Silva y María del Carmen Pallares Méndez, “Muerte y sociedad en la Galicia medieval (ss. XII-XV),” in *La idea y el sentimiento de la muerte en la historia y en el arte de la Edad Media* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1988), 28.

⁵ Tras la sucesión de trabajos centrados en el estudio del imaginario y las actitudes ante la muerte –muchas veces ocultando el potencial de los testamentos para ver la vida y lo relacional en la Edad Media–, consideramos necesario recuperar y avanzar por una línea de trabajo en torno a los testamentos más centrada en lo social, algo que ya fue apuntado por algunos autores franceses, aunque no consiguió generar una historiografía propia como sí lo hizo la “historia de la muerte”, integrada dentro la “historia de las mentalidades”. Véase, a modo de ejemplo, Marie-Thérèse Lorcin, *Vivre et mourir en Lyonnais a la fin du Moyen Age* (Paris: CNRS, 1981), 57-132, y, en el ámbito peninsular –aunque centrado meramente en el análisis de las solidaridades familiares sin profundizar en una caracterización general del grupo familiar, los sistemas de herencia o su funcionamiento–, Herminia Vasconcelos Vilar, *A vivência da morte no Portugal medieval. A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)* (Redondo: Patrimonia, 1995), 107-132.

⁶ Algunas aportaciones recientes sobre la aplicación del análisis de redes sociales en historia y más concretamente en la historia bajomedieval en David Carvajal de la Vega, Javier Añibarro Rodríguez e Imanol Vitores Casado, eds., *Redes sociales y económicas en el mundo bajomedieval* (Valladolid: Castilla Ediciones, 2011). Véase también Cátia Antunes, “A história da análise de redes e a análise de redes em história,” *História. Revista da FLUP*, IV Série, vol. 2 (2012): 11-22, donde se señalan algunas consideraciones teóricas de interés.

⁷ En el caso de nuestro proyecto doctoral se trata de ver los cambios y permanencias respecto al papel y posición social de las mujeres a lo largo de los siglos medievales de expansión y crisis, de ahí la elección de un marco cronológico relativamente amplio (siglos XII al XV). De otro modo, solo podríamos describir la realidad de un momento concreto sin poder contribuir a enriquecer el debate, poco claro hasta el momento

pretensiones se limitan a poner de manifiesto la riqueza informativa de los documentos de últimas voluntades y observar la pluralidad y diversidad de relaciones que se construían en torno a las gentes de la Edad Media partiendo del análisis cualitativo de algunos testamentos gallegos. Estos reflejan la situación de los testadores en un momento muy concreto de sus vidas: su presente. Sin embargo, el cuadro relacional que podemos reconstruir es el resultado de una vida pasada que llega a su fin y el punto de partida para el mantenimiento de un conjunto de solidaridades en un futuro incierto donde solo existe la certeza de la muerte y el deseo de la salvación. En definitiva, a partir de un acto *a priori* individual y personal como era otorgar el testamento, procuraremos trazar un mapa general de la diversidad de relaciones que establecían los hombres y mujeres de la Edad Media a su alrededor, relaciones de diversa naturaleza, fundamentalmente recíprocas y más o menos duraderas –al menos lo suficiente como para ser registradas en los testamentos o codicilos en un tentativa clara de perpetuarlas–, lo que nos permitirá conocer mejor los ámbitos, espacios y formas de integración de los individuos en el complejo engranaje de la sociedad bajomedieval.

SOBRE LOS TESTADORES Y SUS RELACIONES INTERPERSONALES

El primer ámbito de integración de los individuos al que debemos prestar atención es el de la **familia**. De hecho, nacer en una u otra familia –la cual acostumbraba a tener una vinculación más o menos estrecha con un lugar físico concreto, así como una posición determinada en la jerarquía social– condicionaba el conjunto de relaciones sociales que se establecían a lo largo de la vida de los individuos. No se trata de negar la importancia de las actuaciones individuales ni de considerar que los hombres y mujeres de la Edad Media estaban determinados de forma absoluta por su entorno sin que tuviesen posibilidad alguna de elección. Recordemos, además, que los siglos bajomedievales conocen un importante avance del individualismo. Sin embargo, el estudioso de la sociedad medieval ha de tener muy presente que gran parte de las decisiones tomadas por las gentes medievales, tanto durante sus vidas como en el momento de proyectar lo que habría de pasar con sus bienes más allá de la muerte, estaban destinadas a garantizar la reproducción social, económica y simbólica del grupo familiar. La planificación de la vida de los hijos, la fundación de mejoras y mayorazgos destinados a consolidar un determinado linaje, la obligación de mantener un apellido concreto en una línea sucesoria... todos ellos son comportamientos que pueden verse reflejados en los testamentos y que ponen de manifiesto la importancia que adquiere la familia para los hombres y mujeres de la Edad Media. Incluso se podría afirmar que, fundamentalmente entre las élites, la familia o el linaje llegan a adquirir una importancia mucho más destacada que el destino individual de cada uno de sus miembros. De algún modo, se produce una “abstracción” de la familia que funciona a un tiempo como el marco inicial y fundamental de relaciones sociales, económicas, culturales y de poder y como la red relacional más importante que habría de sobrevivir al testador, siendo, en gran medida, el motor y la justificación de las actuaciones concretas de la vida de quienes otorgan sus últimas voluntades, quienes aspiran, asimismo, a ver conservada su memoria en el seno de su grupo y, por extensión, de la sociedad medieval. De todos modos, lo más habitual es que en los testamentos nos encontremos con menciones concretas a los familiares con los que se establecían determinadas relaciones, las cuales no siempre se caracterizaban por remitir a situaciones de cordialidad y afecto, sino también a otras de conflicto y desunión.

y fundamentado básicamente en lugares comunes y en la mera importación de ideas de otras historiografías –especialmente de la francesa–, sobre lo que supuso la implantación del feudalismo para las mujeres y, en definitiva, sobre el empeoramiento o no de la posición de las mismas en el seno la sociedad medieval. ¿Empeoramiento? ¿En qué grado? ¿Meros cambios o transformaciones? ¿Es lo mismo la “condición femenina” que la “posición social de las mujeres”? Sobre todas estas cuestiones trataremos de reflexionar en nuestra tesis pero, para ello, era necesario ver antes si la fuente escogida –es decir, el testamento– es un buen lugar de observación para aprehender las redes y marcos de integración de las mujeres en la sociedad medieval.

Si nos adentramos en el seno de la familia medieval, ¿quiénes eran los agentes con los que se establecían las relaciones trazando la “red familiar” y cuál era la naturaleza de esas relaciones? Dejando al margen los testamentos de eclesiásticos –algunos de los cuales llegan a identificarse como viudos o casados antes de su ingreso en religión, no olvidando mencionar al cónyuge y sobre todo a los descendientes en sus últimas voluntades–,⁸ el estado más habitual entre los testadores es el matrimonial o, en el caso de no pocas testadoras, el de la viudedad. Por ello, los *cónyuges* cobran gran protagonismo en las últimas voluntades. A veces se trata de testamentos otorgados conjuntamente por el matrimonio –casos verdaderamente excepcionales–, pero lo más habitual es que aparezcan cumpliendo otras funciones: confirmando las disposiciones testamentarias del otro, como herederos, albaceas o tutores de los hijos menores de edad que quedasen al morir uno de los cónyuges y, en el caso de las mujeres, es habitual que se haga referencia al marido como forma de identificación de la propia testadora en calidad de “mujer de...”, incluso cuando se trataba ya de una mujer viuda.⁹

A veces es posible reconstruir la sucesión de nupcias de los testadores, sean hombres o mujeres. La diferencia de edad entre aquellos que contraían matrimonio, la alta mortalidad de las mujeres durante su período fértil a causa de los partos, así como los episodios de peste, entre otros factores, contribuyen a explicar lo habitual de las segundas o terceras nupcias, dando lugar a hijos de sucesivos matrimonios. También es posible, mediante la identificación de los cónyuges, conocer prácticas de endogamia o de hipergamia en relación a las diversas nupcias registradas. Pero ¿nos dicen algo los testamentos sobre cómo eran este tipo de relaciones? ¿Podemos penetrar en la intimidad de la pareja? A veces encontramos algunos indicios. Si bien no constituye ninguna novedad que muchos casamientos derivaban de unas políticas matrimoniales que poco o nada tenían que ver con el amor, las relaciones entre los cónyuges se presuponen caracterizadas en un gran número de casos por la complicidad entre ambos, cuando no por el afecto y el reconocimiento mutuo. El nombramiento del cónyuge superviviente como heredero, tutor o cumplidor testamentario remite a esa realidad. Sin embargo, contamos con dificultades para precisar la naturaleza íntima y cotidiana de la pareja. ¿Hasta qué punto ponen simplemente en marcha lógicas marcadas por la tradición o, por el contrario, se dejan llevar por sus sentimientos al otorgar sus últimas voluntades? Hemos de ser cautos y tratar de contrastar los datos testamentarios con otra documentación, lo cual no suele resultar fácil, excepto en casos vinculados casi siempre a las élites.¹⁰ Por otra parte, también debemos ser conscientes de que las menciones tienden a sobredimensionar las situaciones de conflicto. Al fin y al cabo, la normalidad de lo cotidiano apenas suele dejar huella en las fuentes. Por tanto, no es de extrañar que

⁸ Caso de Lourenzo García, caballero de Figueroa y monje de Santa María de Montederramo, que otorgó su testamento en 1314, mejorando a su hijo Pedro Lourenzo, habido con Mayor García, con la que también tuvo a Mayor, monja benedictina. Vid. Xesús Ferro Couselo, *A vida e a fala dos devanceiros: escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI* (Vigo: Galaxia, 1967), 1, 71-74, doc. 46.

⁹ Efectivamente, estas acostumbran a incluir tras su nombre “muller que foi de...”, al contrario de los viudos que, además de ser numéricamente muchos menos, no suelen nombrarse nunca como “home que foi de...”.

¹⁰ Por ejemplo, en el testamento de Bernardino Pérez Sarmiento, I conde de Ribadavia, otorgado en 1493, se contempla la posibilidad de tener aún un hijo varón con su mujer, doña María Pimentel, el cual pasaría a heredar la mayor parte de sus bienes desplazando a sus hermanas, que habrían de contentarse solo con la legítima. Además, doña María se beneficiaría “*para su mantenimiento e vestuario de mis rentas (...), en tanto que ella mantoviere bibuda (sic) e no casare e bibiere onestamente*”. Sin embargo, el hecho de que su mujer no sea nombrada ni como cumplidora ni como tutora de sus hijas de 15 y 14 años, recayendo estas funciones en “*Alonso de Carrión e Juan de Collantes, mis criados e alcaydes e curadores que son*”, nos hace sospechar cierta conflictividad en la pareja. Y, de hecho, dos documentos de 1487 ponen de manifiesto esa otra realidad: se trata de la anulación de su matrimonio y de una orden de los Reyes Católicos para que Bernardino compareciese ante las acusaciones de malos tratos hechas por su mujer, doña María. Más detalles sobre el caso en Miguel García-Fernández, “Mujeres luchando por sí mismas. Tres ejemplos para el estudio de la toma de conciencia femenina en la Galicia bajomedieval.” *Historia I+D. Revista de Estudos Históricos* 1 (2012): 58-63 y, para el testamento del Conde, García-Fernández, “As mulleres nos testamentos”, 201-208. Anexo II, doc. 46.

algunos testamentos reflejen la violencia conyugal o prácticas como el adulterio, en ese caso, considerándose solo como tal el femenino y no así el masculino.¹¹

Los testamentos también muestran que las conyugales no eran las únicas relaciones de pareja que se daban en el seno de la sociedad medieval. Diversas menciones remiten a la existencia de relaciones previas al matrimonio o directamente extraconyugales. Sin embargo, las referencias suelen limitarse a aquellas relaciones de las que han quedado descendientes, quienes se convierten en los verdaderos protagonistas de las menciones. Por ello, aunque resulta imposible reconstruir a partir de nuestras fuentes el conjunto de relaciones de naturaleza sexual/amorosa de los hombres y mujeres medievales –hayan sido puntuales o más duraderas–, sí se llega a reconocer la existencia de las mismas sin que se vea ningún prejuicio al respecto, sobre todo en el caso de los hombres.

Las *relaciones materno/paterno-filiales* constituyen el otro componente esencial de las relaciones de familia. Los hijos e hijas eran los herederos naturales y, por ello, se convierten en los receptores de la mayor parte de la herencia, cuya distribución se organiza con cuidado en los testamentos.¹² Sin embargo, ésta no suele especificarse con detalle, limitándose las menciones al nombramiento de los herederos universales de modo que apenas podemos trazar un esquema genealógico básico. No obstante, y cada vez con mayor frecuencia entre la nobleza, se avanza hacia la concesión de mejoras a determinados hijos y finalmente la constitución de mayorazgos, lo que acostumbra a darse en la figura del varón de mayor edad. Ello no quiere decir que las mujeres sean marginadas en la herencia, sino que tiende a privilegiarse a un hijo varón o a dos –pues a veces las mujeres constituyen con su herencia un segundo mayorazgo en la figura de otro hijo–, frente al resto de la prole, anteponiendo, por tanto, los intereses familiares y la reproducción social y económica del grupo. Por tanto, más que de discriminación femenina, ha de hablarse de lateralización de ellas a la par que sus hermanos menores. Esta limitación en el acceso a la herencia por parte de los descendientes favoreció entre éstos el desarrollo de carreras eclesiásticas o en la administración y llevó a que en el caso de las mujeres se negociase con tino un buen matrimonio, que obligaba, a veces al margen de la herencia y otras en forma de anticipo de la misma, a entregar una dote más o menos cuantiosa según la alianza que se esperaba pactar.

Aunque la distribución de la herencia entre los hijos o hijas está condicionada por el cumplimiento de la legislación en materia sucesoria, no por ello dejan de recogerse en los testamentos nuevamente indicios sobre la conflictividad familiar o la armonía entre padres y su prole. Los casos de desheredamiento, no siendo habituales, sí se hallan presentes en el *corpus* documental consultado y afectaban tanto a hombres como a mujeres. Las causas de esta situación derivan de comportamientos en ocasiones extremos o de la desobediencia a los progenitores, lo que pone de manifiesto el arraigo

¹¹ En 1390 Juan García de Parada afirmaba en su testamento que poseía de su mujer, “*que foy Marina Perez, os seus [bens] e meus que son meus de dereyto por [a]dulterio que me fezo*” e incluso dice con cierto recelo, o así lo intuimos nosotros, “*mando os outros bees que rremanyen a Gomez e Affonso que Marina Perez diso que eran meus fillos*”. Parece albergar ciertas dudas sobre dicha paternidad. Vid. García-Fernández, “As mulleres nos testamentos”, 59-60, nota 192. Sobre la violencia conyugal, vemos en el primer testamento de Sancho de Ulloa, I conde de Monterrei, otorgado en 1480, que, además de pedir perdón a su madre, a su hermana y a muchas otras personas por sus violencias, “*demandando perdón (...) á la Condesa mi mujer por las muchas sin razones é ingratitudes que de mía á recibido porque yo no le guardé aquel amor é fe que debía é que ella guardaba á mi teniendo muchas veces malignos pensamientos é procurar de los poner é obrar contra ella. Y así enjuriándole con soberbia é mala intención, no la tratando como y era obligado e Dios e nuestra Santa Madre Iglesia manda*”. Vid. *Colección de documentos históricos del Boletín de la Real Academia Gallega* (A Coruña: Real Academia Galega, 1915), I, 307-316, doc. CVIII, p. 312 para la cita.

¹² En el caso de los eclesiásticos resulta habitual que sus herederos sean otros familiares, como hermanos o sobrinos –¿tal vez ocultando paternidades/maternidades ilegítimas?–, al igual que sucede con los matrimonios sin hijos, en cuyo caso se nombra en reiteradas ocasiones al cónyuge supérstite como heredero. Así lo dispuso, por ejemplo, el mercador compostelano Arnao de Frisia en 1489, cuando nombró “*por miña universal herdeyra (...) a miña moller Aldonça Gonçalves*”. Anselmo López Carreira, *A cidade de Ourense no século XV. Sociedade urbana na Galicia baixomedieval* (Ourense: Deputación Provincial de Ourense, 1998), 653-655, doc. 22. A este respecto cabe señalar que la ausencia de hijos entre mercaderes se reitera en varias ocasiones en la documentación gallega.

del principio de autoridad de los padres en la sociedad medieval.¹³ De todos modos, a veces también se reconoce explícitamente el apoyo de los hijos y su obediencia y se confía en ellos a la hora de nombrarlos cumplidores o albaceas y no solo herederos.

Más allá de los hijos e hijas legítimos, es habitual que muchos testamentos – especialmente los otorgados por hombres de la nobleza– recojan menciones a hijos naturales o bastardos, es decir, los habidos antes del matrimonio o durante el mismo pero fuera de él. Aunque se acostumbraba a apartar a esos hijos del grueso de la herencia, no por ello los dejaban desamparados, ya que mediante algunos legados testamentarios trataban de garantizarles algunas oportunidades de futuro.¹⁴ Incluso no parece del todo excepcional que se encargase a algunas viudas nobles el cuidado de esos hijos habidos con otras mujeres.¹⁵

En el caso de los eclesiásticos puede haber referencias explícitas a hijos e hijas, aunque a veces estos pueden camuflarse en medio de alusiones a sobrinos o parientes. Al fin y al cabo, no podemos dejar de advertir que los testamentos reflejan lo que aquellos o aquellas que los otorgaron deseaban, por tanto, el investigador ha de tener los ojos bien abiertos y, en la medida de lo posible, cotejar siempre los datos contenidos en las últimas voluntades con los que nos han llegado por medio de otras fuentes.

Finalmente, ha de tenerse en cuenta un alto nivel de ocultación en lo que concierne a los embarazos malogrados o a los niños fallecidos durante la niñez. No se trata de un límite específico de los testamentos, pero sí ha de reconocerse, pues la genealogía de los testadores elaborada a partir de los testamentos siempre será parcial y refleja, fundamentalmente, un momento concreto en el tiempo, privilegiando, además, las referencias a los descendientes y no a los ascendientes, habida cuenta de que estos documentos tratan de proyectar un determinado orden hacia el futuro, es decir, más allá de la muerte. A pesar de lo dicho, también hay referencias al derecho de los hijos no natos a la herencia, como se documenta en los testamentos otorgados por hombres cuyas mujeres están embarazadas –caso de los hermanos Afonso y Vasco Gómez de Parada, ambos condenados a muerte–¹⁶ y como cabría esperar en las últimas voluntades

¹³ En 1302 don Giraldo desheredó a su hijo Estevo Pérez por las malas acciones cometidas. Entre ellas: “*me mandou desonrrar per cinco ueças seendo eu doente (...) e porque poso a maao eno coytelo pera uuir contra min (...) e porque prendeu Martin Domínguez de Barbantes, meu home (...) e porque fillou a moller e o fillo a Lourenço Moniz de Prado, meu ome (...) e forçou una mia uassala, mançeba en cabelo (...) e por una casa que me queimou*”. Vid. Ferro Couselo, *A vida e a fala*, 1, 54-57, doc. 39. A comienzos del siglo XVI también desheredaron a dos de sus hijas doña María de Bolaño y su marido el mariscal Álvaro González de Ribadeneira. Los motivos los indica ella en su testamento: “*a las dichas doña Theresa e doña Mayor ni a sus zusezores, antes expresamente a ellas y a ellos los desheredo de todos mis vienes e sucesión (...) por se haver casado la dicha Doña Theresa e Doña Mayor sin mi voluntad estando en mi casa en poder del señor Mariscal Álvaro González de Riva de Neyra, mi señor, e casándose con personas vajas del estado que requería en la onrra, fama y onestidad del dicho su Padre e mía, queriendo e procurando abajar el linage de sus padres e abuelos les pertenecía, e por eso haver de mi grande ynfamia*”. García-Fernández, “As mulleres nos testamentos”, 61, nota 197.

¹⁴ Aún así, María García de Espino trató con firmeza e indiferencia a “*Florintina Sánchez, mi fixa que hube y gane de Luis Sánchez de Morales, clérigo*”, a la que aparta de la herencia con 5 sueldos como a “*otros mis parientes y parientas*”. García-Fernández, “As mulleres nos testamentos”, 191-192. Anexo II, doc. 41.

¹⁵ En su testamento, otorgado en 1492, Diego de Lemos pidió a dos hijos que tenía “*de ganancia*”, es decir, bastardos, que “*axan amor leal e verdadeiro a miña muller doña Mayor e a meus fillos, seus yrmaus, e a sirvan e ayuden y onrren en lo que pudieren e sexan todos a se ajudar unos a outros e onrrar e así o rogo e mando a miña muller e fillos*”. Vid. Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *De linajes, parentelas y grupos de poder. Aportaciones a la historia social de la nobleza bajomedieval gallega* (Madrid: Fundación Cultural de la Nobleza Española, 2012), 317. Caso aparte es el de doña Teresa de Zúñiga, quien tomó como suyo y ejerció la tutoría de un hijo que su marido había tenido con una esclava: Bernardino Pérez Sarmiento. La estrecha relación entre doña Teresa y este hijo de su marido se pone de manifiesto en los testamentos de ambos, en los que se consideran prácticamente como madre e hijo. De todos modos, en su testamento, otorgado en 1493, Bernardino organizó con sumo cuidado el panteón familiar en el que yacían su padre y su madrastra, al mismo tiempo que no se olvidaba de su madre biológica: “*mando a mi señora madre en cada un año por su vida dos mill maravedies para un avito*”. García-Fernández, “As mulleres nos testamentos”, 201-208. Anexo II, doc. 46, p. 207 para la cita.

¹⁶ En 1331 ambos hermanos otorgaron sus testamentos contemplando el reparto de la herencia entre los hijos que ya tenían y aquellos que iban a tener. Afonso habla de “*aquela criatura que traje Esteuaiña Lourença eno ventre*” y Vasco alude a “*aquela criatura que María de Naya traje eno ventre*”. Ferro Couselo, *A vida e a fala*, 1, 80-82, docs. 51 y 52.

otorgadas por mujeres antes del parto –situación que no hemos podido documentar en Galicia–.

Por otra parte, más allá de los descendientes, los testadores acostumbran a nombrar a algunos de sus *ascendientes* y *colaterales*. Nos referimos fundamentalmente a los padres y abuelos o a los hermanos, primos y sobrinos. Dichas alusiones se pueden deber al nombramiento de los mismos como herederos o beneficiarios de algunas mandas.¹⁷ Sin embargo, lo más habitual es que los ascendientes sean nombrados como identificadores de la filiación del propio testador, como origen del derecho sobre determinados bienes heredados de ellos o con el deseo de garantizar su memoria y contribuir a la salvación de sus almas con el encargo de misas y aniversarios, sin olvidar el deseo de perpetuar las solidaridades y afectos familiares más allá de la muerte, lo que se plasma en actuaciones como la elección de sepultura junto a las madres y padres, abuelos y abuelas, tíos y tías... o también junto a los hijos ya fallecidos. De hecho, a veces se aspira a diseñar auténticos panteones familiares, depósitos de memoria y plasmación física de una densa red de relaciones entre familiares tanto en vida en el Más Allá.

Trascendiendo la familia nuclear –sin duda la que adquiere un mayor protagonismo en los testamentos a la par que se consolida en el contexto bajomedieval–,¹⁸ la **parentela** constituye un marco relacional más o menos extenso e importante según los casos. Resulta complejo perfilar con precisión el grado de parentesco existente entre algunos beneficiarios de legados testamentarios y los testadores. De hecho, más allá de ciertas referencias explícitas a tíos o primos, reconstruir con precisión la genealogía extensa de los testadores no es posible sin ayuda de documentación complementaria. No obstante, la existencia de un cláusula legal como era la de apartar de la herencia con la entrega de cinco sueldos a otros posibles “*parientes e parientas*” –téngase en cuenta la referencia explícita a que puede tratarse de hombres o mujeres– pone de manifiesto la existencia de posibles reivindicaciones por parte de la parentela en cuanto a su derecho para acceder a la herencia y bienes de un colateral. Por otra parte, en la Edad Media hemos de tener en cuenta la operatividad de las relaciones derivadas del parentesco espiritual.

En el caso de la nobleza es habitual que exista una relación más estrecha con la parentela, la cual pueden llegar a convivir en la casa familiar. No podemos olvidar prácticas como la de enviar a los hijos a casas de parientes, en las que se educaban. En este sentido es en el que debemos situar ciertas menciones a *criados* o *criadas* que no siempre eran personas que mantenían una relación de dependencia servicial o laboral respecto al testador, sino parientes u otros individuos educados en la casa noble bajo la protección del testador y de su familia.¹⁹ Además, los vínculos con los parientes, al igual que con los familiares más próximos, permanecían a lo largo del tiempo, incluso tras el ingreso del testador en alguna institución monástica.²⁰

¹⁷ Viuda y tras haber perdido a su hijo, doña Beatriz de Castro, recientemente identificada como hija de don Álvaro Pérez de Castro por Fernando Dopico Blanco, otorgó su testamento en 1478 nombrando como heredero universal a su sobrino Alonso de Lanzós, destacado “capitán irmandiño” que, tal y como declara doña Beatriz en sus últimas voluntades, era hijo de Juan Freire de Lanzós y de doña Isabel de Castro. La estrecha relación entre tía y sobrino se observa también en el testamento del dicho Alonso otorgado en 1480, donde reconoce tener una serie de bienes por “*erencia de mi señora madre (sic), dona Beatriz, que Dios aya en si*”. Miguel García-Fernández, “Doña Beatriz de Castro: una mujer con nombre propio en el siglo XV ourensano,” in *El mundo urbano en la España cristiana y musulmana medieval*, ed. Clara Elena Prieto Entrialgo (Oviedo: *Asturiensis Regni Territorium*, 2013), 161-162.

¹⁸ Así se observa también en el caso francés, vid. Lorein, *Vivre et mourir*, 89.

¹⁹ En 1348 doña Inés Eanes de Castro otorgó su testamento dando a “*miña sobrina, miña criada, Ynes Rodriguez, monga do moesteiro d’Alveos, o meu quínon do casal do Penedo*”. Reitera esa condición para “*Elvira Rodriguez, miña sobriña et miña criada*”, posiblemente hermana de la anterior. Archivo Histórico Nacional (A.H.N.), Melón, *Códices*, L. 325, fol. 83v. y 84r. Tal vez esas sobrinas formaban parte del grupo de mujeres hidalgas que vivían en casa de la testadora en 1320, cuando otorgó su primer testamento: “*Item mando a as mulleres fillasdalgo que andaren en miña casa a dia de mia morte duentos mrs. a cada hua*”. A.H.N., Melón, *Códices*, L. 325, fol. 315r.

²⁰ Así, no es de extrañar la mención contenida en el testamento de doña Urraca, abadesa de Sobrado de Trives, quien hacia 1280 rogaba a “*Gonçaluo Yanes de Roureda, meu parente et amigo, por Deus e por*

Junto a estos marcos relacionales derivados en gran medida de la sangre, hemos de tener en cuenta otros, como los relativos a los vínculos de **dependencia** o meramente **laborales**. Ambos aparecen con asiduidad en las últimas voluntades. Muchas veces se trata de conceder una serie de beneficios a aquellos que trabajaban para el testador y su familia, tanto en el ámbito doméstico como extradoméstico. Cocineros, sirvientas y otros trabajadores se veían recompensados con alguna cantidad de dinero o bienes muebles – los inmuebles solían reservarse para casos contados –, los cuales se entregaban a veces en forma de dote matrimonial o como pago por las soldadas atrasadas. En ocasiones también se aprovechaba para conceder la libertad a aquellos que estaban en situaciones de servidumbre²¹ o se flexibilizaban las condiciones en el pago de la renta a los que tenían contratos forales con los testadores.²² De todos modos, las dependencias de diverso tipo o el vasallaje no solo se registran como relaciones verticales de arriba hacia abajo, es decir, en los testamentos de las élites, sino también de abajo hacia arriba. Los dependientes no se olvidan de mencionar a sus señores, como hizo Mayor, criada del mercader compostelano Juan Rodríguez de las Navas, al que cita como “*meu dopno*”, nombrándole además cumplidor de su testamento.²³

¿Trascienden estas relaciones lo meramente laboral? En gran medida así parece ser, aunque hemos de ser cautos al respecto.²⁴ Lo que me parece que está fuera de toda duda es que estamos ante relaciones cotidianas que cristalizaban en verdaderos lazos de afecto y amistad, a veces ante una verdadera extensión de la familia más allá de los vínculos de parentesco. Además, mientras los hombres nobles nombran con cierta asiduidad a sus escuderos y compañeros de armas, las mujeres de la nobleza acostumbran a referirse más habitualmente a las *criadas* o familiares, lo que pone de manifiesto en cierto modo ámbitos cotidianos diferenciados entre hombres y mujeres, que acostumbran a vivir en ambientes relacionales más masculinos y públicos, los hombres, y mucho más femeninos y privados, las mujeres.

Un tipo de relación especial que trasciende lo meramente laboral y que llega a convertirse en familiar –tratándose, además, de un fuerte vínculo espiritual– es el que unía a las **amas** con los niños y niñas que criaban en sus primeros tiempos. Su aparición tiene lugar sobre todo en los testamentos de la nobleza y en los mismos se puede observar la importancia y duración de la relación establecida con esas mujeres y con los familiares de éstas.²⁵

mesura e pola deuda boa que a commigo que anpare e defenda ao moesteyro e ao conuento”. Emilio Duro Peña, “El monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives,” *Archivos Leoneses*, 41 (1967): 70-72, doc. 13.

²¹ El I conde de Monterrei don Sancho de Ulloa destinó en su testamento de 1505 un gran número de legados para sus criados –sin contar con los concedidos a numerosos monasterios gallegos y castellanos–. De ese modo se puede llegar a reconstruir una parte de la estructura administrativa de la propia casa nobiliaria al existir referencia a la actividad que desempeñaban esos criados y servidores dentro de la misma. Además, dispuso: “*Iten mando que los esclavos que yo tengo que son Jorge, e Diego de Fes, e Joan que por el servicio de Dios e descargo de mi anima e porque son cristianos sean horros después de mi fallecimiento e mis cumplidores sean obligados de los dar carta de horro para su guarda*”. Editado en *Colección diplomática de Galicia histórica* (Santiago de Compostela: Tipografía Galaica, 1901), 324-347, doc. LXXVI, p. 340 para la cita.

²² Teresa Gómez de Coruña concedió en su testamento de 1430 un conjunto de bienes a Rodrigo Fernández y a su mujer Teresa Afonso, “*meus labradores*”, “*por lo tempo que o eu teno aforado do mosteiro de San Pedro de Soandre, sen ellos pagar delo renda alguna*”. Es decir, nos encontramos prácticamente ante un subaforamiento sin pago de renta. García-Fernández, “As mulleres nos testamentos”, 145-148. Anexo II, doc. 25.

²³ *Ibid.*, 189-190. Anexo II, doc. 40.

²⁴ En el testamento del canónigo de Ourense Afonso López de San Vicenzo, otorgado en 1477, resulta algo sospechoso que el testador nombre “*por miña universal herdeyra (...) beens (...) a dita Ynes Lopes, miña serbenta, para en remuneraçion do serbyço que me fezo*”, condicionando el mantenimiento de dicha herencia, tal y como se hace muchas veces con las mujeres casadas, a “*se a dita Ynes Lopes se casar ou tomar home algún (...) que o dito meu conpridor Gomes Gonçalves meu sobryño aja e (...) aa dita Ynes Lopes, para que ela non goze delas nin as aja (...) quanto por razón de herencia*”. López Carreira, *A cidade de Ourense*, 651-652, doc. 19.

²⁵ De todos modos, a veces rastreamos la presencia de estas mujeres entre las familias de procedencia no aristocrática. Así, el boticario compostelano Vasco Cotón nombra en 1474 a “*miña ama Maria Botana me cryou meu fillo Gyromino e Grigorio e eu a teño paga e se quiser acabar de criar ao dito Grigorio que lle den aquello que vyre*”. *Colección de documentos históricos* 1, 40-44, doc. VII, p. 43 para la cita.

Una parte de los hijos podía ser destinada o elegía el ingreso en religión como opción de vida. Se produce, entonces, sin romper los vínculos previos –como ya hemos señalado en alguna ocasión²⁶ y es evidente en la documentación “privada” de las religiosas y religiosos– una ampliación del marco relacional pasando de la familia de sangre a una **fraternidad espiritual** compuesta por los diversos miembros que integraban el entorno religioso, muy especialmente cuando se producía el ingreso en una comunidad monástica. Estos vínculos aparecen tanto en los testamentos del clero secular como, sobre todo, del regular –hombres y mujeres–, y reflejan una afectividad y solidaridad ligada en gran medida a la interacción social del día a día. Por ello, es habitual que estos hermanos en religión figuren como testigos, albaceas o beneficiarios de algún legado puntual.

Por otra parte, los **vínculos profesionales** unían a los testadores con otras personas registradas en los testamentos, reflejando otro marco de integración social que trasciende lo familiar y lo doméstico. Ya no se trata de una relación laboral vertical, sino de naturaleza esencialmente horizontal. Nos referimos a colegas de una misma actividad profesional, a socios con los que se hacen negocios, etc. Las menciones –he de reconocer que no del todo abundantes– pueden derivar de la existencia de deudas pendientes entre ellos –las cuales suelen especificarse en la relación de deudas y deudores que acompaña a muchos testamentos– o de la llamada de testigos en el momento de otorgar las últimas voluntades. Además tampoco hemos de olvidar la existencia de vínculos personales entre compañeros de profesión, habida cuenta de la endogamia en las políticas matrimoniales de los diferentes grupos sociales. Por otra parte, los compañeros de armas, con los que a veces se establecían relaciones de dependencia y familiaridad –aunque no siempre– constituyen otro marco profesional en el que se generaban solidaridades y fuertes lazos de relación, en este caso, masculinos, como ya hemos referido.

Al mismo tiempo, la **vecindad** constituye un ámbito relacional fundamental que no siempre se puede perfilar bien en los testamentos al igual que sucede con el impreciso universo de las **amistades**. Estos dos niveles, ambos estrechamente interrelacionados entre sí, pueden percibirse en cierta medida a través de los testigos que aparecen en los testamentos, al igual que sucedía con los vínculos profesionales, con los que también coinciden al figurar en las nóminas de deudas y deudores. Por otra parte, no es extraño que entre los testigos, los albaceas o incluso entre la nómina de beneficiados por la concesión de diversos legados a particulares nos encontremos con individuos que se pueden situar en varios de los marcos de interrelación social anteriormente citados: el familiar, el de la parentela en un sentido más amplio, el de las dependencias y vínculos laborales domésticos y extradomésticos, el de las relaciones de carácter profesional, la vecindad o la amistad.²⁷ De todos modos, en algunos casos también es posible que nos encontremos ante un conjunto de testigos que, pudiendo ser llamados por el notario, no tendrían necesariamente una relación directa o al menos estrecha con el testador o testadora.

Con esta brevísima aproximación hemos tratado de evidenciar que los testamentos nos permiten extraer una nómina más o menos amplia de individuos con los que los hombres y mujeres de la Edad Media entablaron una serie de relaciones a lo largo de sus vidas correspondiéndose con los diversos marcos y espacios de interacción social en los que se movían: la casa, la comunidad monástica, los talleres, los barrios urbanos, los pequeños núcleos rurales, los campos de batalla... Aunque hemos de recurrir a otras fuentes para conocer con mayor detalle esta red de relaciones, creo que los testamentos constituyen un muy buen punto de partida para ello. Además, aún teniendo en cuenta la aparición de relaciones esporádicas y puntuales –la vinculación con un determinado notario o algunos testigos puede serlo–, la red de relaciones reconstruida a

²⁶ Miguel García-Fernández, “Las élites femeninas en las ciudades gallegas de la Baja Edad Media.” *Mirabilia* 17, no. 2 (2013): 370-371.

²⁷ Así, por ejemplo, en 1429 el mercader Pero Sánchez do Campo nombró como cumplidores testamentarios a su mujer y a “Juan Fernandes Crespo, alfayate, meu parente, vesiño da dita çidade d’Ourense”. López Carreira, *A cidade de Ourense*, 642-643, doc. 7.

partir de estas fuentes acostumbra a contar con las características señaladas por Mark Casson: la durabilidad, el relacionamiento simbiótico y la funcionalidad.²⁸ Por otra parte, ha de tenerse en cuenta que todas estas relaciones se caracterizan por su diversidad interna, es decir, la naturaleza de un mismo vínculo interpersonal puede ser de lo más heterogénea, albergando en ella una motivación familiar, de poder, económica, cultural... o meramente afectiva. Por ello, creo que hemos de ser cautos con las representaciones gráficas de las redes sociales derivadas de la utilización de programas informáticos. Aunque pueden dar una visión aproximada sobre la importancia de determinados marcos de relación en función de la densidad que adquiere la red en unos puntos u otros, es necesario el análisis cualitativo de cada vínculo establecido entre dos individuos con el objetivo de discernir con claridad la verdadera esencia y dimensión del mismo.

SOBRE LOS TESTADORES Y LAS INSTITUCIONES

Más allá de las relaciones interpersonales, los testamentos reflejan las relaciones que establecieron los hombres y mujeres medievales con las instituciones. Se trata fundamentalmente de instituciones religiosas con las que no solo se creaban relaciones espirituales o económicas –las más conocidas–, sino también de mecenazgo, poder y patronazgo o matronazgo.²⁹ Al mismo tiempo, podían existir vínculos derivados de la pertenencia de algunos miembros de la familia del testador o testadora a las instituciones mencionadas.

Ha de tenerse en cuenta que, en lo que concierne a las relaciones entre individuos e instituciones, los testamentos no suelen ser muy pródigos en detalles aunque aparecen recogidas en la práctica totalidad de los mismos. De hecho, lo más habitual es contar apenas con una nómina de instituciones receptoras de determinados legados píos. La propia conservación de los documentos de últimas voluntades deriva en un gran número de casos de la existencia de estas relaciones, lo que lleva a las instituciones beneficiarias –sean catedrales, cabildos, monasterios, colegiatas, hospitales...– a conservar el documento como legitimación de un derecho de propiedad y como memoria de las contraprestaciones solicitadas –misas, aniversarios...–. Incluso muchas veces solo se conserva la manda testamentaria concreta gracias a la realización de traslados documentales con los que, sin embargo, se pierden numerosas informaciones.

Las disposiciones relativas al destino del cuerpo acostumbran a determinar la elección de un lugar de sepultura concreto ligado a una determinada institución religiosa –la parroquia, la catedral, los monasterios...–. Dicha elección aparece condicionada por factores como la proximidad entre la institución y los espacios de vida del testador,³⁰ las devociones personales –lo que contribuyó en gran medida a que los conventos mendicantes se convirtiese en importantes espacios funerarios en la Baja Edad Media, substituyendo en gran medida a los monasterios benedictinos y cistercienses– y, por supuesto, la pertenencia a un grupo social u otro, lo que facilitaba, en el caso de las élites, la sepultura en el interior de iglesias monásticas y catedralicias –especialmente en espacios próximos al altar o en capillas funerarias propias– o en las zonas claustrales.

²⁸ Antunes, “A história da análise de redes”, 11.

²⁹ Desde el punto de vista de las mujeres y evidenciando la necesidad de estudiar la sociedad a través del análisis de las redes, véase la obra colectiva: Blanca Garí, ed., *Redes femeninas de promoción espiritual en los Reinos Peninsulares (s. XIII-XVI)* (Roma: Viella, 2013), cuyos contenidos van más allá del análisis meramente religioso o espiritual.

³⁰ De hecho, es posible cartografiar el conjunto de instituciones citadas en los testamentos para tratar de reconstruir la proyección social y económica de cada testador, lo que nos puede servir, al mismo tiempo, para tratar de perfilar diferencias por sexo o grupo social en relación a la concepción espacial de cada uno. En este sentido resulta muy ilustrativo el testamento de doña Urraca Fernández de Traba (1199) que cita prácticamente un centenar de instituciones monásticas distribuidas por todo el territorio gallego, a las que se suman algunos legados a catedrales, cabildos y monasterios de los espacios geográficos próximos (Asturias, León y Portugal), sin olvidar Roma y Tierra Santa, puntos clave en la geografía espiritual del Occidente medieval. Vid. García-Fernández “As mulleres nos testamentos”, 30. Anexo I, mapa 2 y Anexo II, doc. 3.

Por otra parte y como ya hemos citado, el lugar de sepultura respondía también al deseo de perpetuar los vínculos familiares, independientemente de la institución elegida.³¹

De todos modos, es en la concesión de legados píos donde mejor podemos discernir el conjunto de instituciones con las que se establecían relaciones en la vida y en la muerte. La entrega de determinados bienes o cantidades de dinero solía implicar el encargo de misas por el alma, aniversarios, la celebración de pitanzas... Se trata, como vemos una vez más, de una relación bidireccional. Los mendicantes aparecen como los grandes expertos e intercesores ante la muerte en los siglos XIV y XV, recibiendo buena parte de los legados píos. No obstante, los cabildos y catedrales, así como las pequeñas ermitas, también recibieron parte de esos bienes, al igual que otras instituciones, fundamentalmente las dedicadas a la beneficencia y al cuidado de los enfermos: hospitales, leproserías o malaterías... Instituciones todas ellas que entran en el “juego” diseñado por los testadores para conseguir méritos para la salvación de su alma, lo que es bien conocido por la célebre expresión de la “matemática de la salvación”.

En otras ocasiones estas instituciones son citadas por motivos que trascienden lo devocional y espiritual. Se trata de casos en los que se hace referencia a la posesión de derechos de patronato –los cuales se transmiten como cualquier otro bien a los herederos–, de bienes aforados –muchos de los cuales eran subaforados en el caso de las élites– o cuando se reconoce haber cometidos abusos contra esas instituciones, a las que se solicita su perdón tratando además de otorgarles algún tipo de compensación.³² Al mismo tiempo también se establecían relaciones culturales y de mecenazgo, visibles en la concesión de legados para la realización de obras, fundar capillas o construir panteones que albergarían las sepulturas de los testadores y sus familiares en forma de *campaas chaas* o *muimentos* –exentos o situados bajo arcosolios–.³³

Más allá de las relaciones con las instituciones eclesiásticas u hospitalarias, los testamentos recogen de forma directa o indirecta vínculos con otras instituciones, caso de los concejos, responsables de la reparación de infraestructuras públicas como puentes o caminos, para lo que se otorgaban determinadas cantidades de dinero en algunos testamentos y codicilos.

Más excepcional resulta encontrar entre los testadores gallegos referencias explícitas a vínculos con la institución monárquica. Ello no implica que no existiesen. Por supuesto que los había y son bien conocidos entre algunos miembros de la alta nobleza y el clero. Sin embargo, el fuerte carácter personal y espiritual de los documentos de últimas voluntades hace que no sean habituales este tipo de menciones. De todos modos, cuando existe una proximidad evidente entre el testador y aquellos que encabezan la institución, no dejan de aparecer ecos de esta relación,³⁴ la cual, más que institucional, creemos que debería ser integrada en el marco de las relaciones personales marcadas por la amistad y las relaciones de poder.

En definitiva, los testamentos también nos permiten aprehender, aunque sea de forma parcial, una parte de la red de relaciones establecidas entre los individuos y las instituciones, relaciones caracterizadas nuevamente por su heterogeneidad y reciprocidad.

UN ESTUDIO DE CASO: LAS RELACIONES FAMILIARES E INSTITUCIONALES DE FERNÁN GARCÍA BARBA DE FIGUEROA A TRAVÉS DE SU TESTAMENTO

³¹ García-Fernández, “Las élites femeninas”, 378 y ss.

³² Sobre ello véase José Miguel Andrade Cernadas, “La violencia recordada. Confesiones testamentarias en la Galicia de finales de la Edad Media.” *Sémata* 19 (2007): 65-77.

³³ Doña Urraca de Moscoso, que testó en 1498, dispuso que los cuerpos de su marido y de su hijo fuesen trasladados a una capilla propia situada en el convento compostelano de Santo Domingo de Bonaval, donde encarga con todo detalle que fuesen esculpidos los escudos de su propio linaje y los de su marido. García-Fernández, “As mulleres nos testamentos”, 50 y Anexo II, doc. 48.

³⁴ Es el caso de la mención contenida en el testamento del obispo tudense Juan Fernández de Soutomaioir que, en 1323, encargó “*missas celebrent pro anima nostra et pro animabus clare memorie illustrissimi principis et domine domine Sancii [Sancho IV de Castilla] quodam regis legionensis et castelle et eius nobilissime uxoris regine domine Marie [María de Molina]*”. Suso Vila, *A casa de Soutomaioir (1147-1532)* (Noia: Toxosoutos, 2010), 435-436, doc. 1.

Aplicaremos las consideraciones anteriormente señaladas a un único instrumento: el testamento de Fernán García Barba de Figueroa,³⁵ otorgado en 1473, período que sucede a la Revuelta Irmandiña.³⁶ Con él se ejemplificará una línea de trabajo que, desde nuestro punto de vista, puede contribuir a enriquecer el discurso histórico apuntando hacia lo cotidiano, lo relacional y hacia una humanización de la historia. Se trata de destacar que lo estructural y lo coyuntural –situados en el tiempo largo y medio– coexistían con las particularidades vitales, los sentimientos personales y una red de relaciones específica de cada testador –cuestiones que han de verse en un tiempo corto y, en el caso de los testamentos, un tiempo concreto y casi único–. Aún así, no por ello ha de caerse en lo anecdótico, por lo que es necesario ampliar el *corpus* documental, poniendo en relación unos instrumentos con otros. De ese modo, más allá de la elaboración de una red de relaciones en torno a un individuo concreto –lo que siempre resulta útil en estudios prosopográficos–, seremos capaces de conocer mejor y de manera global las vías, condicionantes y posibilidades de integración de los individuos en la sociedad medieval.

¿Quién era este testador concreto y con qué personas e instituciones se relacionaba integrándose en las dinámicas de la sociedad medieval? A través del propio documento descubrimos que Fernán García Barba de Figueroa, morador en San Pedro de Lantaño (Pontevedra, Galicia), era miembro de una familia aristocrática pero de la baja nobleza.³⁷ Él mismo recuerda los orígenes de la familia, ligados a las tierras de Lugo, y lo hace no solo como ejercicio de memoria y como expresión del grupo familiar al que pertenece y que cuenta con una torre y un escudo como símbolos materiales identificadores del linaje,³⁸ sino también porque, ante una posible falta de descendencia, el testador se preocupa de que la Casa y los bienes patrimoniales permanezcan dentro del grupo de parientes, recayendo en sus colaterales lucenses. Por otra parte, la posición aristocrática del grupo se confirma al verlos emparentados por vía matrimonial con linajes como los Montenegro, evidenciándose la endogamia propia del grupo nobiliario.

La importancia que adquiere la familia –núcleo esencial de las relaciones sociales como venimos defendiendo– y su reproducción social, económica y simbólica cobra un gran protagonismo en el testamento de Fernán García Barba, quien se presenta como un auténtico *pater familias* dispuesto a condicionar los comportamientos futuros de los hijos en beneficio de la Casa. Por ello, se encarga de detallar cómo habría de ser su sucesión, partiendo siempre de la preferencia de los hombres sobre las mujeres y de los mayores sobre los menores.³⁹ Estamos ya en un momento de consolidación del principio agnaticio en las estructuras de parentesco nobiliarias, proceso que consideramos íntimamente ligado al contexto de crisis bajomedieval y, por tanto, al siglo XIV. La

³⁵ Editado en *Colección diplomática*, 27-34, doc. VIII. La importancia de este testamento ya ha sido destacada por autores como María del Carmen Pallares Méndez y Ermelindo Portela Silva en su trabajo “Los mozos nobles: grandes hombres, si fueran hijos solos,” *Revista d’Història Medieval* 5 (1995), 55-74.

³⁶ El propio testador describe ese contexto de conflictividad social en sus últimas voluntades: “o reino todo rebolto en guerras, e tantos roubos e mortes, e todos malos feitos; lebantarse grande chusma de comuneros contra os caballeros e moitos caballeros contra el mesmo Rey e outros señores da terra façer guerra contra outros e deitar por terra tantas casas e torres...”.

³⁷ En la región en la que se sitúa la familia del testador, una de las casas nobiliarias con más peso y proyección era la de Paio Gómez de Soutomaior, con la que los Figueroa contrajeron deudas y con respecto a la cual existiría una relación de cierta dependencia o subordinación, sin olvidar el peso del señorío del Arzobispo de Santiago sobre la zona.

³⁸ “*Meu aboo Garçia Estevez de Lousada que da terra de Lugo e pazos de Lousada e Quiroga veu morar a ela con a dita sua moller Maria Garcia de Saavedra, miña aboa, e foi o que raedificou e casi fizo con a sua torre enna era de MCCCCVIII anos de Cristo MCCCLXIX como dis o letreiro que esta debaixo do escudo dos lagartos*”.

³⁹ Ello hace que la sucesión recaiga en su hijo mayor, Juan, quien habría de cumplir una serie de requisitos para acceder y transmitir la herencia recibida: “*si se casar ou ouber fillos fique todo elo a seu fillo maor con tal que un e outro casen con molleres da sua igualdade podendo ser, máis sempre con cristianas vellas e non de pouco convertidas nin infeitadas da mala raça de mouros ou judios (...). Por si esto soceder en qualquer deles ou en outro qualquer meu fillo ou neto e descendente o qual Deus tal non permita quero e mando en tal caso que desde o mesmo feito e sin mais tardança a dita miña casa e melloría pase a outro meu fillo e neto*”.

crystalización de los linajes trajo consigo cambios en las relaciones intrafamiliares al reforzarse el papel de los varones –especialmente el de los primogénitos– como cabezas de familia y dueños del grueso del patrimonio inmueble –muchas veces reunido y prácticamente “blindado” mediante la fundación de un mayorazgo–. De ese modo, vieron reafirmada su posición privilegiada en la toma de decisiones familiares como manifiesta el propio testador al constituir él mismo un mayorazgo porque “*foi sempre meu desejo e miña vontade facer en ela maiorazgo vinculado*”, “*e se me tolleu a vontade de fazer o dito maiorazgo*”. Un análisis del discurso revela el reforzamiento incontestable del cabeza de familia. Además, el peso del autoritarismo y del patriarcado se observan en la disponibilidad que tenía Fernán García Barba sobre la dote de sus esposas, como veremos a continuación.

Respecto a sus relaciones de pareja, el testador es viudo, aunque sabemos que se casó en dos ocasiones. Ello se refleja en la propia elección del lugar de sepultura, la cual aparece condicionada por el deseo de enterrarse cerca de los familiares difuntos; en este caso: los padres, abuelos y también “*doña Joana Mendez de Azevedo, miña primeyra moller*”,⁴⁰ e “*doña Elvira Paez de Montenegro, miña segunda moller*”. De la primera solo sabemos que no tuvo sucesión con el testador y que “*me deixou para sempre a metade da sua dotación e erdanza e que a outra metade a convertise en misas e ismoldas*”. La muerte de ésta, posiblemente prematura, favoreció la celebración de unas segundas nupcias con doña Elvira Páez de Montenegro, las cuales se perfilan como ventajosas al entroncar con esa familia de la oligarquía pontevedresa.⁴¹ De hecho, el testador declara la existencia de deudas con “*Tristam de Montenegro, tio da dita miña moller que me emprestou de hua vez trinta escudos e de outra seys marcos de prata*”. Respecto a la dote de su segunda mujer, Fernán García contó nuevamente con una gran capacidad de disposición sobre esos bienes y monedas, “*os quales diñeiros gastei en desembargar os bees e terras que meu padre enpeñou*”. En sus últimas voluntades, el testador encargó la celebración de misas por su alma y por la de sus esposas fallecidas en un contexto de recuerdo familiar que se extiende a los padres y abuelos. En el caso de Elvira Páez parece que una larga enfermedad pudo acabar con su vida, tal y como se desprende del gasto ocasionado por las “*enfermedades e enterro e onrras e misas da dita miña moller*”. Además, de este segundo matrimonio, Fernán sí consiguió los esperados herederos encargados de garantizar el futuro del linaje.

Pero nos referiremos antes el recuerdo de los antepasados, el cual se extiende a tres generaciones.⁴² Más allá se pierde la memoria o decide omitirse al no condicionar las disposiciones sobre la herencia. A través de su genealogía vemos como inicialmente el apellido de los cabezas del linaje derivaba del nombre paterno, variando en la siguiente generación. Sin embargo, con Fernán García Barba de Figueroa cristaliza el apellido conformado por la suma de paterno, García, y del materno, Barba de Figueroa. Posteriormente, sus hijos seguirán conservando el García, que se fija definitivamente en el seno del grupo. Sin embargo, puede o no completarse con otros como el materno, en gran medida atendiendo al reconocimiento de la familia de origen de ésta. Así, el primogénito, como descendiente de la importante casa de los Montenegro, asume ese apellido: Juan García de Montenegro. Esta oscilación de apellidos, incluso entre hermanos, dificulta muchas veces determinar los parentescos cuando no se aclaran con precisión en los propios testamentos.

Tras el recuerdo de los ya fallecidos, representantes del pasado familiar, aparecen el presente y futuro del grupo: los hijos. De Elvira Páez, el testador tuvo a Juan, el hijo mayor, a Alonso y Estevo García, así como a su única hija Bieita García. Estamos en un

⁴⁰ En una segunda ocasión aparece nombrada como María, sin que sepamos si dicho cambio de nombre aparece en el original o se debe a la transcripción ofrecida en su momento sobre una copia procedente de un particular.

⁴¹ La referencia a una serie de bienes que “*meus bisaboos que todo elo empeñaron aos Montenegros do pazo e con a torre de Travanca de donde deçende miña moller Elvira*” ratifica lo ventajoso de estas segundas nupcias.

⁴² Véase la tabla genealógica del Apéndice elaborada a partir de los datos ofrecidos por el documento que aquí estamos analizando.

momento en el que el acceso a una formación letrada tiende a incrementarse entre los aristócratas, por lo que no nos extraña el lamento de este padre por los dineros invertidos “*enna criança e estudos dos meus fillos e dela* [de Elvira Páez]”. El primogénito varón es el que tiene mejores perspectivas de futuro, tal y como hemos señalado al hablar de la implantación de los linajes. Él recibe el grueso de la herencia, cuya transmisión se regula tratando de evitar conflictos posteriores, los cuales constituyeron la ruina de no pocas casas nobiliarias.⁴³ La constitución de un mayorazgo se convierte en una auténtica garantía para la supervivencia material y simbólica del linaje, tratando de poner fin a las tendencias disgregadoras de los patrimonios nobiliarios que se daban con motivo de la transmisión de la herencia y más en contextos de inestabilidad social.⁴⁴ Sin embargo, en ningún momento se excluye al resto de hijos. Por el contrario, se trata de evitar su empobrecimiento.⁴⁵ Incluso en el caso de su hija, el testador dice: “*mando a miña filla Bieyta Garçia vinte mil maravedís vellos para ajudar do seu casamento ou de se por freira en un monasterio segundo dis que quer*”. Este dato, unido al de la soltería del hijo primogénito al igual que los otros, apunta a que estamos ante hijos jóvenes. Pero, sobre todo, nos interesa destacar que se trata de un buen resumen de las posibilidades de vida que se ofrecían a las mujeres: el matrimonio o el convento. De todos modos, en este caso se reconoce una cierta capacidad de elección a la hija con esa expresiva mención “*segundo dis que quer*”. Las hijas heredan y también lo hacen los “segundones”, aunque sus posibilidades se ven algo más mermadas al implantarse los linajes. Por ello, no es raro que algunos se vinculasen a la administración estatal –cada vez más desarrollada– o al estamento eclesiástico, tal y como ya hemos señalado con anterioridad.⁴⁶

Fernán García Barba de Figueroa también reconoce en su testamento la existencia de un hijo natural. Se trata de Fernán García Galego, “*que eu sendo moço solteiro ouben de Lourença Albres da fregesia de Alba, criada que foi do meu señor padre*”. No estamos ante el fruto de una relación extraconyugal, pero tampoco se sitúa dentro del grupo de los “*fillos lejitimos*” convertidos en “*universales erdeiros*”. Simplemente es reconocido y se le ofrece amparo.⁴⁷

El trato con los sirvientes se revela íntimo y cotidiano y no solo porque el propio testador declare su relación con una criada de su padre durante su soltería, sino porque son recordados como beneficiarios de algunos legados.⁴⁸ Además de recompensarlos, se espera con este tipo de mandas una cierta reciprocidad: rezos por la salvación del alma

⁴³ “*Iten digo porque este meu paazo e casa torre de Outeiro de esta fregesia de Lantaño en que moro e moraron os ditos meus padres e aboos non se tollese nin partise en adiante e tubese senpre bees e terras e rendas con que manter o estado e mais ben pudesen os meus fillos e socesores dela acudir aos chamamentos e servijio dos señores Reis como he obrigado (...) e tamen porque en ela se conserbase a boa memoria dos meus pasados...*”; y, para ello se regula que “*a dita miña casa e melloria pase a outro meu fillo ou neto e desçendente lejitimo por a sua orden e antelacion de varon e mais vello en quen non aja a dita mala çircunstança [casar el heredero con mujeres que no fuesen cristinas viejas] e esto mesmo se entenda si do dito Joan o seu fillo maor que Deus lle der non quedase fillo de matrimonio*”.

⁴⁴ “*Porque ja se tollese da casa o couto e vasallaje e regalias e moitos bees e rendas e posesions que lle pertencian e sohia ter e tebo este pazo ennos tempos (...) meus bisaboos*”.

⁴⁵ El gran beneficiado es su “*fillo maior Joan Garçia de Montenegro, senpre obediente a todos meus mandados e moitos e bos serviços que fizo e fai (...) e quiser façelo o faza cabeça de esta dita casa mando que lla leijo por sua melloria para que aja de mais a mais con as mais casas altas e chans e soelo e poseçon e terras que son en redor do curral e do paazo e non mais por non deixar probes aos demais meus fillos seus hirmans*”. Es decir, el testador es consciente de la importancia de mejorar a un hijo pero sin desamparar al resto.

⁴⁶ Ejemplo de ello es el propio hermano de Fernán García, Vasco García Barba de Figueroa, canónigo de Ourense que, junto con el clérigo de San Pedro de Lantaño, *Joan Perez Buçeta*, y el hijo mayor del testador, es nombrado cumplidor de las últimas voluntades de su hermano.

⁴⁷ “*A quen ja teño dado os bees e rendas que eu habia enna dita fregesia e mando que os meus conpridores e fillos e erdeiros non lle tollan cousa algunha do que ansi lle teño dado porque non he mais do que debia darlle por sua porçion como tal meu fillo bastardo antes quero que lo anparen e ajuden e defendan en elo*”.

⁴⁸ “*Mando que todos meus criados que ao tempo do meu finamento se acharen servindo enna miña casa sobre o que ja lles tena pago lles ajusten e paguen ben o seu tempo servido e mais o soldo enteyro de un ano a cada hun deles e hua roupa de loito porque roguen a deus por min*”. Más difícil resulta precisar si “*Diego de Lantaño e Bertolo Pérez, meus criados*”, que actuaron como testigos en el momento de otorgarse el testamento, eran sirvientes o posibles familiares criados en casa del testador.

del testador. De hecho, el temor a la muerte y a la condenación eterna lleva a los testadores, y en este caso a Fernán García, a otorgar una serie de perdones a los enemigos, ayudas a pobres, reducciones a la mitad de las rentas que deberían pagar los dependientes, etc.⁴⁹ Estamos, pues, ante legados que acabarían beneficiando al propio testador en el marco de la salvación y que reflejan redes de dependencia y espiritualidad, así como prácticas caritativas.

En cuanto a los amigos, en este caso se podrían considerar como tales a los presentes durante el otorgamiento del testamento, los cuales comparten apellidos, lo que nos lleva a pensar que se trataría posiblemente de una familia destacada del lugar con la que los García Barba de Figueroa tendrían un trato continuado.⁵⁰ Completan, pues, una amplia red de relaciones intra y extrafamiliares que nos permite perfilar mejor el retrato de una sociedad en la que los individuos se integraban en diversos espacios y marcos sociales pero siempre a partir del núcleo familiar.

Respecto a las instituciones, aparecen aquellas que se sitúan más próximas al testador, como era de esperar. En primer lugar, Fernán García Barba de Figueroa se refiere a la iglesia de San Pedro de Lantaño, en cuya capilla mayor desea enterrarse, confirmando el papel de la misma como capilla funeraria. En ella dispuso la celebración de diversas misas, las cuales serían completadas con una fundada en honor a San Benito “*enna sua ermida do Monte desta dita freguesia*”; ermita para la que dispuso, además, cierta cantidad de dinero “*para [su] reparamento*”. Aunque solo nombra a esas dos instituciones religiosas –lo cual no deja de ser bastante excepcional, permitiéndonos afirmar que se trata de un caso en absoluto paradigmático, sobre todo al no documentarse ninguna referencia a centros monásticos–, el testador no se olvida de las instituciones hospitalarias entre las que señala dos malaterías, la de Santa María do Camiño de Pontevedra y la de San Luis de Padrón, también caracterizadas por su proximidad geográfica al espacio vital de Fernán García.

En este caso, el testador también recuerda su vinculación con la institución monárquica, declarando su participación activa y la de su padre en algunas campañas contra los musulmanes,⁵¹ lo que, junto a las “*reboltas e traballos que en estes tempos mandou Deus a estas terras*” y otros gastos familiares, había supuesto un importante esfuerzo económico para la Casa.

Estamos, pues, ante un testamento en el que se manifiesta con claridad la importancia de la familia como marco relacional fundamental, sin olvidar todo un conjunto de referencias que sitúan al testador en el seno de un grupo social concreto, con una proyección territorial muy determinada y con relaciones que van desde lo local hasta el entorno regio, pasando por marcos señoriales ligados tanto a la nobleza laica como eclesiástica de la Galicia del siglo XV.

⁴⁹ “*Eu perdono de todo coraçon a todos meus enemigos e que me an feito mal para que Deus me perdone a min e demando e roga a todo los que eu fisen mal que por amor de Deus me perdonen (...). Iten mando que a todolos meus colonos que me pagan rendas de pan e mais direituras de todo o que se achar que me son debdores ao tempo do meu finamneto a todos lles perdono a metade e aos que foren probes ou casi probes lles perdono todo enteyramente e mais que repartan en eles e mais probes vergonzante s e mendigantes dous ou tres panos pardos (...) ansi a eles como a todos os demais probes que enno día do meu enterramento vieren a catar de comer que a todos se lles de ismolda por amor de deus pan e viño e carne ou pescado segundo fase odia*”.

⁵⁰ Nos referimos a “*Joan Perez Buçeta, clérigo de esta fregesia de Lantaño, e Gonçalo Nuñez Buçeta do Rial e Gregorio Gonçalez Buçeta, seu fillo, escudeiro do mariscal Sueiro Gomez de Soutomayor*”. De hecho, el clérigo Juan Pérez fue el encargado de escribir las últimas voluntades del testador: “*esta [manda] que vai escrita da man propia do dito Joan Peres, clérigo de esta fregesia [de San Pedro de Lantaño], e agora a outorgo por diante o presente notario Fernan Gomes e testigos ajuso escritos*”.

⁵¹ “*Meu padre (...) ennas sahidias que fiso con os demais fidalgos da terra en compañía do señor arçobispo e perlado de Santiago don Lope de Mendoza (...) contra os mouros da Andaluçia fasta que se ganou a cibdad de Antequera ao Rey mouro de Granada de chamamento do señor infante don Fernando, e tamen enna sahida que eu fise de chamamento de seu sobriño noso señor el Rey don Joan [II de Castilla] e de mandado de meu señor padre en lugar del cando se ganou dos mouros a grande batalla da Figueira en donde tamen perdín e me mataron o cabalo e eu sahin ben librado enpero ben ferido de hua saetada enno braço dereito que non a vin curada fasta pasados ben tres meses*”.

CONCLUSIONES

En el momento de otorgar sus testamentos, los individuos nos hablan de sí mismos: de su concepción de la muerte, de sus devociones, de las estrategias destinadas a la conservación de su memoria... Otorgan sus últimas voluntades para ordenar todo lo relativo al destino de su cuerpo y sus bienes, además de tratar de garantizar la salvación de su alma. Sin embargo, más allá de sus deseos personales, debemos tener en cuenta el peso del imaginario colectivo, de las tradiciones y normas sucesorias, de los elementos formularios derivados de la práctica jurídica, así como las presiones que podían ejercer aquellos que rodeaban a los testadores. Teniendo en cuenta estas precauciones, los análisis sobre las prácticas testamentarias deben avanzar de lo religioso y lo mental hacia lo social, pues un examen detenido de las últimas voluntades revela, ante todo, la integración de los individuos en una sociedad compleja y dinámica. La familia, la parentela, el poder, las devociones... Todo ello está presente en la vivencia de la muerte, la cual no dejaba de ser un reflejo bastante ajustado de la propia vida. Por ello, a ojos del historiador, los testamentos se convierten en un magnífico tablero sobre el que se proyecta la red de relaciones sociales de los hombres y las mujeres de la Edad Media que nos interesa descubrir y clarificar. En este sentido, es importante analizar los testamentos de manera individual, observando con detenimiento sus particularidades, es decir, apostando por lo cualitativo y por trazar estudios de caso, pero también proceder a un análisis de conjunto viendo comportamientos y actitudes colectivas que nos permitan caracterizar con mayor precisión la sociedad medieval. Una sociedad compuesta por hombres, mujeres e instituciones en relación.

Estudiar la sociedad medieval exige analizar con precisión el conjunto de relaciones que se establecían entre las gentes medievales y entre éstas y las instituciones. Se trata de relaciones diversas, recíprocas y de naturaleza compleja, aunque en las últimas voluntades aparecen simplificadas y fijadas en un momento temporal concreto. De hecho, solo en casos muy concretos se pueden observar con claridad dinámicas de cambio.⁵² Son relaciones que nos hablan de la vida, de lo cotidiano, que surgen de experiencias vitales concretas marcadas por la familia de origen, el espacio vital en el que se mueven, los lazos de dependencia, las redes de poder y devoción...; relaciones que se intentan perpetuar en un futuro incierto en el que persistirá la reciprocidad aunque el testador haya desaparecido. A cambio de bienes, se habrá de conservar su memoria, rezar por la salvación de su alma, perdonar algunos de sus abusos...

A pesar de que los testamentos nos dibujan un red de relaciones estática para cada testador, contar con una radiografía de la interacción social en un momento concreto es de gran utilidad, sobre todo si, en el análisis de un *corpus* documental más amplio, procedemos a comparar las situaciones de testadores de diferentes medios sociales, de ambos sexos o que se encuentren en situaciones vitales distintas tanto en lo relativo al espacio, como a la edad o estado matrimonial/soltería. El carácter meramente introductorio y la brevedad que se nos impone a este trabajo nos impiden abordar con mayor detenimiento esta cuestión. A pesar de ello, resulta obvio que los miembros de la nobleza y del alto clero –sectores íntimamente ligados entre sí– cuentan con una red de relaciones más compleja tanto en lo que se refiere al número de interacciones como a la naturaleza de las mismas. Todo ello también está relacionado con una proyección territorial más amplia y su capacidad para ejercer el poder público y económico. Por otra parte, resulta importante tener en cuenta el momento vital del testador ya que, conforme se avanza hacia la madurez, acostumbra a producirse una ampliación de las redes de relaciones y la substitución de unas por otras –evidente en el caso del protagonismo que paulatinamente van alcanzando las relaciones con los descendientes frente a las

⁵² Para ello resulta fundamental proceder a un análisis del testamento dentro de una producción escrita más amplia en el caso de disponer de ella. En este sentido, son los testadores del alto clero y de la nobleza los que cuentan con mayores posibilidades de estudio, ya que a veces contamos con varios testamentos y codicilos para un mismo testador, lo que constituye una de las mejores posibilidades para trazar su red de relaciones en dos momentos concretos pudiendo establecer comparativas que nos permitan ver dinámicas de cambio en dicha red.

existentes con los ascendentes por un proceso simplemente biológico. De todos modos, las gentes medievales no acostumbran a declarar su edad, por lo que muchas veces hemos de trabajar con categorías generales como la juventud, la madurez... Finalmente, otra línea de análisis consiste en preguntarnos qué diferencias encontramos entre las mujeres y los hombres en lo relacional ¿Hasta qué punto las últimas voluntades femeninas reflejan una menor proyección social e incluso espacial de las mujeres respecto a los hombres? Los testamentos con los que estamos trabajando revelan que, más allá de los discursos teóricos sobre la debilidad, dependencia y subordinación de las mujeres, la realidad social es más compleja y en ella las mujeres aparecen plenamente integradas en una densa red de relaciones en la que tenían un protagonismo esencial. Además de su capacidad de testar –lo que para algunos evoca un margen de libertad femenina importante–,⁵³ se convierten en herederas, en cumplidoras testamentarias... Son, por tanto, propietarias y toman decisiones en torno al destino de sus bienes, contribuyendo a la reproducción social, económica y simbólica de sus familias al igual que los hombres. Ciertamente, hay cambios que insisten en la lateralización de las mujeres respecto al acceso a la herencia, pero ello también se da en el caso de los segundones y, por supuesto, nos estamos refiriendo a estrategias impulsadas por las élites nobiliarias y, posteriormente, también por las oligarquías urbanas. Por tanto, los testamentos se convierten en una magnífica fuente para clarificar, desde lo social y no tanto desde el imaginario, el papel de las mujeres en el seno de la sociedad medieval. De todos modos, sería anacrónico y estéril entrar en debates sobre el grado de igualdad/desigualdad femenina respecto a los hombres. En gran medida, es la diferente posición que ocupan en la jerarquía social la que condiciona los modos de vida y actuaciones femeninas. ¿Existe una mayor feminización de la red de relaciones existente en torno a testadoras? Hay bastantes indicios que así lo demuestran, pero ello responde a que esas relaciones derivan de la experiencia vital y, como era de esperar, las mujeres tienden a mantener mayor relación o, al menos, una relación más continuada con otras mujeres, sean éstas familiares o vinculadas a la nómina de criados y sirvientes. De todos modos, frente a la imagen que acostumbra a oponer a los clérigos con las mujeres, en los testamentos de eclesiásticos no dejan de ser significativas y reiterativas las menciones a un ambiente feminizado compuesto por madres, hermanas, tías y criadas. Aunque ciertamente los testamentos tienden a excluir a las mujeres en la relación de testigos, creemos que son magníficas fuentes para la reconstrucción de redes de relación en las que se observa con claridad que hombres y mujeres interactuaban constantemente en el seno de la sociedad medieval.

En definitiva, a partir de un análisis detenido de los testamentos podemos conocer los principales marcos de relación social de los hombres y mujeres de la Edad Media trazando, con cierto detalle, algunas de sus relaciones interpersonales y con instituciones. Se observa, de ese modo, la integración de los individuos en una compleja red de relaciones que involucra a diferentes agentes sociales –a los cónyuges, a los hijos, a los padres, a los vecinos, a los dependientes, a los parientes, a las instituciones...– con interacciones de diferente intensidad y de naturaleza diversa –sociales, económicas, espirituales, culturales, de poder, de género– y en las que también operan las nociones de conflicto, armonía, afectividad, solidaridad o confianza.

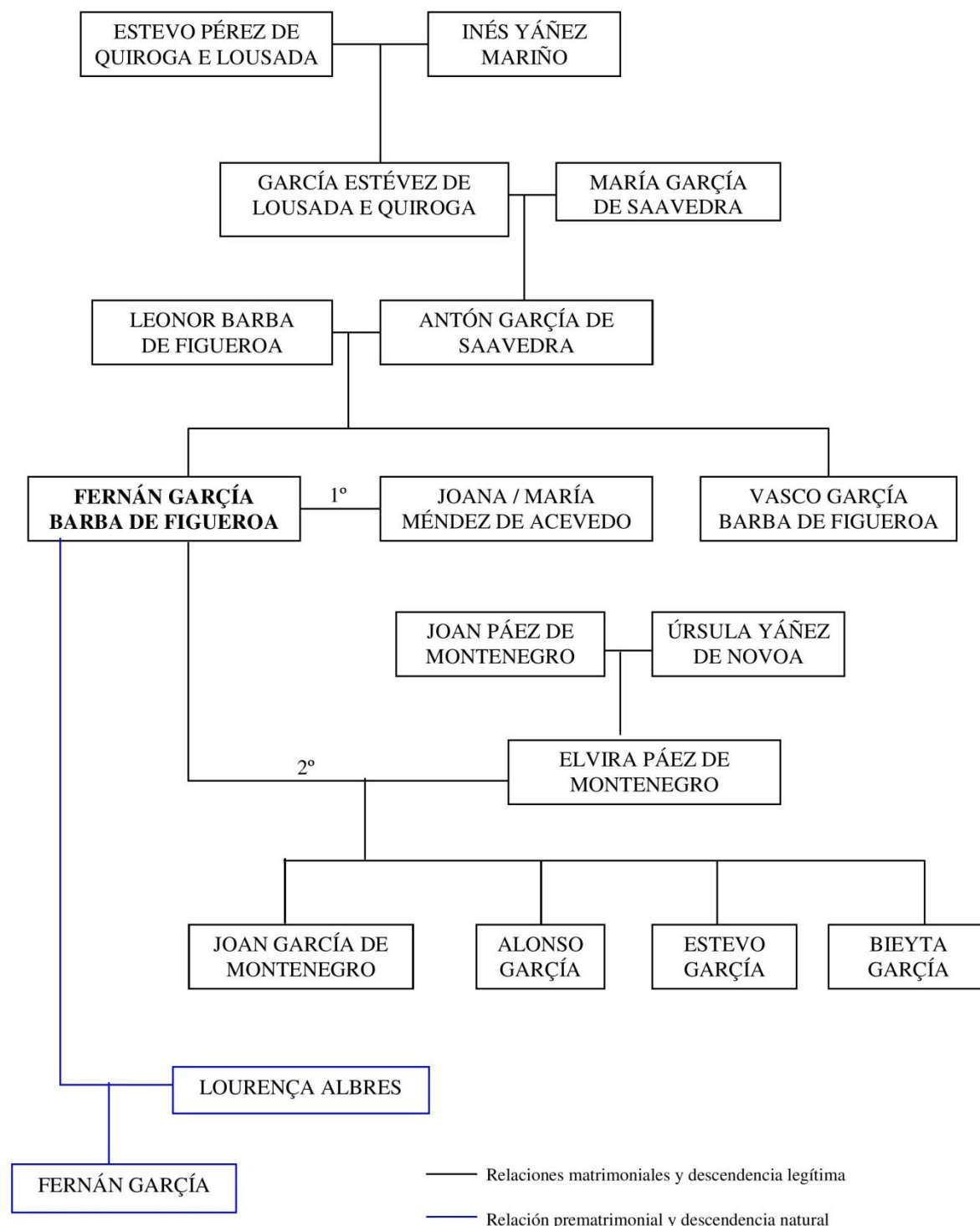
Ciertamente, el tipo de relaciones a los que hemos hecho referencia surge de la abstracción y teorización realizada tras la lectura de un *corpus* documental más amplio vinculado al territorio gallego, punto de partida para la realización de nuestra tesis doctoral. De todos modos, creemos que se trata de un modelo lo suficientemente flexible como para dar cabida al análisis de testamentos y documentos de últimas voluntades –codicilos, disposiciones *mortis causa*, mandas...– que, más allá del tipo de interacciones concretas que contengan o de la participación en ellos de otros agentes sociales no reflejados aquí, permiten conocer mejor la integración de las gentes de la Edad Media en

⁵³ Maria Clara Rossi, ed., *Margini di libertà: testamenti femminili nel Medioevo. Atti del convegno internazionale (Verona, 23-25 ottobre 2008)* (Verona: Cierre Edizioni, 2010).

las redes de relaciones complejas, dinámicas y recíprocas que surgían en la sociedad medieval del mero hecho de vivir en sociedad.

APÉNDICE

GENEALOGÍA DE FERNÁN GARCÍA BARBA DE FIGUEROA SEGÚN SU TESTAMENTO



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Circulação, redes e percursos dos escolares portugueses na *Christianitas* durante a Idade Média. Apresentação de um plano de tese de doutoramento em História Medieval¹

André de Oliveira-Leitão²
Universidade de Lisboa

Resumo

O presente trabalho visa dar a conhecer o *status quæstionis* do nosso plano de tese de doutoramento, intitulado *Escolares portugueses na Christianitas (séculos XII-XV): circulação, redes e percursos*. Assumindo-se como ponto de partida a inexistência de um estudo de conjunto sobre a circulação de portugueses nos *studia generalia* da Cristandade medieval e o desigual questionário científico propiciado pelas obras parcelares que fazem luz sobre a presença portuguesa num reduzido conjunto de universidades (Salamanca, Bolonha, Paris, Toulouse ou Montpellier), procuraremos colmatar essa lacuna através de uma revisitação das fontes, com o intuito de obter de uma visão panorâmica da presença portuguesa nos principais centros académicos da Europa medieval entre os meados do século XII e os inícios do século XV.

Abstract

This essay aims to present the current status of research of my Ph.D. thesis, entitled *Portuguese scholars in Christianitas (12th-15th centuries): mobilities, networks, careers*. Currently, there is no comprehensive study about the mobility of Portuguese students through the *studia generalia* of medieval Christendom. In addition, the several volumes written about the presence of Portuguese scholars in a small group of universities (Salamanca, Bologna, Paris, Toulouse or Montpellier) do not share the same methodological approach nor the same scientific questionnaire. In order to bridge this gap, I will re-analyse the sources, as to obtain an overview of the Portuguese presence in the major academic centres of medieval Europe between the mid-twelfth and the early-fifteenth century.

INTRODUÇÃO

Escolares portugueses na Christianitas (séculos XII-XV): circulação, redes e percursos constitui o título do presente plano de doutoramento, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma bolsa (SFRH/BD/77835/2011), e que esteve, na sua génese, ligado ao programa de comemorações do centenário da (re)fundação da Universidade de Lisboa pelo Governo Provisório da República Portuguesa, por força dos decretos com força de lei publicados em 22 de Março (fundação das universidades de Lisboa e Porto e reforma da de Coimbra) e 9 de Abril de 1911 (constituição universitária). Nesse sentido, entendeu a reitoria da antiga Universidade

¹ Este trabalho é financiado no âmbito do projecto *DEGRUPE: A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas (séculos XIII-XV)/The European dimension of a group of power: ecclesiastics and the political state building of the Iberian monarchies (13th-15th centuries)*, com a referência FCT PTDC/EPH-HIS/4964/2012, financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P./Ministério da Educação e Ciência (FCT/MEC), e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC). Gostaríamos de deixar aqui expresso um agradecimento aos nossos orientadores, Professores Doutor Hermenegildo Fernandes (FL-ULisboa) e Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar (UEvora) e, bem assim, à Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha (FL-UPorto), pelas notas e sugestões que nos deixou aquando do comentário ao plano de tese por ocasião da IV edição do Workshop de Estudos Medievais (5 de Abril de 2013) e à Professora Doutora Maria João Branco (FCSH-UNL), que também comentou o texto por ocasião da apresentação pública dos projectos de doutoramento da IV Edição do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (25 de Junho de 2013).

² Bolseiro de doutoramento da FCT; doutorando do PIUDHist (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História); investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) e do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP).

de Lisboa (UL) criar um grupo de trabalho, dirigido pelo então Pró-Reitor com o pelouro das comemorações do centenário (Professor José Pedro Sousa Dias) e destinado ao estudo da história da instituição nas suas vertentes medieval, por um lado, e contemporânea, por outro.

Tendo sido chamado a colaborar, na qualidade de bolseiro, na primeira das linhas do dito grupo (coordenada pelo Professor Hermenegildo Fernandes), desenvolvi um contacto íntimo e aprimorado com uma riquíssima e vastíssima antologia documental versando a história institucional, mas também económica e social, da universidade e dos universitários portugueses durante a Baixa Idade Média.

Tal antologia – o *Chartularium Universitatis Portugalensis* (CUP)³ – havia sido dada à estampa ao longo de perto de quarenta anos (1966-2004) por uma equipa sucessivamente coordenada por alguns nomes de vulto da cultura portuguesa, constituindo uma compilação factícia de perto de sete mil diplomas balizados entre as datas apontadas para o estabelecimento do Estudo Geral em Lisboa (1288), e a translação/refundação⁴ da Universidade em Coimbra por D. João III (1537) – e cujo conteúdo continuava (e continua, ainda em parte) largamente por explorar.

Foi, pois, enquanto bolseiro deste projecto, subordinado à temática da história da universidade medieval em Lisboa (cujos resultados foram recentemente dados à estampa numa co-edição da Reitoria da Universidade de Lisboa e das Edições Tinta-da-China)⁵ que germinou o desígnio de uma tese versando sobre os escolares portugueses no estrangeiro.

Como dissemos anteriormente, o CUP constitui uma compilação factícia, tendo os seus coordenadores envidado esforços em vários arquivos (mormente a Torre do Tombo e o *Archivio Segreto Vaticano*) no sentido de apurarem indivíduos oriundos dos territórios diocesanos portugueses que, no período considerado, figurassem taxonomicamente como estudantes, escolares, bacharéis, licenciados, mestres ou doutores, assumindo – sem dúvida, exageradamente – que todos poderiam ter tido uma

³ Artur Moreira de Sá *et al.*, coord., *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, pref. de Marcelo Caetano, 16 vols. (Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia/Instituto Nacional de Investigação Científica/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1966-2004).

⁴ Não abordaremos a velha (e debatida) questão da natureza das transferências do Estudo entre Lisboa e Coimbra, por ser questão acessória neste trabalho; neste sentido, usaremos o termo *deslocalização*, de cariz neutro, a fim de obviar ao incómodo que a escolha terminológica (*transferência* ou *refundação*) poderia propiciar. Com efeito, gerou-se na década de 1960 conhecida polémica entre as academias de Lisboa e Coimbra, tendo em vista determinar qual a natureza das sucessivas deslocalizações do Estudo Geral entre as duas cidades – se transferências, se fundações *ex novo*. A polémica, com o seu quê de bizantino, na expressão de Hermenegildo Fernandes (“Introdução,” in Hermenegildo Fernandes, coord., *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, pref. de António Sampaio da Nóvoa (Lisboa: Universidade de Lisboa/Tinta-da-China, 2013), 25), prendia-se com uma disputa mais vasta para determinar, de entre as universidades hoje existentes, qual detinha a primazia da representação do velho Estudo Geral – se a antiga Universidade de Lisboa (UL), tradicionalmente chamada «clássica», refundada em 1911 e fundida em 2013 com a Universidade Técnica de Lisboa numa nova Universidade de Lisboa (ULisboa), se a de Coimbra (UC), aí instalada por D. João III em 1537. Em 1960, no contexto do centenário da morte do Infante D. Henrique (o primeiro protector do Estudo Geral ligado à Casa Real, o qual havia dotado a universidade de uma nova sede, em 1431, para além de ter legado uma importante soma pecuniária ao Estudo para celebração de sufrágios pela sua alma), o então reitor Marcelo Caetano determinou que a UL perpetuasse a vetusta tradição de mandar rezar missas pelo Infante, pretendendo assim honrar a sua memória mas gerando, por seu turno, uma violentíssima quezília com Coimbra. Por isso, não era indiferente determinar a precisa natureza jurídica das deslocalizações – enquanto uma simples transferência do Estudo entre as duas cidades favorecia o primado coimbrão, um sucessivo refundar da Universidade conferia precedência à academia ulixibonense. Sobre a polémica, veja-se o opúsculo que Caetano ordenou imprimir, *Documentos da Universidade de Lisboa acerca da Moção e da Exposição da Universidade de Coimbra de Fevereiro de 1960* (Lisboa: [Universidade de Lisboa], 1960), reeditado em Marcelo Caetano, *Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962) Estudos e Orações*, pref. de Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa: Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974).

⁵ Hermenegildo Fernandes, coord., *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, pref. de António Sampaio da Nóvoa (Lisboa: Universidade de Lisboa/Tinta-da-China, 2013).

vinculação à Universidade de Lisboa. Essa ligação – inconclusiva em muitos dos casos, como a investigação que desenvolvemos veio a comprovar – levou à incorporação no CUP de inúmeros documentos que testemunhavam a presença de escolares lusos em outros estudos gerais da Cristandade medieval.

Foi ao folhear, ao acaso, na Biblioteca do Centro de História da Universidade de Lisboa, uma compilação documental sobre o Estudo de Pádua⁶ que me apercebi de que o carácter volumoso do CUP não fazia dele exaustivo. Ao privilegiar a conexão destes escolares à Universidade de Lisboa, terão porventura os seus organizadores descurado a consulta de outros cartulários universitários, constando do CUP sobretudo (ainda que não exclusivamente) alguns documentos oriundos dos *Livros de Actos e Graus* do estudo bolonhês.⁷

Comprendemos, então, que estava ainda por fazer um estudo sistemático sobre a presença e circulação destes portugueses no Ocidente europeu – o que constituirá o móbil da presente dissertação. Com efeito, embora a temática dos escolares portugueses na Europa medieval tenha já suscitado alguns estudos parcelares, estes incidiram apenas sobre um reduzido conjunto de universidades (Salamanca, Bolonha, Paris, Toulouse ou Montpellier) e sobretudo em cronologias mais tardias (séculos XV e XVI), apresentando como deficiências a inexistência de um questionário metodológico comum e o seu desigual valor científico.

O estudo que iremos empreender versará, pois, sobre a presença de portugueses nos *studia generalia* da Cristandade, no período que medeia entre o segundo quartel do século XII (compreendendo assim as origens da nacionalidade e a autonomização política do espaço português no quadro da *Hispania* face à Coroa de Leão-Castela, bem como a fundação dos primeiros estudos gerais – destacando-se à cabeça o de Bolonha, o mais antigo em contínuo funcionamento, e para o qual se aponta como data tradicional de fundação o ano de 1088, ou o de Paris, estabelecido nos meados do século XII) e o início do século XV (marcando-se a cisão com o fim do Cisma do Ocidente e a eleição de Martinho V, em 1417, pelo Concílio de Constança).⁸

O espaço geográfico abrangido será, naturalmente, o da Europa Ocidental (ou melhor, da *Latinitas*) onde, desde o final do século XI e até ao *terminus a quo* definido, foram sendo fundados os seguintes estudos gerais (muitos dos quais efemeramente): nas Coroas de Castela – Palência (c. 1208), Salamanca (c. 1218), Valladolid (c. 1241), Sevilha (1254), Múrcia (1271) e Alcalá (1293, refundado em 1499) – e de Aragão – Lleida (1300), Perpignan (1350) e Huesca (1354) –, nos reinos de França – Paris (c. 1150), Toulouse (1229), Orleães (c. 1236), Angers (c. 1250), Montpellier (1289), Cahors (1332), Grenoble (1339), Orange (1365) ou Aix-en-Provence (1409), sem esquecer Avinhão (1333), enclave pontifício incrustado em território gaulês –, e de Inglaterra – Oxford (1167) e Cambridge (1209) –, nos estados italianos – Bolonha (c. 1088), Vicenza (1204), Arezzo (1215), Pádua (1222), Nápoles (1224), Siena (1246), Roma (*studium curiæ*, 1245; *studium urbis*, 1303), Piacenza (1248), Macerata (1290), Perugia (1308), Treviso (1318), Florença (1321), Verona (1339), Pisa (1343), Pavia (1361), Lucca (1369), Ferrara (1391) e Turim (1404), – e ainda em algumas cidades do Império e vários estados da Europa Central – Praga

⁶ Gasparo Zonta e Giovanni Brotto, eds., *Acta Graduum Academicorum Gymnasii Patavini, ab anno 1406 ad annum 1450*, I (Roma-Padova: Editrice Antenore, 1922).

⁷ Albano Sorbelli, ed., *Il «Liber Secretus Iuris Cesarei» dell'Università di Bologna*, 2 vols. (Bologna: Istituto per la Storia dell'Università di Bologna, 1938-1942).

⁸ Esta data pareceu-nos o momento apropriado para a cesura, por nos permitir rastrear os efeitos que o Cisma teve na deslocação de universitários ao estrangeiro, durante os turbulentos anos de múltiplas obediências papais, o que se pautou, em Portugal, pela confusão generalizada durante os anos finais do reinado de D. Fernando e a sua aparente vinculação ao papado avinhonense, seguindo-se a ligação ao romano Urbano VI do recém-entronizado D. João I (designado rei nas Cortes de Coimbra de 1385) e, em condições ainda difíceis de explicar, uma obediência ao pontífice pisano (Alexandre V), após a indicação deste último para o trono de São Pedro em 1409.

(1347), Cracóvia (1364), Viena (1365), Pécs (1368), Erfurt (1379), Heidelberg (1385), Colónia (1388), Buda (1389) ou Würzburg (1402).⁹

CONSPECTO HISTORIOGRÁFICO

Os estudos sobre a universidade medieval e os seus estudantes enquadram-se numa tradição iniciada pela historiografia positivista de finais do século XIX. Incluem-se neste escopo a primeira grande compilação documental sobre um *studium* medieval (o *Chartularium Universitatis Parisiensis*, dado à estampa entre 1889 e 1897,¹⁰ a que se seguiu, pouco depois, o *Cartulaire de l'Université de Montpellier*, publicado por Joseph Calmette em 1890,¹¹ ou ainda, um pouco mais tarde, o *Chartularium Studii Bononiensis*, publicado entre 1909 e 1927);¹² desta época são também os primeiros estudos monográficos de vulto, a saber, as obras de Heinrich Denifle¹³ e de Hastings Rashdall¹⁴ sobre as universidades europeias na Idade Média. Em Portugal, pela mesma altura, o prolífico (e prolixo) Teófilo Braga foi encarregado, pela Academia das Ciências de Lisboa, da composição de uma *História da Universidade de Coimbra*,¹⁵ destinada a comemorar o centenário da fundação do Estudo Geral que se estabeleceu em Lisboa entre 1288 e 1290 e que, a partir de 1537, conheceu como sede definitiva a cidade do Mondego.

A temática dos escolares portugueses na Europa medieval suscitou já alguns estudos parcelares, que tiveram início nos anos 50 do século XX, tendo desde então sido publicadas várias monografias de desigual valor científico sobre o tema. A maior parte destas obras incidiu num conjunto reduzido de universidades, designadamente Salamanca (com as obras de Veríssimo Serrão,¹⁶ Ángel Marcos de Díos¹⁷ ou Armando de Jesus Marques),¹⁸ Bolonha (três estudos de grande dimensão levados a cabo por António

⁹ Para a cronologia das fundações universitárias, veja-se por todos Jacques Verger, “Patterns,” in Walter Rüegg, ed., *A History of the University in Europe*, I (*Universities in the Middle Ages*), coord. Hilde de Ridder-Symoens (Cambridge et al.: Cambridge University Press, 1992), 62–65.

¹⁰ Heinrich Denifle, Charles Samaran e Émile Chatelain, eds., *Chartularium Universitatis Parisiensis*, 4 vols. (Paris: Ex Typis Fratrum Delalain, 1889–1897).

¹¹ Joseph Calmette, ed., *Cartulaire de l'Université de Montpellier publié sous les auspices du Conseil Général des Facultés de Montpellier*, I (1181–1400) (Montpellier: Imprimé par la Maison Ricard Frères, 1890).

¹² Luigi Nardi e Emilio Orioli, eds., *Chartularium Studii Bononiensis. Documenti per la Storia dell'Università di Bologna delle origini fino al secolo XV*, 14 vols. (Bologna: Presso l'Istituto per la Storia dell'Università di Bologna, 1909–1938).

¹³ Heinrich Denifle, *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400* (Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1885).

¹⁴ Hastings Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, 3 vols. (Oxford: Clarendon Press, 1895).

¹⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*, 4 vols. (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1892–1902). Escrevendo num período dominado por uma única universidade no país (embora existissem já, nas duas principais cidades do reino, instituições de ensino superior não integradas – prenúncio das futuras faculdades das Universidades de Lisboa e Porto instituídas após a revolução republicana), o ilustre polígrafo açoriano propôs-se fazer, em quatro grossos tomos, uma história da Universidade que então se encontrava sediada em Coimbra, mas dedicando metade do primeiro tomo às primícias da mesma em Lisboa, numa lógica de sucessivas transferências da instituição que era, para todos os efeitos, encarada como a herdeira do velho estudo dionisino.

¹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, “Portugueses no Estudo Geral de Salamanca (1250–1550),” vol. I (Dissertação para concurso a professor extraordinário, Universidade de Lisboa, 1962).

¹⁷ Ángel Marcos de Díos, “Portugueses en la Universidad de Salamanca” (Dissertação de doutoramento, Universidad de Salamanca, 1975).

¹⁸ Armando de Jesus Marques, “Portugueses nos claustros salmantinos no século XV,” *Revista Portuguesa de Filosofia* 19/2 (1963): 167–186; id., “Conselheiros portugueses na Universidade de Salamanca,” *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, 25 (1976–77): 418–420; id., *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação dos Escolares Lusos no Governo do Estudo. 1503–1512* (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1980).

Domingues de Sousa Costa,¹⁹ bem como um outro estudo de Antonio García y García),²⁰ Paris (Luís de Matos),²¹ Toulouse (Veríssimo Serrão)²² ou Montpellier (também por Veríssimo Serrão).²³ Para além destes estudos, produziram-se ainda pequenos artigos sobre os escolares portugueses no Meridiano francês (de Veríssimo Serrão)²⁴ ou em Itália (da autoria de Nuno Espinosa Gomes da Silva²⁵ e de Virgínia Rau),²⁶ bem como uma nótula sobre portugueses em Oxford e Cambridge (de Peter Russel).²⁷ Está ainda por fazer, pois, uma análise sistemática da presença e circulação destes portugueses no Ocidente europeu.

A maior parte dos estudos citados são bastante datados, tendo sido produzidos na sua esmagadora maioria entre as décadas de 1950 e 1970, pelo que, com a renovação historiográfica operada em Portugal nos últimos quarenta anos, urge rever criticamente as metodologias utilizadas pelos autores; o aproveitamento prosopográfico dos dados neles contidos deve, pois, revestir-se da maior cautela.²⁸ Não existe, nestas obras, um questionário metodológico comum para a análise dos dados, que será um dos objectivos a que nos propomos nesta tese – observar o conjunto dos escolares que frequentaram as várias universidades através de um mesmo prisma. Além disso, é ainda de notar que a maior parte das monografias citadas se concentra em cronologias relativamente tardias (os séculos XV e XVI, para os quais o arquivo – enquanto conjunto da documentação que sobreveio até aos nossos dias – é evidentemente maior), olvidando assim a possibilidade de estudantes portugueses aí se terem estabelecido em datas mais recuadas.

A maior parte dos estudos apresentados foi coeva de um projecto de longa duração (tendo-se espalhado ao longo de mais de cinquenta anos), o qual que foi pioneiro em Portugal no conhecimento dos universitários portugueses durante a Idade Média – embora o seu labor tenha permanecido relativamente olvidado, e os seus frutos praticamente inexplorados até hoje. Falamos do CUP (a que já anteriormente aludimos),

¹⁹ António Domingues de Sousa Costa, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de São Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV,” *Arquivos de História da Cultura Portuguesa* 3/1 (1969); id., “Portugueses no Colégio de São Clemente de Bolonha durante o século XV,” *Studia Albornotiana* 13 (1973): 211-415; id., *Portugueses no Colégio de São Clemente e na Universidade de Bolonha durante o século XV*, 2 vols. (Bologna: Servicio de Publicaciones del Real Colegio de España, 1990).

²⁰ Antonio García y García, “Escolares ibéricos en Bolonia (1300-1330),” in *Estudios sobre los Orígenes de las Universidades Españolas. Homenaje de la Universidad de Valladolid a la Universidad de Bolonia en su IX Centenario* (Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1988), 113-134; id., “Escolares de la diócesis de Guarda y Lamego en Salamanca durante la Baja Edad Media (siglos XII-XV),” in *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol (12-17 de Setembro de 1997)* (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998), 303-313.

²¹ Luís de Matos, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1950).

²² Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Toulouse* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1954); id., *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e-XVII^e siècles)* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970).

²³ Joaquim Veríssimo Serrão, *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971).

²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, “Escolares portugueses nas universidades do Sul de França (1350-1400),” *Ocidente* XLIV (1953): 105-112; id., “Étudiants portugais dans les Universités du Midi de la France à la fin du XIV^e siècle,” *Bulletin Philologique et Historique (jusqu'à 1715) du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques. Années 1953-1954* (1955): 265-272.

²⁵ Nuno José Espinosa Gomes da Silva, “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421),” *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 12 (1958): 223-253.

²⁶ Virgínia Rau, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV,” *Do Tempo e da História* 5 (1972): 29-99.

²⁷ Peter Edward Russel, “Medieval Portuguese students at Oxford University,” *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte* I. Band (Münster: Aschendorff Verlag, 1960): 183-191.

²⁸ Assim sucede, por exemplo, com os estudos de Veríssimo Serrão, onde a identificação de determinados escolares com outras personagens do tempo parece não revestir, muitas das vezes, de uma absoluta segurança, ou dos estudos de Sousa Costa que, sendo profícuo na transcrição documental dos fundos da Universidade de Bolonha e do Colégio de São Clemente, nem sempre manifesta juízos de valor acertados na heurística e hermenêutica dos documentos.

um grandioso programa de edição desenvolvido por uma pequena equipa de investigadores e bolsiros (coordenada por Artur Moreira de Sá, professor da Faculdade de Letras de Lisboa) e iniciado uma vez mais sob o signo do comemorativismo – com efeito, em 1960 celebravam-se os quinhentos anos da morte do infante D. Henrique (protector do Estudo Geral no século XV) e, em 1961, os cinquenta anos do decreto da (re)fundação da Universidade de Lisboa, factos coevos da transferência das instalações da Reitoria e das Faculdades de Direito e de Letras para a sua presente localização, na Cidade Universitária de Lisboa.

O CUP foi decalcado sobre o modelo francês de edição do *Chartularium Universitatis Parisiensis*, sendo mais ou menos contemporâneo do *Cartulario de la Universidad de Salamanca*, organizado por Vicente Beltrán de Herédia, O.P.²⁹ – de resto, na introdução ao primeiro volume, significativamente prefaciada por Marcelo Caetano, antigo reitor da Universidade de Lisboa (1959-1962) e futuro Presidente do Conselho (1968-1974), Moreira de Sá deplorava o atraso com que em Portugal se iniciava a edição do seu cartulário universitário, por comparação com a maior parte dos países europeus.³⁰ O programa de edição, gizado por Moreira de Sá durante uma estadia nos Estados Unidos, em 1948 (como o próprio confessara já num artigo onde anunciava a publicação, para breve, do cartulário português³¹), viu finalmente a luz do dia em 1966, estando inicialmente adstrito ao Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia (que Moreira de Sá então dirigia), sediado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; o programa não desmereceu nunca o financiamento por parte dos sucessivos organismos que, ao longo dos anos, viriam a tutelar a investigação científica em Portugal – o Instituto de Alta Cultura (1966-1976), o Instituto Nacional de Investigação Científica (1976-1992), a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1992-1995) e, por fim, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (desde 1997), com a edição de um primeiro volume de índices em 2004. A equipa, liderada por Artur Moreira de Sá (1913-1989) e, depois, sucessivamente, por Francisco da Gama Caeiro (1928-1994), António Domingues de Sousa Costa, O.F.M. (1926-2002), Miguel Pinto de Meneses (1917-2004) e Alice Estorninho, recolheu e transcreveu, como já se disse, perto de sete mil documentos relativos à universidade lusa e aos escolares medievais portugueses.

Os estudos em torno da Universidade portuguesa e dos seus escolares têm merecido um novo olhar a partir dos finais do século XX e inícios do século XXI, ainda que duas das suas realizações maiores sejam, uma vez mais, produzidas no âmbito de programas comemorativos de centenários. Assim, a *História da Universidade em Portugal*³² nasceu do esforço de um grupo de trabalho ligado às celebrações dos 700 anos da fundação do Estudo Geral de Lisboa, depois trasladado para Coimbra (tendo no entanto ficado limitado aos períodos medieval e moderno, terminando imediatamente antes da reforma pombalina da universidade, em 1772); mais recentemente, no quadro dos 100 anos da fundação da antiga UL, a Reitoria da mesma financiou, como já foi dito, um projecto de investigação destinado, por um lado, ao estudo do lapso de tempo em que o Estudo Geral esteve vinculado à cidade de Lisboa, entre 1288 e 1537³³ e, por outro, à

²⁹ Vicente Beltrán de Herédia, ed., *Cartulario de la Universidad de Salamanca (1218-1600)*, 6 vols. (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1970-1973).

³⁰ Artur Moreira de Sá et al., coord., *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, pref. de Marcelo Caetano, I (1288-1377) (Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1966): XII-XIII, XVIII-XIX.

³¹ Artur Moreira de Sá, “Dúvidas e problemas sobre a universidade medieval portuguesa [I],” *Revista da Faculdade de Letras [Lisboa]*, III série, 8 (1964): 241.

³² *História da Universidade em Portugal*, 2 vols. (Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1995).

³³ Hermenegildo Fernandes, coord., *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, pref. de António Sampaio da Nóvoa (Lisboa: Universidade de Lisboa/Tinta-da-China, 2013).

universidade novecentista e às escolas superiores que a precederam ao longo da centúria de oitocentos.³⁴

De destacar são também as recentes obras de José Artur Duarte Nogueira sobre o estudo do direito antes da fundação da Universidade;³⁵ de José Antunes sobre a cultura erudita em Portugal;³⁶ de José Meirinhos sobre vários letrados portugueses deste período como estudos de caso;³⁷ de Manuela Mendonça sobre os portugueses em Siena;³⁸ de Mário Farelo sobre a *peregrinatio academica* dos estudantes portugueses para Paris;³⁹ de Armando Norte sobre letrados e cultura letrada em Portugal;⁴⁰ ou finalmente de André Vitória sobre a cultura jurídica no Portugal medievo.⁴¹

A juntar a este corpo de publicações, vários projectos de investigação em contexto medieval financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia têm colhido, ainda que marginalmente, informações pertinentes para a dissertação que ora empreendemos. Tais são os casos de *O poder económico, social e político do Cabido da Sé de Braga em finais da Idade Média (séculos XIII-XVI)*,⁴² coordenado por Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues (executado na Universidade do Minho entre 1997 e 1999) ou os *Fasti Ecclesiae Portugaliae. Prosopografia do clero catedralício português (1070-1325)*,⁴³ coordenado por Ana Maria Castelo Martins Jorge (executado no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa entre 2002 e 2005). Espera-se ainda que os trabalhos a desenvolver no âmbito do projecto *DEGRUPE: A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero na construção política das monarquias peninsulares (séculos XIII-XV)*,⁴⁴ coordenado por Hermínia Maria de Vasconcelos Alves Vilar (em execução no CIDEHUS-UÉ durante o triénio 2013-2015), tenham também os seus frutos nesta área. Todos eles, ao darem particular enfoque aos clérigos portugueses na Idade Média, abriram novos caminhos à investigação sobre os escolares portugueses e à sua mobilidade pela Europa medieval.

Em contexto internacional, para além do volume de síntese dedicado à Idade Média coordenado por Hilde de Ridder-Symoens (parte de uma antologia mais vasta sobre a história das universidades europeias dirigida por Walter Rüegg e editada sob os

³⁴ Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó, coord., *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX-XX*, pref. de António Sampaio da Nóvoa, 2 vols. (Lisboa: Universidade de Lisboa/Tinta-da-China, 2013).

³⁵ José Artur Anes Duarte Nogueira, “Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média. Dos Primórdios ao Século da Universidade” (Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, 1994).

³⁶ José Antunes, “A Cultura Erudita Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (Juristas e Teólogos)” (Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 1995).

³⁷ José Francisco Meirinhos, “Petrus Hispanus Portugalensis? Elementos para uma diferenciação de autores,” *Revista Española de Filosofía Medieval* 3 (1996): 51-76, <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55780> (acedido em 20-11-2014); id., “Afonso de Dinis de Lisboa: percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV,” *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 4 (2007): 47-64, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4193.pdf> (acedido em 20-11-2014).

³⁸ Manuela Mendonça, “Portugueses na Universidade de Siena. Contribuição para a sua história,” in José María Soto Rábanos, coord., *Pensamento Medieval Hispano. Homenaje a Horacio Santiago-Otero*, I (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Consejería de Educación y Cultura de la Junta de Castilla y León – Diputación de Zamora, 1998), 831-860.

³⁹ Mário Farelo, *La peregrinatio academica portugaise vers l’Alma mater parisienne, XII^e-XV^e siècles* (thèse de master, Université de Montréal, 1999); id., “Les Portugais à l’Université de Paris au Moyen Âge. Aussi une question d’acheminements de ressources,” *Memini. Travaux et documents publiés par la Société des Études Médiévales du Québec* 5 (2001): 101-129; id., “Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medievo (séculos XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo,” *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2.^a série, 13-14 (2001-02): 161-196, <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4424> (acedido em 20-11-2014).

⁴⁰ Armando Norte, “Letrados e Cultura Letrada em Portugal. Séculos XII-XIII” (Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013), <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/8941> (acedido em 20-11-2014).

⁴¹ André Vitória, “Legal Culture in Portugal from the Twelfth to the Fourteenth Centuries” (Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, 2013).

⁴² PRAXIS/PCSH/HAR/63/96.

⁴³ POCTI/HAR/42885/2001.

⁴⁴ PTDC/EPH-HIS/4964/2012.

auspícios da Conferência de Reitores, Vice-Chanceleres e Presidentes das Universidades Europeias),⁴⁵ deve-se destacar ainda a obra de Ingo Fleisch sobre os escolares hispânicos dos séculos XII e XIII em espaços transpirenaicos,⁴⁶ a tese de Nathalie Gorochov sobre a Universidade de Paris até 1245,⁴⁷ para além de variada literatura sobre o tema compilada em livros de homenagem ou obras colectivas,⁴⁸ sendo neste âmbito particularmente relevantes as dadas à estampa pelo *Centro Interuniversitario per la Storia delle Università Italiane* (CISUI), que se afigura como um dos mais fecundos centros de estudos sobre a história das universidades europeias.⁴⁹ O debate em torno da divulgação destes dados suscitou inclusivamente a criação de uma rede internacional (*Heloïse*), cujos resultados têm vindo a ser divulgados em alguns encontros científicos internacionais, os *European Workshops on Historical Academic Databases* – com edições já realizadas em Poitiers (2012), Bolonha (2013) e Berna (2014).⁵⁰

OBJECTIVOS

Será nosso propósito traçar uma visão de conjunto em torno da problemática da mobilidade humana, difusão de conhecimentos, estabelecimento de redes e construção de carreiras, por parte dos estudantes que podemos afirmar, com segurança, estarem relacionados com o reino de Portugal, através do levantamento prosopográfico que estamos neste momento a desenvolver.

O objectivo central desta tese passa – uma vez concluído este processo de apuramento dos escolares com origem no território hoje português que levaram a cabo, no todo ou em parte, os seus estudos no âmbito mais vasto da Cristandade medieval dos séculos XII a XV – por compreender qual o impacto que estes homens assumiram no reino (ou se, eventualmente, tal impacto terá chegado a existir, posto que muitos poderão não ter regressado ao espaço de origem), de um ponto de vista social e cultural. Com efeito, esta dissertação constituirá não só um estudo de história social (tendo por objecto uma categoria populacional bem definida juridicamente – os escolares –, bem como a sua reprodução social enquanto grupo),⁵¹ como também um estudo de história cultural (versando sobre a transmissão dos saberes no interior desse grupo e as repercussões que essa formação poderá ter assumido no reino de origem).

De modo correlato, afloraremos outras questões e hipóteses no quadro deste estudo. Assim, por exemplo, procuraremos identificar, quando possível, a articulação dos escolares portugueses com as redes de circulação diocesana, no âmbito das solidariedades eclesiásticas (visto todos os estudantes desfrutarem, pela sua ligação ao Estudo – uma instituição que tinha foro próprio, decalcado do modelo eclesial – dos

⁴⁵ Walter Rüegg, ed., *A History of the University in Europe, I (Universities in the Middle Ages)*, coord. Hilde de Ridder-Symoens (Cambridge et al.: Cambridge University Press, 1992) [trad. portuguesa: *Uma História da Universidade na Europa* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Fundação Eugénio de Almeida, 1996)].

⁴⁶ Ingo Fleisch, *Sacerdotium – Regnum – Studium. Der westberische Raum und die europäische Universitätskultur im Hochmittelalter. Prosopographische und rechtsgeschichtliche Studien* (Münster: LIT Verlag, 2006).

⁴⁷ Nathalie Gorochov, *Naissance de l'Université. Les Écoles de Paris d'Innocent III à Thomas d'Aquin (v. 1200-v. 1245)*, (Paris: Honoré Champion, 2012).

⁴⁸ Citem-se como exemplos: Cédric Giraud e Martin Morard, eds., *Universitas Scholarium. Mélanges offerts à Jacques Verger par ses anciens étudiants* (Genève: Librairie Droz, 2011); Jean Hiernard, Denise Turrel e Yannis Delmas-Rigoutsos, eds., *Les Routes Européennes du Savoir. Vita peregrinatio, fin du Moyen-Âge, XVII^e siècle* (Paris: Les Indes Savantes, 2011).

⁴⁹ Vejam-se, v. g., as seguintes obras: Anna Esposito e Umberto Longo, eds., *Lauree. Università e Gradi Accademici in Italia nel Medioevo e nella Prima Età Moderna. Atti del Convegno di Studi. Roma, 16-17 Dicembre 2011* (Bologna: CLUEB/CISUI, 2013); Gian Paolo Brizzi e Andrea Romano, eds., *Studenti e Dottori nelle Università Italiane (Origini-XX Secolo). Atti del Convegno di Studi. Bologna, 25-27 Novembre 1999* (Bologna: CLUEB/CISUI, 2000).

⁵⁰ <http://heloise.hypotheses.org/> (acedido em 20-11-2014).

⁵¹ Pierre Bourdieu, *Homo Academicus* (Paris: Les Éditions de Minuit, 1984).

privilégios, prerrogativas e obrigações do estado clerical), a eventual definição de percursos académicos (procurando-se determinar quanto tempo permaneciam estes homens no Estudo, quais os graus que buscavam obter ou quais as suas áreas de estudo – e neste último contexto, quais as matérias preferencialmente escolhidas pelos portugueses no estrangeiro, e se o faziam por insuficiência dos conhecimentos ministrados na universidade portuguesa, se pelo prestígio e apelo de que gozavam certos *studia* em determinadas áreas científicas), mas também a sua ligação a carreiras eclesiásticas ou ao serviço do monarca (sendo de destacar, nesse sentido, a política empreendida por algumas ordens religiosas – como agostinhos e bernardos –, bem como pela própria Coroa, de concessão de bolsas de estudo para o estrangeiro, inquirindo neste caso da pertinência de um interesse – quer das Ordens como do rei – subjacente a essa aquisição de conhecimentos fora do país).⁵² A juntar a tudo isto, importa lembrar que a universidade medieval privilegiava a mobilidade (a chamada *peregrinatio academica*), tanto ou mais que a universidade contemporânea, sendo que, conforme era prescrito por um significativo número de regimentos universitários que chegaram até nós, os bacharéis e/ou licenciados tinham que se deslocar a outros *studia generalia* a fim de leccionarem as matérias em que se haviam formado, no sentido de poderem prosseguir os seus próprios estudos.

BASE DOCUMENTAL

Por entre os documentos já recensados no CUP, encontramos múltiplas referências a escolares portugueses noutros estudos gerais, a saber: Aix-en-Provence, Alcalá de Henares, Angers, Bolonha, Bordéus, Bourges, Cambridge, Ferrara, Lleida, Montpellier, Nantes, Oxford, Pádua, Paris, Pavia, Perugia, Pisa, Roma, Salamanca, Siena, Toulouse e Valladolid. A juntar a esta compilação, existem já várias fontes publicadas (ao longo do final do século XIX e de todo o século XX), relativamente aos estudos gerais franceses (Paris,⁵³ Montpellier⁵⁴ ou Toulouse),⁵⁵ italianos (Bolonha,⁵⁶

⁵² D. Maur Cocheril, “Les cisterciens portugais et les études. État de la question,” in *Los Monjes y los Estudios. 4.ª Semana de Estudios Monásticos* (Poblet: Abadía de Poblet, 1963), 235-246; Humberto Carlos Baquero Moreno, “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo,” *Revista das Ciências do Homem*, série A, III/1 (1970): 177-205; Maria João Oliveira e Silva, “Bolseiros e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V,” in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, coords., *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, III (Porto: Livraria Civilização Editora, 2003), 1091-1099.

⁵³ Heinrich Denifle, Charles Samaran e Émile Chatelain, eds., *Chartularium Universitatis Parisiensis*, 4 vols. (Paris: Ex Typis Fratrum Delalain, 1889-1897).

⁵⁴ Joseph Calmette, ed., *Cartulaire de l'Université de Montpellier publié sous les auspices du Conseil Général des Facultés de Montpellier*, I (1181-1400) (Montpellier: Imprimé par la Maison Ricard Frères, 1890).

⁵⁵ René Gadave, ed., *Les Documents sur l'Histoire de l'Université de Toulouse et spécialement de sa Faculté de Droit Civil et Canonique (1229-1789)* (Toulouse: Université de Toulouse, 1910).

⁵⁶ Albano Sorbelli, ed., *Il «Liber Secretus Iuris Cesarei» dell'Università di Bologna*, 2 vols. (Bologna: Istituto per la Storia dell'Università di Bologna, 1938-1942).

Florença,⁵⁷ Ferrara,⁵⁸ Pádua⁵⁹ ou Siena)⁶⁰ e ingleses (Oxford⁶¹ e Cambridge).⁶² Além disso, devemos ainda destacar a construção e disponibilização de diversas bases prosopográficas *online*, relativas aos escolares de várias universidades europeias. Tais são os casos da base *BUDE (Base Unique de Documentation Encyclopédique)*,⁶³ o *Onomasticon. Prosopografia dell'Università di Perugia*,⁶⁴ o *Repertorium Academicum Germanicum (RAG)*,⁶⁵ o *Repertorium Academicum Pictaviense*⁶⁶ ou o *Studium Parisiense: Base de Données Prosopographique des Universitaires Parisiens*.⁶⁷ A quantidade de informação constante de fontes já publicadas ou disponibilizadas *online* é, pois, relativamente abundante, embora se afigure essencial a consulta dos arquivos, mormente a Torre do Tombo ou o *Archivio Segreto Vaticano*. O tipo de informações que se espera extrair destes informes é muito díspar; algumas referências são sumários de assentos de entrada de um dado escolar numa universidade, outros relatos mais pormenorizados sobre exames ou obtenção de graus de licenciado e doutor, com a descrição dos pontos sorteados, do júri e da cerimónia de aposição das insígnias doutorais. Embora potenciando informações de desigual valor, cremos que as fontes não se afiguram insuficientes para o estudo que ora empreendemos.

Sobre a presença de portugueses na maior parte destes estudos gerais, como vimos anteriormente, não foi ainda desenvolvida qualquer monografia de vulto e, apesar dos muitos estudos que se têm realizado e dos materiais que têm vindo a ser carreados, a verdade é que ainda não existem estudos sistemáticos sobre a presença de portugueses nos estudos das Coroas de Castela (Palência e Valladolid) ou de Aragão (Barcelona, Girona, Huesca, Lleida, Perpignan e Saragoça), em França (Aix, Angers, Avinhão, Bordéus, Caen, Cahors, Grenoble, Nantes, Orange, Orleães, Poitiers), ou ainda nas cidades italianas (Arezzo, Ferrara, Modena, Nápoles, Pádua, Pavia, Perugia, Pisa, Reggio, Roma, Salerno, Siena, Treviso ou Vicenza, entre outras). Parece-nos também importante abordar os espaços do antigo Sacro Império Romano-Germânico (como Basileia, Colónia, Erfurt, Freiburg, Heidelberg, Ingolstadt, Leipzig, Mainz, Lovaina, Praga, Trier, Viena ou Würzburg) ou, mais para leste, os reinos da Hungria (Pécs, Buda) e da Polónia

⁵⁷ Armando Felice Verde, *Lo Studio Fiorentino, 1473-1503. Ricerche e Documenti*, 4 vols. (Pistoia: Presso Memorie Domenicane, 1973-1977).

⁵⁸ Giuseppe Pardi, *Titoli Dottorali Conferiti dallo Studio di Ferrara nei Secoli XV e XVI* (Lucca: A. Marchi, 1901 [Bologna, Forni, 1970]).

⁵⁹ Andrea Gloria, ed., *Monumenti della Università di Padova, 1319-1405*, 2-3 (Padova: Tipografia del Seminario, 1888 [Bologna, Arnaldo Forni Editore, 1972]); Elda Martellozzo Forin, ed., *Acta Graduum Academicorum Gymnasii Patavini, ab anno 1471 ad annum 1500*, II/3-6 (Roma/Padova: Editrice Antenore, 2001); id., *Acta Graduum Academicorum Gymnasii Patavini, ab anno 1501 ad annum 1525*, III/1 (Roma-Padova: Editrice Antenore, 1969); Gasparo Zonta e Giovanni Brotto, ed., *Acta Graduum Academicorum Gymnasii Patavini, ab anno 1406 ad annum 1450*, I (Roma-Padova: Editrice Antenore, 1922); Giovanna Pengo, ed., *Acta Graduum Academicorum Gymnasii Patavini, ab anno 1461 ad annum 1470*, II/2 (Roma-Padova: Editrice Antenore, 1992); Giovanni Brotto e Gasparo Zonta, *La Facoltà Teologica dell'Università di Padova, Parte I (Secoli XIV e XV)*, (Padova: Tipografia del Seminario, 1922); Giuseppe Pardi, *Titoli Dottorali Conferiti dallo Studio di Ferrara nei Secoli XV e XVI* (Ferrara: Ed. Fuori di Commercio, 1963); Jacopo Facciolati, *Fasti Gymnasii Patavini* (Sala Bolognese: Arnaldo Forni Editore, 1978); Michele Pietro Ghezzi, ed., *Acta Graduum Academicorum Gymnasii Patavini, ab anno 1451 ad annum 1460*, II/1 (Roma/Padova: Editrice Antenore, 1990).

⁶⁰ Giovanni Minucci, *Le Lauree dello Studio Senese alla fine del Secolo XV* (Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1981); Giovanni Minucci e Leo Košuta, *Lo Studio di Siena nei Secoli XIV-XVI. Documenti e Notizie Bibliografiche* (Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, S.p.A., 1989).

⁶¹ Alfred Brotherston Emden, *A Biographical Register of the University of Oxford to A.D. 1500*, 3 vols. (Oxford: Clarendon Press, 1957-59).

⁶² Alfred Brotherston Emden, *A Biographical Register of the University of Cambridge to 1500* (Cambridge: Cambridge University Press, 1963).

⁶³ <http://bude.irht.cnrs.fr/> (acedido em 20-11-2014).

⁶⁴ <http://old.unipg.it/Prosopografico/> (acedido em 20-11-2014).

⁶⁵ <http://www.rag-online.org/> (acedido em 20-11-2014).

⁶⁶ <http://repertorium.projets.univ-poitiers.fr/> (acedido em 20-11-2014).

⁶⁷ <http://lamop-vs3.univ-paris1.fr/studium/> (acedido em 20-11-2014).

(Cracóvia), visto não ser crível que as áreas culturais de língua alemã, magiar ou polaca constituíssem, *ipso facto*, um vazio para os escolares portugueses.⁶⁸

METODOLOGIA DE ANÁLISE

A nossa investigação assentará nas seguintes fases: numa primeira, já em curso, além de procedermos ao complemento das leituras teóricas sobre a história da universidade, temos levado a cabo também a identificação dos vários estudos onde se alude à presença de escolares portugueses no estrangeiro, tendo em vista o enquadramento dos dados que têm vindo a ser recolhidos. Concomitantemente, iniciámos a construção da base de dados prosopográfica, em suporte informático (MS Access), incluindo um número diversificado de campos (nem sempre passíveis de serem preenchidos, por insuficiência da documentação, mas ainda assim suficientemente abrangentes para nos proporcionarem um retrato verosímil dos indivíduos estudados): designação (nome próprio, patronímico ou apelido), datação cronográfica, origem geográfica, percurso académico, parentela, clientelas, produção intelectual, cargos e/ou funções profissionais, inserção social, fontes e bibliografia.

Numa segunda fase, trataremos da inventariação de toda a documentação disponível, seja presencialmente em arquivos e bibliotecas, seja aquela já disponibilizada *online*. Com efeito, e embora haja já várias fontes transcritas e publicadas (ainda que, dada a antiguidade de várias compilações documentais a consultar, muitas sejam obras de difícil acesso e se encontrem apenas nas bibliotecas dos seus países de origem), será imprescindível consultar os arquivos, designadamente os *Archivi di Stato* das antigas comunas italianas, bem como o *Archivio Segreto Vaticano* e os arquivos nacionais e universitários franceses, ingleses e espanhóis. Não se descurará a recolha documental em Portugal – na Torre do Tombo (ANTT), na Biblioteca Nacional (BNP) ou no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) –, visto que, sendo o *Chartularium Universitatis Portugalensis* uma compilação factícia, nem toda a informação relevante existente nos arquivos portugueses foi coligida. De igual forma, importa também proceder a uma releitura das crónicas antigas, não apenas as de carácter régio, mas sobretudo as de ordens religiosas (Pregadores, Menores, Agostinhos, Beneditinos, Cistercienses), visto serem geralmente pródigas em referências a frades que fizeram os seus estudos no estrangeiro,⁶⁹ e confrontar os dados assim obtidos, sempre que possível, com os registos existentes nos arquivos universitários.

Numa terceira fase, concomitante com a segunda, entrecruzaremos os dados que forem sendo apurados com os já previamente estabelecidos nas outras duas bases de dados preexistentes – as resultantes da investigação dos projectos dos *Fasti Ecclesiae Portugaliae* e da *Universidade Medieval em Lisboa*, a fim de se estabelecerem desde logo pontos de contacto entre os indivíduos que aí figuram. Por fim, na quarta e última fase, procederemos à escrita final da tese com base nas informações recolhidas.

PROBLEMAS

⁶⁸ Veja-se, a este propósito, a dissertação de María Jesús Rodero Rodero, “Estructura social y población de las universidades en el Sacro Imperio-Nación Alemana en los siglos XV, XVI y XVII y los estudiantes hispano-lusos en ella según los libros de matrícula” (Dissertação de doutoramento, Universidade de Salamanca, 1984). Este estudo apresenta-se como o único que, até agora, abordou a presença de escolares hispânicos no espaço cultural alemão. Embora não nos parecesse crível que a língua fosse um obstáculo intransponível para os escolares medievais (dado que a *lingua franca* da cultura era o latim), parece no entanto tê-lo sido para os investigadores portugueses e espanhóis que, ao que julgamos saber, nunca se adentraram na presença hispânica no Sacro Império ao nível dos seus estudantes na Idade Média.

⁶⁹ Vejam-se, por exemplo, Fr. Leão de Santo Tomás, *Beneditina Lusitana*, 2 vols., ed. crítica de José Mattoso (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974), ou ainda Fr. Domingos Vieira, *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*. Edição da Coleção de Memórias de Frei Domingos Vieira, OESA, ed. crítica de Carlos A. Moreira Azevedo (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2011).

Estamos conscientes das dificuldades em delimitar, com exactidão, o *corpus* prosopográfico que viermos a definir, visto que nunca poderemos ter a certeza de que todos os indivíduos arrolados correspondem verdadeiramente ao número total de escolares do nosso universo de estudo, seja pela ausência de registos para períodos mais recuados, seja pela insuficiência das informações constantes das fontes ou pelas lacunas das séries documentais, seja ainda pelo carácter de certa forma «artificial» da nossa construção, visto que, para estes homens – membros do clero, como já assinalámos –, a identificação fundamental perante o espaço onde se inseriam passava, primeiro, pelas dioceses de onde eram originários, e só depois pelo *Regnum* – acarretando assim o problema da não-coincidência entre o território que viria a ser o reino de Portugal e o das suas dioceses, pois que certas regiões limítrofes, como os arcediagos de Valença do Minho ou de Ribacôa, por exemplo, dependiam das dioceses «transfronteiriças» de Tui e Ciudad Rodrigo, a que se juntava ainda a velha questão das metrópoles eclesiásticas, que partia o reino entre as sufragâneas de Braga (que se espraiavam pelo Norte de Portugal e pela Galiza), e as de Santiago de Compostela e Sevilha (que controlavam eclesiasticamente as dioceses do Centro e Sul de Portugal, pelo menos até à erecção de Lisboa em arquidiocese metropolitana, nos finais do século XIV),⁷⁰ colocando-nos assim perante a questão de definir, concretamente, quem são os «portugueses» a que alude o nosso estudo.

Não obstante os problemas elencados, esperamos, ainda assim, conseguir precisar um *corpus* de escolares portugueses no estrangeiro suficientemente significativo (embora não seja fim último do projecto redigir biografias individuais, o que em muitos casos redundaria impossível pela mais que provável aridez das fontes) para que as conclusões gizadas sejam abrangentes e se possa fazer luz sobre as temáticas dos seus movimentos, da integração numa rede «europeia» e «transnacional», da constituição de uma elite (a nível religioso, político e académico) ou da comparação dos seus padrões de cultura com o dos seus contemporâneos – designadamente quais os conhecimentos que buscavam no exterior; julgamos também particularmente relevante determinar se houve uma distribuição equitativa nas escolhas dos portugueses no estrangeiro, tanto a nível de universidades como de matérias de estudo versadas, ou se houve flutuações nessas preferências ou até alguma preponderância de um ou outro *studium*, em geral, ou de alguma das ciências aí ministradas, em particular.

Convém, a este propósito, recordar que, de entre os estudantes portugueses no estrangeiro, apenas se conseguiu estabelecer com segurança, até agora, para o período em apreço, o percurso biográfico de um número relativamente escasso de indivíduos de entre um conjunto mais vasto de escolares, mormente os canonistas João de Deus (arcediago de Santarém e professor em Bolonha),⁷¹ Vicente Hispano (chanceler-mor de D. Sancho II)⁷² e Silvestre Godinho (arcebispo de Braga),⁷³ o jurista João das Regras (chanceler-mor de D. João I),⁷⁴ o teólogo Álvaro Pais (bispo de Silves e notável autor de

⁷⁰ Bernardo de Sá-Nogueira, “O espaço eclesiástico em território português (1096-1415),” in Carlos A. Moreira Azevedo, dir., *História Religiosa de Portugal, I (Limites e Formação da Cristandade)*, coord. de Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 142-201.

⁷¹ António Domingues de Sousa Costa, *Um Mestre Português em Bolonha no Século XIII, João de Deus. Vida e Obra* (Braga: Editorial Franciscana, 1957).

⁷² António Domingues de Sousa Costa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs* (Braga: Editorial Franciscana, 1963).

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ Nuno José Espinosa Gomes da Silva, “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421),” *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 12 (1958): 223-253; António Domingues de Sousa Costa, “O célebre conselheiro e chanceler régio doutor João das Regras, clérigo conjugado e prior da colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães,” *Itinerarium* 77 (1972): 232-259.

literatura especular),⁷⁵ ou ainda os médicos Afonso Dinis⁷⁶ e Rolando de Lisboa (*Rolandus Scriptoris*);⁷⁷ já sobre o médico e teólogo Pedro Julião, arcebispo de Braga e, depois, papa sob o nome de João XXI, continuam ainda a subsistir várias dúvidas sobre o seu percurso intelectual e académico, potenciadas pela homonímia em torno dos vários *Petri Hispani* conhecidos da documentação.⁷⁸ A esse propósito, importa também recordar os problemas colocados pelo agrupamento dos escolares portugueses, nas corporações universitárias medievais, juntamente com os seus colegas leoneses, castelhanos, navarros, aragoneses e catalães, na *natio hispanica* dos estudos gerais da Cristandade transpirenaica,⁷⁹ tornando assim particularmente difícil a identificação de indivíduos apodados de «hispanus» – de facto, por trás deste locativo (de que o exemplo mais célebre será, precisamente, o de *Petrus Hispanus*) poderá ocultar-se um indivíduo com origem no território hoje português.

A delimitação cronológica utilizada prende-se, no caso do *terminus a quo*, com a instituição, por um lado, das mais antigas universidades europeias e, por outro, com o estabelecimento de uma entidade portuguesa diferenciada, ao menos politicamente, das restantes coroas peninsulares; o *terminus ad quem*, inicialmente marcado, de forma

⁷⁵ António Domingues de Sousa Costa, *Estudos Sobre Álvaro Pais* (Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1966); João Morais Barbosa, *A Teoria Política de Álvaro Pais no Speculum Regum. Esboço de uma Fundamentação Filosófico-Jurídica* (Lisboa, 1972); id., *O De statu et planctu Ecclesiae. Estudo Crítico* (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982).

⁷⁶ José Francisco Meirinhos, “Afonso de Dinis de Lisboa: percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV,” *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 4 (2007): 47-64, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4193.pdf> (acedido em 20-11-2014).

⁷⁷ Thérèse Charmasson, “Roland l’Écrivain, médecin des ducs de Bourgogne,” *Comptes-rendus du 101^e Congrès national des sociétés savantes. Lille, 1976. Section des sciences III* (1976): 21-32; id., “L’Arithmétique de Roland l’Écrivain et le *Quadripartitum numerorum* de Jean de Murs,” *Revue d’Histoire des Sciences* 31/2 (1978): 171-176, http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhs_0151-4105_1978_num_31_2_1560 (acedido em 20-11-2014).

⁷⁸ Vejam-se, entre muitos outros, Francisco da Gama Caeiro, “Novos elementos sobre Pedro Hispano. Contribuição para o estudo da sua biografia,” *Revista Portuguesa de Filosofia* 22/2 (1966): 157-174; Isaias da Rosa Pereira, “O canonista Petrus Hispanus Portugalsensis,” *Arquivos de História da Cultura Portuguesa* 2/4 (1968): 3-18; José Francisco Meirinhos, *Bibliotheca Manuscripta Petri Hispani. Os Manuscritos das Obras Atribuídas a Pedro Hispano* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011); id., “Petrus Hispanus Portugalsensis? Elementos para uma diferenciação de autores,” *Revista Española de Filosofía Medieval* 3 (1996): 51-76, <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55780> (acedido em 20-11-2014); José Maria da Cruz Pontes, “Para situar Pedro Hispano Português na história da filosofia,” *Revista Portuguesa de Filosofia* 24/1 (1968): 21-45; Luís de Pina, “Pedro Hispano. Alguns subsídios para a sua biobibliografia,” *Revista Portuguesa de Filosofia* 8/3 (1952): 326-339.

⁷⁹ O agrupamento dos estudantes nas universidades medievais de acordo com as suas origens geográficas ou étnicas em *nações* (*nationes*) revestia uma grande diversidade tipológica, abarcando um maior ou menor grupo de nações consoante os diferentes estudos gerais. Assim, se os estudos italianos ou ingleses se organizavam, no início, numa simples divisão que privilegiava a alteridade entre dois grandes grupos (em Bolonha e Pádua os estudantes repartiam-se, numa primeira fase, entre *cismontanos* e *ultramontanos*, englobando esta última divisões mais pequenas correspondendo aos diferentes espaços políticos transalpinos; em Oxford os *Austroales* – ingleses meridionais, galeses e irlandeses – conviviam com os *Boreales* – escoceses e ingleses do Norte), nas demais academias coexistiam divisões mais aprofundadas, ora dentro de um espaço que poderíamos considerar «proto-nacional» (caso da Faculdade de Artes da Universidade de Paris, onde existiam quatro *nationes*: França – que incluía também os naturais das penínsulas hispânica e itálica –, Normandia, Picardia e Inglaterra – sendo que nesta última se contavam os estudantes das demais paragens da Europa setentrional –, ou ainda da Universidade de Salamanca, cujas nações correspondiam às províncias eclesiásticas da Hispânia – Santiago, Sevilha, Tarragona e Toledo), ora abrangendo *nationes* mais diversificadas, embora geograficamente contingentes (caso de Praga, onde existiam as nações dos checos, polacos, bávaros e saxões). Vejam-se Aleksander Gieysztor, “Management and resources,” in Walter Rüegg, ed., *A History of the University in Europe, I (Universities in the Middle Ages)*, coord. Hilde de Ridder-Symoens (Cambridge et al.: Cambridge University Press, 1992), 114-116, e ainda Hilde de Ridder-Symoens, “Mobility,” *ibid.*, 282-285.

abstracta, nos finais do século XV, por forma a incorporar as abundantes informações que o arquivo propicia para a segunda metade desse século (abrangendo assim os alvares do humanismo renascentista), foi sendo, com o progresso da investigação, conscientemente deixado de fora, por se tornar impraticável a consulta de tantos arquivos no período abrangido pelo doutoramento (com efeito, no século XV verificou-se um crescimento exponencial dos *studia generalia* na Cristandade, com a deslocalização do principal eixo geográfico das universidades do Mediterrâneo para a Europa central e setentrional).⁸⁰ Havendo que estabelecer uma cisão, pareceu-nos adequado escolher um evento de natureza eclesiológica, dada, como vimos, a própria essência eclesiástica dos *studia* neste período; a escolha óbvia recaía, ora sobre 1378 (data do início do Cisma do Ocidente), ora sobre 1417 (fim do mesmo Cisma), pelas repercussões que o mesmo teve no contexto universitário de então.

Os dados apurados serão, sempre possível (e até tendo em conta os resultados que têm vindo a ser divulgados noutros contextos), confrontados comparativamente com os recolhidos em estudos relativos a outros espaços europeus – designadamente o RAG, que cobre abundantemente os espaços do antigo Sacro Império. Urge, pois, proceder a um estudo de conjunto sobre o tema, interrelacionando as várias monografias já existentes na sua ampla diacronia, revendo os resultados já apresentados e conferindo-lhes significado no âmbito de um questionário comum, esperando-se que a recolha de dados nos possa permitir responder à seguinte pergunta: qual o contributo destes intelectuais formados no estrangeiro na definição de uma identidade portuguesa, num momento em que o reino de Portugal estava a nascer e, depois, a consolidar-se e a afirmar-se enquanto tal?

⁸⁰ Disso constituem exemplos, para o século XIV, as fundações na Europa Oriental – casos das universidades situadas em espaços do Sacro Império (como Praga, na Boémia, estabelecida pelo imperador Carlos IV pela bula áurea de 1348; Viena, fundada pelo arquiduque Rodolfo IV da Áustria em 1365; Heidelberg, que recebe a sua carta de fundação de Urbano VI a instâncias do eleitor palatino em 1386; ou ainda as universidades estabelecidas nas cidades livres imperiais de Erfurt, em 1379, e Colónia, em 1388) ou, mais para Leste, nos reinos da Polónia (com a instituição da Universidade de Cracóvia em 1364 pelo último monarca da casa de Piast, Casimiro III) e da Hungria (onde Luís de Anjou funda a universidade de Pécs, em 1368, e Segismundo do Luxemburgo criará um efémero estudo geral em Buda, em 1395); para o século XV, abundam os novos estabelecimentos na Europa Central, bem no coração do Império (em Leipzig, na Saxónia, em 1409; na cidade hanseática de Rostock, em 1419; em Lovaina, no Brabante, em 1425; em Greifswald, na Pomerânia, em 1456, em Freiburg, no Baden, em 1457; em Basileia, na Suíça, em 1460; em Ingolstadt, na Baviera, em 1472; na cidade imperial de Mainz, em 1476, ou em Tübingen, em Württemberg, em 1477), bem como as fundações da Europa de Leste (Pozsónyi, na Hungria, em 1465) e do Norte (na Escócia são instituídas as universidades de St. Andrews, logo em 1413 e, mais tarde, as de Glasgow, em 1451, e de Aberdeen, em 1495; por seu turno, numa Escandinávia unificada politicamente, nos derradeiros anos do século XIV, no quadro da União de Kalmar, avultam as fundações universitárias em Uppsala, na Suécia, em 1477 e, dois anos mais tarde, em Copenhaga, na Dinamarca).

¿Cómo abordar una investigación sobre élites urbanas bajomedievales? Propuestas metodológicas a partir del caso de las ciudades episcopales asturleonesas

Raúl González González
Universidad de Oviedo

Resumen

El presente artículo pretende ofrecer algunas pautas acerca de cómo emprender un estudio sobre élites urbanas en la Baja Edad Media, con un especial interés en las ciudades episcopales. Para ello se plantean algunas reflexiones de orden teórico y metodológico en torno a la problemática conceptual, las fuentes disponibles y el enfoque prosopográfico.

Abstract

The aim of this paper is to provide some guidelines about how to undertake a study on urban elites in the Late Middle Ages, with a particular focus on episcopal cities. Therefore we offer some theoretical and methodological reflections on conceptual problems, available sources and the prosopographical approach.

1. INTRODUCCIÓN¹

Mi propósito con este artículo no es otro que partir de mi experiencia como doctorando que desarrolla una tesis sobre élites urbanas bajomedievales para ofrecer algunas pautas y reflexiones que puedan servir de guía a otros investigadores noveles interesados en este tipo de estudios. En particular, a aquellos cuyas investigaciones se desarrollen en el marco de ciudades episcopales, en las cuales la fuerte presencia eclesiástica supone una fisonomía social particular, con un enorme peso del clero en la sociedad urbana y las redes de poder, lo cual se traduce además por lo general en una especial riqueza, abundancia y rentabilidad de los fondos documentales de origen eclesiástico, planteándose así una problemática específica de fuentes que permite, por ejemplo, abordar cronologías o temáticas de estudio menos frecuentadas para otro tipo de núcleos. No obstante, aunque haré especial hincapié en las cuestiones de orden teórico y metodológico, mi perspectiva está necesariamente condicionada por las realidades locales que estudio y por mi propia experiencia como investigador en la Universidad de Oviedo. Por ello renuncio de antemano a cualquier pretensión de “neutralidad” o “generalización” y reconozco que me propongo ofrecer una *mirada asturleonesa*. Es pues necesario aportar en primer lugar algunos datos acerca de las características de mi estudio.

El objetivo de mi tesis doctoral es analizar las estrategias de ascenso social y acumulación de poder, riqueza y estatus que permitieron la consolidación de unas élites urbanas a lo largo de los siglos XIII-XV, explorando de este modo cómo las estructuras de poder de la ciudad medieval se basaron en una compleja interacción entre familias e instituciones. Para mi análisis he escogido tres ciudades episcopales del noroeste de la Península Ibérica: Oviedo, León y Astorga. Con ello pretendo combinar la profundidad y el nivel de detalle que aportan los estudios de caso con las reflexiones que puede

¹ Este trabajo se ha desarrollado en el marco de una beca predoctoral del programa “Severo Ochoa” (ref. BP11-091), financiada por el Gobierno del Principado de Asturias a través de la FICYT. Además, se inscribe en el Proyecto de Investigación financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad “Poder, sociedad y fiscalidad en el entorno geográfico de la Cornisa Cantábrica en el tránsito del Medievo a la Modernidad”, HAR2011-27016-Co2-01, con sede en la UPV/EHU, el cual forma parte del Proyecto Coordinado HAR2011-27016-Co2-00 junto con el Proyecto de Investigación HAR2011-27016-Co2-02 de la Universidad de Valladolid, así como participa en la Red “Arca Communis”.

proporcionar una perspectiva comparativa más amplia, de ámbito regional. De hecho, las tres ciudades episcopales asturleoneras comparten una serie de rasgos que las convierten en ejemplos relativamente homogéneos para una labor de comparación:² se trata de núcleos de antiguo origen y pequeñas dimensiones, con una población de apenas unos pocos miles de habitantes en su cénit demográfico medieval y una fisonomía social muy semejante, en la que por ejemplo vemos que el clero ejerce un papel muy destacado en la vida urbana. De hecho, la principal razón de su elección es que las tres son ciudades episcopales de señorío compartido,³ de forma que existe una duplicidad de ámbitos jurisdiccionales: por un lado, la mitra; por el otro, el realengo.⁴ Confluye así sobre el espacio urbano una multiplicidad de poderes e instituciones: obispo, cabildo, concejo, oficiales del rey o del señor... Esa diversidad ofrece un campo ubérrimo para el investigador atento a las estrategias de afirmación de las élites urbanas, a las ramificaciones clientelares del poder, a las tensiones y conflictos inherentes a toda interacción social compleja. Sobre todo, le ofrece un ámbito de investigación relativamente novedoso: una historia de las élites urbanas que incorpore tanto al sector laico como al eclesiástico. En efecto, la mayor parte de los estudios sobre élites urbanas bajomedievales en la Corona de Castilla se centran en villas de realengo y no tienen en cuenta a las élites eclesiásticas; por el contrario, abundan los estudios sobre cabildos catedralicios, pero suelen estar más atentos a cuestiones patrimoniales e institucionales. Sin embargo, desde la perspectiva de la historia social parece claro que los ámbitos laico y eclesiástico forman parte de un mismo entramado de poder, por lo que pretendo integrar ambos en mi investigación.

Por otro lado, el marco cronológico del estudio difiere del habitual en los trabajos sobre esta temática en el medievalismo castellano. Podemos decir que para la Corona de Castilla se ha consolidado en las últimas décadas una verdadera tradición historiográfica en torno a las oligarquías urbanas del siglo XV, y especialmente de su segunda mitad.⁵ Se trata del mundo relativamente bien conocido de las ciudades regidas por unos grupos dirigentes organizados familiarmente en forma de linajes y políticamente en torno a la figura del Regimiento, en un contexto en el que los “concejos cerrados” constituyen ya una realidad institucional perfectamente consolidada. Además, la historiografía

² En un panorama historiográfico en el que el predominio de los estudios de caso es verdaderamente abrumador, resulta imperativo recordar que la comparación es un ejercicio intelectual que se revela especialmente útil para huir de la tentación de localismo -por la que resulta tan fácil dejarse arrastrar en un estudio de historia urbana- y tratar de identificar patrones que trasciendan el ejemplo aislado. Ello es cierto incluso para el nivel comparativo más primario -la *comparación de lo semejante*-, en el que se inscribe mi investigación. El medievalismo castellano es verdaderamente parco en ejemplos de monografías de temática urbana que abarquen el estudio de más de un caso concreto, pues la comparación es poco practicada y se reserva, en el mejor de los casos, para los artículos. Como excepciones dentro del ámbito norteño pueden citarse Fernando López Alsina, *Introducción al fenómeno urbano medieval gallego, a través de tres ejemplos: Mondoñedo, Vivero y Ribadeo* (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1976); Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar, *Las “polas” asturianas en la Edad Media. Estudio y diplomatario* (Oviedo: Universidad de Oviedo, 1981); M^a Soledad Tena García, *La sociedad urbana en la Guipúzcoa costera medieval: San Sebastián, Rentería y Fuenterrabía (1200-1500)* (San Sebastián: Instituto Doctor Camino, 1997) y Ernesto García Fernández, *Gobernar la ciudad en la Edad Media: Oligarquías y élites urbanas en el País Vasco* (Vitoria: Diputación Foral de Álava, 2004).

³ Si bien en el caso de León esto es así sólo para la etapa más temprana de mi estudio, pues el juez de la Iglesia fue abolido por Fernando IV en 1304: Jesús I. Coria Colino, “La supresión de los jueces de la Iglesia en los concejos medievales de la Corona de Castilla (s. XIII-XIV: León, Zamora, Salamanca y Murcia),” in *Medievo hispano: estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax* (Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1995), 111-119.

⁴ En Astorga, además, desde 1465 la jurisdicción regia es sustituida por la señorial de los Osorio, marqueses de Astorga.

⁵ La nómina de estudios empieza a ser abrumadora, pero quizá las monografías de mayor densidad conceptual y repercusión historiográfica hayan sido las de José M.^a Monsalvo Antón, *El sistema político concejil: el ejemplo del señorío medieval de Alba de Tormes y su concejo de villa y tierra* (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1988) y José Antonio Jara Fuente, *Concejo, poder y élites: la clase dominante en Cuenca en el siglo XV* (Madrid: C.S.I.C., 2000). Además, resulta de gran interés teórico el artículo de José Antonio Jara Fuente, “Élites urbanas y sistemas concejiles: una propuesta teórico-metodológica para el análisis de los subsistemas de poder en los concejos castellanos de la Baja Edad Media,” *Hispania. Revista Española de Historia* 207 (2001): 221-266.

castellana cuenta con una corriente más clásica y actualmente muy poco frecuentada, que podemos identificar fundamentalmente con la escuela institucionalista de mediados del siglo XX, la cual fijó su interés sobre los estudios “de orígenes”, analizando el surgimiento y maduración paralelos de las instituciones concejiles y los grupos burgueses a lo largo de los siglos XI-XIII.⁶ Mi investigación pretende de algún modo conectar ambas tradiciones y adentrarse en el hiato cronológico que las separa, analizando la élite urbana desde su aparición como una realidad plenamente consolidada en el siglo XIII hasta la afirmación del régimen oligárquico en el siglo XV, en un intento por ofrecer una perspectiva diacrónica que permita detectar patrones de evolución y cambio social en la composición de los grupos dirigentes urbanos a lo largo del tiempo, frente a las aproximaciones de tipo sincrónico que suelen ofrecer una imagen de “foto fija” para las oligarquías urbanas castellanas del siglo XV. Por otro lado, al incluir en mi investigación el siglo XIV, tradicionalmente menos estudiado, trato de analizar la “prehistoria” de los sistemas oligárquicos de linajes y concejos cerrados y su proceso de génesis a partir de unas sociedades urbanas caracterizadas aparentemente por una mayor movilidad social y una composición más plural de sus élites en la etapa previa al Regimiento.

2. PROBLEMAS CONCEPTUALES

Pasando ya a los puntos de reflexión de ámbito más general, el primer escollo con el que se encuentra cualquier medievalista que quiera abordar una investigación acerca de los grupos dirigentes urbanos es la problemática conceptual. El panorama habitual en la historiografía castellana es el de un eclecticismo terminológico absoluto en el que no sólo se huye de la definición y clarificación de los conceptos, sino que estos tienden a ser utilizados como sinónimos perfectamente intercambiables: élite, oligarquía, patriciado, nobleza urbana, burguesía...⁷ Pese a todo, existe una cierta tradición que ha consagrado el predominio del término “oligarquías urbanas” desde hace varias décadas. Sólo recientemente éste ha venido siendo suplantado por el de “élites urbanas”, que irrumpió con fuerza hace algunos años desde la historiografía francesa y está suscitando una aceptación cada vez mayor.⁸ Así que dejaré a un lado las expresiones menos utilizadas y me centraré en los problemas conceptuales que presenta el uso de los términos “élite” y “oligarquía”.

Como decía, la historiografía castellana tiende a emplearlos indistintamente, por lo que podría achacarse que el intento de diferenciarlos supondría incurrir en un estéril nominalismo. Personalmente creo que esa sería una perspectiva errónea, pues no se trata de términos neutros, sino de conceptos que condicionan la interpretación de la realidad histórica. Ahora bien, ¿cómo diferenciar “élite” de “oligarquía”? Creo que básicamente caben dos opciones, una de orden connotativo y otra de orden denotativo.

⁶ La visión de conjunto más acabada de esta corriente de estudios sigue siendo, sin duda, la ofrecida por Jean Gautier-Dalché, *Historia urbana de León y Castilla (siglos IX-XIII)* (Madrid: Siglo XXI, 1979).

⁷ Un eclecticismo que puede predicarse también de la historiografía europea, si bien es frecuente que cada historiografía nacional muestre preferencia por determinados términos. Véase un interesante repaso a esta panorámica conceptual en Jan Dumolyn, “Later Medieval and Early Modern Urban Elites: Social Categories and Social Dynamics,” in *Urban Elites and Aristocratic Behaviour*, ed. María Asenjo González (Turnhout: Brepols, 2013), 3-18.

⁸ La corriente de estudio centrada en las élites tuvo verdadera importancia en el país galo en los años 90, con obras tan significativas como *L'État moderne et les élites: XIII^e-XVIII^e siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique* (Paris: Publications de la Sorbonne, 1996) (actas de un congreso celebrado en París en 1991) o *Les élites urbaines au Moyen Âge* (Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997) (actas de un congreso celebrado en la *École Française de Rome* en 1996). Fruto de ese interés han surgido tesis doctorales de gran calidad al filo del año 2000, como Thierry Dutour, *Une société de l'honneur: les notables et leur monde à Dijon à la fin du Moyen Âge* (Paris: Honoré Champion Éditeur, 1998) o Boris Bove, *Dominer la ville. Prévôts des marchands et échevins parisiens de 1260 à 1350* (Paris: Éditions du CTHS, 2004).

A nivel connotativo, resulta evidente que incluso en el lenguaje común el concepto “élite” trae consigo una cierta carga positiva, mientras que “oligarquía” tiene connotaciones básicamente negativas. La idea incluso se refuerza si acudimos al origen de los términos. La oligarquía, el “gobierno de unos pocos”, aparece ya en la *Política* de Aristóteles entre las formas de gobierno desviadas, junto a la tiranía o la democracia. Una aproximación connotativa de este tipo es la que permitió a Susan Reynolds en los años 70 negar la existencia de una oligarquía en las ciudades medievales inglesas, aduciendo que el modelo de gobierno de una minoría era visto como necesario y asumido por el conjunto de la comunidad urbana.⁹ En cambio, la noción de élite, de origen francés, tiene una etimología proveniente del verbo latino *eligere* y viene a designar por tanto “lo elegido”, “lo selecto”, y no parece haber perdido su connotación positiva con el paso del tiempo. De hecho, su ingreso como concepto en las ciencias sociales vino de la mano de la “teoría de las élites” acuñada por la sociología italiana de comienzos del siglo XX, singularmente por Vilfredo Pareto y Gaetano Mosca,¹⁰ en la que la existencia de una élite rectora es vista como necesaria y beneficiosa para el conjunto de la sociedad, al garantizar el equilibrio social.¹¹ La “teoría de las élites” llega pues en un contexto ideológico en el que buena parte de la intelectualidad europea siente peligrar su hegemonía ante el advenimiento de una “sociedad de masas”, expresando unos miedos y recelos de los que el mejor testimonio hispano es sin duda *La rebelión de las masas* de Ortega y Gasset (1929). No parece que el intento de Charles Wright Mills por dotar a la expresión “élite de poder” de una connotación claramente negativa haya sido demasiado exitoso,¹² y la proliferación del concepto “élite” en las últimas décadas parece ir asociado siempre o casi siempre a sus tradicionales connotaciones positivas.

Por mi parte, creo que es mucho más rentable para el medievalista adoptar una perspectiva denotativa para diferenciar los conceptos de “oligarquía” y “élite”, y creo que la clave está en dos aspectos: por un lado, el grado de superposición de riqueza, rango y poder (los tres índices clásicos de superioridad social); por el otro, el grado de formalización, cohesión y exclusividad del grupo dirigente. Así, “oligarquía” debería reservarse para los casos en los que puede verificarse la existencia de una minoría que controla efectivamente todos los recursos de la superioridad social, acumulando el poder, la riqueza y el rango en las mismas manos, y ha logrado articular estructuras, mecanismos e instituciones que garantizan su perpetuación vitalicia y hereditaria, frenando las vías de ascenso social de los *parvenus* hasta el punto de reducir las casi exclusivamente a la cooptación. Es el modelo que parece haberse constatado en buena parte de las ciudades castellanas bajo los sistemas de “concejo cerrado” del siglo XV, pero considero atrevido generalizarlo para el conjunto de la Corona de Castilla en la Plena y Baja Edad Media. En cambio, la noción de “élite” no presupone para el grupo dirigente

⁹ Susan Reynolds, “Medieval urban history and the history of political thought,” *Urban History Yearbook* 9 (1982): 14-23 y Susan Reynolds, *An Introduction to the History of English Medieval Towns* (Oxford: Clarendon Press, 1977), 135-6 y 171; ambos citados en Stephen H. Rigby, “Urban ‘Oligarchy’ in Late Medieval England,” in *Towns and townspeople in the Fifteenth Century*, ed. John A. F. Thomson (Gloucester: Alan Sutton, 1988), 62-86. Esta visión de Reynolds, tan dependiente de una imagen consensual de la sociedad urbana, es prácticamente refutada por el propio Rigby, que precisamente rechaza la aproximación connotativa: “*That medieval townsmen viewed their rulers with an uneasy mixture of suspicion and deference and that they could, on occasion, perceive their rulers as oligarchs is important in explaining political conflict, but this does not mean that historians need share their opinions. When historians refer to town rulers as ‘oligarchic’ they are not offering an assessment of the rulers’ moral worth. ‘Oligarchy’ in this context is not the opposite of worthiness but of ‘democracy’, the latter being, as Tait long ago pointed out, a useful shorthand expression for movements to open up town government, a matter of degree not an absolute.*” (p. 70).

¹⁰ Peter Burke, *Venecia y Ámsterdam. Estudios sobre las élites del siglo XVII* (Barcelona: Gedisa, 1996), 32-33.

¹¹ Agradezco enormemente al profesor Andrea Zorzi, de la Università degli Studi di Firenze, haberme advertido de los orígenes ideológicos del término en el transcurso del *IX Corso della Scuola di Alti Studi Dottorali sulla Civiltà Comunale* que se celebró en San Gimignano en junio de 2012 bajo el título *Chiesa cattedrale e città*.

¹² Charles Wright Mills, *The power elite* (New York: Oxford University Press, 1956) (hay traducción castellana).

ese nivel tan alto de cohesión interna y superposición de los recursos de superioridad social. Se limitaría a constatar la existencia de una minoría que disfruta de una posición preeminente dentro de un conjunto social determinado. Diríamos que, a diferencia del de “oligarquía”, no excluye de antemano la posibilidad de un pluralismo en el reclutamiento de dicha minoría y de mecanismos operativos de ascenso y renovación social en su seno. De este modo, la relación entre ambos conceptos no sería exactamente de oposición, sino que podríamos entender la oligarquía como un caso particular de élite especialmente cohesionada y formalizada. Por tanto, y en aras de una clarificación conceptual, yo preferiría reservar la expresión “élites urbanas” *en sentido estricto* para aquellos sistemas en los que efectivamente se verifica ese carácter relativamente abierto y plural del grupo dirigente, con una superposición aún imperfecta de riqueza, rango y poder.¹³

Conviene no obstante hacer una reflexión final acerca del término “élite”: el concepto suele alabarse por su carácter “fluido”, que permite aplicarlo a realidades diversas, pero con ello a veces da la impresión de que se intenta disfrazar una cierta incomodidad en el uso de un término tramposo.¹⁴ En efecto, la noción de “élite” viene caracterizada por una indefinición absoluta, como puede constatarse a través de su utilización en contextos heterogéneos y casi contradictorios. En mi opinión, un buen ejemplo de los peligros de un uso poco riguroso del término es la operación semántica, ya prácticamente completada en Francia y muy avanzada en España, a través de la cual, supongo que por motivos ideológicos, la expresión “aristocracia” ha prácticamente desaparecido del lenguaje académico en favor de la de “élite”. Lo cual es verdaderamente deplorable si tenemos en cuenta que el de “aristocracia” era uno de los escasos términos historiográficos dotados de cierta claridad conceptual y que el investigador podía utilizar sin excesivo temor a ser malinterpretado. De este modo, la expresión “élite” (generalmente en plural) ha venido aplicándose en los últimos años a sectores muy diversos, convirtiéndola en una noción cada vez más indefinida y desleída bajo cuyo generoso abrigo pueden acogerse igualmente las grandes casas nobiliarias, los personajes con estudios universitarios, los grupos dirigentes urbanos o los notables de las comunidades musulmanas sometidas (esto es, “élites del reino”, “élites intelectuales”, “élites urbanas” o “élites mudéjares”). ¿Qué valor puede tener un término que sirve para designar grupos sociales tan heterogéneos? La única respuesta que encuentro satisfactoria es que el problemático concepto de “élite” sólo tiene verdadera operatividad analítica si se aborda desde un enfoque relacional: siempre se es “élite” con respecto a algo y dentro de una comunidad social determinada. Y, aunque esto no deja de ser una obviedad historiográfica, conviene recordarlo frente al permanente peligro de reificación conceptual inherente a las aproximaciones empiristas tan frecuentes en el medievalismo. Desde este punto de vista, el análisis de la “élite en sí” deviene una aporía si no se incardina en el conjunto social al que aquélla pertenece. En mi caso particular, ello supone que el estudio de unas “élites urbanas” no puede separarse del análisis de la sociedad urbana en su conjunto.

¹³ Al menos para mi ámbito de estudio, la hipótesis de trabajo de que los siglos XIII-XV ven el paso de un sistema de élites a otro oligárquico parece mostrarse especialmente operativa para analizar los procesos de cambio social e institucional en el seno de la comunidad urbana, y permite rastrear los mecanismos que permitieron consolidar un “cierre oligárquico” en un determinado momento. Para el caso ovetense en una fase posterior a la cronología de mi estudio, véase el exhaustivo panorama del sistema oligárquico de los años 1498-1530 que ofrece María Álvarez Fernández, “*Por ser hombre de más honra. Comportamientos urbanos y plataformas del poder en una ciudad de transición (siglos XV-XVI)*” (en prensa). Además, dentro del ámbito asturiano puede encontrarse un análisis de la consolidación de un sistema oligárquico en la villa marinera de Villaviciosa en Álvaro Solano Fernández-Sordo, “*Algunas cosas que son necesarias para la buena gobernanación de dicha villa e conçejo*”. Poder concejil, gobierno urbano y conflicto social en Villaviciosa a fines de la Edad Media” (en prensa).

¹⁴ Son muy interesantes a este respecto las reflexiones ofrecidas por Élisabeth Crouzet-Pavan, “*Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie)*,” in *Les élites urbaines au Moyen Âge*, 9-28. Resulta además muy ilustrativa, por más que se refiera a la sociedad francesa del XVIII, la crítica feroz de Michel Vovelle, “*L’Élite ou le mensonge des mots*,” *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 29.1 (1974): 49-72, donde llega a afirmarse que “*confrontés à la réalité des faits, il ne nous reste de l’élite que la banalité d’un lieu commun et d’une idée reçue, ou que l’illusion sophistiquée d’une époque*” (p. 72).

3. UNA MIRADA A LAS FUENTES

En este apartado no pretendo hacer un elenco exhaustivo de las fuentes de mi investigación, sino plantear cómo hacer frente a un problema con el que pueden encontrarse muchos investigadores que se propongan trabajar sobre élites urbanas bajomedievales en el ámbito castellano o portugués (especialmente si, como en mi caso, se centran en una cronología relativamente temprana). El problema no es otro que el de cómo trabajar sobre élites urbanas cuando se carece de los dos conjuntos documentales que son la fuente por excelencia para este tipo de estudios: actas concejiles y protocolos notariales.¹⁵ En efecto, para la Corona de Castilla los registros notariales raramente se conservan en forma seriada con anterioridad al siglo XVI¹⁶ y, salvo casos aislados, las actas municipales conservadas no suelen ser anteriores a la segunda mitad del siglo XV.¹⁷

Ante esta situación de partida, el investigador se ve obligado a trabajar con fuentes alternativas, haciendo de la necesidad virtud. Por suerte, el tipo de ciudades episcopales de antiguo origen y fuerte presencia eclesiástica en la sociedad urbana cuenta por lo general con importantes conjuntos documentales conservados en los fondos de instituciones eclesiásticas con sede en la ciudad (catedrales, colegiatas, instituciones monásticas, parroquias¹⁸, cofradías¹⁹...) que, pese a un origen frecuentemente aristocrático, especialmente a partir del siglo XIII ofrecen una cantidad significativa de información acerca de la sociedad urbana en la que se asientan. En el caso de que conserven documentación medieval (como ocurre en las tres ciudades objeto de mi estudio), los archivos municipales pueden ser también una preciosa mina de información, especialmente si cuentan con documentos emanados de la propia institución concejil o al menos de procedencia local. Por desgracia, en la Corona de Castilla es frecuente que los fondos municipales más antiguos consistan fundamentalmente en diplomas de origen regio que, como las habituales confirmaciones de fueros, franquezas y privilegios, aportan muy poco al estudio de la sociedad urbana.²⁰ En cambio, la documentación conservada en los dos grandes archivos regios, el Archivo General de Simancas y el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid,²¹ ofrece un gran interés, si bien es cierto que las secciones más significativas para los estudios sobre élites urbanas, como el Registro General del Sello o los diversos fondos de Cámara de Castilla

¹⁵ En el propio medievalismo hispano, los estudios sobre élites urbanas en la Corona de Aragón, con un panorama documental verdaderamente abrumador, muestran la enorme rentabilidad que ofrece trabajar con este tipo de fuentes.

¹⁶ En no pocas ocasiones, no se conservan registros notariales anteriores al siglo XVI en absoluto, siquiera de forma aislada o fragmentaria.

¹⁷ En el caso de las tres ciudades objeto de mi estudio, carecemos de protocolos notariales anteriores a mediados del siglo XVI, mientras que las actas concejiles más antiguas conservadas datan de 1427 (Astorga), 1498 (Oviedo) y 1513 (León).

¹⁸ Para Oviedo, León y Astorga sólo tenemos noticia de un archivo parroquial que conserve documentación medieval: el de la parroquia leonesa de Santa María del Camino, con unos 80 documentos de los siglos XIII a XV.

¹⁹ Por suerte, mi investigación puede beneficiarse de diversos archivos de estas instituciones tan vinculadas a la gestión de la memoria de las comunidades urbanas en la Baja Edad Media: Cofradía de Santa María del Sábado en León, Cofradía del Rey Casto en Oviedo y, en el caso de Astorga, diversas cofradías cuya documentación está actualmente agrupada en el archivo de la Cofradía de las Cinco Llagas y que han sido estudiadas por Gregoria Cavero Domínguez, *Las cofradías en Astorga durante la Edad Media* (León: Universidad de León, 1992). Resulta además de gran interés el panorama de las cofradías ovetenses que ofrece María Álvarez Fernández, "Del mundo artesanal al devocional. Solidaridades urbanas en el Oviedo medieval," in *Iglesia y ciudad. Espacio y poder (siglos VIII-XIII)*, ed. Gregoria Cavero Domínguez (León: Instituto de Estudios Medievales, 2010), 179-215.

²⁰ Para el caso paradójico del archivo concejil ovetense, especialmente rico en calidad y cantidad para el siglo XIII y comienzos del XIV, y prácticamente paupérrimo en adelante, véase en su momento Raúl González González, "Padrones y pesquisas ovetenses de la Baja Edad Media", *Boletín de Letras del Real Instituto de Estudios Asturianos* (en prensa).

²¹ Para la mitad meridional del reino su equivalente es el Archivo de la Real Chancillería de Granada (originariamente de Ciudad Real), si bien carece para el siglo XV de un fondo tan nutrido como el vallisoletano.

en el primer caso o los pleitos de la Sala de Hijosdalgo en el segundo,²² cuentan con una documentación que para la época anterior al reinado de los Reyes Católicos es relativamente escasa o sencillamente nula.

Si pasamos de los fondos a la tipología documental, en primer lugar hay que recalcar que prácticamente cualquier documento de procedencia local resulta relevante para un estudio de este tipo, ya que las meras listas de testigos constituyen una mina de información, donde no es difícil que vengan registradas relaciones familiares y clientelares que pueden ser aprovechadas para una base de datos prosopográfica. Dicho esto, me gustaría resaltar tres tipos documentales, fundamentalmente vinculados a instituciones eclesiásticas, que pueden ayudar a quien investiga sobre élites urbanas bajomedievales a tratar de suplir en cierta medida la ausencia de actas concejiles y registros notariales:

- Libros de foros y rentas. Si tenemos en cuenta que en las ciudades episcopales las instituciones eclesiásticas (fundamentalmente los cabildos catedralicios) controlan buena parte del suelo urbano, es evidente que sus libros de administración de dicho patrimonio inmobiliario constituyen una fuente de primer orden para tratar de rastrear las posesiones de los miembros de la élite, sus lugares de morada en la ciudad y sus estrategias de acumulación y gestión patrimonial. Ofrecería particular interés la posibilidad de analizar si existen mecanismos para que las familias de la élite se inmiscuyan en el “mercado” de censos y arrendamientos de las instituciones eclesiásticas, a través por ejemplo del subarriendo.
- Libros de visitas de casas. En relación con lo anterior, en ocasiones se han conservado los libros en los que las instituciones eclesiásticas anotaban el resultado de las “visitas” a sus posesiones urbanas. Son una fuente preciosa, no sólo porque ofrecen el tipo de informaciones expuestas para los libros de foros y rentas, sino porque además recogen una descripción detallada del estado de la vivienda, tanto exterior como interior, por lo que permiten hacerse una idea del espacio de hábitat cotidiano y la cultura material de sus inquilinos.²³
- Obituarios. Se trata de libros en los que una institución eclesiástica anota las memorias de los difuntos por los que debe rogar la comunidad en los oficios de cada uno de los días del año. Como estas memorias y aniversarios se dotan con bienes, los obituarios suelen recoger junto al nombre del difunto los bienes que éste donó, y generalmente también su gestión a lo largo del tiempo. De este modo, estos libros constituyen una verdadera mina de información que además tiene la

²² Recientemente pude localizar precisamente en este fondo una serie de padrones y pesquisas sobre pecheros relativos a la ciudad de Oviedo y su alfoz que datan de los años 1449 a 1503 y cuya copia fue presentada entre las pruebas documentales de un pleito de 1540: González González, “Padrones y pesquisas”.

²³ Para un análisis de los primeros libros de visitas de casas conservados para Oviedo, de comienzos del siglo XVI, véase, en su momento: María Álvarez Fernández y Soledad Beltrán Suárez, *Vivienda, gestión y mercado inmobiliario en Oviedo en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna. El patrimonio urbano del cabildo catedralicio* (en prensa). En el caso del cabildo de León se han conservado desde mediados del siglo XV, y han sido utilizados ya por diversos autores: José Antonio Fernández Flórez, “Las casas del cabildo catedralicio en la ciudad de León,” *Archivos Leoneses* 75 (1984): 31-157; César Álvarez Álvarez, *La ciudad de León en la Baja Edad Media. El espacio urbano* (Madrid: Hullera Vasco-Leonesa, 1992); M^a Dolores Campos Sánchez-Bordona, “El espacio residencial privado y su proyección social en la ciudad del Antiguo Régimen. Las casas del cabildo catedralicio leonés,” in *Actas del Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción, Sevilla, 26-28 octubre 2000*, eds. A. Graciani, S. Huerta, E. Rabasa, M. Tabales (Madrid: Instituto Juan de Herrera, CEHOPU, Universidad de Sevilla, 2000), 183-191. Ofrezco la edición de los primeros folios del más antiguo libro de visitas leonés en Raúl González González, “Los libros de visitas de casas capitulares como fuente para la historia social de la ciudad medieval: primicias de un ejemplo leonés (ACL, n.º 10.719)” (en prensa).

ventaja de aportar datos sobre una etapa relativamente antigua (se trata de un tipo documental que no es infrecuente en las ciudades episcopales para los siglos XIII-XIV).²⁴

4. LA PROSOPOGRAFÍA: HACIA UNA ENCUESTA ABIERTA

Desde luego, la prosopografía sigue constituyendo la herramienta fundamental para analizar a las élites, pero quizás ha llegado el momento de tratar de plantear una perspectiva diferente.²⁵ El método prosopográfico suele aplicarse a grupos generalmente cerrados y bien definidos *a priori*: el ejemplo más clásico es el estudio de los miembros pertenecientes a alguna institución, como un cabildo catedralicio, o las personas que han ejercido algún oficio determinado. Sin embargo, el riesgo evidente de tal perspectiva es que puede ofrecer una imagen demasiado cerrada y estática de la élite, al utilizar un criterio parcial para identificar a sus miembros. Mi intención en cambio sería la de optar por una encuesta prosopográfica abierta, que vaya más allá de los miembros pertenecientes a instituciones definidas como los cabildos o los concejos y trate de abarcar el conjunto de la sociedad urbana. Esto plantea un importante reto metodológico, pero quizás ha llegado el momento de tratar de avanzar hacia un estudio prosopográfico de amplio alcance que trate de identificar a los miembros de la élite a través de criterios diversos y variados: ejercicio de cargos civiles o eclesiásticos, pertenencia a profesiones de prestigio, uso de fórmulas de tratamiento distinguido, posesión de patrimonios importantes, residencia en calles principales de la ciudad, estrategias matrimoniales, establecimiento de redes clientelares... De este modo, la prosopografía sería un ejercicio *previo* a la identificación de la élite: en primer lugar se haría un análisis prosopográfico que abarcara el conjunto de la sociedad urbana para tratar de rastrear a todos los individuos y familias que aparezcan dotados de uno o varios de los rasgos señalados anteriormente, y sólo en un segundo momento se reunirían los datos para tratar de identificar quiénes conforman esa élite urbana. Es el camino exactamente contrario al habitual en los estudios prosopográficos, en los que la élite suele ser definida de antemano (generalmente, como digo, a partir del ejercicio de un cargo político) y el análisis prosopográfico se limita exclusivamente a los individuos pre-seleccionados. Entiendo que la tarea puede parecer abrumadora, y probablemente sólo esté al alcance de quienes estudiamos núcleos relativamente pequeños y dotados de una documentación manejable (algunos miles de documentos), pero lo cierto es que sólo de este modo sería posible superar interpretaciones que, al utilizar el ejercicio de cargos públicos como prácticamente el único criterio de definición de la élite, asumen desde el comienzo una perspectiva fundamentalmente política que a menudo desemboca en una lectura oligárquica del grupo dirigente en todos los casos. Es decir, sólo una encuesta abierta permitiría calibrar el grado de superposición de rango, riqueza y poder en el seno de la élite urbana y determinar si efectivamente están en las mismas manos. Sólo así podría evitarse el riesgo de que esa superposición no sea más que un apriorismo que se refuerza gracias a las conclusiones tautológicas de un análisis viciado de antemano, y

²⁴ Con carácter general, véase Nicolas Huyghebaert, *Les documents nécrologiques* (Turnhout: Brepols, 1972). El obituario más antiguo de los conservados para la catedral de Oviedo ha sido editado por Víctor Manuel Rodríguez Villar, *Libro de regla del cabildo (Kalendas I)* (Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2001), mientras que los 6 conservados para la catedral de León han sido reunidos en una excelente edición “concordada” por Mauricio Herrero Jiménez, *Colección documental del Archivo de la Catedral de León, X: Obituarios Medievales* (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1994). Lamentablemente, para Astorga no parece haberse conservado ninguno.

²⁵ La importancia de la prosopografía como metodología que tiene mucho que ofrecer al estudio de las élites y a un mejor conocimiento de la sociedad medieval en su conjunto ha sido puesta de relieve en el ámbito de la investigación ibérica en algunos trabajos colectivos de los últimos años, como Filipe Themudo Barata, ed., *Élites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos* (Lisboa: Edições Colibri, 2001) o *La prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media* (Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2008).

precisamente sólo al evitar ese riesgo podremos tratar de detectar patrones evolutivos que determinen si existe un mayor o menor grado de superposición a lo largo del tiempo (pudiendo datar, por ejemplo, cuándo se consolida un sistema propiamente oligárquico).

Además, dado el papel capital que las estrategias familiares juegan en los procesos de acumulación, consolidación y afirmación de poder, riqueza y estatus en el seno de las élites urbanas, la genealogía se muestra también como una metodología muy interesante en este tipo de estudios, y un complemento excelente del análisis prosopográfico.²⁶ Sobre todo, permite abordar un estudio en clave familiar de las relaciones de poder en la ciudad medieval, en una compleja interacción entre lo “público” y lo “privado” que a la vez trasciende y subyace a los marcos institucionales.

5. CONCLUSIÓN

Las ciudades episcopales asturleonesas podrían enmarcarse dentro de una cierta “especificidad norteña” que no encaja del todo en los modelos analíticos elaborados para las ciudades castellanas situadas más al sur. El objetivo de este trabajo no ha sido otro que el de intentar abordar cómo puede articularse un planteamiento metodológico que permita aprovechar esa especificidad para abrir nuevos interrogantes y problematizar viejas certezas. Cuestiones como la conexión entre élites laicas y eclesiásticas, la necesidad de rastrear la etapa formativa de los regímenes de “concejo cerrado” y la organización en linajes, la diferenciación entre sistemas de élites y sistemas oligárquicos, la rentabilidad ofrecida por fuentes poco exploradas hasta ahora, las posibilidades de una encuesta prosopográfica abierta o la perspectiva de un análisis del poder urbano en clave familiar demuestran que incluso en un campo aparentemente tan trillado como el de los grupos dirigentes de las ciudades de la Corona de Castilla en la Baja Edad Media es posible para el investigador novel encontrar un espacio propio desde el que aportar una nueva mirada. Bien que sea, como en mi caso, una mirada decididamente *periférica*.

²⁶ Se puede encontrar una verdadera guía metodológica para los estudios genealógicos en las reflexiones generales y las investigaciones concretas ofrecidas en Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *De linajes, parentelas y redes de poder al fin de la Edad Media. Aportaciones a la historia social de la nobleza bajomedieval gallega* (Madrid: Fundación Cultural de la Nobleza Española, 2012), donde se recogen diversos trabajos del autor. Para la problemática específica del estudio de trayectorias familiares véanse además las diferentes contribuciones a Martin Aurell, ed., *Le médiéviste et la monographie familiale: sources, méthodes et problématiques* (Turnhout: Brepols, 2004).

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Estudiando la sociedad urbana medieval a través de su territorio: el caso del Alfoz y Puebla de Maliayo (Asturias)

Álvaro Solano Fernández-Sordo¹
Universidad de Oviedo

Resumen

Este artículo pretende hacer una reflexión teórica y metodológica sobre la investigación actualmente en curso conducente a alcanzar el título de Doctor en Historia Medieval, con la tesis titulada *Una villa de la Marina centro-oriental asturiana y su entorno en la Edad Media: la Puebla de Maliayo y su alfoz*. Se trata de un acercamiento a la sociedad medieval de un territorio asturiano concreto que a lo largo de los siglos medievales sufrirá importantes transformaciones administrativas y de articulación del espacio. En este trabajo se abordan las premisas teóricas e historiográficas de las que se parte, las fuentes disponibles para la investigación, su tratamiento y metodología empleada en ello, así como las dificultades e interrogantes planteados y las soluciones propuestas.

Abstract

This paper aims to provide a theoretical and methodological reflection on the current investigation to achieve a PhD in Medieval History with a dissertation entitled *A town of the central-eastern coast of Asturias and its environment in the Middle Ages: Puebla de Maliayo and its district*. It is an approach to the medieval society of a particular Asturian territory throughout the Middle Ages undergo significant administrative and articulation of space transformations. In this paper are discussed the theoretical and historiographical premises from which we begin, the sources available for research, its treatment and the methodology used, and also the difficulties and questions raised and the solutions proposed.

1. INTRODUCCIÓN: LA GÉNESIS DEL PROYECTO

Desde el momento de terminar la Licenciatura en Historia, con la especialidad en Historia Medieval, quise encaminar mis pasos hacia la investigación medievalista bajo la dirección de los profesores de la Universidad de Oviedo don Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar y doña M^a Soledad Beltrán Suárez. Comenzamos entonces a planificar una carrera investigadora que desde un principio tuvo su interés principal en el estudio de la Historia Urbana y los modelos de articulación del espacio por parte de las sociedades medievales.

Con este objetivo realicé el Máster —ya desgraciadamente extinto— sobre *La ciudad medieval* que se impartía en la universidad asturiana y planteamos un primer proyecto doctoral que poder presentar a las convocatorias de becas predoctorales de los programas FICYT-Severo Ochoa del Gobierno del Principado de Asturias y F.P.U. del Ministerio de Educación de España. Este proyecto suponía un estudio de las cuatro villas marítimas de la costa oriental de Asturias —las villas de Llanes, Ribadesella, Colunga y Villaviciosa— durante la Baja Edad Media, desde sus respectivas fundaciones en el siglo XIII hasta la llegada de la Modernidad. De este modo, como una primera toma de contacto con la realidad concreta de estudio y las fuentes disponibles, pude presentar en julio de 2011 como Trabajo Fin de Máster un estudio dirigido por el profesor Ruiz de la Peña sobre *La Puebla de Maliayo y su alfoz a través de la documentación del monasterio de San Vicente de Oviedo (1270-1500)*.

¹ Este trabajo se inscribe en el Proyecto de Investigación financiado por el M.^o de Economía y Competitividad, “Poder, sociedad y fiscalidad en el entorno geográfico de la Cornisa Cantábrica en el tránsito del Medioevo a la Modernidad”, HAR2011-27016-CO2-01, con sede en la UPV/EHU. Forma parte del Proyecto Coordinado HAR2011-27016-CO2-00, junto con el Proyecto de Investigación HAR2011-27016-CO2-02 de la Universidad de Valladolid, así como participa en la Red “Arca Común”.

El autor es investigador predoctoral en la Universidad de Oviedo gracias al Programa F.P.U. del M.^o de Educación (Orden EDU/3445/2011).

Esta primera investigación acerca de sólo uno de los núcleos planteados a través de únicamente uno de los fondos documentales disponibles arrojó importantes conclusiones históricas, pero también proporcionó nuevas claves interpretativas a la hora de planificar la investigación: pudimos comprobar la riqueza de fuentes disponibles para el estudio de esta villa en particular, que se acentuaría aún más con más catas documentales en otros fondos, y sobre todo la participación de Villaviciosa en dinámicas particulares durante la época medieval que hacían de ella una realidad diferente al resto de núcleos cuyo estudio plateábamos. Todo ello, unido a otros factores como la investigación entonces en marcha sobre el Llanes bajomedieval desde el punto de vista de la morfología urbana por una investigadora asturiana,² nos hicieron plantearnos la idoneidad del primer proyecto planteado.

Surgía así el actual proyecto de tesis, que vengo desarrollando desde hace dos años y medio. Se trata de un acercamiento a la sociedad medieval de un territorio de la Marina centro-oriental asturiana: la inicialmente Tierra de Maliayo, que alcanzará la Modernidad como Puebla y Alfoz de Villaviciosa tras la fundación de un núcleo urbano a finales del siglo XIII y una mutación en el topónimo a mediados de la centuria siguiente. Es un estudio literalmente "medieval", pues vimos la conveniencia de prolongar la cronología y abarcar prácticamente mil años de historia de este territorio y su sociedad: se toma como punto de inicio el difuso momento de la transición entre la Antigüedad Tardía y la Edad Media; y como final el año 1517, fecha de gran simbolismo por producirse entonces el desembarco casual precisamente en Villaviciosa de Carlos de Gante, que llegaba a España para ser entronizado como Carlos I.

El territorio que convertimos en objeto de estudio se corresponde con una comarca natural de la costa asturiana, de poco menos de 300 km², que aparece ya desde el siglo IX personalizado como un distrito propio con una delimitación considerablemente estable que hace que se identifique prácticamente con el actual concejo de Villaviciosa (Fig. 1). Un espacio que, sin embargo, sufrirá grandes transformaciones en lo referente a sus modelos organizativos y administrativos: desde una Tardoantigüedad en que aparece densamente poblado y articulado en el *hinterland* de la *civitas* de Gijón, se convertirá en importante dominio de las aristocracias locales y pasará a ser escenario primordial en el surgimiento y desarrollo del Reino de Asturias; hasta configurar una demarcación del realengo dentro del modelo de tenencias, aunque con importante presencia del señorío monástico; y acabar formando parte del proceso de urbanización regia de la periferia norteña castellanoleonesa.

² Nos referimos a la tesis de la hoy doctora Marta Álvarez Carballo con el título *Arquitectura y ciudad. Urbanismo medieval en Asturias: Llanes*, dirigida por M.^a Pilar García Cuetos y brillantemente defendida en enero de 2012.

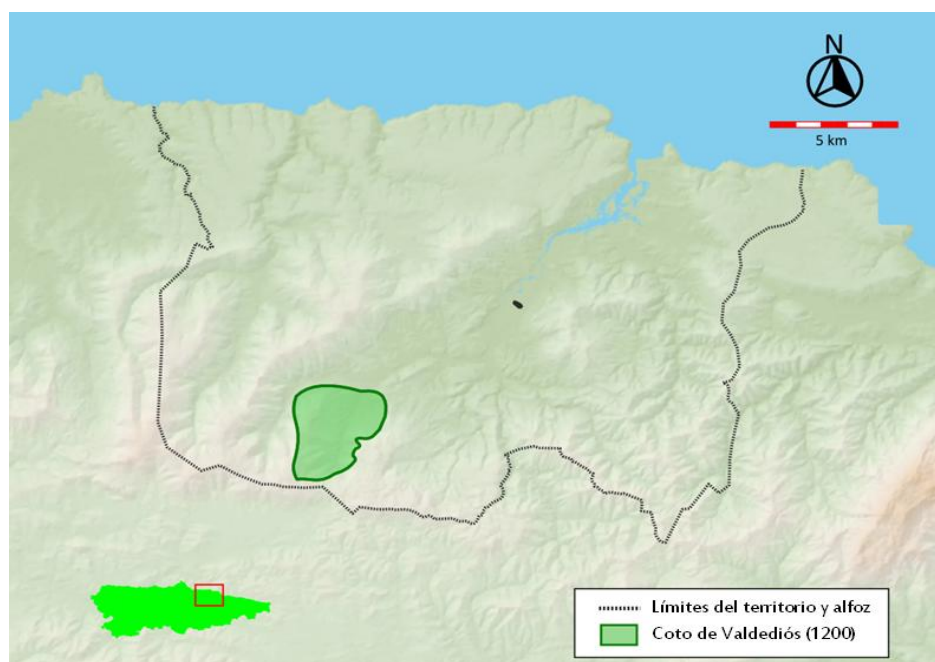


Fig. 1 - El territorio de Maliayo en la Edad Media

Nuestro proyecto busca la reconstrucción de estos procesos a lo largo de tan extenso lapso de tiempo, en un territorio que obliga a la combinación de la historia rural y la historia urbana, con la intención de estudiar su sociedad. Nuestro interés no es el territorio en sí, despojado de su dimensión humana, sino precisamente la historia de los hombres, de la sociedad que hizo suyo este espacio a lo largo de tantos siglos planteando diferentes modelos de organización político-administrativa, social y económica (combinando los recursos agropecuarios de una de las comarcas más fértiles de Asturias con el potencial de la costa y su explotación pesquera y, sobre todo, comercial).

Lo que aquí presentamos, pues, es una presentación del proyecto de investigación, no una exposición de lo que consideramos el contenido mismo de la investigación. Creemos que no tiene sentido en un foro como el WEM la exposición del discurso histórico y su análisis a modo de adelanto de conclusiones en un relato de los hechos; sino que lo que trata es de abordar las perspectivas y las problemáticas de la investigación y las propuestas planteadas para solucionarlas. Exponemos aquí, en definitiva, no una historia medieval del territorio de Villaviciosa en la Edad Media, sino cómo tratamos de llevar a cabo una historia del territorio de Villaviciosa en la Edad Media.

Este texto, en su versión final, debe mucho al escrupuloso análisis y a los comentarios que durante la celebración del WEM hicieron la profesora Amélia Aguiar Andrade y el investigador Gonçalo Ramos. Es de agradecer que, si bien en absoluto familiarizados con el tema de la investigación, dedicaran su tiempo a valorar este trabajo.

2. BASES TEÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS

Antes de abordar directamente las fuentes y metodologías empleadas para llevar a cabo el estudio histórico, creemos conveniente hacer referencia a las bases teóricas e historiográficas que se sitúan detrás y que dotan al estudio y al oficio de historiador de la solidez necesaria. Son, lógicamente, principios que revelan un "modo de entender la Historia" que se van adquiriendo a través fundamentalmente de la formación recibida de los maestros y de la lectura y reflexión de una bibliografía siempre en continuo crecimiento.

Uno de los principios que sobrevuela en todo momento el estudio es la idea de la **longue durée** acuñada por Fernand Braudel,³ como se puede ver simplemente en la extensa elección cronológica expuesta anteriormente. La idea de la larga duración como forma de percibir la historia social, marcada por una triple concepción del tiempo histórico —el tiempo largo de la estructura, el tiempo medio de la coyuntura y el tiempo corto o *evemenencial* del acontecimiento—, seduce en tanto en cuanto es la confluencia de estos tres tiempos lo que se puede observar en un marco local ampliando considerablemente el espectro cronológico. Las permanencias, los cambios, las brusquedades y suavidades que pueden surgir a lo largo del desarrollo histórico es lo que puede ir revelando la sociedad y su evolución en la época estudiada. En palabras del propio Braudel, perfectamente aplicables a este caso, "lo que interesa apasionadamente a un historiador es el cruce de estos movimientos, su interacción y sus puntos de ruptura: todo lo cual sólo puede registrarse en relación al tiempo uniforme de los historiadores, medida general de todos estos fenómenos, y no en relación al tiempo social multiforme, medida particular de cada uno de estos fenómenos".⁴

El mismo Braudel supo ver la necesidad de analizar en esta clave la historia de los núcleos urbanos, relacionándolos siempre con el medio natural y geográfico que los rodea, generalmente de carácter rural⁵. Así es como se entiende la interacción con la también idea braudeliiana de un "hombre prisionero de su geografía", que está en la raíz del estudio social de un territorio: "la sociedad se proyecta en el espacio, se adhiere a él: la sociedad, en sus casos concretos, constituye unos cuantos hombres y un poco de tierra. Captar esta adherencia como un moldeamiento y, a través de él, explicar la sociedad, es lo que pido [...]. La vida de una sociedad está en la dependencia de factores físicos y biológicos; está en contacto, en simbiosis con ellos; estos factores modelan, ayudan o estorban su vida y por lo tanto su historia."⁶

Otra idea historiográfica presente en esta investigación es el principio de la **Historia total** defendido por Pierre Vilar como proyección lógica de las contribuciones de la *École des Annales* y la idea de la larga duración. Si bien no comparto su perspectiva metodológica vinculada al materialismo histórico, sí valoro la conveniencia de un enfoque holístico que permita reconstruir la historia a todos los niveles y tiempos. Se supera así la historia del simple acontecimiento, pero se incorpora a éste en el discurso. Distinguiendo entre los hechos de masas, los hechos institucionales y los acontecimientos, Vilar asume que "ante esta compleja materia histórica, el historiador plantea cuestiones, resuelve problemas: cuándo, por qué, cómo, en qué medida [...] se modifican debido a una continua interacción, los elementos de las economías (hombres, bienes), de las sociedades (relaciones sociales más o menos cristalizadas en instituciones), y de las civilizaciones (conjunto de las actitudes mentales, intelectuales, estéticas...). El historiador habrá de distinguir muy pronto entre los hechos de evolución muy lenta (estructuras geográficas, mentalidades religiosas, grupos lingüísticos), los ritmos espontáneos (ciclos coyunturales de la economía), y los simples acontecimientos, cuya importancia deberá valorar."⁷

Junto a esto, resultarán muy relevantes las concepciones de lo que se podría llamar la "**Escuela de la organización social del espacio**", muy vinculada al medievalismo ibérico gracias a la figura de José Ángel García de Cortázar y su vasto discipulado. Supone una aplicación práctica del marco teórico ya indicado de la Geohistoria braudeliiana a casos españoles y portugueses. Queda claro su interés por el análisis de tres elementos

³ Braudel expone y aplica su percepción a lo largo de multitud de estudios tanto de tipo específicamente histórico como historiográfico. Sin embargo, tal vez su más cuidada explicación la proporcione en "La larga duración," in *Las ambiciones de la Historia* (Barcelona: Crítica, 2002), 147-177.

⁴ *Ibid.*, 174.

⁵ "Toda ciudad, sociedad dada, con sus crisis, sus cortes, sus dificultades, sus cálculos necesarios, debe ubicarse en la complejidad de las zonas campestres próximas que la rodean, y también de los archipiélagos de ciudades vecinas" (*Ibid.*, 161).

⁶ Fernand Braudel, "Geohistoria: la sociedad, el espacio y el tiempo," in *Las ambiciones de la Historia* (Barcelona: 2002), 53-87, 66-67.

⁷ Pierre Vilar, *Introducción al vocabulario del análisis histórico* (Barcelona: 1999), 43-44.

en íntima conjunción —territorio, sociedad y poder— que, sin caer en determinismos, guardan una doble y hasta triple relación de causalidad y consecuencia simultáneamente. Sus principios pueden resumirse en las palabras con que García de Cortázar introduce una miscelánea de estudios: " la organización del espacio es la traducción de la estructura de poder de una sociedad en el ámbito territorial en que se halla instalada y que, con su acción, contribuye a acotar."⁸

Ya son muchas las aplicaciones concretas que esta escuela histórica ha llevado a cabo, realizando estudios bien sobre dominios o señoríos concretos,⁹ sobre ciudades¹⁰ o sobre comarcas administrativas¹¹ o naturales;¹² así como misceláneas y colaboraciones de varios autores que reflejan sus fructíferas posibilidades de aplicación para el conjunto del tercio norte peninsular.¹³ Sin embargo, en todas ellas se repite una misma limitación de tipo cronológico, pues en todos los casos el análisis histórico no traspasa la frontera plenomedieval de los siglos XII o XIII. Nuestra investigación pretende superar este límite cronológico y observar la evolución de esa organización social del territorio maliayés más allá, momento en que entran en juego nuevos poderes firmemente incardinados en la zona como son el monasterio cisterciense de Santa María de Valdediós o la Puebla de Maliayo que vuelven más complejas las dinámicas sociales del territorio.

En este sentido, introducimos en el estudio una nueva disciplina como es la **Historia urbana medieval**, con todo lo que esto quiere decir. No se trata en realidad de una escuela o metodología concreta, sino de una especialidad que puede ser —y ha sido— abordada desde muy diferentes tendencias, que no es lugar para referir. Baste destacar nuestro interés en ella y su objeto de estudio, teniendo por objetivo la investigación de las sociedades urbanas medievales, el estudio de su espacio, sus marcos y relaciones económicas, sus poderes e institucionalidades, las relaciones entre estos núcleos y con su entorno rural, su morfología...

Pero también nuestro proyecto supone cierto desafío a las cronologías tradicionalmente empleadas en los estudios de Historia urbana medieval. Al asumir la importancia del estudio del territorio en época preurbana,¹⁴ nos sedujo enormemente la posibilidad de comprobar las causas últimas del surgimiento del elemento urbano, las dinámicas concretas que en el territorio pueden explicar la emergencia de la Puebla en las últimas décadas del siglo XIII, más allá de las explicaciones generalistas en ocasiones vinculadas al fenómeno —en ocasiones casi tópico— del "Renacimiento urbano europeo medieval". Evitando así el establecimiento de una imagen estática sobre la que se desarrolla el acontecimiento de que adolecen algunos ejemplos de monografías urbanas.

⁸ José Ángel García de Cortázar, "Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII," in *Del Cantábrico al Duero. Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*, ed. José Ángel García de Cortázar, 15-48 (Santander: Universidad de Cantabria, 1999), 15.

⁹ José Ángel García de Cortázar, *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X a XIII): introducción a la historia rural de Castilla altomedieval* (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1969).

¹⁰ Fernando López Alsina, *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media (800-1150)* (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1988).

¹¹ Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)" (Tesis doctoral, Universidade do Porto, 2007).

¹² Pascual Martínez Sopena, *La Tierra de Campos occidental: poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII*, (Valladolid: Institución Universitaria Simancas, 1985).

¹³ José Ángel García de Cortázar, ed., *Del Cantábrico al Duero. Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII* (Santander: Universidad de Cantabria, 1999), 15-48. José Ángel Sesma Muñoz, Carlos Laliena Corbera, eds., *La pervivencia del concepto. Nuevas reflexiones sobre la ordenación social del espacio en la Edad Media*, (Zaragoza: Grupo CEMA, 2008).

¹⁴ Estando lejos de nuestra pretensión alentar ni comenzar discusiones nominalistas, creemos conveniente aclarar el empleo del término "preurbano". Con ello, y con una intención meramente instrumental, nos referimos a la época anterior a la emergencia del elemento urbano, que en la comarca de Maliayo arranca con la concesión de la carta puebla en 1270, momento en que la situación jurídico-administrativa del territorio se verá transformada y con ella todos los aspectos de la vida política, social y económica del concejo a mayor o menor ritmo. Asumimos que puede resultar un término anacrónico y en absoluto procedente de la mentalidad de la época, pero es un mero instrumento dialéctico en absoluto diferente a otras denominaciones como "época prerrevolucionaria" o "período de entreguerras".

Todo lo expuesto nos lleva a valorar como otra clave interpretativa de nuestro marco teórico la idea de la **Historia local**. Pero entendiendo la Historia local nunca como una historia localista, sino como la adopción de un marco de observación local de los grandes fenómenos históricos. Creemos que este punto de vista es lo que puede dotar al análisis histórico de verdadera profundidad, pues el marco local es quizá el más adecuado para poder llevar a cabo precisamente un intento de Historia verdaderamente total.

Sin con ello pretender comparación personal alguna, hay que recordar que algunas de las más brillantes obras del medievalismo son estudios de marco local;¹⁵ y que es una disciplina altamente valorada entre la historiografía anglosajona, que cuenta con centros de investigación, asociaciones y publicaciones especializadas de gran calidad. Este interés se explica viendo estos fenómenos puntuales como “lugares en que la Historia comienza, debiendo entender la historia específica de estos espacios —en relación con su geografía y las bases de su subsistencia así como en sus relaciones y transformaciones de los poderes locales y el regimiento del territorio hacia la construcción de jerarquías sociales— antes de ir más allá.”¹⁶

Pero, simultáneamente, buscamos las relaciones más allá de lo estrictamente local. El territorio que nos proponemos estudiar se halla incardinado en ámbitos de escala regional, nacional e internacional; y por lo tanto participará de los procesos y dinámicas históricas propios de ellos en mayor o menor medida con una casuística muy amplia. Por ese motivo planteamos un estudio que aborde las relaciones de nuestro territorio con el exterior, no limitándonos a las relaciones formalizadas entre instituciones —relaciones intermunicipales, con el poder superior regio o con diferentes señoríos—, sino a todos aquellos movimientos de fondo “no institucionales” que pueden reflejar estos contactos que influyen en la evolución de la sociedad: movimientos demográficos, contactos económicos, influencias culturales... Es nuestra pretensión seguir la tendencia naciente entre los medievalistas europeos de estudiar la Historia urbana teniendo presente la idea de que hay que entender los núcleos urbanos no ya como puntos aislados en un mapa, sino como nudos de una retícula de interconexiones entre puntos de diferentes tamaños e intensidades, cumpliendo cada uno funciones específicas y necesarias.¹⁷

De todo ello derivan algunos presupuestos que completan el marco teórico que justifica nuestra investigación. Por un lado, destaca la búsqueda de una cadena de causalidades larga en el tiempo que, a través del estudio de caso que llevamos a cabo, pueda revelar la evolución de un territorio y su sociedad en un período de tiempo verdaderamente prolongado y que pueda proporcionar claves interpretativas para la definición del fenómeno urbano y la justificación de su emergencia.

Asimismo, la realidad urbana que estudiamos no es una de las grandes ciudades ni del reino de Castilla, ni mucho menos dentro del continente europeo. Se trata más bien de un pequeño establecimiento portuario que ostentará funciones urbanas en una escala comarcal y regional que se enmarca dentro del proceso de repoblación de la costa atlántica con modelos similares en las pueblas o villas nuevas ibéricas, las *bastides* francesas o los *new towns* británicos. Pero es precisamente este estatus de manifestación urbana en la frontera con lo rural lo que permitirá analizar unas especiales relaciones entre el mundo urbano y el mundo rural que pongan a prueba las definiciones de estas

¹⁵ Baste recordar la magnífica obra de Georges Duby, *La société aux XI^e et XII^e siècles dans la région maconnaise* (Paris: A. Colin, 1953).

¹⁶ Chris Wickham, *The mountains and the city. The Tuscan Appennines in the Early Middle Ages* (Oxford: Clarendon Press, 1988), 1.

¹⁷ Vid. al respecto, Peter Stabel, *Dwarfs among Giants. The Flemish urban network in the late middle ages* (Leuven-Apeldoorn: Garant, 1997).

Ésta fue, al menos, una de las conclusiones a las que se llegó en la sesión “Approche comparée des petites villes européennes au bas Moyen Âge: bilan historiographique et perspectives de recherche” del más reciente congreso de la *European Association for Urban History* (Praga, 2012), en la que pude participar junto a importantes expertos europeos. En los próximos meses verán la luz sus actas en el volumen Adelaide Millan da Costa, ed., *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: entre l’histoire urbaine et l’histoire local*, en prensa.

realidades, llegando quizá a poder ver los elementos de interrelación que existen entre ambos mundos, en absoluto contrapuestos.

3. ESTADO DE LA CUESTIÓN

La Historia Urbana medieval tradicional, centrada sobre todo en las viejas *civitates* de tradición romana y las de nacimiento altomedieval como cabeceras episcopales o capitales señoriales (y en la península Ibérica las relacionadas con el proceso de *Reconquista* y *re población* hacia el sur), apenas ha prestado atención al fenómeno de las *villas nuevas* hasta recientemente, superada la mitad del pasado siglo.¹⁸ Así y todo, desde entonces, este fenómeno goza de gran actualidad entre los investigadores de toda Europa, multiplicándose los estudios al respecto.¹⁹

Pero se hace necesaria una visión nítida del funcionamiento de estas sociedades urbanas en relación con el espacio rural en que se asientan, analizando la mutua dependencia de ambos espacios en un marco cronológico de largo recorrido que permita la observación de estos procesos. Se carece de trabajos que permitan entender estas sociedades a pequeña escala en la Europa medieval, entendiendo el estudio localizado como marco de observación de fenómenos más amplios que permiten la comparación y puesta en relación con entidades similares en una escala mayor. Investigaciones siguiendo el esquema “clásico” de las ciudades ricas en fuentes apenas arrojarían nuevas luces más allá del conocimiento actual al respecto; y por ello, el horizonte de estudio debe fijarse ahora en manifestaciones urbanas poco estudiadas dado su carácter menor, mínima expresión del fenómeno urbano medieval que -situadas en el límite con la ruralidad y mostrando una característica relación ciudad-campo- pueden proporcionar al historiador claves interpretativas que ayuden a definir el concepto urbano medieval.

Nos proponemos un acercamiento a un espacio regional que permite observar estas referidas manifestaciones menores, participando de un proceso más amplio de reorganización de la vida urbana que afecta al norte peninsular a lo largo del Tardomedievo. Fenómeno que en los últimos años tiene gran predicamento entre los investigadores, con especial preferencia por las villas costeras cantábricas²⁰. Además, el caso concreto asturiano está aún poco explorado por la historiografía, siendo capital la formación de un importante grupo investigador centrado en estos intereses dentro del área de Historia medieval de la Universidad de Oviedo. Pero, por el momento, pese a contar con una obra de síntesis sobre el fenómeno en la región,²¹ tan sólo existen monografías para el caso urbano de la ciudad de Oviedo²² y el de la comarca menos urbanizado de Los Oscos²³. Solamente mediante artículos se ve un acercamiento científico a alguna de la casi treintena de pueblas que esmaltan la Asturias bajomedieval.

¹⁸ Jacques Heers, *La ville au Moyen Age* (París: Hachette, 1990), 96.

¹⁹ A título de ejemplo citamos algunas aportaciones: Charles Higounet, *Paysages et villages neufs du Moyen Âge* (Burdeos: Fédération Historique du Sud Ouest, 1975). Philippe Loupes, Jean-Pierre Poussuo, *Les petites villes du Moyen Age à nous jours* (París: Presses CNRS, 1987). Gilles Bernard, *L'aventure des bastides: villes nouvelles du Moyen Âge* (Toulouse: Privat, 1998). Rodney Howard Hilton, *English and French towns in feudal society: a comparative study* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992). Rinaldo Comba, Aldo A. Settia, *I borghi nuovi: secoli XIII-XIV* (Cuneo: Società per gli studi storici, archeologici ed artistici della Provincia di Cuneo, 1993). También la obra colectiva “Las villas nuevas del suroeste europeo,” *Boletín Arkeolan* 14 (2006).

²⁰ Aunque necesitados ya de una actualización tras más de una década, a este respecto vid. los estudios contenidos en Jesús Ángel Solórzano Telechea, Beatriz Arízaga Bolumburu, *El fenómeno urbano medieval entre el Cantábrico y el Duero: revisión historiográfica y nuevas propuestas de estudio* (Santander: Asociación de Jóvenes Historiadores de Cantabria, 2002).

²¹ Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar, *Las "polas" asturianas en la Edad Media. Estudio y diplomatario* (Oviedo: Universidad de Oviedo, 1981).

²² Herminia Rodríguez Balbín, *De un monte despoblado a un Fuero Real 700 a 1145. Estudio sobre los primeros siglos del desarrollo urbano de Oviedo* (Oviedo: Universidad de Oviedo, 1977). Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar, *El comercio ovetense en la Edad Media. De la civitas episcopal a la ciudad mercado* (Oviedo: Cámara de Comercio de Oviedo, 1990). María Álvarez Fernández, *Oviedo a fines de la Edad Media: morfología urbana y política concejil* (Oviedo: KRK, 2009).

²³ José Antonio Álvarez Castrillón, *La comarca de Los Oscos en la Edad Media. Poblamiento, economía y poder* (Oviedo: KRK, 2007).

Por todo ello, consideramos esta comarca un objeto de estudio especialmente adecuado para de una investigación urbana científica con que aún no cuenta pese a existir tímidos acercamientos a este espacio medieval excesivamente generalistas²⁴ o sobre aspectos muy puntuales;²⁵ a los que hay que sumar la información proporcionada por las tradicionales “historias locales.”²⁶

4. LAS FUENTES

Para un proyecto de estudio del espacio como el que se plantea, la primera fuente lógica para la investigación es el propio territorio. **El paisaje** como fuente histórica en sí mismo, lo que obliga a un conocimiento del mismo desde el punto de vista de su relieve y sus accidentes geográficos, pero también las condiciones geológicas, edafológicas o climáticas que son los elementos de la "coacción geográfica" de la que hablaba Braudel. Junto a ello resulta de gran importancia el conocimiento de la toponimia —en sus diferentes clasificaciones— tanto para situar los hechos históricos en su correcto lugar como para vislumbrar las posibles huellas del pasado que refiera el propio topónimo.

Todo ello, por supuesto, conociéndolo en sus condiciones actuales; pero también, en la medida de las posibilidades, tratando de conocer las condiciones espaciales en las que se desarrolló la vida medieval del territorio. Esto obliga a recurrir y manejar disciplinas auxiliares como la Geografía y todas sus posibles especializaciones, así como a rastrear en la documentación las pistas —generalmente muy escasas— que permitan vislumbrar informaciones geográficas. Asimismo, toda la información que llega hasta nosotros a través de un trabajo de campo que permita conocer *in situ* el terreno e incluso el rastreo de la posible "memoria histórica" de la zona a través de la entrevista con sus habitantes, siempre necesaria de un pormenorizado contraste y tamiz interpretativo.

Muy unido a ello está la recurrencia a la **cartografía y fotografía históricas**, tanto de tipo real como ficticio o artificial, que proporciona materiales muy ricos en informaciones sobre el territorio en las centurias pasadas, en la Modernidad y la primera Edad Contemporánea. Junto a ello, una serie de obras de complemento como puedan ser las *Respuestas generales y particulares* del Catastro del Marqués de la Ensenada²⁷, los libros de viajes de personajes como Jovellanos o el reverendo Joseph Townsend²⁸, los

²⁴ Juan Uría Rúa, "Apuntes para la historia de Villaviciosa," in Juan Uría Rúa, *Estudios sobre la Baja Edad Media asturiana* (Oviedo: Biblioteca Popular Asturiana, 1960), 379-421. Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar, "De la Puebla de Maliayo a Villaviciosa. Notas de historia y toponimia," *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos* 95 (1978): 679-698.

²⁵ Etelvina Fernández González, *El arte románico en la zona de Villaviciosa (Asturias)*, Madrid, 1978 (tesis doctoral parcialmente inédita). Juan José Pedrayes Obaya, *Villaviciosa de Asturias. Análisis urbano* (Oviedo: Colegio Oficial de Arquitectos de Asturias, 1994). Recientemente, hemos podido publicar un acercamiento a su historia rural bajomedieval Álvaro Solano Fernández-Sordo, *El paisaje agrario del concejo de Villaviciosa en la Baja Edad Media. Usos tradicionales del suelo e industrias agroalimentarias (1270-1520)* (Villaviciosa: Asociación Cubera, 2013).

²⁶ Gerardo Fernández Moreno, Víctor Vallín Martínez, *Villaviciosa y su progreso* (Villaviciosa: La Oliva, 1928).

²⁷ Francisco Feo Parrondo, *Villaviciosa 1753 según las respuestas generales del Catastro de Ensenada* (Madrid: Centro de Gestión Catastral, 1994).

²⁸ Gaspar Melchor de Jovellanos, *Cartas del viaje de Asturias (cartas a Ponz)* (Oviedo: KRK, 2003). José Ramón Tolivar Faes, *El reverendo Joseph Townsend y su viaje por Asturias en 1786. Con el texto del viajero inglés traducido y anotado* (Oviedo: RIDEA, 1986).

diferentes intentos de *Diccionarios históricos* del siglo XIX²⁹ o las *Geografías médicas* escritas en las primeras décadas del siglo XX.³⁰

Una tercera fuente histórica, especialmente relevante para la etapa inicial del estudio en que no es posible recurrir al discurso histórico basado en las fuentes documentales, es la compuesta por las aportaciones que brinda la **Arqueología**. No teniendo una formación específica como arqueólogo, la asunción de estas informaciones es fundamentalmente de naturaleza bibliográfica, recurriendo a las publicaciones de especialistas y arqueólogos asturianos.³¹ Gracias a ello contamos con una base teórica suficientemente amplia que nos permita incorporar al estudio la interpretación proporcionada por los vestigios materiales tanto para la época preurbana —vestigios de la Romanización y la romanidad del territorio, de la cultura castreña, de la red de fortalezas feudales—, como para el período ya propiamente urbano —intervenciones en el suelo urbano de Villaviciosa y "Arqueología de lo construido" sobre las edificaciones que aún se conservan en el concejo, fundamentalmente templos de importante estilo románico—.

No obstante, el grueso de las fuentes que empleamos para llevar a cabo este trabajo es el de la **documentación escrita**, como no pudiera ser de otra manera dado que es el registro que se puede decir verdaderamente contemporáneo a la época que estudio. Sin embargo, en la naturaleza de las fuentes disponibles se presenta una de las paradojas de la investigación, debido a que nuestro objetivo es hacer una Historia local careciendo completamente de fuentes locales.

No es esto un giro forzado en busca de la originalidad de la investigación, sino que no es más que la puesta en práctica del consejo jeronimiano de "hacer de la necesidad virtud". La fortuna documental ha hecho que las fuentes locales conservadas para el concejo de Villaviciosa —como ocurre prácticamente en la totalidad de los núcleos asturianos, salvo quizá Oviedo y Avilés— comiencen en cronologías muy avanzadas de la Modernidad. Nos falta documentación tradicionalmente tenida por fundamental para estudios de este tipo, tales como libros de actas de concejo o protocolos notariales, por ejemplo. Por ese motivo, no es posible aplicar el esquema "clásico" de los estudios de ciudades ricas en fuentes y estamos obligados a recurrir a documentaciones de otra naturaleza menos común en los estudios de núcleos urbanos, aunque quizá más frecuentes en las investigaciones sobre organización social del espacio.

El resultado es el manejo de un *corpus* documental producido por aquellas instituciones de diversa naturaleza que en época medieval contaron con intereses de algún tipo —dominical, señorial, fundiario, comercial, institucional...— en el territorio de Maliayo a lo largo de la Edad Media.

La mayoría de ellas serán instituciones religiosas, fundamentalmente monásticas: la Catedral de Oviedo, en la doble naturaleza de su mesa episcopal y capitular, que siendo la principal propietaria de la Asturias medieval es lógico que cuente con importantes posesiones en la zona. También, los monasterios benedictinos ovetenses de San Pelayo y San Vicente y, en menor medida, Santa María de la Vega, que pese a encontrarse sensiblemente alejados del territorio cuentan con numerosas propiedades maliayesas.

²⁹ Se trata de los *Diccionarios* de Tomás López (María Jesús Merinero, Gonzalo Barrientos, *Asturias según los asturianos del último setecientos. Respuestas al interrogatorio de Tomás López* (Oviedo: Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias, 1992), de Martínez Marina (Francisco de Paula Caveda y Solares, *Descripción geográfica e histórica del concejo de Villaviciosa* (Gijón: Auseva, 1988), de Sebastián Miñano (Sebastián Miñano, "Villaviciosa," in Sebastián Miñano, *Diccionario geográfico-estadístico de España y Portugal* (Madrid: Pierart-Peralta, 1828), t. 10: 1-5) o de Pascual Madoz (Pascual Madoz, "Villaviciosa," in Pascual Madoz, *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar* (Madrid: 1850), 16: 301-303).

³⁰ Conocemos la *Geografía médica del concejo de Villaviciosa*, obra de 1945 probablemente de César Fernández Ruiz (Francisco Feo Parrondo, "Geografía médica de Villaviciosa en 1945," *Cubera* 28 (1996): 27-31.

³¹ Se trataría de una extensísima lista de publicaciones que no es relevante reproducir aquí. Vale la pena, eso sí, reseñar la relevancia de las publicaciones contenidas en la serie de volúmenes sobre *Excavaciones arqueológicas en Asturias* que desde 1983 viene publicando periódicamente el Gobierno del Principado de Asturias.

Junto a ellos el monasterio cisterciense de Santa María de Valdediós, fundación regia que desde el siglo XII se erige en un polo fundamental del territorio tanto desde el punto de vista señorial como dominical. Finalmente, una serie de pequeños cenobios rurales como San Salvador de Celorio, San Bartolomé de Nava o San Isidoro de León y Sahagún, que también tienen propiedades en la zona. Los fondos de estas instituciones, repartidos actualmente en diferentes archivos de titularidad pública y privada, ofrecen entre sus pergaminos y libros una variadísima masa documental que incluye mayoritariamente los documentos de propiedad y gestión de sus posesiones en la zona —donaciones, compraventas, contratos de arrendamiento, pesquisas y apeos, subastas...—. Pero subsumidos en sus fondos podemos encontrar, especialmente en los primeros siglos, la documentación de individuos civiles entre los que se encuentran los propios reyes. Esta documentación se refiere generalmente a los momentos tempranos de propiedades que acabarán en poder de estas instituciones religiosas al ser éstas "señores que no mueren nunca" y proporcionan informaciones de cierto cariz civil laico, fundamental para el discurso de los primeros siglos.

Por otro lado, aunque lamentablemente concentrada para la época final del estudio a partir del siglo XV, contamos con documentación laica, fundamentalmente regia, que refleja el punto de vista de la monarquía y su papel en la promoción de la vida urbana a través de la concesión de privilegios y mercedes y mediante la resolución de conflictos. Todo esto ha llegado hasta nosotros —aparte de en la documentación asumida por los fondos monásticos ya referida— en la documentación del *Archivo General de Simancas* y el de la *Real Chancillería de Valladolid*, respectivamente. En ellos se pueden conseguir noticias de tipo judicial, fiscal, legislativo...

Asimismo, es obligada la consulta de la documentación de archivos municipales como los de Avilés y Oviedo y cancillerías señoriales como la de los Condes de Luna, que pueden resultar muy iluminadores respecto a la incardinación del territorio y su relación con otras entidades locales de primer orden en la Asturias medieval.

El resultado final es el manejo de un vasto corpus documental en su mayoría inédito que supera sobradamente el millar con los documentos individuales, a los que hay que sumar aún muchísimos más procedentes de los asientos de los libros de estas instituciones, sobre todo de gestión como *forales* y *libros de arriendos*. Se trata de un volumen documental muy variado que incluye ejemplos de tipologías muy variadas, que podrían clasificarse *grosso modo* entre documentos de transacciones de bienes (donaciones regias y civiles a instituciones religiosas, compraventas entre civiles y entre civiles e instituciones, testamentos...), de gestión de propiedades (contratos agrarios, subastas, pesquisas y apeos, calendarios litúrgicos, repartimientos y padrones fiscales...), de privilegios (mercedes, privilegios, hermandades...), de naturaleza judicial (sentencias, ejecutorias, probanzas, componendas...) y de naturaleza legislativa o reguladora (mandamientos de Cortes, de Hermandad...).

Pero se trata, además, de una masa documental muy desigualmente distribuida a lo largo del tiempo, tanto cuantitativa como cualitativamente. La cantidad de documentación crece progresivamente desde unos primeros siglos en los que a la escasez de las fuentes se une la sombra de la sospecha acerca de su veracidad y su manipulación; hasta acabar en las últimas centurias multiplicando su número exponencialmente, contando con ejemplares prácticamente semanales o incluso diarios donde al principio había grandes vacíos de varias décadas entre algunos testimonios.

A la vez, el carácter de las tipologías documentales y sus actores también cambian con el tiempo. En una primera época los documentos reflejan a los grandes personajes de la realeza y las aristocracias laicas y eclesiásticas donando y concediendo propiedades y privilegios a las instituciones religiosas, entonces inmersas en el período de formación de lo que serán sus grandes dominios. En cambio, conforme avanza el tiempo, y especialmente a partir de la fundación del núcleo urbano, los documentos comenzarán a ser no ya de transacciones de bienes sino de gestión de las propiedades de los grandes dominios y referentes a los grandes problemas aparecidos con la vida urbana —gobierno, justicia, relaciones infra y supramunicipales...—.

4.1 ALGUNAS CUESTIONES HEURÍSTICAS

A la hora de enfrentarse a la documentación tenemos claros una serie de principios que han de hacernos reflexionar sobre las fuentes con que contamos, su naturaleza y las informaciones que brindan, en absoluto inocentes. Es preciso, en el fondo, reflexionar sobre la documentación y adoptar una prudente actitud crítica ante ella.

En primer lugar, nunca podremos pretender que las fuentes que tenemos nos proporcionen una visión nítida de la totalidad del pasado medieval maliayés. Aunque sea mismamente por los azares de la conservación documental, esto no puede ser así. Lo que ha llegado hasta nosotros y que tenemos disponible para nuestra investigación no es nunca —ni en lo referente a la documentación escrita como al resto de posibles fuentes— todo lo que hubo. Mucho se ha perdido o se ha hecho desaparecer en los fondos por distintos intereses, y a veces hemos de intentar salvar estas faltas de información por vías transversales, como puede ser a través de los *libros maestros* recopilados en estos archivos eclesiásticos a lo largo del siglo XVIII.³²

Aunque, lógicamente, son muchas las lagunas existentes entre los testimonios documentales, es posible ir llenando estos espacios. Así, atendiendo a su procedencia, podemos encontrar numerosos documentos de naturaleza absolutamente laica —negocios de personas civiles con otras personas civiles en los que no intervienen en absoluto instituciones religiosas— que hoy afortunadamente conservan archivos y fondos eclesiásticos y que van completando el espectro social para las primeras épocas de nuestro estudio. Además, el propio hecho de que hoy se encuentren ahí es ya muestra de los mecanismos contractuales y del diferente valor del documento a lo largo de la época medieval.

Por otro lado, es necesario comprender la intencionalidad que está detrás de la elaboración de los documentos, tratar de "pensar históricamente" el documento. Se podría debatir mucho sobre la "inocencia" o mayor objetividad del documento de gestión frente a la crónica interesada. Muchos de los documentos —muy bien representados por los vinculados a los momentos iniciales de la formación del dominio episcopal ovetense gracias a las donaciones regias, excepcionalmente personificados en el *Liber Testamentorum* y el *scriptorium* del obispo Pelayo— buscan otras intenciones más allá del simple registro de la realidad. Pero esto no implica necesariamente desterrar su uso como fuente histórica, sino más bien obliga a un empleo cuidadoso y reflexionado como testimonio de otras realidades históricas.

Asimismo, hay que tener presente la naturaleza de la documentación y sus posibles limitaciones. No en vano, se trata en su práctica totalidad de una documentación de origen señorial y nosotros proponemos emplearla no para el estudio del señorío, sino para el estudio de un territorio donde estos señoríos tienen su parte mayor o menor de sus intereses. Conviene no perder nunca esto de vista.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Antes de comenzar con la descripción de los aspectos metodológicos que venimos aplicando en la realización de nuestro estudio, creemos conveniente recordar —por superfluo que pueda parecer— que la labor fundamental de nuestro trabajo, punto de partida para todo lo demás, es la lectura. Una lectura que es doble: por un lado de las

³² Así ocurre, por ejemplo, en el caso de los fondos del Archivo de la Catedral de Oviedo o los de los monasterios de Valdediós o San Salvador de Celorio conservados en el Archivo Histórico Nacional. Ambos cuentan con inventarios de documentos realizados en los siglos XVIII y XIX que han conservado noticias de documentos hoy perdidos que nos son de gran utilidad. Vid., al respecto Luis Fernández Martín, "Registro de escrituras del monasterio de San Salvador de Celorio. 1070-1567," *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos* 78 (1973): 33-139. También Miguel Calleja Puerta, "Noticias documentales del archivo capitular de la Catedral de Oviedo (siglos IX-XII)," *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia* 25 (2003-2004): 541-570.

diferentes obras que constituyen el respaldo bibliográfico de la investigación, y por otro de toda la masa documental necesaria, en su gran mayoría inédita y en fondos dispersos. Esto pudiera parecer algo lógico, pero conviene recordar que en la práctica la mayoría del tiempo que destinamos a la investigación de la tesis doctoral se dedica al trabajo de reunir y preparar la información, quizá poco vistoso pero imprescindible.

Es necesario, debido a la documentación tan numerosa y dispar con que contamos, hacer una pormenorizada disección de las informaciones que puede ofrecer cada uno de los documentos, "exprimiendo" sus posibilidades ante la escasez de documentación. Como una misma fuente puede contener informaciones de diferente naturaleza —e incluso fiabilidad— hemos procedido a agrupar la información brindada en cinco categorías, a las que se suma su localización geográfica —fundamentalmente mediante la toponimia— y cronológica. Estas cinco categorías son: *informaciones político-administrativas, informaciones sociales, informaciones económicas, informaciones culturales o de mentalidades e informaciones de morfología urbana y construcciones*. Es una clasificación, por lo demás clásica, que nos permitirá un más cómodo manejo de la información mediante el empleo de palabras clave (Fig. 2).

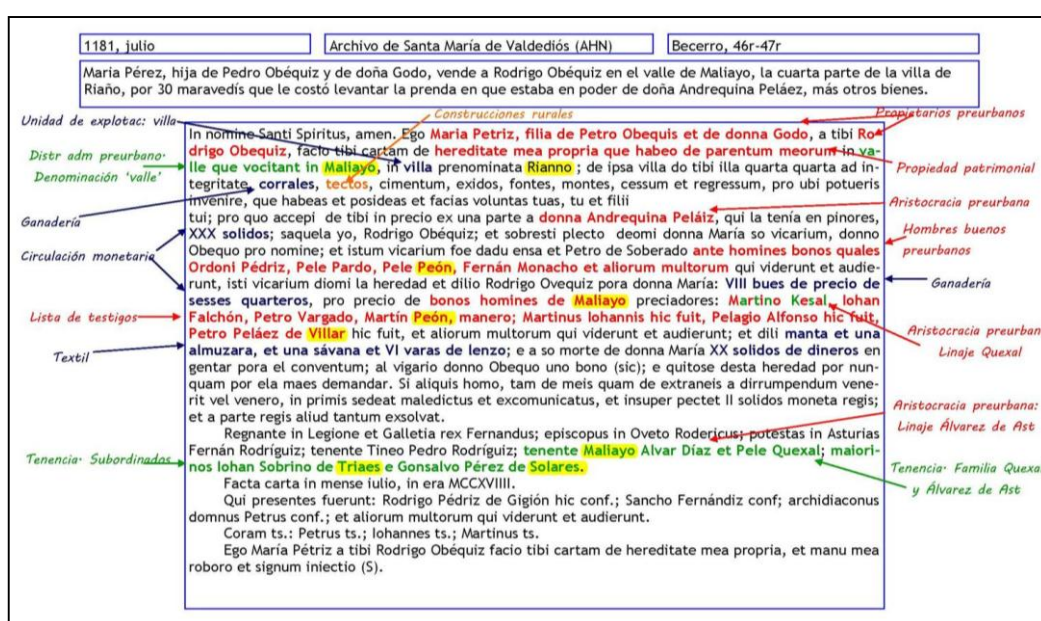


Fig. 2 - Tratamiento documental y extracción de informaciones

Pero, dado el volumen de documentación e informaciones, se hace necesario agilizar el proceso de organización y búsqueda, lo que conseguimos con una base de datos de diseño propio que nos permite tener toda la información organizada y disponible al mismo tiempo. Basado en el tradicional sistema de fichas, traduce al lenguaje informático toda la información presente en las fuentes de un modo sistematizado. Cada documento tiene una ficha propia en la que, junto a los datos meramente archivísticos y el texto del documento, se refleja la localización del hecho jurídico o los bienes referidos y las diferentes noticias que hemos diseccionado agrupadas por categorías. Sin embargo, la gran ventaja o herramienta para la investigación que ofrece esta base de datos es la disponibilidad de toda la información necesaria con el diseño de un protocolo de búsqueda relacional con consultas en lenguaje SQL mediante macros que permite la búsqueda de la información de múltiples parámetros, singularmente o combinados (Fig. 3).

*Estudiando la sociedad urbana medieval a través de su territorio:
el caso del Alfoz y Puebla de Maliayo (Asturias)*

El territorio de Maliayo en la Edad Media
VILLA VISIOSA
Referencias documentales

NR Ref: 193

Archivo: Archivo de Santa María de Valdediós | Signatura: Becerro, 46r-47r

Fecha: 1181, julio | Data tónica

Regesto: Maria Pérez, hija de Pedro Obéquiz y de doña Godo, vende a Rodrigo Obéquiz en el valle de Maliayo, la cuarta parte de la villa de Riaño, por 30 maravedis que le costó levantar la prenda en que estaba en poder de doña Andrequina Peláez, más otros bienes.

Tradición editorial: EDT.: JOVELLANOS, G.M.; Colección de Asturias, II, p. 31

Época maliaya: D. Preurbana (1150-1250)

LUGARES QUE REFIERE

Parroquia: Valdebárcena | Lugar: Riaño

Parroquia: Peón | Lugar:

Otros: Maliayo (Tierra de); Trias (Rozadas); Solares (Coro); Villar (?)

INFORMACIONES QUE CONTIENE

De tipo político: DISTRITO ADMINISTRATIVO PREURBANO - Denominación 'valle', DISTRITO ADMINISTRATIVO PREURBANO - TENENCIA - Subordinados, ADMINISTRACIÓN ECLESIASTICA - ARCEDIANATO

De tipo social: PROPIETARIOS PREURBANOS, POSESIONES PATRIMONIALES, ARISTOCRACIA PREURBANA - Linaje Quexal

De tipo económico: UNIDADES DE EXPLOTACIÓN - Villa, GANADERÍA - Bovino, ganado menor, TRANSACCIONES DE TIERRAS - Ventas, empeño

De tipo cultural: COMUNIDAD PREURBANA - Hombres buenos

De morfología urbana: CONSTRUCCIONES RURALES

TEXTO DEL DOCUMENTO

In nomine Santi Spiritus, amen. Ego Maria Petriz, filia de Petro Obequis et de donna Godo, a tibi Rodrigo Obequiz, facio tibi cartam de hereditate mea propria que habeo de parentum meorum in valle que vocitant in Maliayo, in villa prenominata Rianno; de ipsa villa do tibi illa quarta quarta ad integritate, corrales, tectos, cimentum, exidos, fontes, montes, cessum et regressum, pro ubi potueris invenire, que habeas et possideas et facias voluntas tuas, tu et filii tui; pro quo accepi de tibi in precio ex una parte a donna Andrequina Peláiz, qui la tenía en pinores, XXX solidos; saquela yo, Rodrigo Obéquiz; et sobresti plecto deomi donna Maria so vicarium, donno Obequo pro nomine; et istum vicarium foe dadu ensa et Petro de Soberado ante homines bonos quales Ordoni Pédriz, Pele Pardo, Pele Peón, Fernán Monacho et aliorum multorum qui viderunt et audierunt, isti vicarium diomi la heredad et ditto Rodrigo Ovequiz pora donna Maria: VIII bues de precio de sesses quarteros, pro precio de bonos homines de Maliayo preciaiores: Martino Kesal, Iohan Falchón, Petro Vargado, Martín Peón, manero; Martinus Iohannis hic fuit, Pelagio Alfonso hic fuit, Petro Peláez de Villar hic fuit, et aliorum multorum qui viderunt et audierunt et ditto Rodrigo Obequis, et una de una et Muro de los...

Observaciones

Fig. 3 - Base de datos documental

Actualmente ya hemos migrado a esta base de datos la mayor parte de la documentación a excepción de algunos textos que por sus peculiares características tienen que ser estudiados de forma individualizada. Esperamos que en los meses siguientes, previos al momento de redacción definitiva, completemos esta labor para tener la documentación en su totalidad disponible de cara a la elaboración del texto final.

Esto constituye el grueso de los datos disponibles para nuestro estudio, pero hay algunas informaciones que aportan datos particulares y que para su manejo volcamos, además, sobre una programación específica.

El primero de los casos, un tanto particular, es la bibliografía. Lógicamente, el alto número de publicaciones que podemos manejar a lo largo de la investigación, desde los aspectos más generales hasta los más específicos, hace necesaria la organización de la misma. Para ello, en nuestro caso recurrimos a un software comercial que da muy buen resultado como gestor de citas, que empleamos también como gestor bibliográfico. Se trata del programa *EndNote*, desarrollado por Thomson Reuters, en el que voy fichando cada libro o artículo que leo mediante un índice comentado de sus contenidos y las referencias textuales que pueden resultar útiles (Fig. 4).

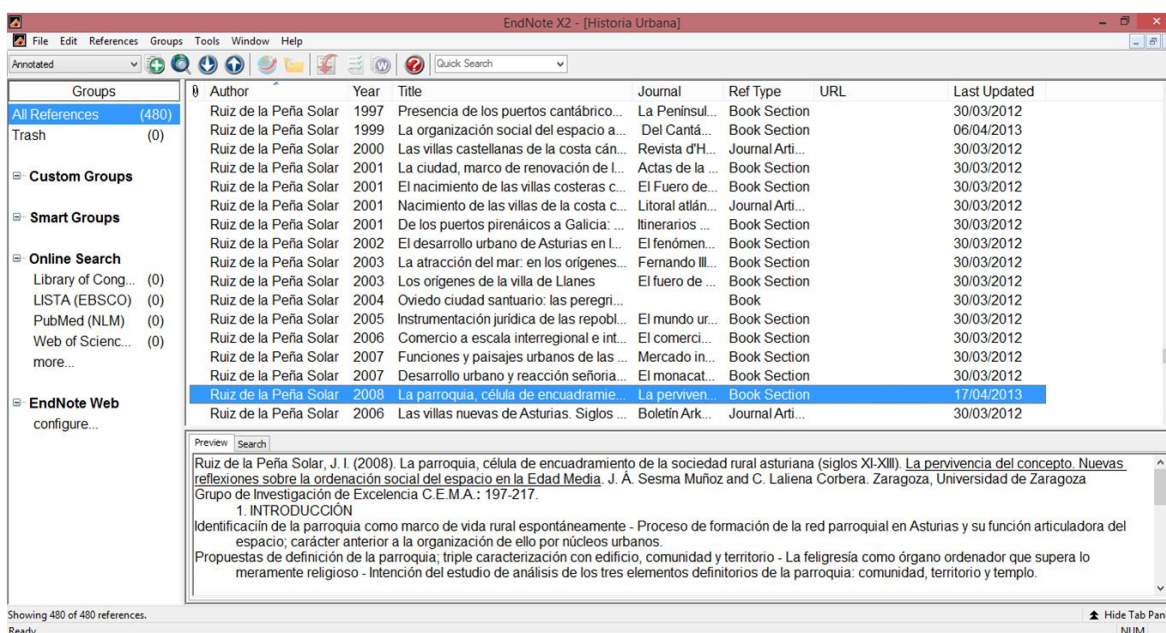


Fig. 4 - Gestor bibliográfico EndNote

Asimismo, un tipo de informaciones de gran valor para nuestro estudio y al que le damos también un tratamiento particular con un software específico son los datos prosopográficos. La Prosopografía es una metodología de análisis histórico firmemente asentada y que puede dar grandes frutos mediante el acercamiento a un grupo de individuos concretos,³³ y que en nuestro caso aplicamos muy vinculado con la Genealogía a las élites rectoras del territorio maliayés a lo largo de la Edad Media, viendo importantes continuidades y discontinuidades en grupos articulados por el parentesco.³⁴ Para manejar estos datos particulares hemos decidido recurrir al programa *Legacy Family Tree*, un software libre desarrollado principalmente para genealogistas que pretendan reconstruir árboles genealógicos, pero en el que hemos encontrado prácticas posibilidades en la organización de los diferentes individuos con fichas personales en las que se pueden volcar todo tipo de informaciones, clasificándolas y refiriendo su fuente, que suman la ventaja de ser relacionables entre diferentes individuos y familias (Fig. 5).

Por otro lado, en un estudio territorial o geohistórico como el que estamos llevando a cabo, es fundamental recurrir a la tecnología de los Sistemas de Información Geográfica. Los SIG permiten el tratamiento de múltiples informaciones geográficas simultáneamente, sobre bases de datos muchas de ellas ya elaboradas, a las que nosotros podemos añadir diferentes capas en las que volcamos los datos geográficos referidos por las fuentes escritas o arqueológicas, pudiendo incorporar también aspectos cronológicos que nos permitan adoptar una perspectiva diacrónica sobre el territorio. El resultado, es la sistematización y sencillo tratamiento cartográfico de ello, además de permitir fácilmente el diseño de todo el aparato cartográfico que, lógicamente, va parejo a este estudio. En nuestro caso, empleamos el programa *ArcGIS*, desarrollado por ESRI, que superados los miedos iniciales puede resultar sumamente intuitivo y fácil de manejar (Fig. 6).

³³ "La Prosopografía trata acerca del análisis de la suma de datos de muchos individuos y lo que pueden transmitirnos sobre los diferentes tipos de conexiones existentes entre ellos y como actúan dentro y sobre las instituciones —sociales, políticas, legales, económicas, intelectuales— de su época" (Kathleen Keats-Rohan, "Prosopography and computing: a marriage made in heaven?," *History and Computing* 12-1 (2000): 2. Traducción propia).

³⁴ Pude presentar un primer acercamiento a esto en el simposio *Élites y oligarquías urbanas en la Edad Media. Los núcleos del norte peninsular* (Vitoria-Gasteiz, 24-25 de enero de 2013) con la ponencia "De fundaciones urbanas y rivalidades aristocráticas. El papel de las élites locales en el nacimiento de la Puebla de Maliayo (Asturias)," <http://ehutb.ehu.es/es/video/index/uuid/512b7cec2d522.html> [consultado el 26 de febrero de 2014].

Estudiando la sociedad urbana medieval a través de su territorio:
el caso del Alfoz y Puebla de Maliayo (Asturias)

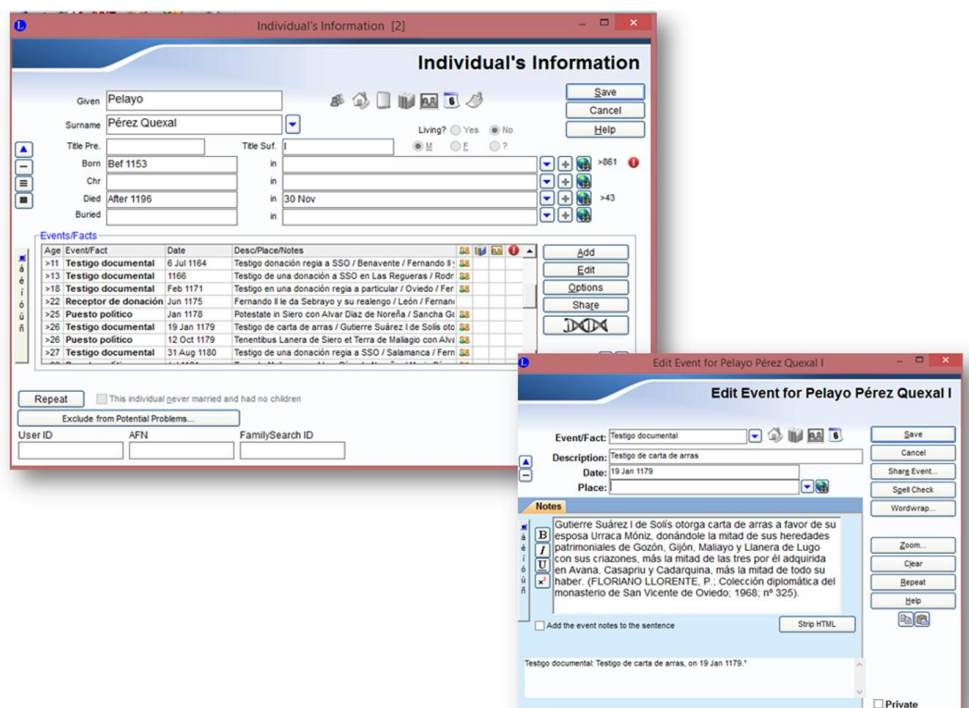


Fig. 5 - Tratamiento prosopográfico con el programa Legacy8

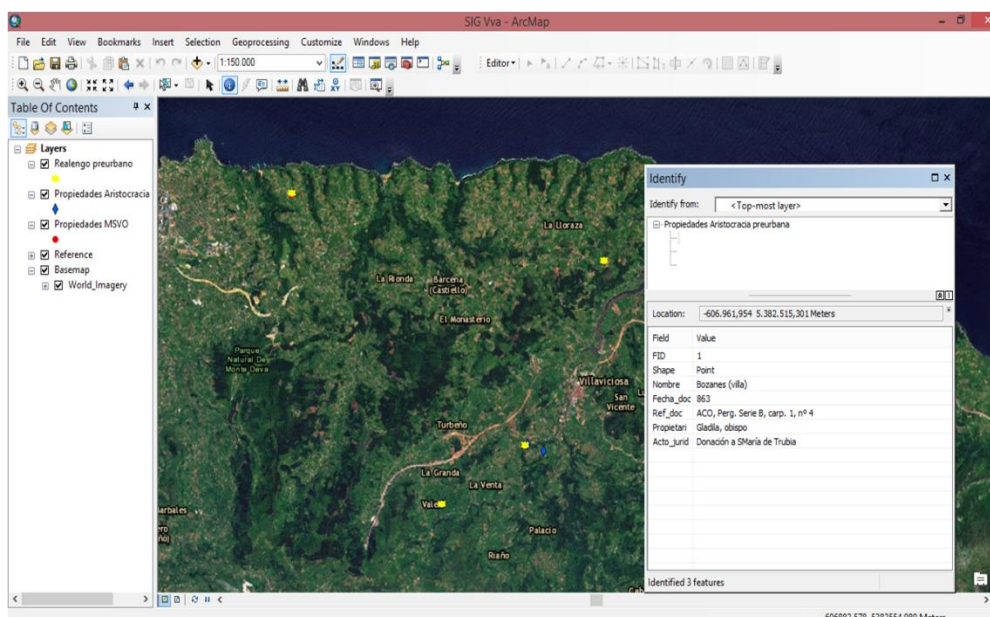


Fig. 6 - Empleo de SIG: el programa ArcGIS

Finalmente, los datos referentes a la morfología urbana de la villa y a su construcción, conservando la perspectiva diacrónica, nos pueden permitir una reconstrucción tridimensional de la misma. Para ello, en la medida de nuestras limitaciones, intentamos aplicar una metodología similar a la desarrollada por Keith Lilley y su equipo en el estudio de las villas nuevas de Eduardo I en Gales e Inglaterra.³⁵ En su fase final, la reconstrucción infográfica de la Villaviciosa bajomedieval y su evolución, empleamos el programa *SketchUp*, sumamente flexible e intuitivo (Fig. 7).

³⁵ Una explicación del proyecto y su metodología en Keith Lilley, Chris Lloyd, Steven Trick, Conor Graham, "Mapping and analysing medieval built form using GPS and GIS," *Urban Morphology* 9-1 (2005): 5-16. También, el *website* del proyecto: http://www.qub.ac.uk/urban_mapping/index.htm [consultado el 26 de febrero de 2014].



Fig. 7 - Reconstrucción infográfica de la villa de Villaviciosa elaborada sobre el plano catastral de 1921 con SketchUp Pro

6. REFLEXIONES FINALES

Sin embargo, no debemos quedarnos en todo lo expuesto anteriormente. La tecnología aplicada no puede limitarse a conseguir una "foto bonita" local que, además, correría el riesgo de cristalizar en una imagen fija para un estudio que pretendemos dominado por lo diacrónico.

Estas metodologías no son un fin en sí mismas, sino un medio que persigue un mismo objetivo: acomodar la disponibilidad de los datos y facilitar un acceso organizado a la información. Pero para nada pueden sustituir la verdadera labor intelectual del historiador, es decir, el análisis y la reflexión de los fríos datos para convertirlos en un relato histórico sólido.³⁶

A partir de aquí, se impone el método histórico propiamente dicho: el planteamiento de unas incógnitas y unas preguntas, la proposición de hipótesis apoyadas en la bibliografía y las fuentes, su contraste y comparación con otras realidades hasta resultar satisfactorio. Y la primera hipótesis, como señala Umberto Eco,³⁷ es el propio índice. Un índice que será objeto de elaboración y reelaboración continua, pero que constituye el primer esqueleto de un estudio que poco a poco habremos de ir completando.

A la luz de todo lo expuesto, no creemos que se trate en absoluto de una investigación revolucionaria, sino simplemente de una ampliación de la perspectiva de estudio a través de un caso concreto que, esperamos, pueda contribuir a arrojar algo de luz sobre una Edad Media asturiana que a día de hoy queda en buena parte por investigar.

³⁶ Nos alegramos mucho recientemente al leer en una revisión historiográfica del medievalismo portugués cómo unos pensamientos similares constituían las motivaciones de A. H. de Oliveira Marques, "padre" de la moderna historia urbana lusa: "El proyecto urbano de Oliveira Marques se logró no a través de las fértiles monografías que él supervisó, sólidamente basadas en la documentación, de fuentes primarias, de archivo en su mayor parte, formando un universo de documentación específica e inédita. Esto era únicamente un medio para lograr su objetivo real: conocer la ciudad medieval portuguesa. Había que mirar más allá de la mera compilación de datos eruditos a través de la interpretación, teorización y comparación" (Amélia Aguiar Andrade, Adelaide Millán da Costa, "Medieval Portuguese Towns: the difficult affirmation of a historiographical topic," in *The historiography of medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, 284-301 (Lisboa: IEM, 2011), 291-292. Traducción propia).

³⁷ Umberto Eco, *Cómo se hace una tesis: técnicas y procedimientos de estudio, investigación y escritura* (México: GEDISA, 2001), 137-145.

A Chancelaria de D. Manuel I Apresentação de um projeto de mestrado¹

Diogo Faria

CEPESE – Universidade do Porto; IEM – Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Neste texto são apresentadas as linhas fundamentais de uma investigação de mestrado, levada a cabo entre 2011 e 2013, sobre a *Chancelaria de D. Manuel I* (1495-1521). São abordados vários aspetos do projeto: a sua génese, o seu enquadramento historiográfico, os seus objetivos, os seus fundamentos metodológicos e a sua estrutura. Finalmente, são apresentadas conclusões provisórias que refletem o estado da pesquisa no momento em que este trabalho foi elaborado.

Abstract

This text presents the essential aspects of a research, carried out between 2011 and 2013, about the chancery of King Manuel I (1495-1521). Various aspects of the project are discussed: its genesis, its historiographical framework, its objectives, its methodological bases and its structure. Finally, provisional conclusions that reflect the state of the research at the time this work was done are presented.

O objetivo deste trabalho é apresentar as linhas de força de uma investigação sobre a *Chancelaria de D. Manuel I*. Explicarei como surgiu este projeto, enquadrá-lo-ei na historiografia, apontarei os seus objetivos, darei conta de opções metodológicas e esboçarei a estrutura da dissertação, avançando com alguns que dados que, sendo parcelares e provisórios, permitem esboçar algumas conclusões.

1. A GÉNESE DO PROJETO

A génese da investigação em curso radica numa proposta do Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem para estudar uma *Chancelaria* do final do século XV, prosseguindo caminhos trilhados na Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde a década de 70. A opção natural² seria continuar a investigação sobre a burocracia

¹ Com a comunicação que apresentei no Workshop de Estudos Medievais (WEM) pretendi dar conta do estado da investigação sobre a *Chancelaria de D. Manuel I*, que estava a levar a cabo no âmbito do Mestrado em História Medieval e do Renascimento da FLUP, num momento concreto: o primeiro trimestre de 2013. Nos meses que se seguiram a este encontro, a dissertação de mestrado foi concluída e defendida (Cf. Diogo Faria, “A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2013). O desenvolvimento do trabalho acabou por tornar alguns aspetos deste texto desatualizados: a estrutura da dissertação acabou por não corresponder plenamente à que aqui descrevi e os dados e conclusões que avancei no WEM como provisórios foram devidamente testados. Atualizar este texto em função dos resultados que alcancei corresponderia a uma adulteração do espírito da comunicação que apresentei ao WEM, que não ambicionava a mais do que expor os fundamentos de um trabalho em curso. Optei, como tal, pela publicação quase integral do texto que apresentei no dia 5 de abril de 2013, respeitando a sua estrutura, matizando algumas das suas marcas de oralidade e corrigindo apenas alguns pormenores. Tenha-se em conta, portanto, que, se todos os textos são datados, este é-o mais do que a maioria dos outros: corresponde ao estado, em março/abril de 2013, de um trabalho apenas concluído seis meses mais tarde. Resta-me agradecer à Prof.^a Doutora Judite Gonçalves de Freitas e ao Mestre André de Oliveira Leitão todos os comentários, questões e sugestões que apresentaram no momento da discussão deste trabalho.

² Tendo em conta que a burocracia régia entre os finais do reinado de D. Dinis e o princípio da governação do *Príncipe Perfeito* já foi objeto de análises baseadas nos mesmos preceitos metodológicos que aplicarei no meu trabalho. A lista completa destes estudos acha-se em: Armando Luís de Carvalho Homem, “Central Power: Institutional and Political History in the Thirteenth-Fifteenth Centuries,” in *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 179-207, *maxime* 190-197.

de D. João II que, tendo sido iniciada no final dos anos 80 por Eugénia Pereira da Mota,³ se quedou por 1483, não tendo entretanto a devida continuidade. Efetivamente, o plano inicial passou por aí. Um olhar sobre os livros conservados na Torre Tombo, que não cobrem todos os anos do reinado, ditaria com mais rigor que cronologia estudar.

Foi durante essa fase de pesquisa que acabei por me afastar do *Príncipe Perfeito* e aproximar-me do *Venturoso*. A análise dos recursos eletrónicos disponibilizados no site do Arquivo Nacional tornou a *Chancelaria de D. Manuel* um objeto de estudo mais apetecível. Isto porque, para além de alguns dos seus livros estarem digitalizados, todos os documentos de cada um dos seus 46 volumes se encontram descritos,⁴ através de resumos relativamente alargados que integram os importantes elementos do escatocolo (identificação do redator, do seu ofício e do escrivão) que nos permitem aproximar da sociedade política da época. Como é evidente, o acesso a este instrumento de trabalho não substituiu o recurso aos registos originais, que nos facultam o pleno conhecimento da estrutura formal e dos conteúdos de cada diploma. No entanto, a consulta destes resumos torna mais rápidas tarefas que, à partida, seriam bastante morosas, como a classificação tipológica dos atos. O tempo que ganhei graças a isso na construção da base de dados permitiu-me alargar o *corpus* documental um pouco para além do que estava inicialmente previsto.

2. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Os mais diretos antepassados historiográficos desta dissertação são a tese de doutoramento de Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio*,⁵ e os estudos sobre diplomática régia e sociedades políticas do final da Idade Média que este historiador tem vindo a orientar ao longo das últimas décadas.⁶ Num plano mais alargado, estes trabalhos enquadram-se no âmbito de uma renovação da história política, ocorrida na segunda metade do século XX, que tem como principal referência um determinado setor da historiografia francesa, institucionalmente ligado à *Sorbonne* e à *École des Chartes*, onde se destacam, entre muitos outros, nomes como Bernard Guenée, Françoise Autrand e Jean-Philippe Genet.⁷

Focando-me no meu objeto de estudo, verifica-se que não existe qualquer análise de conjunto sobre a *Chancelaria de D. Manuel I*. Apesar disso, alguns trabalhos permitem-nos conhecer certos aspetos da documentação exarada por este monarca, assim como alguns oficiais da sua administração. Entre eles, destacam-se o ensaio de Fernando Portugal, publicado em 1969 na revista *Ethnos*, onde é apresentada a história arquivística desta *Chancelaria*,⁸ e o artigo de Bernardo Sá Nogueira sobre os diplomas manuelinos conservados no Arquivo Histórico de Montemor-o-Novo.⁹ Na Faculdade de Letras de Lisboa foram defendidas na última década algumas dissertações de mestrado que fornecem elementos importantes sobre aspetos como a *escrita manuelina*,¹⁰ a diplomática judicial deste período,¹¹ e a carreira de membros do despacho do *Venturoso*.¹² Ainda assim, a verdade é que, apesar de não ser difícil encontrar na

³ Eugénia Pereira da Mota, “Do Africano ao Príncipe Perfeito. Caminhos na burocracia régia” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1989).

⁴ Cf. Arquivo Nacional Torre do Tombo, “Base de dados de descrição arquivística [em linha]”, ANTT, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3859357> (última consulta em 20/03/2013).

⁵ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)* (Porto: INIC/CHUP, 1990).

⁶ Cf. nota 2 deste trabalho.

⁷ Homem, *O Desembargo Régio*, 189-190.

⁸ Fernando Portugal, “A Chancelaria de D. Manuel I,” *Ethnos*, 6 (1969): 261-270.

⁹ Bernardo de Sá Nogueira, “Cartas-missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel I ao concelho de Montemor-o-Novo (estudo diplomatístico),” *Almansi*, 8 (1990): 43-129.

¹⁰ Maria Teresa Pereira Coelho, “Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escritas da corte régia portuguesa (1490-1530)” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2006).

¹¹ Jorge André Nunes Barbosa da Veiga Testos, “Sentenças Régias em tempo de Ordenações Afonsinas (1446-1512). Um estudo de diplomática judicial” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2011).

¹² Sara de Menezes Loureiro, “Afonso Mexia, escrivão da câmara e da fazenda de D. Manuel I e de D. João III. Reconstituição e análise da sua atividade como redator e escrivão de diplomas régios” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2006).

historiografia referências à administração manuelina, caracterizada pelos seus reformismo e modernidade¹³, pouco se sabe (ou, pelo menos, pouco se tem escrito) sobre como funcionava o seu Desembargo: que tipo de documentos emitia, de que forma é que os diplomas eram organizados nos livros da *Chancelaria*, que oficiais o integravam, como se enquadravam estes indivíduos na sociedade, etc. No fundo, refere-se muito frequentemente uma administração moderna, tendo como base, essencialmente, a profusão de documentos normativos emitidos por D. Manuel, sem se ter tido a preocupação de confrontar essa ideia com outro tipo de fontes e com a realidade de reinados anteriores.

3. OBJETIVOS

O maior propósito da minha dissertação passa precisamente por aí: analisar os diplomas arquivados na *Chancelaria* do *Venturoso* e, a partir deles, procurar conhecer como funcionava a sua administração. Este conhecimento será sempre, obviamente, muito parcial. Os objetivos específicos são:

- conhecer as linhas gerais da organização da *Chancelaria de D. Manuel I*, entendendo-se aqui *Chancelaria* como fundo arquivístico, e não propriamente como órgão administrativo; mais à frente terei oportunidade de dar conta de uma transformação importante que ocorreu neste domínio;
- apontar os conteúdos dos documentos copiados para os livros da *Chancelaria*, classificá-los em função disso, e, a partir daí, caracterizar esferas da governação e aferir a participação direta do monarca na expedição de atos sobre os diferentes assuntos;
- identificar os oficiais redatores envolvidos na preparação dos diplomas e analisá-los sociologicamente enquanto grupo.

4. OPÇÕES METODOLÓGICAS NA DEFINIÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL

A dimensão do objeto de estudo – a *Chancelaria de D. Manuel I* é constituída por 46 livros – obrigou a que o *corpus* documental da dissertação fosse fortemente restringido. À partida, a informação disponível no *site* da Torre do Tombo tornava viável que a análise se estendesse por mais do que um ano. Porventura, a solução mais natural seria optar por estudar exaustivamente um curto período de tempo: os três ou quatro primeiros anos do reinado, por exemplo. Acabei por optar por um caminho diferente, que passa pela análise de quatro anos não consecutivos do reinado de D. Manuel: 1496, 1504, 1512 e 1521. Fi-lo tendo perfeita consciência de que esta amostra, metodologicamente, não pode ser considerada representativa da totalidade do reinado. Ainda assim, pareceu-me que seria interessante conhecer bem a atividade burocrática da administração central em quatro períodos distintos, o que permite efetuar comparações, constatar transformações e esboçar linhas de força.

Em síntese, os números são estes: quatro anos do reinado de D. Manuel, oito livros da sua *Chancelaria*, 3139 diplomas. Em relação a 1504, 1512 e 1521 pode-se considerar que a análise é praticamente exaustiva, tendo em conta que são analisados todos os livros cuja esmagadora maioria da documentação é relativa a estes anos. Quanto

¹³ Dois exemplos:

- a) “O reinado de D. Manuel foi (...) caracterizado por uma excelente administração. A preocupação de reformar e o número de reformas efetuadas em todos os campos documentam a existência de um pequeno grupo de ministros ou secretários de gabinete, todos eles experimentados e devotados à tarefa governativa”. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal. Das Origens ao Renascimento*, 14.^a ed. (Lisboa: Editorial Presença, 2010) I: 343.
- b) “(...) com D. Manuel não houve qualquer retrocesso [na política de afirmação da autoridade régia] (...), a qual foi mesmo aperfeiçoada, ao ser levada a cabo uma profunda reestruturação administrativa”. João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “A conjuntura,” in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias (Lisboa: Editorial Presença, 1998), 689-760, *maxime* 714.

a 1496, são estudados dois dos seis livros que contêm registos desse ano, o que corresponde a cerca de 30% dos atos, sendo esta amostra estatisticamente válida.¹⁴

5. A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Definido o objeto, indicados os objetivos e apresentado o *corpus* documental, de que forma é que isto se traduzirá numa dissertação de mestrado? São os seguintes pontos-chave do trabalho a desenvolver, correspondendo cada um deles, em princípio, a um capítulo.

Numa primeira parte, dar-se-á conta dos enquadramentos do estudo. Abordar-se-á o desenvolvimento da historiografia política sobre a Idade Média portuguesa, o problema da importância da escrita na construção do Estado Moderno, e o contexto histórico do reinado de D. Manuel I. Prestar-se-á ainda particular atenção à realidade jurídica deste período, definido pelos historiadores do Direito como a *Época das Ordenações*.

De seguida, apresentar-se-ão os aspetos essenciais da *Chancelaria de D. Manuel I*: a sua história arquivística, as transformações ocorridas na organização dos seus livros, os números fundamentais. Naturalmente, olhar-se-á com particular cuidado aos oito livros que são a fonte principal da dissertação.

O terceiro capítulo será dedicado à tipologia dos documentos, privilegiando-se mais a análise dos seus conteúdos do que da sua forma. Em relação a cada tipo, procurar-se-á responder a questões como: qual é o seu enquadramento jurídico? Qual é o peso da sua presença na *Chancelaria de D. Manuel*? Quais são os seus objetivos? Quem é responsável pela sua redação?

No capítulo seguinte, identificar-se-ão os ofícios associados à emissão de diplomas nos anos em apreço e dar-se-á conta do seu enquadramento normativo. Para além disso, procurar-se-á perceber se houve transformações importantes na estrutura da administração ao longo deste reinado.

Conhecidos os ofícios, olhar-se-á de seguida para os oficiais. O quinto capítulo terá como objetivo caracterizar sociologicamente os redatores da *Chancelaria* de D. Manuel, estudando aspetos como o seu posicionamento social, a sua situação económica e o seu nível cultural. Esta análise basear-se-á num catálogo prosopográfico.

No último capítulo procurar-se-á uma aproximação ao quotidiano da *Chancelaria*, anotando práticas administrativas, relacionando-o com a (cada vez menor) itinerância régia, e verificando de que forma a produção burocrática reflete a conjuntura de cada ano.¹⁵

Em apêndice, será apresentado o já referido catálogo prosopográfico, constituído por 38 fichas, correspondentes aos oficiais redatores identificados nos oito livros estudados da *Chancelaria*.¹⁶ A matriz deste catálogo foi introduzida na historiografia portuguesa por Eugénia Pereira da Mota¹⁷ e inclui os seguintes campos principais: elementos cronológicos, inserção geográfica, inserção social, nível económico, nível cultural, carreira universitária, carreira militar, carreira diplomática, carreira burocrática, participação no Conselho Régio, carreira eclesiástica, carreira mercantil, vida pública e vida privada. A elaboração destas fichas terá como base, para além dos próprios registos da *Chancelaria*, diplomas do *Corpo Cronológico*, várias fontes publicadas¹⁸ e bibliografia especializada.¹⁹

¹⁴ Sobre a validade estatística de amostras de documentos da *Chancelaria*, cf. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999), 58-60.

¹⁵ Os fundamentos metodológicos desta análise acham-se em Luís Miguel Duarte, “Um rei a reinar (algumas questões sobre o desembarco de D. Afonso V na segunda metade do século XV),” *Revista de História*, 8 (1988): 69-81.

¹⁶ Também teria todo o interesse estudar prosopograficamente a população dos oficiais escreventes, o que não será feito por manifesta falta de tempo.

¹⁷ Cf. Mota, “Do Africano ao Príncipe Perfeito...”, II, 15-17.

¹⁸ Entre as quais de destaca o *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*.

¹⁹ Destaca-se a obra *Brasões da Sala de Sintra*, de Anselmo Braancamp Freire.

6. ALGUNS DADOS E CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Encerro este texto apresentando alguns dados que são parcelares, provisórios e ainda não foram objeto de uma reflexão tão aprofundada como merecem ser.

Em primeiro lugar, assinalo que é durante o reinado de D. Manuel que se opera uma transformação importante na forma como os documentos são distribuídos pelos diferentes livros da *Chancelaria régia*. Até esta altura, à medida que os diplomas eram emitidos, iam sendo registados, independentemente dos seus conteúdos, em cadernos de pergaminho que, posteriormente, eram cosidos e reunidos num só volume, cujo grosso da documentação era, normalmente, relativo a um ano em concreto. Exemplificando: no Livro 31 da *Chancelaria de D. Afonso V* encontram-se registados, *grosso modo*, os atos emitidos pelo *Africano* em 1469, independentemente de serem perdões, provimentos de ofício, privilégios ou outra coisa qualquer.²⁰ É com uma realidade semelhante a esta que deparamos se consultarmos os livros da *Chancelaria de D. Manuel I* relativos a 1496. Já se olharmos para 1504 e para os anos seguintes, o cenário transforma-se. Concretizando: a maioria dos diplomas emitidos pelo Venturoso em 1504 encontra-se distribuída por três volumes; esta distribuição não é cronológica, mas é tudo menos aleatória; num dos livros, o 23, só encontramos provimentos de ofício e cartas de tabelião, de físico e de cirurgião, ou seja, documentos através dos quais o monarca nomeia ou licencia alguém para o exercício de determinada função; noutro, o 19, 86% dos atos correspondem a doações de bens e direitos, nas suas diversas formas; no livro 22 há uma maior dispersão na tipologia dos documentos, registando-se um número significativo de diplomas relativos à Defesa, legitimações e aforamentos, para além de diversos tipos de privilégios. Em síntese: temos um livro para provimentos, um livro para doações, um livro para a Defesa e privilégios. De forma mais evidente do que nunca, a progressiva especialização da *Chancelaria* materializou-se na forma como os seus livros se organizaram.

Olhemos agora à classificação dos documentos em função dos seus conteúdos e à sua distribuição pelos diferentes anos estudados. Não faria sentido, neste trabalho, que me detivesse a caracterizar cada um dos 27 tipos identificados e a analisar detalhadamente a sua evolução. Refiro apenas que a matriz desta tipologia foi definida por Carvalho Homem no *Desembargo Régio*, tendo sido desenvolvida em trabalhos que entretanto orientou, destacando-se neste domínio a tese de doutoramento de Judite de Freitas. Na minha dissertação, proporei a individualização de alguns novos tipos, que não equivalem propriamente a novas espécies documentais, correspondendo antes à particularização de certas rubricas anteriormente enquadradas em tipos mais abrangentes. Para além disso, as designações de algumas rubricas sofrerão alterações, em função de ajustes em relação aos diplomas que abrangem.²¹ Deixo alguns dados gerais:

- dos 27 tipos definidos, são 13 os que se encontram nos registos dos quatro anos em apreço;

- a representatividade da esmagadora maioria das espécies documentais é muito escassa: só 4 dos 27 tipos tem um peso relativo superior a 5% da documentação total; esta dispersão justifica-se pelo elevado número de tipos correspondentes a matéria de graça, ou seja, *grosso modo*, privilégios e doações, que, em conjunto, têm um peso global significativo (cerca de 28%);

- os provimentos de ofício são, de longe, o tipo de documento que mais aparece nos oito livros analisados da Chancelaria manuelina; são 1168 cartas, equivalentes a 37% do total que, juntamente com as cartas de quitação e os aforamentos, são responsáveis

²⁰ Cf. Hugo Alexandre Ribeiro Capas, “A Chancelaria Régia e os seus Oficiais no ano de 1469” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2001), 8-13.

²¹ Por exemplo, os privilégios de besteiro do conto ou de espingardeiro, noutros trabalhos, eram classificados como *Privilégios em geral*. Na minha dissertação, serão enquadrados na rubrica mais diretamente ligada aos aspetos militares, cujo nome sofreu uma pequena alteração: de *Defesa e regulamentação de encargos militares* passou a *Defesa e privilégios de natureza militar*.

pelo facto de a Fazenda ser o “departamento” com mais peso na administração central deste período (praticamente 41%);

- a Defesa também tem uma importância notável nesta *Chancelaria*, correspondendo o provimento de ofícios e a concessão de privilégios de cariz militar a cerca de 18% da totalidade dos registos;

- a situação da Justiça é muito particular; ao longo do século XV, o seu peso nos livros da *Chancelaria*, graças às cartas de perdão, era importante, apesar de ter diminuído progressivamente o número de registos de sentenças; nos oito livros que analisei da *Chancelaria de D. Manuel* encontram-se 116 cartas de perdão (3,7% da documentação), todas exaradas em 1496; ao que se deve este ocaso? O *Venturoso* não deixou conceder perdões a partir de uma fase inicial do seu reinado.²² O mais plausível é que as cartas de perdão emitidas em 1504, 1512 e 1521 tenham sido registadas em livros próprios que não chegaram até nós. Um olhar mais atento sobre outros livros desta *Chancelaria* e a comparação com a organização da *Chancelaria de D. João III* (que tinha livros só de perdões) poderão contribuir para um esclarecimento mais cabal deste aspeto.

Uma vez que o catálogo prosopográfico dos oficiais redatores, elemento fundamental desta dissertação, se encontra numa fase inicial da sua elaboração, e dado que ainda não estudei detalhadamente a atividade burocrática desenvolvida pelos titulares de cada ofício, não tenho condições nesta altura para avançar com muitos dados sobre os cargos e os burocratas ao serviço de D. Manuel. Deixo apenas algumas notas:

- nos oito livros analisados não se encontra qualquer carta subscrita pelo Escrivão da Puridade, o que poderá indiciar um esvaziamento das atribuições burocráticas dos oficiais da Câmara régia; esta tendência já foi assinalada por Eugénia Mota em relação à transição do reinado de D. Afonso V para o de D. João II;²³

- também não se deteta na *Chancelaria de D. Manuel* a existência de um Vice-Chanceler, ofício não regulamentado pelas *Ordenações*, que tinha um peso importante na subscrição da documentação do *Africano* e do *Príncipe Perfeito*;

- para além de situações pontuais, como o desdobramento da Corregedoria da Corte em feitos crimes e cíveis, não se encontram novos ofícios na administração do *Venturoso*.

À partida, estes dados não permitem tecer grandes conclusões sobre as transformações operadas por D. Manuel I na administração central. À primeira vista, não me parece que tenha havido uma mudança tão profunda como o ímpeto reformador do *Venturoso*, tão destacado pela generalidade da historiografia, poderia fazer supor. Só uma análise detalhada da nova regulamentação produzida sobre cada ofício e respetivo confronto com a realidade da atividade burocrática expressa pelas fontes permitirá chegar a conclusões mais fundamentadas.

²² Prova-o o facto de D. Manuel, em 1517, ter promulgado um *regimento dos perdões*, publicado em Duarte, *Justiça e Criminalidade...*, 726-732.

²³ Cf. Mota, “Do *Africano* ao *Príncipe Perfeito...*”, I, 34-38.

**Princípios de desenho e forma na arquitectura portuguesa.
O ornamento como elemento de mediação: do plano da fachada para a
abertura**

Ricardo Santos
Universidade do Porto

Resumo

De acordo com a investigação realizada no âmbito do doutoramento sobre a arquitectura portuguesa no tempo longo e os princípios de desenho e forma em igrejas de três naves, propõe-se a discussão do papel do ornamento arquitectónico na composição e expressão das fachadas principais de oito igrejas de escala média, construídas entre meados do século XII e princípios do século XVI. Com base na observação dos edifícios no sítio, no estudo dos documentos e na investigação realizada sobre o desenho e os traçados reguladores, propõem-se três pontos de vista para estudar a transição entre o plano da fachada e as aberturas: a composição da fachada; a expressão da materialidade; e o desenho do portal. Reflete-se sobre o papel do ornamento arquitectónico, distinguindo a opção pela simplicidade de materiais e processos construtivos, do recurso a materiais e processos especiais, no sentido da qualificação da obra excelente.

Abstract

According to the research carried out within the PhD on Portuguese architecture in the long term and the principles of design and shape in churches with three naves, it is proposed the discussion of the architectural ornament role and its composition and expression across the main facades of eight churches medium scale, built between the mid-twelfth century and early sixteenth century. Based on the observation of the buildings in its context and the analyses of documents and research done on the design and composition governors, we propose three points of view to study the transition between the plane of the facade and openings: the composition of the facade; the expression of the materiality; and the design of the portal. We also reflect on ornament architectural role, distinguishing the option for the simplicity of materials and construction processes, the use of special materials and processes, towards the qualification of excellent workmanship.

INTRODUÇÃO

A posição do observador perante o objecto de estudo decorre de um entendimento disciplinar da obra como um modelo. Deste ponto de vista, a obra é a principal fonte de conhecimento no passado e representa uma síntese de processos, de valores perenes e um sentido de ordem, que resultam da conformação espacial, da articulação exacta dos elementos e da sua materialização, a partir de um equilíbrio entre medida, proporção e materialidade.

A leitura da obra, entendida como um modelo de solução possível, um modelo de como se faz, uma solução exacta que serve de referência para outros edifícios, procura assim compreender o processo de formação de um saber de fazer e o modo como a sua forma revela um modelo de configuração espacial e um modelo prático do saber que a suporta.¹

A investigação sobre o modelo permite deste modo estudar os edifícios por partes e individualizar a estrutura formal da estrutura espacial, compreendendo a actualização e transformação dos modelos, observando o que se mantém e assinalando a inovação.

¹ A obra é um modelo de valores e princípios, a sua solução tem um carácter comum e universal e simultaneamente um carácter particular, adaptado às circunstâncias. A passagem do tempo e o acumular de experiências transformam esses valores e princípios num saber e numa solução prática que depois de apreendidos, apropriados e assimilados podem dar origem a uma infinidade de soluções particulares e circunscritas, sem alterar a estrutura geral. Quanto maior é a capacidade de adaptação do modelo mais resistente e permanente este se pode tornar.

Com base no estudo em torno dos princípios de desenho e forma da arquitectura portuguesa realizada no âmbito da tese de doutoramento,² interessa agora pensar o sentido do ornamento,³ enquanto princípio construtivo e elemento estruturante da forma.

O ornamento arquitectónico⁴ é aqui entendido como um elemento de mediação a diversas escalas, que pode ir da leitura do território para o sítio, do corpo do edifício para a escala do espaço urbano, do plano da fachada para a abertura ou do plano para a aresta. Este elemento trabalha sobre os momentos de passagem, resolvendo a ligação entre materiais, pormenores construtivos, arestas ou juntas, mudança de planos, ou sobre a ligação entre interior e exterior ou até mesmo, a ligação entre o edifício e o território.⁵

O presente artigo concentra-se na mediação estabelecida pelo ornamento entre o plano da fachada principal e o portal, com base em três pontos de observação: a composição da fachada; a expressão da materialidade; e o desenho do portal.⁶ (1 a 8)

1. A COMPOSIÇÃO DA FACHADA⁷

² Com o título: *Arquitectura portuguesa no tempo longo. Princípios de desenho e forma em igrejas de três naves*. Entregue a 30 de Setembro de 2013 na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

³ De acordo com o significado abrangente dado por Alberti. Cf. Leon Batista Alberti, *Da Arte Edificatória*, introd., notas e revisão de Mário Júlio Teixeira Kruger (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011), 6: 373-425.

⁴ “A substituição de elementos de decoração móvel por outros perenes revela um sentido arquitectónico do ornamento que é chamado a determinar a expressão da obra, do lugar e do espaço, da sua utilidade e a finalidade, precisando o sentido do seu uso.” Marta Oliveira, “Arquitectura Portuguesa do tempo dos Descobrimentos. Assento de prática e conselho cerca de 1500” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004) 3: 896.

⁵ “O ornamento funciona como um plano de mediação e de harmonização, na transição entre a grande e a pequena escala. A ideia pode ser acompanhada em sucessivas passagens da escala. (...) Assim, o ornamento cruza-se com pormenor, na função de articular diferenças e fazer a passagem entre discontinuidades.” Marta Oliveira, “Arquitectura Portuguesa do tempo dos Descobrimentos. Assento de prática e conselho cerca de 1500” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004) 3: 897.

⁶ No âmbito da arquitectura portuguesa e da sua observação no tempo longo, a arquitectura religiosa é eleita como matéria de estudo central e representativa de uma realidade artística e cultural abrangente, tendo em conta a importância do papel e da participação das instituições religiosas no início da construção da sociedade portuguesa. É eleita pelo número de igrejas que chegam à contemporaneidade e pela documentação e estudos disponíveis. As igrejas são escolhidas como obras exemplares para pensar os processos da prática e a formação de um saber de fazer, na relação com as condições do território e as circunstâncias de cada época. Os critérios para a selecção dos edifícios observados, estabelecidos pelo trabalho realizado durante o doutoramento, circunscrevem o âmbito da investigação dentro da arquitectura religiosa e limitam o número de casos de estudo. Elegem-se as obras construídas em território nacional que pelo desenho, capacidade técnica, composição e expressão representam um *modo*, construído e transformado ao longo do tempo, deixando de fora as sés ou catedrais, os edifícios experimentais e as soluções sem continuidade, os edifícios de programas complementares (mosteiros e claustros) e de pequena escala. Com base nestes critérios e de acordo com o tema do artigo é eleito um conjunto restrito de igrejas de três naves, construídas entre meados do século XII e meados do século XVI, que representam uma espécie de segunda linha da arquitectura religiosa portuguesa, paralela aos grandes monumentos nacionais.

⁷ As fachadas dos edifícios de três naves construídos a partir de meados do século XII apresentam duas configurações distintas. Umas seguem o modelo basilical dos primeiros mosteiros beneditinos construídos em Portugal, como os de S. Pedro de Rates e S. Salvador de Travanca, e são compostas por uma empena tripartida de alturas desiguais, com o plano central coberto por telhado de duas águas e elevado em relação

O desenho base das fachadas basilicais beneditinas é definido por um plano recortado que se eleva na zona central, assinala a posição do portal e a respectiva entrada para o interior do espaço sagrado. Esse desenho pode ser interpretado como uma empena organizada em três partes ou como uma empena contínua. No primeiro caso, as partes são destacadas pela disposição dos elementos construtivos – contrafortes, aberturas e frisos – como também, pelas suas próprias medidas, proporções e materialidade. A igreja de S. Pedro de Rates é um exemplo de uma empena tripartida, sendo que o plano central é marcado por pesados contrafortes, pelo portal principal e por uma rosácea na parte superior e os planos laterais são praticamente cegos.⁸

No caso de a empena ser contínua as três naves estão alinhadas pelo mesmo plano e os elementos que compõem a fachada concentram-se em torno do portal definindo um corpo saliente em relação à empena. A igreja de S. Salvador de Paço de Sousa revela como essa solução representa, normalmente, uma redução do número de elementos que compõem a fachada e ao mesmo tempo uma marcação mais clara do portal principal e da respectiva entrada no espaço sagrado.⁹

A ligação entre o plano da fachada e o portal é mediada pelos diversos elementos que compõem o conjunto. O desenho desses elementos transportam não só princípios construtivos, como também a linguagem e estética coevas, definindo o carácter mais pesado e compacto das volumetrias ou a expressão mais fina e recortada dos planos.

Os contrafortes são um dos elementos que permitem observar as transformações que ocorrem nas fachadas e a sua evolução ao longo do tempo. Em comparação com as igrejas de S. Pedro de Rates ou de S. Salvador de Paço de Sousa, a igreja de Santa Maria do Olival, em Tomar, apresenta dois contrafortes bastante estreitos e verticais que se estendem ligeiramente para lá das empenas laterais, demarcando o plano central e afirmando a verticalidade procurada nos edifícios góticos. Os contrafortes estão assentes numa base rectangular e apresentam dois níveis, o primeiro segue um alinhamento com o topo dos vãos laterais e o segundo termina no alinhamento do eixo da rosácea. Esta relação de desenho e equilíbrio entre os diversos elementos revela-se fundamental para a alteração da composição das fachadas e para a transformação da percepção dos modelos góticos face aos modelos românicos.

Ao nível das aberturas, as fachadas podem apresentar para além do portal principal uma rosácea, um óculo ou um janelão na parte superior do corpo central e frestas no enfiamento das naves laterais. O desenho e a dimensão destas aberturas adapta-se, por um lado, às necessidades do edifício, à sua localização geográfica e às condições climatéricas e, por outro, à linguagem que este pretende comunicar. As obras construídas ao longo do século XIII, vinculadas ao gótico, procuram que a iluminação interior contribua para uma maior unificação dos espaços em relação ao período românico e, nesse sentido, igrejas como a de Santa Maria do Olival, começam a apresentar, em relação aos edifícios românicos, frestas de maiores dimensões não só ao nível do corpo das naves como também da fachada principal. A observação da composição das fachadas ao longo do tempo revela que as suas aberturas vão perdendo importância, numa primeira fase para as frestas da cabeceira e depois para as fachadas

aos planos laterais, cobertos por telhados de uma água. E outras seguem um plano de composição geométrica mais simples, no qual as três naves são cobertas por um único telhado de duas águas, como é o caso dos mosteiros cistercienses de São João de Tarouca ou de Santo André de Fiães. Dado o âmbito do trabalho, este segundo conjunto de fachadas será apenas observado pontualmente para realçar as questões relacionadas com a alteração do sistema de composição espacial interior, a obtenção de uma certa clareza volumétrica e a expressão da linguagem da fachada.

⁸ A fresta actualmente existente do lado da epístola foi reconstruída durante as intervenções da DGEMN e substituiu dois pequenos óculos que faziam parte da primitiva construção, não sendo possível estabelecer ao certo se as frestas na fachada faziam parte do programa inicial da reforma beneditina.

⁹ No entanto, as importantes transformações modernas ocorridas durante os séculos XVI e XVII, como também as operações de restauro e conservação levadas a cabo pela DGEMN durante a primeira metade do século XX, obrigam a ter uma certa cautela em relação às leituras e interpretações que podem ser feitas na contemporaneidade sobre o desenho da fachada principal deste edifício.

laterais e clerestório. Assim, verifica-se que os primeiros edifícios construídos ao longo do século XII, como a igreja de Travanca, apresentam nas fachadas principais portal, frestas muito encerradas e panos de parede praticamente cegos; na passagem para o século XIII, durante a transição do românico para o gótico, e ao longo do século XIV, edifícios como Paço de Sousa, Santa Maria do Olival ou Graça de Santarém desenvolvem, sobretudo, os seus portais e rosáceas, mantendo os planos laterais praticamente cegos; e, já nos séculos XV e XVI, igrejas como as de Caminha, Azurara, Golegã ou São João Batista de Tomar reduzem as dimensões das rosáceas, transformando-as por vezes em óculos, concentrando todos os meios na actualização da sua linguagem através do desenho e acabamento dos portais.

Para além dos contrafortes e das aberturas salienta-se ainda a importância dos frisos para a caracterização de alguns edifícios. No caso de Paço de Sousa, essa faixa horizontal no exterior encontra-se a meia altura nos panos laterais da fachada principal e contorna o corpo do edifício, apresentando um desenho de um cordeado entrelaçado.¹⁰ No interior, esse friso define a cota de arranque das frestas, o alinhamento dos capitéis das naves e da cabeceira e contorna o interior dos absidiolos com motivos vegetalistas.¹¹ O desenho e posição destes frisos sugerem que houve a intenção de criar dois níveis e definir uma escala de aproximação ao edifício e uma linha de separação entre o plano horizontal (ao nível do observador) e o plano vertical onde se concentra a maior parte do ornamento.

Paralelamente à observação dos edifícios no sítio, o trabalho de investigação realizado em torno de documentos desenhados¹² desempenha um papel fundamental na caracterização do processo de (voltar a) ver. Estes documentos são um instrumento decisivo para a definição da metodologia disciplinar que se pretende aprofundar – «ver pelo desenho».¹³

Como método próprio de observação, o desenho tem um domínio operativo, define a adequada colocação de um ponto de vista e permite fazer escolhas, entre o que é representado e o que fica de fora.¹⁴ O estudo dos documentos desenhados e a produção de novos desenhos define assim o modo de ver a arquitectura e pensar os seus problemas. A apreensão do edifício através do desenho possibilita uma aproximação abstracta à sua espacialidade, disposição e proporção das partes e composição do todo. E ao mesmo tempo, uma aproximação, de ritmo lento, marcada não só pela definição de um ponto de vista como também por uma visão e conhecimento da obra no local através de esboços, notações de medidas e registo de detalhes.¹⁵

¹⁰ Que poderá pertencer ainda a uma fase anterior à reconstrução beneditina do século XII.

¹¹ Sobre o desenho dos frisos românicos ver Joaquim de Vasconcelos, *Arte Românica em Portugal*, reproduções seleccionadas e executadas por Marques Abreu (Porto: Marques Abreu, 1918).

¹² Plantas, cortes e alçados realizados pela DGEMN no período das intervenções, que registam o estado do edifício antes e depois das obras.

¹³ “(...) ver pelo Desenho (proposição habitual no Mestre Frederico George, quando se referia a uma observação activa – observação registada – e literalmente se pode traduzir por: “Desenhar para ver”, exige a noção de que os objectos da observação, contêm uma mensagem e que por isso, uma sua representação é um sistema autónomo à realidade, mas que lhe é equivalente. (...) O desenho tem deste modo funções de estrutura antecipativa.” Miguel Mira George Rodrigues, “Desenho, propedêutica da acção projectual aplicada: reflexões sobre uma experiência em particular” (Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitectura e Artes, 2010) 1: 52.

¹⁴ “«Ver» é o desígnio maior do desenho de representação. Significa isso que o cotejo entre a imagem real e a imagem desenhada é a chave de uma percepção privilegiada. Só «vê» quem desenha. Se a percepção se dedicar ao desenho como realidade em si mesmo, apesar do âmbito se reduzir – surgindo a abstracção retirando-se a empatia – pode continuar a afirmar-se. Só «vê» quem desenha.” Joaquim Vieira, *O Desenho e o Projecto são o mesmo? – outros textos de desenho* (Porto: Publicações FAUP, 1995) seis lições: 90.

¹⁵ “O desenho está pois associado à recolha do saber, numa função operativa de pesquisa do desconhecido (interior e exterior ao sujeito), intérprete dos fenómenos e dos sentidos, complemento de análise e garante de síntese. Como fonte de saber, permite ordenar a fruição visual e a reflexão sobre ela feita, disciplinando assim os mecanismos mentais relativos às preciosas propriedades de ver e ler, em gestos feitos de gestos.” Miguel Mira George Rodrigues, “Desenho, propedêutica da acção projectual aplicada: reflexões sobre uma experiência em particular” (Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitectura e Artes, 2010) 1: 48.

A partir da comparação dos desenhos de oito edifícios apresentam-se agora hipóteses de trabalho sobre uma possível leitura de conjunto que procura estabelecer relações de continuidade e permanência e ao mesmo tempo discutir os caminhos da inovação. A observação das fachadas juntamente com o seu desenho esquemático permite explorar a sua composição e a relação entre as partes.¹⁶

O primeiro edifício observado é a igreja de S. Pedro de Rates. As prolongadas fases de construção, juntamente com a redução do programa construtivo beneditino e as dificuldades de conclusão da obra à medida que esta se aproximava do fim, estão expressas na sua fachada, que apresenta naves laterais com diferentes dimensões e portal principal desalinhado em relação ao eixo da nave central. A pesquisa realizada em torno dos traçados reguladores sugere a existência de uma relação de medida (36 palmos) entre a largura do corpo central e a cota mais elevada dos telhados das naves laterais (aproximadamente 7.92m). (D.1.1)

A fachada principal da igreja de S. Salvador de Paço de Sousa sugere uma certa evolução em relação à obra de Rates. Apesar da largura exterior do corpo das naves ser semelhante entre os dois edifícios (84 palmos), em Paço de Sousa os telhados encontram-se a uma cota mais elevada, transformando significativamente as proporções da fachada basilical. A observação dos desenhos permite ainda estabelecer relações de medida e alinhamentos mais precisos entre os diversos elementos que compõem a fachada, nomeadamente, ao nível dos alinhamentos definidos pelo arranque dos telhados e a definição de um eixo de simetria entre o topo do portal e o topo dos telhados da nave central, dividindo a fachada em duas partes iguais com 34 palmos de altura (aproximadamente 7.48m). (D.1.2)

A comparação destas duas igrejas beneditinas com a igreja militar de Santa Maria do Olival aponta o modo como pequenas alterações ao nível do desenho da fachada alteram a percepção do edifício. Apesar dessas alterações fazerem apenas um acerto das proporções do corpo das naves permitem desenhar um edifício ligeiramente mais estreito, vertical e alongado. Se em relação a Rates a diferença é mais notória, em relação a Paço de Sousa as naves laterais foram apenas ligeiramente elevadas (aprox. 1 palmo) e no corpo central foi ampliada a inclinação dos telhados.¹⁷ A comparação da largura exterior do corpo dos dois edifícios revela que Santa Maria do Olival é mais estreita (aprox. 6 palmos) e mais alta (aprox. 3 palmos). Para a percepção de uma maior leveza da construção contribuem ainda o maior número e dimensão das aberturas, a redução da expressão dos contrafortes e o desenho do portal. (D.1.3)

Na continuidade do alinhamento de edifícios proposto, a igreja de Santa Maria da Graça de Santarém é uma obra especial, no contexto do gótico e da passagem do século XIV para o século XV, seguindo o sentido da evolução do gótico do sul, com espaços cada vez mais amplos e verticalizados. A sua fachada apresenta uma ligeira ampliação em relação aos planos observados em Paço de Sousa e Santa Maria do Olival. Para além da actualização formal ao nível das dimensões, observa-se também uma actualização ao nível da linguagem do portal e da rosácea, resultante de influências coevas do estaleiro da Batalha. Ao nível do desenho salienta-se ainda a sobreposição do corpo central sobre os telhados laterais, esta sobreposição permite ampliar as suas dimensões, criando ao mesmo tempo uma certa ambiguidade na ligação entre as empenas e os contrafortes que as separam. (D.1.4)

A observação do desenho e das medidas da igreja matriz da Lourinhã possibilitam não só a compreensão da sua composição como também uma aproximação mais rigorosa às suas dimensões, contrariando algumas das leituras que a têm classificado como uma obra menos relevante no contexto das principais igrejas paroquiais construídas nos

¹⁶ Com base em levantamentos parciais no sítio, são apresentadas as medidas das fachadas. Após diversas comparações optou-se por apresentar, para além das dimensões em metros, os valores em palmos de 22cm, medida medieval de referência que ajuda a perceber o sentido das reduções e ampliações dos edifícios, contudo, não encontramos qualquer documento que confirme o uso desta medida na construção das obras em estudo.

¹⁷ Enquanto nas igrejas românicas de São Pedro de Rates e Paço de Sousa os telhados fazem o remate das empenas, em Santa Maria do Olival estas elevam-se acima dos telhados prolongando a fachada.

séculos XIV e XV. Em relação à largura total da fachada sublinha-se a sua proximidade com a de Santa Maria do Olival (aprox. 78 palmos). Quanto à largura da nave central, e seguindo a tendência dos edifícios construídos ao longo do século XV, esta é equivalente à da igreja da Graça de Santarém (aprox. 40 palmos). A simplicidade da sua fachada com portal saliente e rosácea recupera a clareza do desenho de Paço de Sousa, atingindo uma grande harmonia entre a dimensão dos elementos e as proporções da empena. (D.1.5)

A igreja de São Domingos de Vila Real foi iniciada na primeira metade do século XV e parece ter sido construída com base num compromisso entre a tradição românica das terras do norte e a actualização do modelo basilical que lentamente se vai instalando por todo o país. Nesse sentido, observa-se ao nível da composição da fachada que as suas dimensões e proporções são igualmente próximas daquelas observadas em Santa Maria do Olival e que, simultaneamente, a sua linguagem arcaizante retoma a construção de contrafortes mais pesados e reduz a dimensão das aberturas. (D.1.6)

Já na passagem do século XV para o século XVI é iniciada a matriz de Azurara. As características da sua obra conferem-lhe uma particularidade que tornam inevitável a sua presença nesta selecção de oito edifícios. Da observação do seu alçado importa salientar o modo como o corpo central se destaca em relação às paredes das naves laterais definindo claramente dois planos distintos e sublinhar as dimensões impressionantes da largura da fachada, sobretudo, ao nível do corpo central (aprox. 38 palmos),¹⁸ que atinge uma dimensão praticamente equivalente àquela observada na igreja da Graça de Santarém, sendo essa largura igual à altura do resalto na fachada e metade dessa largura (aprox. 14 palmos) o alinhamento que define o centro do portal e o topo da porta de acesso ao espaço sagrado. (D.1.7)

O último edifício aqui observado é a igreja matriz da Golegã, igualmente construída na passagem do século XV para o século XVI. Apesar de apresentar dimensões relativamente mais reduzidas ao nível da elevação dos telhados, em relação aos outros edifícios até aqui observados, a sua obra é um exemplo de rigor e de clareza volumétrica. De todo o conjunto salienta-se a composição da fachada principal, com portal e óculo flamejantes muito evoluídos, juntamente com uma torre sineira bem dimensionada sobre o lado sul. Sublinha-se ainda o facto de a largura do corpo central ser equivalente àquela verificada na matriz de Azurara (aprox. 38 palmos). (D.1.8)

2. A EXPRESSÃO DA MATERIALIDADE

Os materiais estão directamente relacionados com a composição da fachada, com o desenho e disposição dos seus elementos e com a expressão, qualidade e acabamento da obra. A decisão entre blocos de pedra aparelhada ou alvenaria rebocada revela o sentido e a medida do que é apropriado para cada edifício em cada uma das suas partes.

A escolha dos materiais está associada a um compromisso entre a finalidade da obra, os recursos técnicos existentes, os meios disponíveis e o acesso a esses materiais; no entanto, o factor geográfico e a compreensão da obra no lugar são decisivos para o entendimento da expressão dos edifícios e para a construção de uma leitura de conjunto. Se, por um lado, a leitura abstracta a partir do desenho das fachadas sugere uma certa familiaridade entre os oito edifícios anteriormente apresentados; por outro, a leitura dos edifícios no local, sugere uma divisão entre as igrejas do norte e as igrejas do centro e do sul. O carácter, o aspecto, a cor e a textura torna-os diferentes alterando, em alguns casos, a percepção das suas dimensões e proporções.

A observação das obras do ponto de vista da sua expressão material procura clarificar algumas das questões abordadas no primeiro ponto sobre a composição formal das fachadas, a partir da discussão do papel do ornamento como plano de mediação entre as diversas partes do edifício, entre os diferentes planos da fachada e a articulação entre diferentes materiais, definindo o seu lugar exacto, pormenor e acabamento.

¹⁸ Essa é uma característica dos principais edifícios construídos, sobretudo, a partir do início do século XV, que para aumentarem a unidade do espaço interior, aumentam a largura da nave central, reduzindo as naves laterais praticamente a corredores de acesso às capelas laterais.

Os edifícios com fachadas em pedra aparelhada procuram retirar o máximo de partido da expressão alcançada pela construção de diferentes planos. A impossibilidade de obter fortes contrastes entre diferentes materiais aumenta a necessidade de procurar jogos de luz e sombra mais intensos, principalmente na zona do portal, explorando o facto de essa se encontrar orientada a poente. Tanto na igreja de São Pedro de Rates, como na igreja de Paço de Sousa, o enquadramento definido pelos contrafortes salientes em relação ao plano da fachada, juntamente com a profundidade do portal, permitem que esse jogo de luz e sombra seja trabalhado de acordo com o recorte das arquivoltas e dos colonelos. O corte e o talhe das pedras do portal principal assumem um papel fundamental na marcação do espaço de entrada pelo modo como estabelecem contraste com os blocos de granito da fachada.¹⁹

Depois do período românico e com a redução das preocupações defensivas por parte das igrejas, assiste-se, sobretudo, na região centro e sul, a um aligeirar do carácter compacto e maciço dos edifícios. Mesmo pertencendo a uma ordem militar, a igreja de Santa Maria do Olival revela bem como essa transformação ocorreu. A sua fachada, apesar de ser igualmente constituída por blocos de pedra, tem uma expressão completamente diferente da dos mosteiros beneditinos. O tom amarelado da pedra juntamente com a redução da importância e dimensão dos contrafortes, a grande dimensão da rosácea e a introdução de janelas nos panos laterais, transforma o aspecto do conjunto e aumenta a comunicação entre o interior e o exterior.

A expressão dos edifícios é também trabalhada a partir da combinação de processos construtivos e de materiais no sentido de qualificar partes específicas da obra. Tanto a igreja da Graça de Santarém como a matriz da Golegã apresentam na sua fachada uma divisão entre o pano central em pedra aparelhada e os panos laterais em alvenaria rebocada. Nestes casos a combinação de materiais assinala não só a mudança de plano e a ligação entre as diversas fachadas deixando à vista os blocos de pedra que desenham os cunhais, como também, a transição entre os diversos elementos que compõem o pano central da fachada. No caso específico da matriz da Golegã é possível identificar uma escala de acabamento e pormenor no talhe da pedra que começa com a pedra aparelhada da fachada, passando pelo remate dos contrafortes sob a forma de pináculos e pelo desenho do óculo ladeado por duas esferas armilares e sob escudo real e terminando com o portal, ladeado por colunas torsas, de acabamento extremamente fino e recortado pela decoração vegetalista. A posição e dimensão da torre sineira colocada sobre o lado sul da fachada, para além da monumentalização do conjunto, introduzem também uma sombra sobre a zona do portal que, dada a localização do edifício, poderá ter uma função prática de protecção contra a insolação.

No seguimento de algumas políticas de intervenção e interpretação dos períodos artísticos por parte dos serviços da DGEMN, foram deixadas à vista, em alguns edifícios, as alvenarias de pedra miúda, alterando significativamente a leitura e interpretação da sua forma e expressão na contemporaneidade. Em alguns casos essa opção acabou por dar lugar à reposição a um acabamento em reboco pintado de branco, como na igreja da Graça de Santarém; no entanto, em muitos outros essa alteração não chegou a acontecer. Um dos exemplos onde se percebe claramente que essa opção altera a percepção do edifício é na igreja matriz da Lourinhã. A clareza do desenho da sua fachada, com portal saliente e a dimensão e potência do conjunto da cabeceira com capela-mor e torre sineira em pedra aparelhada perdem-se em parte não só pela redução do contraste entre as volumetrias, como também pelo aspecto tosco e pobre transmitido pelas fachadas do corpo da igreja.

Ao contrário da matriz da Lourinhã, a igreja de São João Batista de Tomar apresenta o corpo das naves rebocado de branco e é um dos exemplos onde se pode

¹⁹ “A qualidade que à primeira vista se impõe à nossa atenção è a solidez admirável das construções, o amor com que se transformou um material ingrato – o pobre granito, duro e mudo, n’uma legenda animada, florida, graças à variedade inexgotável dos seus motivos de ornamentação. É todo um alfabeto novo, applicado a uma linguagem symbolica, digna de sério estudo.” Joaquim A. F. Vasconcelos, *A Arte Românica em Portugal* (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992), 12.

observar como esse contraste entre materiais pode alcançar grande intensidade e onde o portal assume um papel especial na marcação da entrada para o espaço sagrado. O remate recto da empena do corpo central, juntamente com a simplicidade do desenho do óculo e com o acabamento da fachada rebocada de branco permite realçar de modo particular o desenho do portal manuelino e construir um equilíbrio entre a igreja e a torre sineira colocada sobre o lado norte da fachada principal.

3. O DESENHO DO PORTAL

A marcação dos acessos ao interior do espaço sagrado, principalmente a marcação do portal principal, assume um papel importante na caracterização e qualificação das obras. Depois da cabeceira, a fachada principal e o seu portal são os elementos mais importantes do corpo das naves. A observação dos edifícios em estudo sugere a organização de dois conjuntos de portais. O primeiro referente a edifícios com portal saliente ao plano da fachada e o segundo referente a edifícios com portal justaposto à fachada.

Os portais salientes funcionam como um volume independente que se encosta ao edifício e usa parte da espessura da fachada para aumentar a sua profundidade e para construir um patamar de transição entre o exterior e o interior. A sua dimensão permite criar um espaço coberto que separa o interior do exterior. Em S. Pedro de Rates, o volume do portal reforça o carácter compacto da fachada não só pelo modo como integra os contrafortes como também pelo modo como se une ao corpo central.

Em Paço de Sousa, o portal, enquadrado pelos contrafortes, destaca-se claramente do plano da fachada, apresentando um remate superior recto, sustentado por dez cachorros decorados com figuras animais e humanas, que o projectam sobre o alinhamento dos contrafortes. O exterior é separado do interior apenas por um degrau existente junto à porta. Apesar das diferenças na definição dos volumes, os portais dos dois edifícios são compostos por cinco arquivoltas assentes sobre capitéis e colonelos.

A marcação de volumes salientes em relação ao plano da fachada é uma estratégia que se prolonga para além dos séculos XII e XIII, sendo possível observar alguns exemplos pelo menos até ao século XV. A igreja matriz da Lourinhã, construída na passagem do século XIV para o século XV, apresenta igualmente volume saliente e portal com cinco arquivoltas sobre capitéis e colonelos historiados com cenas bíblicas. Pelo facto de a fachada não apresentar contrafortes, o portal ganha uma importância particular no desenho do conjunto por ser o único elemento saliente.

Localizada a poucos quilómetros da Lourinhã e construída no mesmo período, a igreja de São Leonardo de Atouguia da Baleia apresenta uma solução mais simples, com três arquivoltas ligeiramente apontadas, assentes em colunas com capitéis zoomórficos. No entanto, dada a diferença de proporção entre as naves, o portal da Atouguia não assume a mesma posição de destaque e de elemento de equilíbrio na composição da fachada, como se verifica na matriz da Lourinhã.

Um dos edifícios que prolonga na região norte o uso da solução do portal saliente é a igreja de São Domingos de Vila Real. Tal como em São Pedro de Rates e em Paço de Sousa, o portal é enquadrado pelos contrafortes e aproveita a espessura da parede para aumentar a sua profundidade. O volume saliente é rematado por um plano inclinado e apresenta um arco quebrado assente sobre duas colunas, o portal apresenta três arquivoltas de arco quebrado sobre colunas mais altas.

No mesmo período, na região centro e sul, a actualização da linguagem convive com os processos construtivos mais experimentados, sendo possível por exemplo encontrar em São João Batista de Tomar, uma solução em alfiz para um portal manuelino, com arquivoltas de arco contracurvado com decoração vegetalista, flanqueado por pilastras prismáticas com nichos, rematadas por pináculos vegetalistas.²⁰

²⁰ “(...) O *manuelino*, inspirado na tradição românica que já acentuámos, prefere os temas gordos e túrgidos os efeitos da concentração decorativa no meio de largas superfícies nuas. Sente essencialmente uma dimensão, a profundidade, que o *plateresco* não procura. O lavrante manuelino constrói em volume em vez

Paralelamente aos volumes salientes de remate recto observa-se um conjunto importante de igrejas construídas ao longo dos séculos XIII, XIV e XV que apresenta uma solução de portal saliente inserido num gablete.²¹ Um desses edifícios é a igreja de Santa Maria do Olival com portal de três arquivoltas quebradas assentes sobre colunelos. O desenho e proporção do gablete colocado entre os contrafortes contribuem de forma particular para o equilíbrio da fachada e para a percepção de um aumento significativo da sua verticalidade. A estrutura mais leve do corpo do edifício reduz a espessura das alvenarias e dos elementos que a compõem, permitindo abrir vãos de maiores dimensões; nesse sentido, a profundidade do portal e a dimensão dos contrafortes diminui em relação às igrejas beneditinas. Dadas as transformações ocorridas nos terrenos em volta da fachada ao longo do tempo, é difícil perceber como era feito o acesso à igreja; no entanto, o patamar de ligação entre o interior e exterior apresenta uma característica particular na medida que se estende para o interior, criando um pequeno espaço de recepção que antecede uma escada de oito degraus promovendo um movimento descendente no sentido da capela-mor. Essa diferença de cota altera a percepção do observador, monumentalizando o momento de entrada e dando uma sensação de maior amplitude e unidade espacial. Esta solução pode também ser encontrada na igreja de Santa Maria da Graça de Santarém que tirou igualmente o máximo partido do terreno muito desnivelado em que foi implantada, não só para monumentalizar a entrada na igreja, como também todas as suas volumetrias, sobretudo, ao nível do transepto e da cabeceira.

Para além do exemplo observado na igreja de Santa Maria do Olival destacam-se, entre outros, os gabletes construídos nas fachadas principais das igrejas de São Francisco de Santarém e de São João Batista de Alcochete e nas fachadas laterais sul das igrejas de S. Francisco do Porto, Leça do Balio e da Lourinhã.

Os portais justapostos ao plano da fachada são mais comuns nas igrejas construídas a partir do século XV e parecem estar associados a uma actualização da linguagem dos edifícios. O contraste entre a actualização de partes especiais dos edifícios e a manutenção dos programas construtivos faz-se sentir com mais intensidade na região norte, onde se verifica um prolongamento de uma estética arcaizante. As «igrejas marítimas» de «ricas comunidades piscatórias e comerciais»,²² como as de Azurara e Caminha, revelam como a nova linguagem manuelina e renascentista contrastava com os pesados blocos de pedra aparelhada das suas fachadas. Os portais surgem nestas igrejas como uma peça escultória, um baixo-relevo rendilhado colocado sobre a fachada, assumindo um papel de destaque face ao acabamento e expressão do corpo do edifício. O contraste entre a pedra trabalhada do portal e a fachada cega em blocos de pedra revela um pensamento preciso sobre a forma, a posição e a expressão do ornamento, que serão continuamente explorados ao longo da história da arquitectura portuguesa.²³

NOTAS FINAIS

A investigação em torno dos princípios de desenho e forma da arquitectura portuguesa e a sua observação no tempo longo revela uma certa continuidade do uso da fachada basilical que está associada não só à manutenção dos programas construtivos das igrejas de três naves como também a uma certa espacialidade que caminha no

de multiplicar em superfície. É uma decoração de arquitectos e não de *plateros*.” Reinaldo dos Santos, *Conferência de Arte* (Lisboa: Sá da Costa, 1941), 34.

²¹ Essa solução poderá ter origem na igreja de S. Pedro de Ferreira que apresenta um corpo saliente bastante desenvolvido. Cf. Manuel Luís Real, *A igreja de S. Pedro de Ferreira, um invulgar exemplo de convergência estilística* (Paços de Ferreira: Estudos monográficos, 1986).

²² Rafael Moreira, “*Arquitectura: Renascimento e Classicismo*,” in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, (Lisboa: Círculo de Leitores, 1995) II:323.

²³ “O contraste entre a fachada e o interior, entre a riqueza e sobriedade, irá reaparecer em fase posterior do século XVII, na oposição entre o sóbrio invólucro arquitectónico e o revestimento de talha dourada.” George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)* (Lisboa: Vega, 2005), 170.

sentido da maior unificação entre os espaços mas que, nos edifícios com cobertura de madeira, não deixa de ficar presa aos modelos basilicais.

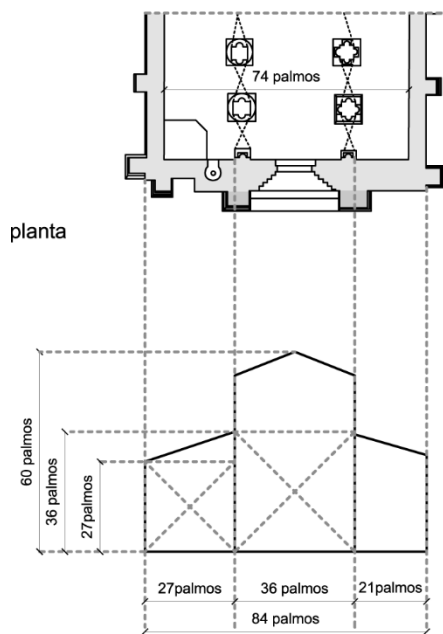
O conjunto de edifícios apresentados possibilita salientar não só a importância do desenho como instrumento fundamental para a construção de uma observação disciplinar no âmbito da arquitectura, como também a necessidade de um conhecimento da obra no sítio e do contexto que a envolve, tendo em conta a importância do factor geográfico para a definição da sua expressão.

A ligação entre o plano da fachada e as aberturas permite identificar a evolução do desenho e da composição dos diversos elementos que a compõem e procurar compreender o significado da obra, entendida como ornamento em si, através da sua estrutura formal e dos elementos que a individualizam. A qualidade do ornamento arquitectónico, ajustada aos valores e princípios da obra, define de forma precisa as mudanças de plano e de ritmo, a marcação dos lugares de passagem e as ligações entre interior e exterior, distinguindo a opção pela simplicidade de materiais e processos construtivos, do recurso a materiais e processos especiais, no sentido da qualificação da obra excelente.

A ligação entre o plano da fachada e a abertura é apenas uma escala de observação, um ponto de partida para a investigação do ornamento como elemento de mediação. A necessidade de estudar os edifícios a partir de outras escalas do ornamento é um trabalho essencial para um conhecimento mais profundo sobre a história da arquitectura portuguesa.

*Princípios de desenho e forma na arquitectura portuguesa.
O ornamento como elemento de mediação: do plano da fachada para a abertura*

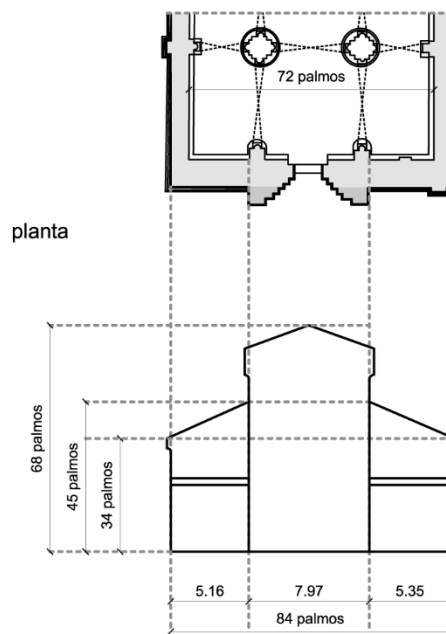
D.1.1 São Salvador de Rates



planta

desenho esquemático

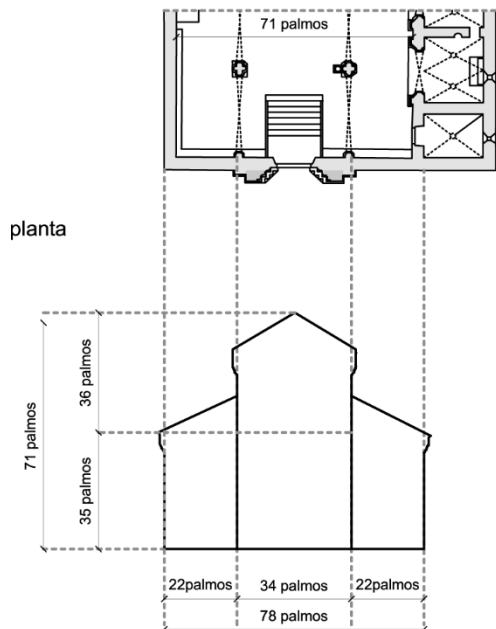
D.1.2 São Salvador de Paço de Sousa



planta

desenho esquemático

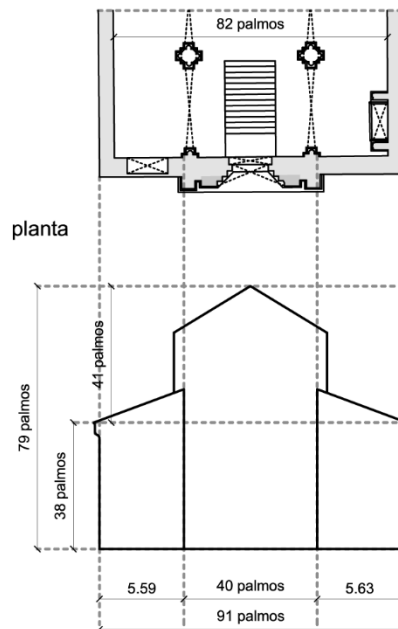
D.1.3 Santa Maria do Olival



planta

desenho esquemático

D.1.4 Santa Maria da Graça de Santarém

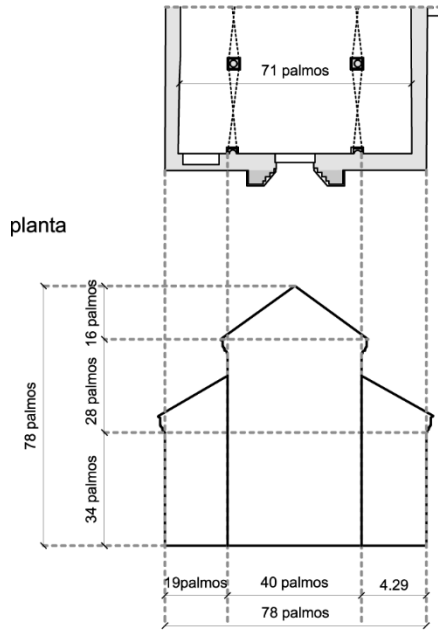


planta

desenho esquemático



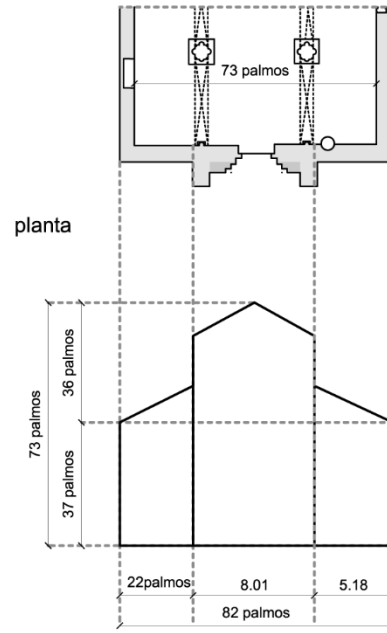
D.1.5 N. Sra. da Assunção da Lourinhã



planta

desenho esquemático

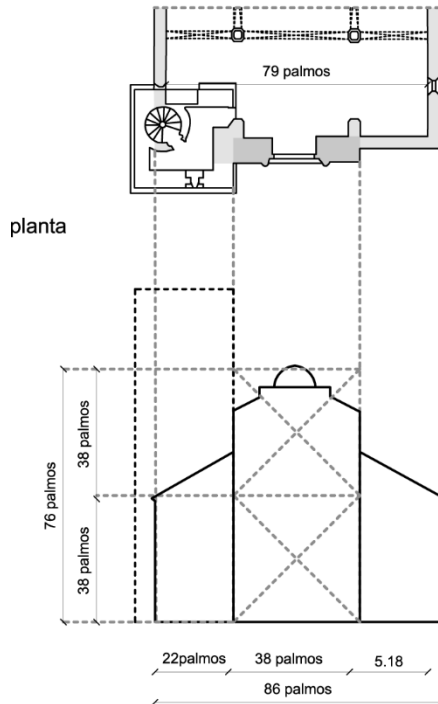
D.1.6 São Domingos de Vila Real



planta

desenho esquemático

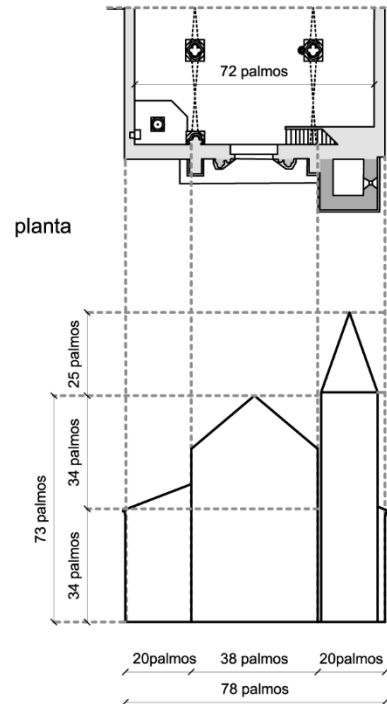
D.1.7 Santa Maria de Azurara



planta

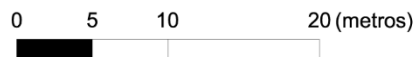
desenho esquemático

D.1.8 N. Sra. da Conceição da Golegã

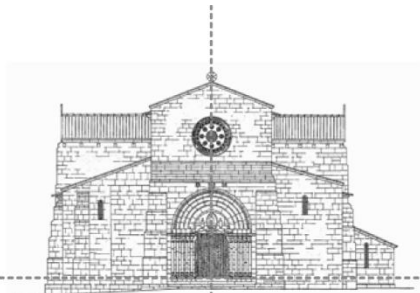


planta

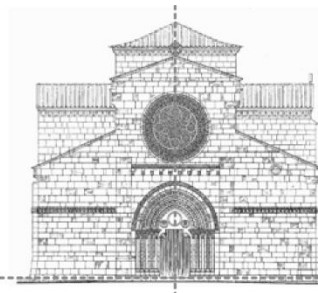
desenho esquemático



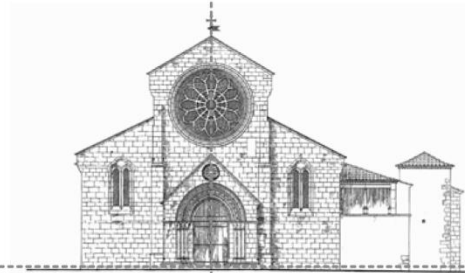
*Princípios de desenho e forma na arquitectura portuguesa.
O ornamento como elemento de mediação: do plano da fachada para a abertura*



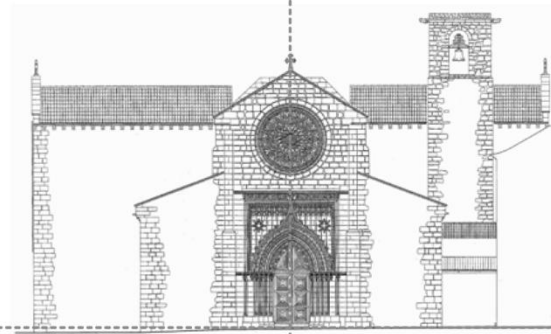
1. São Salvador de Rates, Póvoa de Varzim
SIPA DES.00010517



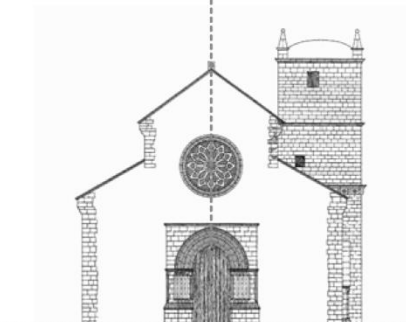
2. São Salvador de Paço de Sousa, Penafiel
SIPA DES.00010481



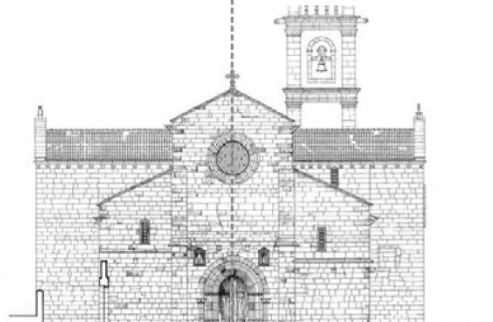
3. Santa Maria do Olival, Tomar
SIPA DES.00010565



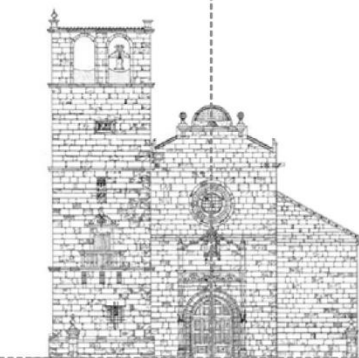
4. Santa Maria da Graça, Santarém
SIPA DES.00042020



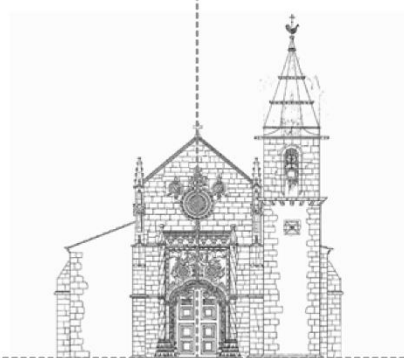
5. Santa Maria do Castelo, Lourinhã
SIPA DES.00010471



6. São Domingos, Vila Real
SIPA DES.00011066



7. Santa Maria, Azurara
SIPA DES.00053494



8. Nossa Senhora da Conceição, Golegã
SIPA DES.00010605

0 5 10 20 (metros)

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Opus limovicense. Esmaltes de Limoges em Portugal na Época Medieval

Ana Machado Santos
Universidade do Porto

Resumo

A produção de objectos em metal decorados com esmalte, estabelecida em Limoges e noutros centros do sudoeste da França e Norte da Península Ibérica, difundiu-se, como nenhuma outra produção artística, por toda a Europa até aos mais recônditos lugares da sua periferia, com um período áureo que ocorre durante a segunda metade do século XII e o século XIII.

O caso português, embora durante muito tempo ignorado pelos estudos que se dedicaram ao tema e pelos levantamentos sistemáticos que têm vindo a sinalizar a “obra de Limoges” por toda a Europa, acolheu precocemente um número considerável de objectos em esmalte produzidos e importados nesta época. O facto é documentado pela sobrevivência de alguns desses objectos e pelas numerosas ocorrências em testamentos e inventários, pelo menos a partir do último quartel do século XII.

Este estudo integra-se num outro mais abrangente, em curso, no âmbito do doutoramento em História da Arte, sobre os esmaltes de produção europeia em Portugal da época medieval à época moderna.

Abstract

The production of metal objects decorated with enamel, established in Limoges and other production centers of southwest France and northern Iberia, spread like no other artistic production throughout Europe to the most recondite places in its periphery, with a golden period that occurs during the second half of the twelfth century and thirteenth century.

The Portuguese case, though long overlooked by studies that were dedicated to the subject and by systematic surveys that have come to signal the "Oeuvre de Limoges" throughout Europe, early welcomed a considerable number of objects in enamel produced and imported at this time. The fact is documented by the survival of some of these objects and by the numerous occurrences in wills and inventories at least from the last quarter of the twelfth century.

This study is part of another of broader scope, ongoing, under the PhD in Art History concerning enamels of European production in Portugal from medieval to modern times.

A pesquisa em que este estudo se integra propõe-se fazer um levantamento dos objectos em esmalte ou decorados com esmalte existentes em território português da época medieval à época moderna, associado ao estudo da documentação das épocas correspondentes já publicada, numa tentativa de reconhecimento das dinâmicas de encomenda, circulação e recepção desta categoria muito particular de bens sumptuários.

Essa pesquisa parte de um processo de levantamento dos objectos com estas características que existem em coleções portuguesas e de sinalização de referências num corpus documental variado, constituído quase exclusivamente por documentos já publicados.

Pretende-se que desse processo de levantamento resulte igualmente um *corpus* de objectos e documentação suficientemente representativo para permitir analisar dinâmicas de encomenda, circulação e recepção desta categoria muito particular de bens sumptuários. Essa análise deverá por sua vez permitir situar o território português no mapeamento do fenómeno de difusão dos esmaltes de Limoges e de produção peninsular que tem vindo a ser feito nas duas últimas décadas por autores um pouco por todo o mundo.

1. ESMALTES EM PORTUGAL

1.1. ESBOÇO PARA UM ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

A produção de esmaltes em Limoges, em Silos e noutros centros do Sudoeste de França e no Norte da Península Ibérica conheceu uma enorme difusão ao longo dos séculos XII e XIII por toda a Europa, até ao recôndito interior do mais periférico dos países que a constituem.

O movimento de redescoberta da Idade Média, que se inicia ainda no século XVIII após a Revolução Francesa, tomará, no que à produção de esmaltes se refere, um fôlego impressionante no século XIX.

Ao longo dos anos quarenta e cinquenta do século XIX publicaram-se obras fundadoras que então evidenciaram o extraordinário alcance geográfico e temporal das alfaias litúrgicas e outros objectos produzidos nas oficinas de Limoges e o seu potencial enquanto ferramenta para o estudo da época medieval. Mas, já em 1835 Jacques Texier começara a visitar as paróquias de Limoges e de Tulle procurando e registando vestígios dessa produção.¹

Aquilo a que M. M. Gauthier chama uma mobilização geral para os esmaltes,² leva viajantes mais ilustrados como Charles de Linas e X. Barbier Montault a ensaiarem um levantamento pela Europa fora dos esmaltes medievais (ao qual Portugal parece ter escapado) e a reunir materiais e informação que mais tarde Ernest Rupin viria a sistematizar e ilustrar com desenhos de sua autoria, na que seria a primeira obra de fundo sobre os esmaltes medievais, publicada em 1890.³

São simultaneamente publicadas algumas obras sobre a história das artes industriais, da Idade Média ao Renascimento, nas quais se dedicam capítulos de síntese à temática dos esmaltes. Citamos a título de exemplo a obra *Les Arts au Moyen Age*⁴ ou a monumental *Histoire générale des arts appliqués à l'industrie, du V^e à la fin du XVIII^e siècle*, de Emile Molinier, em que, num volume dedicado à ourivesaria civil e religiosa, se desenvolve um vasto capítulo sobre esmaltes.⁵

Também por volta de 1890, na Galiza, encetam-se os primeiros repertórios de peças em esmalte, sobretudo com a obra de Villa-Amil y Castro,⁶ que, ao fazer um inventário de alfaias e mobiliário litúrgicos, dá um destaque particular às alfaias em esmalte.⁷ As campanhas de inventário documental, bibliográfico e artístico realizadas pelas Comissões de Monumentos criadas em Espanha em 1844 tiveram, na opinião de J. Galego Lorenzo, um papel importante no reconhecimento e valorização das alfaias em esmalte que, na sequência da publicação desses inventários, passariam a ser requisitadas

¹ Marie Madeleine Gauthier, "Traversées atlantiques de L'Oeuvre de Limoges," in *L'Oeuvre de Limoges. Emaux limousins du Moyen Age [Cat. de exposition]*, ed. Elisabeth Taburet-Delahaye e Barbara Drake Bohem, 14 (Paris/ Nova Iorque: Réunion des Musées Nationaux/ The Metropolitan Museum of Art, 1995).

² *Ibid.*, 15.

³ Ernest Rupin, *L'Oeuvre de Limoges* (Paris: A. Picard, 1890).

⁴ A. Du Sommerard, *Les arts au moyen age* (Paris: Vinchon, 1838-46). Alexandre du Sommerard adquiriu em 1834 a abadia de Cluny para aí instalar a sua magnífica coleção, que em 1841 passaria a integrar as placas do altar de Grandmont, porventura das mais emblemáticas obras de esmalte medieval. Além destas conservavam-se, naquele que viria a ser o *Musée National du Moyen Age*, mais de 200 peças em esmalte. O conhecimento profundo que delas tinha o autor não poderia deixar de influenciar a obra a que se dedicou até ao fim da vida.

⁵ Emile Molinier, *Histoire générale des arts appliqués à l'industrie, du V^e à la fin du XVIII^e siècle* (Paris: É. Lévy, 1896-1902). Foram publicados os seguintes volumes: I. Les Ivoires (1896); II. Les Meubles du Moyen Âge et de la Renaissance (1897); III. Le Mobilier au XVII^e et au XVIII^e siècle (n. d.); IV. L'Orfèvrerie religieuse et civile du V^e au XV^e siècle (1902).

Na preparação do volume dedicado à ourivesaria religiosa e civil, E. Molinier decidiu instalar-se na Polónia para poder estudar devidamente a coleção de esmaltes adquirida em Paris pelos príncipes Czartoryski. Molinier dedicara já duas monografias aos esmaltes: *Dictionnaire des émailleurs: depuis le Moyen Âge jusqu'à la fin du XVIII^e siècle* (Paris: J. Rouam, 1885) e *L'Émailleurie* (Paris: Hachette, 1891).

⁶ J. Villa-Amil y Castro, "Frontales, Arcas y otros objetos sagrados de bronce en las iglesias de Galicia," *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense II* (1902-1905): 13-14.

⁷ Josefa Gallego Lorenzo, *Fuentes de información bibliográficas para el estudio de los esmaltes en España: La escuela de Limoges* (Leon: Facultad de Filosofía y Letras, 2002), 235.

para exposições de âmbito local e nacional ainda nos últimos anos de Oitocentos e primeiros de Novecentos.

A par dessa divulgação qualificada e merecedora de grande crédito entre a intelectualidade europeia do seu tempo, a pesquisa empenhada e prolifera, nas suas diversas frentes, vai revelando, em Espanha e em França, nomes de esmaltadores, ligações familiares entre oficinas, relações de contratação, inventários e referenciação de autores a obras conhecidas e guardadas em colecções publicas e privadas.

Em França, algumas sociedades científicas então criadas desempenham o papel de depositárias de obras e da abundante documentação que vai sendo encontrada. Destaca-se a *Société Archéologique et Historique du Limousin*, fundado pelo pai da pintora Berthe Morisot, em 1845, e em cujo boletim se revelam múltiplos estudos sobre peças descobertas, documentação relativa a oficinas e nomes de artistas até aí desconhecidos.

Na *Burlington Magazine for Connoisseurs* publicam-se, também no final do Século XIX e nas primeiras décadas do XX, dezenas de estudos de autores franceses, mas também ingleses e alemães, sobre esmaltes. De Marquet de Vasselot a H. P. Mitchell ou Herbert Read, arqueólogos, conservadores de museus e historiadores de arte, com eles os grandes coleccionadores e amadores, o interesse pela arte do esmalte generaliza-se.

A percepção de que a “obra de Limoges” se espalhara até aos confins da Europa vai evidenciando a abrangência e relevância desse fenómeno de difusão e a urgência da realização de um recenseamento que lhe potencie todo o capital de informação.

À medida da sensibilidade, formação e interesses da cada autor, o conjunto da produção de esmaltes é entendida ora como um todo, abordando desde os esmaltes *champlevé* até aos esmaltes pintados, ora com clara separação dos esmaltes da designada *Opus lemovicensis* de meados do século XII a meados do XIV e os esmaltes pintados que se evidenciam a partir do final do século XV e conhecem máximo esplendor durante o período renascentista.

Ainda na linha do pensamento romântico e da busca de elementos identitários definidores de carácter em cada cultura e na sua arte, surge no século XIX a noção da existência de uma produção peninsular de esmaltes, com características próprias, que fora desde sempre confundida com a limusina e que urgia então distinguir. Essa percepção parece estimular, também ela, o processo de recenseamento.

O interesse manifestado pelos eruditos franceses e a inclusão de secções dedicadas aos esmaltes em obras de grande divulgação cultivam entre coleccionadores, amadores e curiosos o gosto por objectos desta natureza.

O próprio movimento *Arts and Crafts* e o interesse crescente pelos ofícios tradicionais e pelas artes industriais ajudam a fomentar este gosto e a enquadrar práticas de recolha e coleccionismo.

As exposições onde são apresentados objectos em esmalte sucedem-se. M. M. Gauthier contabiliza mais de quatrocentas exposições ao longo do século XIX na Europa, onde se expõem esmaltes *champlevé*.⁸

A popularidade deste tipo de objectos faz com que circulem activamente no mercado de antiguidades, sobretudo em Paris e Londres, e entre as colecções mais prestigiadas.

O interesse dos coleccionadores e o investimento que estão dispostos a fazer no estudo das suas colecções proporciona a jovens estudiosos, como Marquet de Vasselot, a oportunidade de investigar e publicar de modo sistemático o levantamento que vão fazendo.

A divulgação internacional desses estudos, por vezes associada à circulação das próprias colecções, como a doação ao *Metropolitan Museum* de Nova Iorque em 1917,⁹ atrai a Limoges investigadores estrangeiros como Marvin Chauncey Ross e Frederick Stholman que, fascinados pelo tema e pelos objectos, levam a cabo eles próprios levantamentos de peças e de documentação.

⁸ Marie Madeleine Gauthier, “Traversées atlantiques,” 14.

⁹ A doação Pierpont Morgan de uma centena de esmaltes sobre cobre, *cloisonné*, que incluía algumas das mais raras e antigas produções de esmalte, ligadas ao *atelier* de Sainte-Foy de Conques en Rouergue.

Chauncey Ross mergulha nos arquivos paroquiais franceses e vasculha os boletins das sociedades científicas. Os seus estudos permitem-lhe apurar a proveniência de algumas das obras doadas ao *Metropolitan Museum* (MET) em 1917 e retomam a questão deveras polémica da difusão pela Península Ibérica e da existência de oficinas locais (Aragão, Galiza, Catalunha...). O tema fora abordado anteriormente por autores espanhóis,¹⁰ mas foi a tese do investigador e colecionador americano Walter Leo Hildburgh¹¹ que maior controvérsia gerou, ao atribuir uma origem hispânica aos esmaltes *champlevé*. Chauncey Ross publica entre 1933 e 1940 diversos artigos em diferentes periódicos num esforço de destringir as produções Peninsulares das de Limoges e em permanente debate com a tese de Hildburgh.¹²

Frederick Stohlman é convidado pelo professor Charles Morey para integrar o grupo de trabalho do monumental *Corpus Fotográfico das Artes Cristãs Medievais* (hoje de acesso *on-line*, embora reservado), que este fundara na Universidade de Princeton, com a missão de dirigir uma secção internacional inteiramente dedicada aos esmaltes medievais. Ao longo dos anos 30 percorre a Europa, inventariando e fotografando esmaltes. Em 1939 publica o catálogo da colecção de esmaltes do Vaticano.¹³

Stohlman lecciona em Princeton uma cadeira específica sobre a arte dos esmaltes, com um papel decisivo na construção de uma rede internacional de investigadores nesta área de estudo. A cadeira é frequentada por alunos ingleses, franceses, italianos, espanhóis, suíços escandinavos, etc. Uma vez regressados aos seus países de origem, esses investigadores publicaram ou suscitaram a publicação de recenseamentos dos esmaltes aí existentes, por vezes em lugares inesperados como a Suécia de onde logo em 1951 se publica o *Reliker och relikvarier Fran Svenska Kyrkor, tillfällig utställaing*.¹⁴

Estavam pois lançadas, não só em França como por toda a Europa e inclusive para lá das suas fronteiras, as bases de um recenseamento geral dos esmaltes de Limoges. Todavia, só depois da Segunda Guerra a ideia começaria a materializar-se verdadeiramente.

Em 1948 realiza-se no Museu Municipal de Limoges uma grande exposição de esmaltes medievais. Fotógrafos americanos e holandeses vêm fotografar as peças expostas. As imagens são depois tratadas e relacionadas com referências bibliográficas na biblioteca municipal de Limoges. A tarefa fica a cargo da bibliotecária Marie Madeleine Gauthier, que em 1957 iniciará com Stohlman o projecto apoiado pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e pela *Bibliothèque Nationale* de Paris, designado *Corpus des emaux*, por analogia com o projecto *Corpus Vitrearum Medii Aevi* das campanhas fotográficas lançadas por Jean Porcher no Pós-Guerra. Os levantamentos levados a cabo Europa fora por F. Stohlman articulam-se então com a referenciação bibliográfica e documental iniciada por M.-M. Gauthier.

O projecto desenvolver-se-ia ao longo de quase cinquenta anos pela mão de M.-M. Gauthier, em colaboração com várias instituições de outros países e o apoio do CNRS e do Museu de Cluny. Um centro de documentação é entretanto criado no *Musée de L'Eveché de Limoges*, hoje *Musée des Beaux Arts*.¹⁵

¹⁰ R. Balsa de la Vega, "Orfebrería gallega," *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones* XX (1912): 122-145; Pedro Miguel Artiñano y Galdácano, "Esmaltes españoles," *Arte Espanõl* VI (1922): 224-241; V. Juaristi, *Esmaltes, con especial mención de los españoles* (Barcelona: Labor, 1933).

¹¹ W. L. Hildburgh, *Medieval Spanish Enamels and their Relation to the Origin and the Development of Copper Champlevé enamels of the Twelfth and thirteenth Centuries* (Oxford: University Press, 1936).

¹² M. Ch. Ross, "Esmaltes catalanes de los siglos XII-XIII," *Archivo Español de Arte* XIV, 44 (1940-1941): 4-6. Idem, "Le devant d'autel émaillée d'Orense," *Gazette des Beaux-Arts* LXXVII 872 (1933): 272-278. Idem, "Un Esmalte Galego in New York," *Nós, Publicacions Galegas* 121 (1934): 4-6.

¹³ Frederick Stohlman, "Gli smalti del Museo Sacro Vaticano," in *Catalogo del Museo Sacro della Biblioteca Apostolica Vaticana* (Città del Vaticano: Biblioteca apostolica Vaticana, 1939).

¹⁴ Statens historiska museum. *Reliker och relikvarier från svenska kyrkor: tillfällig utställning*. (Stockholm: Het Museum, 1951)

¹⁵ Jean-Marie Guillouët e Dany Sandron, prefácio a *l'Oeuvre de Limoges et sa diffusion. Trésors, objets, collections*, ed. Danielle Gaborit Chopin e Frédéric Tixier, (Paris: Presses Universitaires de Rennes/ Institut National D'Histoire de L'Art, 2011), 9-10.

Após a morte da investigadora e ainda inacabado o segundo volume do corpus, o projecto seria retomado pelo organismo que viria a ser o *Institut National d'Histoire de l'Art* (INHA) em colaboração com o *Departement des Objects d'Art* do Louvre. Várias bolsas de doutoramento são atribuídas para tratamento da informação documental e fotográfica existente, e o apoio financeiro permite disponibilizar *on-line* a obra *Catalogue International de l'Oeuvre de Limoges. L'époque Romane*, publicada em 1987 por M. M.-Gauthier e Geneviève François.¹⁶

Em resultado desse primeiro grande impulso de investigação, que teve como alvo principal os esmaltes medievais, e do estreito contacto entre investigadores em Paris mas também em Princeton e no MET de Nova Iorque, desenvolvem-se paralelamente estudos de rastreamento e inventário sobre os esmaltes renascentistas, vários deles realizados nos Estados Unidos e em Inglaterra partindo das colecções, hoje públicas, adquiridas em França, sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Um pouco por todo o lado, (na Rússia, na Áustria, na Alemanha, na Suécia, etc.) vão surgindo estudos avulsos e catálogos de colecções de esmaltes.

Esta dinâmica está associada ao desenvolvimento tecnológico, relativamente recente, no estudo da composição do vidro e sua aplicação a esta área de investigação, nomeadamente no *Instituto de Química da Universidade Técnica de Berlim*, com Stefan Röhrs, e no *Centre de Recherche de Restauration des Musées de France* (CRRMF), com Isabelle Biron. A análise de um grande volume de objectos tem permitido a construção de um banco de dados que, por sua vez, tem proporcionado avanços muito relevantes no conhecimento de matérias e técnicas de produção e, conseqüentemente, nos estudos de datação e autenticidade de muitas peças.

Paralelamente o avanço científico nestes domínios, cruzado com os estudos comparativos de âmbito cada vez mais alargado, tem constituído enorme mais-valia na identificação de reproduções e falsos, uma questão que se tornou candente nas duas últimas décadas.

1.2. O CASO PORTUGUÊS

Em Portugal, algumas das peças medievais em esmalte mais qualificadas e íntegras que hoje se conhecem eram provavelmente já conhecidas do público oitocentista, embora se mantivessem no âmbito local das sés e igrejas a que pertenciam. Salvo raras excepções, nenhuma delas parece ter suscitado a curiosidade dos eruditos, portugueses ou estrangeiros, pelo menos em medida suficiente para dar lugar a qualquer escrito sobre o assunto ao longo do século XIX.

Não obstante, no final do século, aquando da *Grande Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*, o número de espécies em esmalte que mereceram o interesse dos comissionados encarregues de seleccionar o vasto conjunto a apresentar em Portugal, revela a generalização entre o público coleccionista português do gosto e apetência por peças deste tipo. As maiores colecções particulares (Palmela, Daupias e Allen) tinham esmaltes, bem como a maioria dos tesouros catedralícios e grandes instituições monásticas (ou o que destas restava integrado no património do Estado).

A *Exposição de Arte Ornamental* é pois o momento de revelação pública de grande parte das peças de esmalte existentes em Portugal, pelo menos o primeiro em que saem do âmbito local a que estavam limitadas e ganham visibilidade nacional.¹⁷

¹⁶ O segundo tomo da obra – Marie Madeleine Gauthier *et al.*, *Corpus des émaux méridionaux: L'apogée 1190-1215* (Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques – CTHS, 2011) – foi lançado no Louvre em 2011, divulgando um levantamento de 860 peças distribuídas pelo mundo inteiro.

¹⁷ Embora a exposição tenha primeiramente (em 1881) sido apresentada no Museu de South Kensington, os seus objectivos focavam-se na produção local de cada país (Portugal e Espanha). Na exposição em Londres, J.C. Robinson pretendia dar corpo ao levantamento que vinha fazendo na Península desde 1862, e que pretendia ser a primeira abordagem sistemática e metódica às artes decorativas e industriais desses dois países. A exposição apresentada em Lisboa em 1882, com diferentes propósitos, é muito mais abrangente (foram apresentados em Londres menos de 400 objectos, em Lisboa mais de 4000) e traz a público muitas

O processo aparentemente legitima-as, confere-lhes valor e reforça-lhes o estatuto de “obra de arte”.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, Gabriel Pereira, Luís Chaves, Joaquim de Vasconcelos e Aarão de Lacerda inauguram os escritos sobre esmaltes em Portugal:

1. Gabriel Pereira escreveu sobre os esmaltes renascentistas da casa Palmela em 1904;¹⁸
2. Luís Chaves, de modo quase casual, em 1913, sobre uma capa de evangeliário comprada para o Museu Etnológico;¹⁹
3. Joaquim de Vasconcelos, em 1914-15, sobre a série de esmaltes renascentistas de Santa Cruz de Coimbra, integrando um capítulo da sua *História da Arte Religiosa em Portugal*;²⁰
4. Aarão de Lacerda em 1919 sobre a croça de báculo da Ermida de Paiva, integrado no estudo que faz sobre esse monumento;²¹
5. Uma breve apresentação das duas arquetas do Tesouro da Sé de Viseu é em 1921 publicada no roteiro do Museu Grão Vasco, da autoria de Almeida Moreira.²²
6. Na década seguinte, em 1935, num estudo sobre mobiliário português,²³ Alfredo Guimarães dedica pouco mais de quatro páginas a um levantamento dos esmaltes existentes em Guimarães e, pela primeira vez, aos itens de esmalte referenciados na documentação medieval, embora limite o estudo à documentação vimaranense.
7. Nesse mesmo ano é publicada em Lisboa a única monografia sobre esmaltes artísticos e industriais alguma vez produzida em Portugal.²⁴
8. Nas décadas seguintes surgem alguns estudos avulsos dedicados às peças quinhentistas integradas nas colecções públicas (o tríptico de Cenáculo no Museu de Évora, a série da Paixão de Cristo segundo Dürer, de Santa Cruz de Coimbra, no Museu Soares dos Reis) ou em obras cujo tema central é a ourivesaria, obtendo nesse contexto escasso protagonismo, sobretudo no que se refere aos esmaltes medievais.
9. Ao longo da década de 80 do século XX, os estudos de Avelino Jesus da Costa sobre a documentação das Sés de Braga e de Coimbra reconhecem a singularidade deste tipo de objectos no contexto da documentação estudada.

Já no final do século XX, gozando de uma conjuntura política e económica específica, realizam-se três exposições e respectivos catálogos, que contribuíram de modo muito relevante para o estudo e divulgação dos esmaltes em Portugal e no estrangeiro:

1. O festival cultural *Europália*, que em 1991 teve Portugal como tema, apresentou várias exposições em diferentes lugares, em algumas das quais foram exibidas peças de esmalte medievais de colecções portuguesas.
2. *Nos confins da Idade Média*, exposição apresentada entre 1992 e 1993 no Porto e em Gand, promovida pelo então recém-criado Instituto

dezenas de peças às quais se reconhece interesse e valor independentemente do local de produção. É nessa perspectiva que a série de Santa Cruz e o tríptico de Évora, entre muitas outras peças, são aí apresentadas.

¹⁸ Gabriel Pereira, *Os Esmaltes da Casa Palmela* (Lisboa: Oficina Typográfica, 1904).

¹⁹ Luís Chaves, “Arqueologia medieval. Chapa de metal com figuras e esmaltes,” *O Archeólogo Português* 20, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1915): 155-160.

²⁰ Joaquim de Vasconcelos, *Arte Religiosa em Portugal* (Porto: Emílio Biel e C^a Editores, 1914-1915).

²¹ Aarão de Lacerda, *O Templo das Siglas: a igreja da ermida do Paiva* (Porto: Aarão de Lacerda, 1919).

²² Francisco de Almeida Moreira, *Museu Regional de Grão Vasco: Viseu. Catálogo e Guia sumário* (Porto: Francisco de Almeida Moreira, 1921).

²³ Alfredo Guimarães, *Mobiliário Artístico Português (Elementos para a sua História)* ([Guimarães]: Edições Pátria, 1935).

²⁴ Artur Lobo de Ávila, *Esmaltes Artísticos e Industriais* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1935).

Português de Museus, onde se mostraram também praticamente todas as peças medievais então conhecidas e se publicaram estudos de catalogação para todas elas.

3. A exposição *Cristo Fonte de Esperança, Exposição do Grande Jubileu do Ano 2000*, promovida pela Conferência Episcopal Portuguesa/Diocese do Porto em que de novo algumas peças medievais mereceram atenção.
4. A exposição *De Limoges a Silos*, promovida pela *Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior* e apresentada em Madrid, Bruxelas e Silos entre 2001 e 2002, integrou duas das mais emblemáticas peças de esmalte em colecções portuguesas, as duas arquetas relicário da Sé de Viseu.²⁵

Entretanto, a campanha de produção de inventários iniciada pela Secretaria de Estado da Cultura em 1991 foi tendo, no que às colecções museológicas se refere, um papel importante na divulgação dos esmaltes medievais, ao proporcionar a publicação de catálogos de recenseamento sistemático das colecções de ourivesaria e metais, criando pela primeira vez a noção de que está por fazer um estudo mais aprofundado que o número e variedade de espécies existentes em Portugal bem justifica.

Ainda assim, as várias abordagens feitas no contexto das exposições e publicações acima referidas, tratam a temática da produção e recepção dos esmaltes de modo marginal ou acessório. Dessa forma, embora constituam contributos muito válidos para o estudo e divulgação desta categoria de objectos, não são, nem pretendiam ser, o estudo sistemático de comparação e referenciação de peças que deve permitir o posicionamento do caso português num quadro europeu de ligações de vária ordem, onde se inscrevem meios de difusão do gosto, de circulação de artífices, modelos e práticas de encomenda e de relação com os centros produtores de maior proximidade, e a consequente inserção num *corpus* de informação internacional que ao longo do tempo sistematicamente o ignorou.

2. DOCUMENTOS E OBJECTOS

2.1 A DIFUSÃO

Como já se referiu, a produção de objectos em metal decorados com esmalte, estabelecida em Limoges, em Silos e noutros centros do Sudoeste da França e Norte da Península Ibérica, difundiu-se, como nenhuma outra produção artística, por toda a Europa.

O auge do fenómeno de difusão dos esmaltes dos *ateliers* limusinos e peninsulares ocorre entre a segunda metade do século XII e o século XIII, facto a que não é alheia a adopção do cobre como suporte para aplicação do esmalte e, por outro lado, a directriz do Concílio de Latrão de 1215, que estabeleceu as alfaias produzidas em esmalte como aptas para a recepção das partículas sagradas. Mas prosseguiu, reformulando-se, ao longo do século XIV, com o desenvolvimento no final da centúria anterior da técnica de aplicação de esmalte translúcido sobre os metais preciosos, trabalhados em *basse taille*.

O fenómeno de difusão no caso português, cujo estudo está ainda em curso, presume-se resultante sobretudo de dinâmicas de circulação de bens sumptuários e de artífices nas rotas de peregrinação de Santiago e de São Martinho de Tours. Mas, a

²⁵ Esta apresentação terá sido determinante na divulgação destas duas peças, que desde então foram incluídas no repertório de bibliografia sobre esmaltes publicada pela investigadora galega Josepha Gallego Lorenzo: Josepha Gallego Lorenzo, *Recurso de información para el estudio de los esmaltes champlévé en España* (Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2005).

A mesma autora redigiria as fichas destas duas peças publicadas no volume do *corpus* dos esmaltes meridionais publicado em 2011: Marie Madeleine Gauthier *et al.*, *Corpus des émaux méridionaux: L'apogée 1190-1215* (Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2011).

presença desde muito cedo de comunidades francas em território nacional, as proffucas redes de relações estabelecidas entre os membros das ordens religiosas por toda a Europa, a itinerância de altos dignitários da Igreja, a permanência no país de bispos francos à frente das dioceses e a circulação de artífices ambulantes ou contratados para empreitadas concretas, para além da proximidade e das relações estreitas na dependência do Priorado de Celanova (Ourense), onde em 1188 se executava o frontal de altar de D. Alfonso, são factores que terão também contribuído de modo decisivo para a circulação deste tipo de objectos e para a divulgação das preferências iconográficas e estéticas que dominavam a sua produção.

Portugal acolheu precocemente um número considerável de objectos deste tipo. O número de peças e fragmentos de peças que subsistiu até aos nossos dias e a abundância de referências na documentação medieval comprovam-no à exaustão.

Objectos e documentação definem-se como as duas grandes frentes de pesquisa do presente estudo.

Para a documentação optámos por constituir uma amostra aberta que partisse maioritariamente de documentação já publicada, uma vez que nas últimas décadas tem sido dado à estampa um volume de documentos de natureza inventarial, designadamente dos tesouros das Sés Catedrais, organismos religiosos, Misericórdias, Ordens Militares, bem como testamentos e documentação afim, por si só mais que suficiente para constituição de uma amostra qualificada, em número e em género, da realidade portuguesa para o domínio em estudo.

Para este capítulo do estudo foi considerado o período compreendido entre a segunda metade do século XII e o final do século XIV, entendidas estas como datas extremas de provável produção dos objectos referenciados e não como datas da documentação em estudo, a qual, pela sua natureza, não pode ser fixada de modo rígido. A amostra constituiu-se até ao momento com os seguintes documentos:

- a) Inventários da Colegiada de Guimarães de 1286, 1302, reinado de D. Afonso V e 1459;²⁶
- b) Inventários do Tesouro e Biblioteca da Sé de Coimbra de 1393, 1492 e 1517 e *Livro das Calendas da Sé de Coimbra*, de 1062-1445;²⁷
- c) Inventários para recolha da prata das igrejas durante o reinado de D. Afonso V;²⁸
- d) Inventários do Tesouro e Biblioteca da Sé de Braga de 1589 e de 1645;²⁹
- e) Inventários do Tesouro da Sé de Viseu de 1188 e de 1331;³⁰
- f) Testamentos eclesiásticos;³¹

²⁶ Eduardo de Almeida, "Os Cónegos da Oliveira," *Revista de Guimarães* 36, n.º 1-2 (1926): 41-45; 36, n.º 4 (1926): 165-173.

²⁷ *Inventário da Biblioteca e do Tesouro da Universidade de Coimbra*, extraído do *Livro das Calendas 1062-1445*; 1393, Janeiro, 26 e 31, *Coimbra – Inventário da Biblioteca e tesouro da Sé de Coimbra*. Torre do Tombo (TT), *Sé de Coimbra*, 2.ª incorp., m. 100, n.º 4832-a, publicado em Avelino de Jesus da Costa, "A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos Séculos XI a XVI," Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXXVIII (1983).

²⁸ José Marques, "O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela," in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época* (Porto: Universidade do Porto/ Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989): 201-219.

²⁹ Avelino de Jesus da Costa, "A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII," *Theologica* 18 n.º1-2 (1983): 107-260; 18 n.º3-4 (1983): 479-680.

³⁰ TT, *Sé de Viseu*, m. 5, doc. 7 *Inventário do Tesouro da Sé de Viseu 1188* [E. 1226] Outubro, 3, Viseu, publicado em Saúl António Gomes, "Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188," *Humanitas* 54 (2002): 269-281; 1331, Abril, 11, Viseu, na Sé. *Inventário dos bens da Sé de Viseu, existentes aquando da morte do bispo D. Gonçalo, realizado por ordem de D. Miguel Vivas Bispo eleito de Viseu*. Arquivo Distrital de Viseu *Pergaminhos*, m. 28, n.º 93 publicado em Ana Paula Figueira Santos e Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "Património da Sé de Viseu segundo um inventário de 1331," *Revista Portuguesa de História* XXXII (1997-1998): 96-146.

³¹ José Marques, "O Testamento de D. Fernando da Guerra," Sep. de *Bracara Augusta* 33 fasc.75-76 (87-88) (1979); Idem, "O Testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã," Sep. de *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos da Dedicção da Catedral* (1993): 185-239; Maria do Rosário Morujão, *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325* (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010).

-g) Testamentos áulicos.³²

A análise desta documentação, processo ainda em curso, permitiu-nos até à data identificar um conjunto de obras em esmalte, frequentemente referidas como de origem limusina, desde muito cedo (considerando o período áureo de difusão que acima referimos) adquiridas por prelados e instituições em Portugal.

2.2 O ESMALTE “CHAMPLEVÉ” NA DOCUMENTAÇÃO PORTUGUESA

A mais remota dessas referências encontramos-na no testamento de D. Fernando Martins, bispo do Porto (1176-1185),³³ documento não datado, mas anterior a 1185, no qual o prelado faz doação à Sé de “dua paria candelaborum de Alimoges [...]”.

Mas num inventário da Sé de Viseu, iniciado apenas três anos mais tarde, registam-se nada mais nada menos que onze itens de esmalte a saber;³⁴ duas arcas (Et. ij arcas de esmaldo), três cruces (Et. j. cruz de prata e iij. de esmaldo) e seis “candeleiros” ou candelabros (?) (Et. ij. candeleiros de prata. Et. iij. de esmaldo. Et. ij. ditagus de esmaldo).

Estranhamente, quando, em 1331, D. Miguel Vivas ocupa o cargo de Bispo de Viseu e manda proceder ao inventário do património da instituição, aparentemente já nada resta dessas alfaias, sendo apenas registada “Item hua crux pequena da Limogees nom de prata com seu crocifiço”. O facto surpreende pelo número elevado de objectos anteriormente registado e pela durabilidade que hoje se sabe caracterizar esta produção, mas também pelo facto de se conhecerem hoje no Tesouro da Sé de Viseu as duas arquetas de esmalte que poderíamos presumir serem as mencionadas no inventário de 1188 a que acima aludimos. Porque as terá omitido o inventário de 1331?

Ainda em 1190, no *Livro das Calendas da Sé de Coimbra* registam-se os legados à Sé, por D. Martinho Gonçalves, bispo de Coimbra (1183-1190),³⁵ de um “baculum de Elemoginis” e, já em 1209, por D. Rodrigo, de “tria parva castiçalia de Alimogenes”.³⁶ Neste mesmo documento registara-se o legado, em 1205, de um cibório ornado com cruz de esmalte.

No mais antigo inventário conhecido da Colegiada de Guimarães, datado de 1286, podemos também encontrar referência a quatro castiçais e uma arca para relíquias de Limoges: “Item IIII^{or} castiçales de alimoges. (...) Item una arca de alimoges parua cum reliquiis”.³⁷

A ausência de um inventário geral dos bens da Sé anterior a 1393, para além daquele que pode extrair-se do obituário acima mencionado, dificulta a tarefa de datação de duas peças que se destacam, pelo que até agora pudemos averiguar, pela sua raridade entre o mobiliário litúrgico da época em Portugal. Trata-se de um sobrefrontal “[...] de Elimosiis que seem na capella de Sam Giraldo, que tem sete ymagees e falece-lhy pedras que já teve”,³⁸ a única peça desta tipologia (sobrefrontal) a que até agora pudemos encontrar referência e que aparentemente se encontrava à data do inventário já em mau estado de conservação, pelo que se presume que seria já antiga. Ainda um outro frontal, o frontal mor, é objecto de descrição no mesmo inventário, aliás particularmente detalhada, atendendo ao mau estado de conservação e às inúmeras perdas que apresenta à data do inventário. A raridade de tal descrição justifica, parece-nos, a sua transcrição:

“[...] no dicto frontal está hua fegura da Trindade com seu campo e mingava-lhy hua pedra na cruz da par da cabeça. E tem quatro esmaltes no dicto canpo, dous deles

³² Antonio Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado (Coimbra: Atlântida, Livraria Editora, 1948).

³³ Arquivo Distrital do Porto, *Censal do Cabido da Sé do Porto*, liv. 1656, fls. 102-103, publicado em *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*, 523-528.

³⁴ Gomes, “Livros e alfaias litúrgicas”, 281; Lúcia Maria Cardoso Rosas, “A ourivesaria no tempo de D. Afonso Henriques: proposta de uma revisão,” in *No tempo de D. Afonso Henriques. Colóquio. 22-23 Junho 2010* (Guimarães: Museu de Alberto Sampaio, 2010).

³⁵ Costa, “A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra,” 67.

³⁶ *Ibid.*, 75.

³⁷ Almeida, “Os Cónegos da Oliveira,” 42.

³⁸ Costa, “A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra,” 133.

com os sinaes do bispo Dom Reymundo. E os outros dous com sinaes de Dom André Annes, chantre que foy da dicta See. E a cercadura do canpo da dicta Trindade hé cuberta de folhetaria dourada. Estam em ella doze pedras boas e outros tantos esmaltes. E em na dicta cercadura mingua hua folha. Item, no dicto campo, em cima da dicta Trindade, está hua fequra d'aguia e outra dhuum ango e em fundo outra fequra dhuum touro e outra fequra dhuum liom. E som todos dourados com seus rotillos nas mãaos, dos quaaes rotillos mingua à aguia e ao leam, contra os pees, senhos pequenos [pedaços]. E o dicto frontal hé cercado de lavor de folhetaria dourada e de seus esmaltes, que som dez seiis. Item, nas bordas da meatade do dicto frontal que atravessam ao longo e ao través e som dez esmaltes e catorze pedras. E do al todo acabado e coberto que nom parecia em el pao nem huum. Mingua hua folheta redonda que esta em cima do capitel da cabeça da segunda ymagem, que está contra cima da parte donde se diz o Avangelho. Item, há maiis no dicto frontal as fequras de doze apostollos com seus regaços todos dourados e mingua-lhis nove mãaos [...]

Não temos até à data conhecimento da existência de nenhum outro frontal de ou com esmaltes em Portugal, existente de facto ou sequer referenciado em documentação, pelo que se torna até difícil imaginar a configuração desta peça. Os frontais são aliás uma das tipologias mais raras, mesmo noutros países da Europa, sendo a maioria dos escassos sobreviventes não mais do que conjuntos de fragmentos dispersos por vários museus e colecções, que a custo museus e investigadores vão tentando reconstituir. É disto exemplo paradigmático o frontal da catedral de Orense, que se presume ter sido encomendado pelo bispo D. Alfonso, por volta de 1188. Desmontado talvez ainda no século XVI e posteriormente desmembrado, tem nos últimos anos sido objecto de esforços vários de reconstituição.³⁹

O frontal mor de Coimbra seria obra anterior a 1324⁴⁰ e apresentava (ainda mais que o sobre frontal da capela de São Geraldo) múltiplos sinais de degradação, evidenciando que se tratava de peça bastante antiga à data em que é feita a descrição.

Uma outra referência neste documento levanta questões várias que o presente estudo pretende futuramente vir a ter em apreço: “VI castiçaes de latam pequenos, que seem no tesouro e teem senas cupas por pees e senhos esteos pequenos aloados (?) em que poem os círios. E som à maneira d'Aliimosiis”,⁴¹

O que pretenderia o inventariante descrever com a expressão “à maneira de Limoges”? A morfologia do objecto ou a sua decoração? O termo reflectiria alguma dúvida relativamente à origem de produção dos castiçais ou simplesmente o uso de uma nomenclatura que era do domínio comum para descrever um objecto de outra origem mas com afinidades formais ou técnicas com os de Limoges?

Em que medida terá a produção nacional de alfaias litúrgicas em metal usado os modelos limusinos tão particulares, produzindo “à maneira de Limoges” satisfazendo uma procura que se adivinha abundante? Quando e em que medida a designação “de Limoges” se terá tornado genérica e sido usada para referir todo o objecto esmaltado com determinadas características independentemente da sua origem de produção?

2.3 O ESMALTE “BASSE TAILLE” NA DOCUMENTAÇÃO PORTUGUESA

O inventário da Sé de Coimbra de 1393, bem como a documentação da mesma Sé e da Sé de Braga, que releva da chamada “recolha da prata” levada a cabo durante o reinado de D. Afonso V, revela referências a peças decoradas com elementos em esmalte. Embora com algum risco, podemos admitir que se trataria de esmaltes translúcidos sobre prata esculpida em *basse-taille*, ou seja, não de peças em cobre totalmente

³⁹ Danielle Gaborit-Chopin e Frederic Tixier, *l'Oeuvre de Limoges et sa diffusion. Trésors, objets, collections* (Paris: Presses Universitaires de Rennes, Institut National D'Histoire de L'Art, 2011), 76; Marie Madeleine Gauthier et al., *Corpus des émaux méridionaux: L'apogée 1190-1215* (Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2011), 130-135.

⁴⁰ Uma vez que tinha apostas as armas do bispo D. Raimundo, cuja data de morte o *Livro das Calendas* acima referido indica ser 1324. Costa, “A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra,” 75.

⁴¹ *Ibid.*, 134

esfaltadas (como o eram grande parte das produzidas em esmalte *champlevé* oriundas de Limoges ou de *ateliers* do Norte da Península Ibérica), mas sim de objectos, geralmente em prata, com aplicações em esmalte, provenientes presumivelmente de *ateliers* parisienses, catalães ou aragoneses, mas também venezianos e sienenses. Tais referências e o número e natureza das peças desse tipo que lograram subsistir até aos nossos dias testemunham da sua ampla recepção em Portugal. O universo documental bem como de peças ainda existentes abre-se aqui exponencialmente, alargando à esfera civil, áulica sobretudo, e diversificando tipologias (formais e funcionais), técnicas de fabrico, clientela e centros de produção.

Por se tratar de uma enorme “bolsa” de informação cujo tratamento temos ainda em fase incipiente, mencionaremos aqui apenas a título exemplificativo algumas das muitas referências a peças deste tipo que se fazem no inventário de 1393 da Sé de Coimbra e no inventário do século XV (período de D. Afonso V para recolha da prata) da Colegiada de Guimarães.

No final do século XIV, onze dos cinquenta itens que constituem o “titollo da plata e ouro da dicta egreja da See” têm esmaltes aplicados, muitos dos quais podemos presumir datarem da centúria anterior. A esse número somam-se ainda o frontal mor e o sobre frontal a que acima nos referimos:

- “item. Outra cruz grande de plata branca, dourada per partes, em que avia huum crucifixo e da outra parte a imagem da Trindade em [que] avia oyto esmaltes em na cruz e hua pedra verde e o pee da cruz todo esfaltado em claustra e imagees de homeens e molheres”.⁴²

- “Item. Outro calez antigo feito à maneyra de vasso e tem no vasso de cima quatro esmaltes e quatro no fundo, todo dourado”.⁴³

- “Item. Dous castiças de plata grandes dourados, e teem em cima arredor folhetaria enlevada com senhos vasos em cima e três pees e vinte e huum esmaltes cada huum anielados”.⁴⁴

No inventário do tesouro da Colegiada de Guimarães são sobretudo cálices as sete peças com esmalte (nas quais não estaria ainda incluído o famoso cálice de S. Torcato, cuja incorporação no tesouro se faria em 1476). Neste inventário, como no da Sé de Coimbra, verifica-se que os esmaltes são sistematicamente designados pelo número e localização no corpo da peça, evidenciando a diferente tipologia formal: “[...] seis esmaltes no pee e seis na maçaa e huu na patena [...]”, ou “cõ três esmaltes darmas e três rrosetas no pee e seis esmaltes na maçaa cõ sua patena esfaltada com a trindade [...]”.⁴⁵

São ainda referidas duas cruzes com aplicações em esmalte, uma delas dita “chaa com treze esmaltes de prata e huu cruçeffixo nomeo [...]” a outra “de pedra cristal pequena q tem huu esmalte e huu cruçifixo”⁴⁶ (não estando ainda presente a cruz oferecida por D. João das Regras à Colegiada), e um coral “[...] com seu pee de prata dourado com quatro esmaltes no pee, e huu esmalte de prata cõ huua imaiem de santa maria e sseu ffylho, he em fondo huua ave e em çima huua cruz com Joane e maria [...]”.

Deduzindo como seriam essas peças pela aparência das que hoje conhecemos, estes elementos de esmalte concentrariam em si toda a componente narrativa, simbólica ou heráldica daquilo em que eram aplicados. Além disso, tinham grande potencial plástico, permitindo colorir e enriquecer alfaias de metal (latão, prata e ouro), mas também paramentaria de toda a espécie, a par com as pedras preciosas, o coral ou as pérolas aljofradas.

O uso do esmalte para aposição de escudos de armas seria muito frequente, conforme atestam a documentação e várias das peças que compõe o tesouro da Colegiada da Senhora da Oliveira de Guimarães ou o tesouro da Rainha Santa em Coimbra. A

⁴² Ibid., 83

⁴³ Ibid., 87.

⁴⁴ Ibid., 122.

⁴⁵ Almeida, “Os Cónegos da Oliveira,” 164-165.

⁴⁶ Ibid., 166 e 167.

análise destes escudos poderá ser um elemento chave para o conhecimento de oficinas e centros de fabrico.

É importante salientar que as duas frentes de trabalho – documentação e objectos – que nos propomos analisar constituem, salvo raras excepções, universos completamente distintos, isto é, a grande maioria dos objectos referidos na documentação já não existe, ou pelo menos não se encontra no lugar a que os documentos os associam, e boa parte dos objectos que hoje existem nos tesouros das catedrais ou nas colecções públicas e privadas não está documentada ou não é relacionável com a amostra documental que elegemos.

O processo de sinalização de objectos para o presente estudo começou por ser feito principalmente nas colecções dos museus da administração central e local, mas foi-se depois alastrando naturalmente às colecções da Igreja, das misericórdias e inclusivamente a colecções privadas, acabando por alargar de modo considerável a amostra de que inicialmente supúnhamos dispor, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

A produção de objectos em esmalte na Época Medieval serviu fundamentalmente uma clientela religiosa e áulica e materializa-se sobretudo em objectos de função litúrgica e ritual (as excepções serão, por exemplo, as placas funerárias como a de Godofredo o Plantageneta e elementos de adorno de telizes e arreios). As tipologias de objectos são pois limitadas a esse universo, apesar de tudo muito diversificado.

No caso dos objectos em esmalte *champlevé*, do final do século XII e do século XIII, as tipologias das quais foi possível reunir objectos nos dois *corpora* dos esmaltes medievais até agora constituídos⁴⁷ são as seguintes: arquetas relicário, cruzes, crucifixos, candelabros e castiçais, croças de báculo, capas de evangeliário, pombas eucarísticas, cibórios, navetas, caixas de ambulans, frontais de altar, retábulos e altares portáteis, placas funerárias, ornatos para telizes e arreios.

Destas, encontramos referenciadas na documentação portuguesa os candelabros e castiçais, as cruzes, as croças de báculo, as arcas para relíquias, o sobre frontal e eventualmente um frontal de altar.

Entre os objectos que até à data localizámos não se encontra um único candelabro, tão pouco há já rasto dos frontais da Sé de Coimbra ou de quaisquer outras arcas de relíquias para além das duas do tesouro da Sé de Viseu e de uma existente na colecção da Fundação Casa de Bragança.

As peças cujo levantamento aqui relatamos estão ainda em estudo, tendo algumas delas sido objecto de pequenos estudos recentes integrados em catálogos de exposições.

As peças mais numerosas são figuras de aplique que terão pertencido a cruzes hoje desaparecidas, uma proveniente da colecção da rainha D. Amélia e provavelmente de entrada relativamente recente em Portugal, tendo presumivelmente pertencido ao conde de Paris.⁴⁸ Uma outra actualmente integrada no tesouro da Sé de Viseu em resultado de uma oferta de um particular já no século XX (**fig. 1**). Uma cruz e a respectiva imagem, duas peças com a particularidade de apresentarem marcas (das peças até agora identificadas só uma outra apresenta marca), hoje pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia, de proveniência desconhecida.

Uma cruz de aplicação, igualmente com o respectivo crucifixo, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, proveniente do legado Barros e Sá e integrada no acervo em 1981 (**fig. 2**).

Uma cruz com o respectivo crucifixo ainda do Museu de Arte Antiga e proveniente do Legado Barros e Sá.

Uma cruz com o respectivo crucifixo e figuras aplicadas integrada no tesouro da Sé de Braga, de proveniência desconhecida (**fig. 3**).

Uma cruz (ou talvez apenas o crucifixo que lhe está aplicado) oferecida por um particular em 1926 à Sociedade Martins Sarmento (**fig. 4**).

⁴⁷ Gauthier, *Émaux méridionaux*. Idem, *Corpus des émaux méridionaux*.

⁴⁸ *Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga. Colecção de Metais - Cruzes Processionais - Séculos XII-XVI* (Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Inventário do Património Cultural), 53.

Uma figura de aplicação na extremidade de uma cruz, encontrada em escavação arqueológica no lugar de Monte Padrão, Santo Tirso, hoje no Museu de Abade Pedrosa (**fig. 5**).

Uma croça de báculo, hoje no Museu de Arte Antiga, proveniente da Ermida de Castro Daire.

Duas arquetas relicário integradas no tesouro da Sé de Viseu (**fig. 6 e 7**). Estas arquetas são porventura, das peças existentes em Portugal, as com maior fortuna crítica e as mais divulgadas em bibliografia e exposições no estrangeiro. Seriam em princípio cofres relicários, embora estejam hoje vazias e não haja qualquer informação sobre que relíquias possam ter contido.

As duas peças apresentam diferenças do ponto de vista técnico e mesmo de concepção, tendo já sido colocada a hipótese de uma delas ser de produção peninsular e a outra de Limoges.⁴⁹ Conhecendo outros casos, entre as mais de duzentas arquetas suas congéneres até hoje inventariadas pela Europa, podemos presumir que tenham sido adquiridas para albergar alguma remessa de relíquias especialmente importante.

A época em que terão sido fabricadas e a data do inventário em que são registadas duas arcas de esmalte na Sé, entre outros objectos em esmalte, correspondem a um período de "dotação orçamental" estratégica da instituição por D. Afonso Henriques.⁵⁰

Um outro cofre relicário de maiores dimensões, já referido acima, de datação presumivelmente mais tardia (século XIV?) e de difícil filiação, existe nas colecções da Fundação da Casa de Bragança. Já pertencia a D. Luís quando em 1867 o fez fotografar⁵¹, e terá provavelmente sido adquirido no século XIX.

Uma parte central de uma capa de evangeliário, encontrada em escavações arqueológicas em S. Sebastião do Freixo, na região de Leiria, em 1912, e hoje integrada no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, foi, aquando da descoberta, entendida como uma peça completa, que certamente não é, e datada do século XIII.⁵²

Uma placa que poderá ter pertencido a uma arca ou a outra peça de dimensão média, de proveniência desconhecida, da colecção de D. Frei Manuel do Cenáculo, hoje no Museu de Évora (a segunda peça do presente levantamento que apresenta marca de fabrico)⁵³ e finalmente um segmento de uma placa (talvez de uma arca ou de um frontal) reaproveitado para cobrir a intersecção dos braços de uma cruz de época posterior, pertencente à Igreja Matriz de Águas Vivas, diocese de Bragança/ Miranda.

De produção posterior e oriundas de um diferente centro de fabrico (provavelmente Burgos), são duas cruzes do Museu Nacional de Arte Antiga provenientes das colecções reais/Palácio das Necessidades, outras duas provenientes de colecções particulares (uma delas do legado Guerra Junqueiro) e incorporados ao longo do século XX, e ainda uma quinta também do Museu de Arte Antiga proveniente da colecção Teixeira de Aragão, também integrada em época recente.

Quanto às peças com esmaltes *basse-taille*, o número e qualidade das peças que podemos identificar está também longe da diversidade e riqueza que a documentação sugere.⁵⁴

⁴⁹ Cristo Fonte de Esperança. *Exposição do grande Jubileu do Ano 2000* (Porto: Edifício da Alfândega, 2000): 296-297; Lúcia Maria Cardoso Rosas, "A ourivesaria no tempo de D. Afonso Henriques: proposta de uma revisão," in *No tempo de D. Afonso Henriques* (Guimarães: Museu de Alberto Sampaio, 2010).

⁵⁰ Em 1183 D. Afonso Henriques doou ao cabido dos "herdamentos que possuía em Travanca de Bodiosa (c. Viseu), com a condição dos cônegos manterem iluminado o altar de Santa Maria e aplicarem o rendimento remanescente na construção da Sé e na aquisição de livros e ornamentos para os seus altares." Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "Viseu – do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano," *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, Tomo I (2010): 34.

⁵¹ Hugo Xavier, "O «Museu de Antiguidades» da Ajuda: Numismática e Ourivesaria das Colecções Reais ao Tempo de D. Luís," *Revista de História da Arte* 8 (2011): 78.

⁵² Chaves, "Arqueologia Medieval," 155.

⁵³ Gabriel Pereira, *Estudos Eboresenses*, vol. II (Évora: Nazareth, 1948), 265.

⁵⁴ Por levantarem todo um outro conjunto de questões diversas das que temos vindo a abordar, excluímos por agora os exemplares em que a aplicação de esmalte se limita ao escudo de armas, como as imagens de Nossa Senhora com o Menino do Museu de Machado de Castro, a de Nossa Senhora da Oliveira do Museu Alberto Sampaio ou o cofre relicário de Luís Vasques da Cunha, do mesmo Museu, entre outras.

Do conjunto de peças deste tipo destacamos três cruces, um cálice, uma patena e uma croça de báculo.

A cruz de jaspe do Museu de Machado de Castro, proveniente do tesouro da Rainha Santa, a cruz no mesmo museu, proveniente do tesouro da Sé de Coimbra (**fig. 8 e 9**), a cruz oferecida por João das Regras à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (que hoje apresenta as placas de prata já sem esmalte mas que aquando do inventário de 1527 era ainda esmaltada)⁵⁵, o cálice do mesmo museu proveniente do Mosteiro de São Torcato (**fig. 10**), a patena que hoje lhe está associada, e a croça de báculo do Museu de Machado de Castro, proveniente do Mosteiro de Santa Maria de Semide.

Como acima se referiu, a amostra de documentação está em aberto e a própria análise da documentação já localizada carece ainda de aprofundamento, não estando pois explorada em todo o seu potencial.

O estudo de uma categoria específica de objectos implica, claro, a leitura do seu contexto, o conhecimento dos objectos com que competiam no espaço litúrgico, devocional ou civil em que se integravam, com alguns dos quais terão partilhado vias de chegada, dinâmicas de encomenda, de circulação e de aquisição.

O esforço de conhecimento do percurso dos objectos e o seu enquadramento nesse tecido de relações permitirá também posicionar o caso português no mapa de difusão dos esmaltes medievais, contribuir para o conhecimento do alcance que terão tido os modelos então introduzidos na cultura visual portuguesa e da influência que poderão ter tido na produção local de alfaia em metal.

⁵⁵ Manuela de Alcântara Santos, *Esmaltes - Um olhar sobre algumas peças de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio*. Comunicação apresentada na cerimónia de inauguração do Instituto Gemológico Português, Lisboa, Centro Cultural de Belém a 31-01-2009 (texto policopiado).

Manuela de Alcântara Santos e Nuno Vassallo e Silva, *A colecção de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio* (Lisboa: Museu de Alberto Sampaio, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 1998), 60.

Ao contrário do esmalte *champlevé* que, uma vez destruída a camada vítrea, deixa à vista uma superfície de cobre escurecida, irregular e de pobre aparência, o esmalte *basse-taille*, aplicado em camada fina sobre prata, se removida a camada vítrea conserva ainda o trabalho de cinzel na prata em superfícies que permitem polimento, é possível que algumas das peças que hoje conhecemos sem vestígio de esmalte tenham outrora sido ornamentadas com esse material.

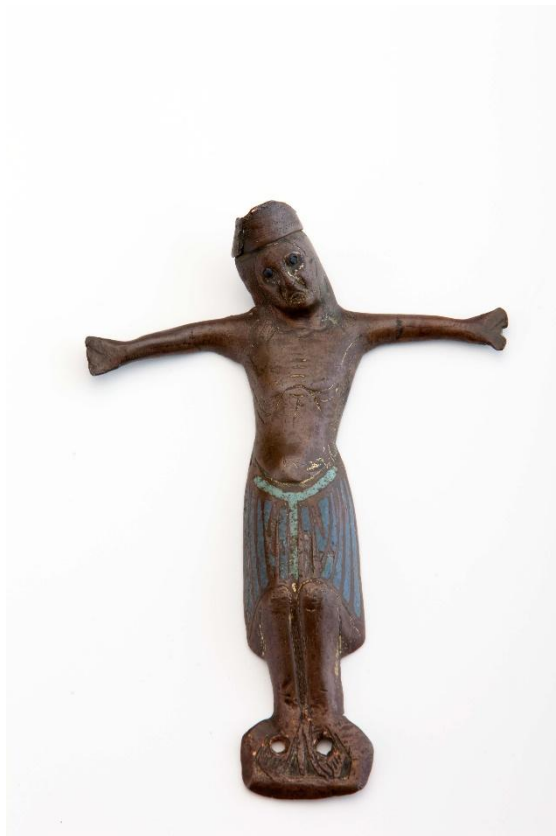


Figura 1 – Crucifixo, sécs. XII-XIII, 12,5 x 9 cm, Tesouro da Sé de Viseu (imagem de José Alfredo, Cortesia do departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu)



Figura 2 – Cruz (de aplicação), séc. XIII, 19,3 x 13,1 cm, Inv. n° 493 Met, Museu Nacional de Arte Antiga (imagem de José Pessoa, © DGPC)

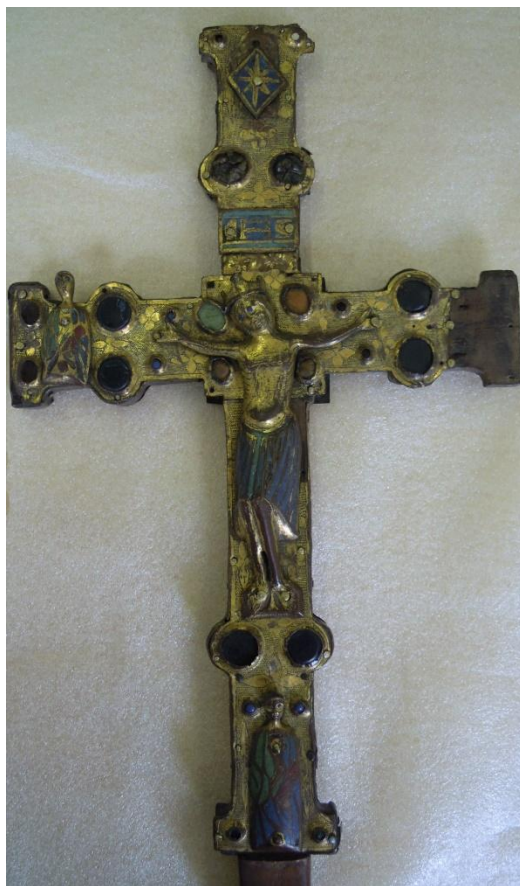


Figura 3 - Cruz processional, final do séc. XII ou início do XIII, Tesouro da Sé de Braga (imagem de Ana Paula Machado)

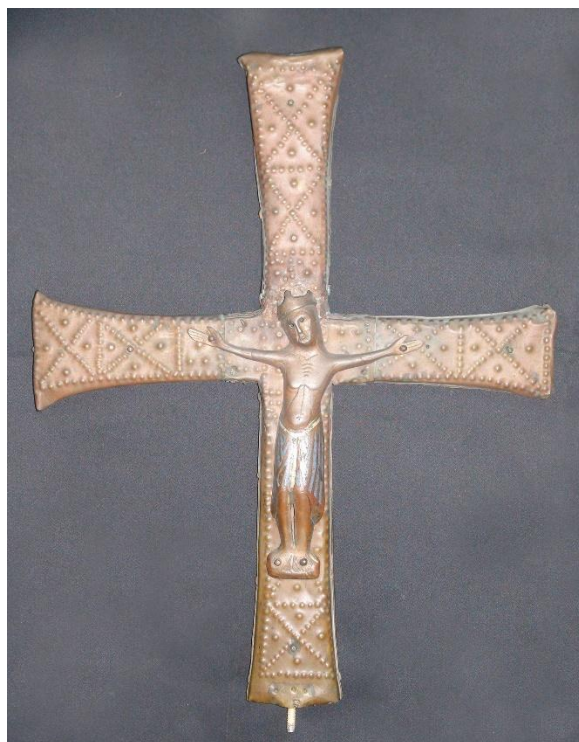


Figura 4 – Crucifixo, final do séc. XII, início do XIII, 34 cm x 27,3 cm, Inv. nº Et-0591, Sociedade Martins Sarmento (© Sociedade Martins Sarmento)



Figura 5 – Aplicação de extremidade do braço de uma cruz, final do séc. XII, início do XIII, 4,5 x 3,4 cm, Museu Municipal Abade de Pedrosa (foto Álvaro Moreira)



Figura 6 – Arqueta-relicário, século XII, último quartel, 21 x 32 x 12 cm, inv. n.º 80 (provisório), Viseu, tesouro da Sé Catedral, Inv. N.º 80 (imagem de José Alfredo, cortesia do departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu)



Figura 7 - Arqueta-relicário, século XII, último quartel, 19 x 22,3 x 9 cm, inv. N^o 81 (provisório), Viseu, tesouro da Sé Catedral, (imagem de José Alfredo, cortesia do departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu)



Figura 8 – Cruz processional, séc. XV, 80 x 69 cm, Inv. MNMC 6078 O 15 (foto Luís Oliveira © DGCP)



Figura 9 - Cruz processional (detalhe), séc. XV, 80 x 69 cm, Inv. MNMC 6078 O 15
(foto José Pessoa © DGCP)



Figura 10 – Cálice, séc. XIV, 22 x 21 cm, Inv. Museu Alberto Sampaio O-38 (imagem de José Pessoa © DGPC)

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Iconografia Musical na Pintura Retabular e Mural Quatrocentista: Álvaro Pires de Évora, Bernardo Martorell e os ignotos Mestres da Batalha, de Arouca e de Monsaraz¹

Sónia Duarte²
Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O levantamento e o estudo de imagens de música na pintura quatrocentista e quinhentista portuguesa, e de outras com ligações a Portugal, permitiu-nos descortinar outros modos de ver a pintura, mas também reunir um *corpus* significativo de fontes primárias para o reconhecimento de práticas musicais. O que nos revelam as imagens de música na pintura? Que fontes e modelos foram utilizados nas oficinas de pintura?

Abstract

The work of surveying and study music images in fifteenth century in portuguese paintings, and others with connections to Portugal, allowed us to bring together a significant *corpus* of primary sources for the recognition of musical practices in those times. What reveals us the images of music in paintings? What sources and models were used in the *atelier*?

1. A ICONOGRAFIA MUSICAL NA PINTURA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XV E XVI

Feito o levantamento exaustivo e o estudo *in situ* das imagens de música na pintura retabular quatrocentista e quinhentista portuguesa (*grosso modo* pintura iconográfica de base textual religiosa), e de outras com ligações de berço ou de formação a Portugal³, urge continuar o estudo noutras manifestações artísticas coevas e sua disseminação para uma Base Nacional de Dados de Iconografia Musical em Portugal⁴, que está por fazer.⁵

E, porque integra o *corpus* a pintura flamenga, luso-flamenga, espanhola, luso-espanhola ou alemã em Portugal? Porque a pintura retabular quatrocentista e quinhentista é encomendada e feita num contexto de intensas relações artísticas e comerciais de Portugal com o exterior; porque *de frandes se ha de trazer mjlhor e mays*

¹ Este artigo é escrito no seguimento da minha Dissertação em Ciências Musicais - Musicologia Histórica. Vide Sónia da Silva Duarte, "O Contributo da Iconografia Musical na Pintura Quinhentista Portuguesa, Luso-Flamenga e Flamenga em Portugal para o Reconhecimento de Práticas Musicais da Época: Fontes e Modelos Utilizados nas Oficinas de Pintura," 2 vols. (Dissertação de Mestrado em Musicologia Histórica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011); e no âmbito da comunicação no *VI Workshop de Estudos Medievais*, Grupo Informal de História Medieval (organização), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 e 4 de abril de 2014.

² Mestre em Musicologia Histórica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Educação Musical pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Especializada em Conservação e Restauro de Pintura pela Camera di Commercio Italiana. Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

³ Duarte, "O contributo da iconografia musical".

⁴ O inquérito de 1976, conduzido por Humberto d'Ávila na Direcção-Geral do Património Cultural e denominado *Levantamento da Iconografia Musical em Portugal e Registo de Instrumentos*, foi a primeira tentativa conhecida de levantamento exaustivo de espécimes musicais em Portugal. Sobre este assunto vide Duarte, *O contributo da iconografia musical*, volume 1, 21-40.

⁵ Para comparação estilística havíamos feito um levantamento *in situ* de iconografia musical em manifestações artísticas coetâneas como a pintura mural, gravura, iluminura, ourivesaria, escultura, mobiliário, cerâmica, têxteis, e vitral, que carecem de estudos iconográfico-iconológicos musicais profundos e sistemáticos. O nosso levantamento fez-se em coleções particulares/capelas privadas, capelas públicas, ermidas, museus nacionais e municipais, igrejas paroquiais, misericórdias, e justificou uma recolha de instrumentos musicais coetâneos e anacrónicos, tratados musicais, literatura coetânea, fontes secundárias de que nos servimos para identificar fontes e modelos utilizados nas oficinas de pintura e na designação do instrumentário.

*barato*⁶ escrevia o bispo de Viseu, D. Fernando Gonçalves de Miranda, numa carta datada de 22 de setembro de 1500 dirigida ao cabido aquando das obras de remodelação da Sé; porque são inúmeras as referências à vinda de artesãos-pintores e artesãos-músicos e de instrumentos musicais do exterior como atesta o pedido de D. Manuel I em 1515 a um mercador alemão na Flandres de “*dous [charamelas] triples e dous [charamelas] tenores*”⁷ ou a circulação entre nós de incunábulo, gravuras e estampas avulsas oriundas da Alemanha, como as que Albrecht Dürer ofereceu a João Brandão e a Rui Fernandes de Almada, já no início do século XVI.⁸ Mas recuando ainda ao século XV tempo em que as relações com o exterior abriram caminho ao contacto com a pintura, gravura, música e tratadística, nomeadamente, a flamenga e a espanhola, outros episódios célebres traduziriam isso mesmo, nomeadamente: a vinda de Jan Van Eyck a Portugal para retratar a futura mulher de Filipe, o Bom, D. Isabel de Portugal (1428-29);⁹ a estadia de Johan de Reste, *creado* polivalente ao dispor d’*O Africano*, cumulativamente mestre capela que ensina os moços na charamela, na viola de arco e noutros instrumentos;¹⁰ ou o enorme *Retábulo da Sé de Évora* composto por treze pinturas e seis painéis de predela, suposta encomenda de D. Afonso de Portugal destinado à capela-mor da Sé aquando das obras de remodelação em 1492/95-1500, cuja atribuição (não consensual) é dada à oficina de Gerard David.¹¹ E quem são os comitentes da pintura onde figuram espécimes musicais?

2. OS COMITENTES DA PINTURA E DA MÚSICA QUATROCENTISTA

Quem custeava os músicos-criados e os pintores-artesãos portugueses e estrangeiros em Portugal no século XV? Os comitentes da pintura são os mesmos comitentes da música, isto é, figuras de corte, da nobreza abastada ligada à corte e do alto-clero.¹² São poucos os nomes de comitentes que nos chegaram porque escassa é também a documentação com contratos associados a campanhas artísticas reveladores de informações precisas sobre as oficinas mestreiras, gremiais, anónimas, hierárquicas e corporativas, com a certeza nos dias de hoje uma ínfima parte da pintura que efetivamente existiu no século XV. Mesmo assim, a documentação permite-nos agrupá-los em três grandes núcleos, a saber: figuras de corte como D. Pedro I, apreciador de

⁶ Dalila Rodrigues, “Modos de Expressão na Pintura Portuguesa. O Processo Criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)” (Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, volume 1, 2000), 214.

⁷ Sousa Viterbo, “O Rei dos Charamelas e os Charamelas-móres” (*Arte Musical*, 1912), 4.

⁸ Vide, a título de exemplo, Manuel Batoré, “A pintura do Mestre da Lourinhã. As tábuas do Mosteiro da Berlenga na evolução de uma oficina” (Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995) e Manuel Batoré, “Moda, Modelo, Molde. A Gravura na Pintura Portuguesa do Renascimento (circa 1500-1540)” (Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005).

⁹ António Oliveira Marques, “O Portugal do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A Embaixada Borguinã de 1428-29),” *Biblos*, volume LXIX (1993): 63. De acordo com o historiador, a embaixada borgonhesa estanciou por cá entre 28 de dezembro 1428 e 8 de outubro de 1429. O retrato terá sido feito por Van Eyck entre 24 de janeiro e 12 de fevereiro de 1429.

¹⁰ Manuel Carlos de Brito e Luísa Cymbron, *História da Música Portuguesa* (Lisboa, Universidade Aberta, 1992), 29.

¹¹ O conjunto retabular tem sido colocado na órbita de Gerard David (circa 1450/60-1523) devido ao colorido suave, minúcia das paisagens, etc. Todavia, aventam-se outros nomes e oficinas, nomeadamente, a oficina de Hugo van der Goes (circa. 1440-82) e a oficina de Hans Memling (circa 1433-94). Exames recentes de dendrocronologia à Série da Vida da Virgem, pelo Instituto dos Museus e da Conservação, indicam que o suporte é anterior a 1500 (variações entre 1371 e 1476. Sobre estas discrepâncias vide Lília Esteves, Isabel Ribeiro, Maria José Oliveira e José Carlos Frade, “Estudo material do Retábulo de Évora,” *Cadernos de Conservação e Restauro*, 6-7 (2008): 85-98. Sobre as dimensões vide Mercês Lorena, José Mendes e Sónia Pires, “Caracterização material do Retábulo de Évora – suporte e técnica,” *Cadernos de Conservação e Restauro*, 6-7 (2008): 35-74. Confira também Joaquim Oliveira Caetano, “O retábulo flamengo do Museu de Évora. Algumas reflexões sobre um processo de investigação em curso,” *Cenáculo*, Boletim Online do Museu de Évora, n.º 2, dezembro de 2007, disponível em www.museudeevora@imc-ip.pt.

¹² Duarte, “O contributo da iconografia musical,” volume 1, 63-84.

música e dança¹³, que dispunha de *creados* polivalentes¹⁴, entre eles ignotos tocadores de sanfona; ou D. Fernando que parece ter tido ao seu dispor o importante compositor francês da escola de Avignon, Johan Simon de Haspres, figurando no seu testamento um *livro de canto d'orgam*¹⁵ e vários livros de cantochão¹⁶; ou, ainda, D. João I, que refere no seu *Livro de Montaria*, o afamado Guillaume de Machaut, dispondo igualmente de vários músicos assalariados; também D. Duarte tinha como criado o mestre de capela aragonês Gil Lourenço, o polivalente Álvaro Fernandes (cantor e organista), destacando-se as referências musicais na *Ordenança*, nomeadamente, na necessidade de se formarem moços de capela para cantar para o rei; ou D. Afonso V que ordena ao seu mestre capela-poeta-compositor aragonês Tristano da Silva que reúna uma coleção de canções franco-flamengas (hoje de paradeiro incerto)¹⁷, e a presença de outros músicos como os mestres Gonçalves Ayres ou Álvaro Afonso¹⁸, o organista Manuel Pires o *Rombo*, e mais quinze trombetas, quatro charameleiros, um tamborileiro, um alaudista chamado Lopo de Condeixa, um citaleiro e um menestrel; do reinado de D. João II merecem destaque as referências musicais nas *Crónicas* de Garcia de Resende (também ele músico) onde se descreve um dos banquetes dados em Évora pelo rei: *quando levavam à mesa del-Rei as iguarias principais [...] o estrondo das trombetas, atambores, charamelas e sacabuxas e de todolos menistres era tamanho que se não ouviam, e isto se fazia cada vez que el-Rei, a Rainha, o Príncipe, a Princesa bebiam e vinham as primeiras iguarias à mesa*¹⁹; ou os primeiros anos de governo de D. Manuel I, tradicionalmente designado por *boa época* e um dos capítulos mais brilhantes da história da arte em Portugal, em que são várias as fontes primárias que integram o *corpus* de pintura retabular a óleo aliadas ao facto do rei ser dono de uma capela afamada e bem apetrechada que vem a ser equiparada a uma das melhores da Europa.²⁰

Também as mulheres ligadas à corte, como a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, dispunha igualmente de afamados músicos como Diogo Gonçalves ou Fernão Rodrigues²¹ e fez-se retratar como doadora no *Panorama de Jerusalém*, tábua oferecida pelo imperador Maximiliano I, com aerofones na cena de *Cristo a caminho do Calvário* (exposta no Museu Nacional do Azulejo)²²; ou D. Leonor, 3.^a consorte de D. Manuel I, identificada como mulher de rara cultura que cantava e tocava alaúde e clavicórdio. Claro

¹³ Vide a iconografia musical no seu túmulo e no de D. Inês de Castro devidamente estudado por Manuel Pedro Ferreira.

¹⁴ No seguimento desta questão há uma outra que interessa evidenciar. Trata-se do facto de muitos destes *creados* se dedicarem a várias tarefas em simultâneo, sendo de acreditar que muitos pudessem ter conhecimentos interdisciplinares, para além do célebre caso de Damião de Góis, humanista, historiador, compositor de pelo menos três motetes, que tangia cistro e instrumentos de tecla. E esta evidência está patente quer no campo da música, quer no campo da pintura. Salientemos um dos casos mais importantes e documentados no tempo de D. Manuel I, o caso de Jorge Afonso, que está documentado como pintor de retábulos a óleo (incluindo alguns bons exemplos de iconografia musical), dourador e estofador de imaginária ou o de Francisco Henriques, pintor a óleo e pintor de vitrais e, já no tempo de D. João III, o caso de Cristóvão de Figueiredo que era vedor, examinador, debuxador de quadros e tapeçaria. Se por um lado estes três exemplos vêm revelar a polivalência dos *creados*, por outro, revelam a inserção destes Mestres num ambiente de trabalho corporativo, de parcerias entre artistas, não poucas vezes entre oficinas, e que só viria a ser revisto no tempo de D. Sebastião. Também no campo da música se verifica tal polivalência, pois não poucas vezes nos surgem indicações do mestre capela ser simultaneamente um compositor profissional, quer dizer, artista prático e um intelectual, para além de clérigo e poeta. Vide o remoto caso de Álvaro Afonso ao serviço de D. Pedro I e de D. Afonso V; ou de Gil Vicente, ourives, trovador e *mestre da balança* (cujas obras teatrais estão repletas de referências musicais incluindo dança, peças vocais quer de índole profana, quer de música religiosa e que integravam os momentos de representação).

¹⁵ Manuel Pedro Ferreira, *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento* (Lisboa, Arte das Musas/Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2 volumes, 2009), 209.

¹⁶ Ferreira, *Antologia de Música*, 209.

¹⁷ Brito e Cymbron, *História*, 1992, 29.

¹⁸ Sousa Viterbo, *Subsídios para a História da Música em Portugal* (Lisboa, Arquimedes Livros, 2008), 4.

¹⁹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea* (prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991), 173.

²⁰ No espaço imperial destaquem-se as referências musicais descritas na *Carta* de Pêro Vaz de Caminha.

²¹ Sousa Viterbo, "Os Mestres da Capella nos reinados de D. João III e D. Sebastião," *Separata do Arquivo Histórico Português*, volume IV (1907).

²² Duarte, "O contributo da iconografia musical," volume 2, 121-122.

está que a música fazia parte da educação e formação dos consortes e dos infantes, assunto que tem vindo a ser dado à estampa.

Enfim, eram estas figuras de corte e outras a ela ligadas como a nobreza abastada (Infantes D. Fernando ou D. Pedro) incluindo o alto clero (D. Afonso de Portugal) que dispunham de capelas privadas bem organizadas e apetrechadas de mestres afamados, moços de coro, adultos cantores e organistas contratados e financiados, que se constituíam como autênticas escolas de música separadas das sés (conhecendo-se, no entanto, a mobilidade de alguns músicos), os comitentes da pintura e da música que se faz em Portugal. Mas se as relações de trabalho entre estes artesãos eram próximas (por isso, os pintores viam e ouviam os instrumentos musicais e a notação musical que representavam, mas não a compreendiam; mas também recorriam a fontes gravadas com modelos anacrónicos, como já explanei relativamente ao caso de Frei Carlos e outros²³), já as origens, a educação e a formação parecem estar muito distantes. As possibilidades de alguns destes pintores inseridos em ambiente de trabalho corporativo, de parcerias entre artistas, não poucas vezes entre oficinas, haverem adquirido conhecimentos musicais teórico-práticos parecem-nos remotas e proibitivas face à sua condição de *mecânico*²⁴ principalmente se atentarmos a que os próprios clérigos tinham ao dispor uma formação que em termos musicais práticos deixava muito a desejar, sendo muito poucas as fontes que sobreviveram à voragem do tempo revelando “a quase absoluta inexistência de manuscritos contendo tratados musicais [baseados em Boécio], antes de 1500, parece indicativa de generalizada anemia teórica e deixa adivinhar o grande peso da oralidade no ensino”.²⁵

3. FORTUNA CRÍTICA E STATUS QUÆSTIONIS PARA A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS*

Feito um levantamento exaustivo de arquivo no âmbito das Ciências Musicais, da História da Arte, da Conservação e Restauro de Pintura, incluindo inventários artísticos, contratos, monografias, teses, artigos, atas ou catálogos²⁶, conclui-se que são escassos os trabalhos diretos sobre a iconografia musical na pintura portuguesa, ou com ligações a Portugal, e os que foram dados à estampa revelaram menos de 30 tábuas no limes temporal entre 1411 e 1604, isto é, d’A *Virgem com o Menino e Anjos* de Álvaro Pires de Évora - pintor português de berço referido nas *Vite* de Vasari associado ao mestre de Siena Taddeo Bartoli²⁷ que se expõe na Igreja de Santa Croce in Fossabanda - à *Coroação da Virgem* de Vasco Pereira Lusitano, obra tardia do pintor português destinada ao colégio jesuítico de Ponta Delgada e exposta no Museu Carlos Machado. Por tal, foi em campo²⁸ - em igrejas, capelas públicas, capelas particulares, coleções particulares, misericórdias, museus municipais, museus nacionais, casas-museu - que pormenores musicais não visíveis na documentação fotográfica dada à estampa se revelariam e que outras pinturas sobre as quais nada se havia achado escrito seriam levantadas.²⁹ O nosso *corpus* é constituído por 90 tábuas, as fontes primárias, hoje quase todas desmembradas e apeadas do seu local de origem³⁰, das quais nos ocuparemos por ora das relativas ao

²³ Duarte, “O contributo da iconografia musical,” 2 volumes.

²⁴ Vítor Serrão, *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses* (Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983).

²⁵ Ferreira, *Antologia*, 55-56.

²⁶ Sobre a Fortuna Crítica e o Status Quaestionis vide Duarte, “O contributo da iconografia musical,” volume 1, 21-40.

²⁷ Giorgio Vasari, *Vite de’ piu’ eccelenti pittori, scultori e architetti*, [1568] (Venezia, Giuseppe Antonelli, 1828-30), 259.

²⁸ Sobre a metodologia usada confira Duarte, “O contributo da iconografia musical,” volume 1, 40-48.

²⁹ Apesar do critério exaustivo que nos haveria de revelar paradeiros de pinturas dadas como desaparecidas, ficaram duas pinturas vendidas em leilão (um no Porto e outro em Lisboa) por incluir e outras poderão existir, estando à espera de ser descobertas, estudadas e tratadas.

³⁰ Por infortúnio, a bibliografia denunciou-nos uma iconoclastia maquilhada ao depararmos-nos com painéis que desapareceram em mercados, em curto-circuitos, em incêndios, e outros em sofrível estado de conservação e em vias de desaparecer. Por tal, procurando conciliar a cuidadosa etapa de trabalho de arquivo com a não menos cuidadosa etapa de trabalho de campo deixamos algumas considerações ou reflexões finais: 1. A presença de painéis e conjuntos quinhentistas em campo é significativamente superior ao que se achou

século XV, com uma achega à pintura mural com música já levantada para comparação estilística, mas que carece de ser disseminada para melhor se reconhecerem as práticas musicais da época.

4. IMAGENS DE MÚSICA NA PINTURA: O SÉCULO XV

O resultado do levantamento nacional da pintura quatrocentista portuguesa, ou ligada a Portugal, foi o seguinte: 1. Um anjo músico tangendo uma viola de arco na abóbada da sacristia do Mosteiro da Batalha, datado entre 1402 e 1415 (cordofone); 2. Dois anjos músicos tangendo um órgão portativo e uma guitarra medieval numa tábua assinada por Álvaro Pires de Évora, exposta na Igreja de Santa Croce in Fossabanda, Pisa, datada entre 1415 e 1423 (aerofone e cordofone); 3. Santo Antão com uma sineta de mão³¹ no *Tríptico da Descida da Cruz com Santa Catarina, São Cristóvão, Santa Madalena e Santo Antão*, datado *circa* 1440-45, na exposição permanente do Museu Nacional de Arte Antiga, painel atribuído a um importante mestre espanhol (idiofone); 4. No Museu de Arte Sacra de Arouca um soldado-carrasco tangendo uma trombeta e sinalizando o cortejo para o Calvário, da autoria de um ignoto pintor-artesão provincial do Norte de Portugal, datado da segunda metade do século XV (aerofones); 5. Do Antigo Tribunal de Monsaraz, datada *circa* 1500, *O Bom e o Mau Juiz*, onde se representa na metade superior um tema de Iconografia do Além ou Visão Apocalíptica, com anjos trombeteiros (aerofone). Enfim, uma ínfima parte da pintura retabular e parietal que efetivamente existiu, uma permitindo minúcia descritiva e retoques em arrependimentos, e outra com menos possibilidades plásticas, reveladora de aspetos musicais mais estilizados descortinando, no entanto, práticas musicais de uma época. Note-se que os treze casos de livros abertos ou pergaminhos com notação musical só aparecem no século XVI.³² Que práticas musicais? Que instrumentos estão representados? Vejamos.

4.1. ICONOGRAFIA MUSICAL NA PINTURA MURAL: O CASO DO MOSTEIRO DA BATALHA

Figuram no intradorso da abóbada da sacristia do Mosteiro de Santa Maria da Vitória cinco anjos cuja datação se situa, segundo a historiografia da arte, entre 1402 e 1415: três anjos tenentes sustentando as armas de D. João I e de D. Filipa de Lencastre e os outros representando S. Miguel Arcanjo e um anjo músico que tange uma viola de arco, instrumento que se repete, por exemplo, n' *Adoração dos Reis Magos* no vitral da capela-mor (já datado da primeira metade do século XVI). Este anjo músico sem antecedentes nem continuidade em Portugal, insere-se no Gótico Internacional³³ e Luís Urbano Afonso aponta poder tratar-se de duas mãos italianas que estariam ao serviço régio, isto é, António Florentim e Mestre Jácome (adjuvado por Mateus Briço Siciliano).³⁴ O intérprete simbólico é um anjo músico, recorrente *corpus* em diversos episódios cristológicos, hagiográficos, iconografia do Além mas, sobretudo, na iconografia mariana. Não cabendo aqui lugar para explanar a iconografia angeológica e a hierarquia celeste (Serafins, Querubins, Tronos, Dominações, Virtudes, Potências, Principados,

em arquivo; 2. Há um imenso trabalho de intervenção ao nível da conservação e restauro por fazer no País. A presente dissertação que desenvolvi visou revelar o estado de conservação de algumas dessas peças e chamar a atenção de todos os responsáveis; 3. É reduzida a publicação de trabalhos multidisciplinares na esteira dos que foram dedicados a Nuno Gonçalves, ao *Retábulo de Évora* ou ao *Retábulo de Celas*. Mesmo nos arquivos há falta de documentação fotográfica de apoio (faltam muito mais pormenores de pinturas), relatórios de conservação e restauro, e outros dados resultantes de trabalhos laboratoriais como o desenho subjacente e exames de dendrocronologia.

³¹ Vide a coleção de sinetas de mão da coleção da Casa-Museu Guerra Junqueiro ou as do Museu Machado de Castro (Coimbra), de finais do século XV e inícios do século XVI.

³² Sobre a representação e notação musical na pintura quinhentista portuguesa confira: Duarte, "O contributo da iconografia musical," 2 volumes.

³³ Luís Urbano Afonso, "A Pintura Mural Portuguesa entre 1400 e 1550," in *Primitivos Portugueses 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves* (Catálogo da Exposição, 11 de Novembro/18 de Novembro de 2010-23 de Abril de 2011, Lisboa, MNAA/IMC, Athena, 2010), 89-90.

³⁴ Afonso, "A Pintura Mural Portuguesa," 90.

Arcanjos, Anjos), podendo para isso ser consultada vária bibliografia³⁵, sublinhamos que a maioria dos instrumentistas são anjos e, pontualmente, querubins.³⁶ Este intérprete tange um instrumento recorrente na literatura e iconografia coevas, um cordofone friccionado com quatro cordas dispostas sobre um cavalete desde o estandarte até ao braço e fixas ao cravelhal, executado encostado ao corpo do instrumentista e por intermédio de um arco, uma clara apropriação de um instrumento de *música baixa*, ao serviço da corte, do clero e da nobreza abastada, nos mais diversos momentos, provavelmente representado *de visu*.

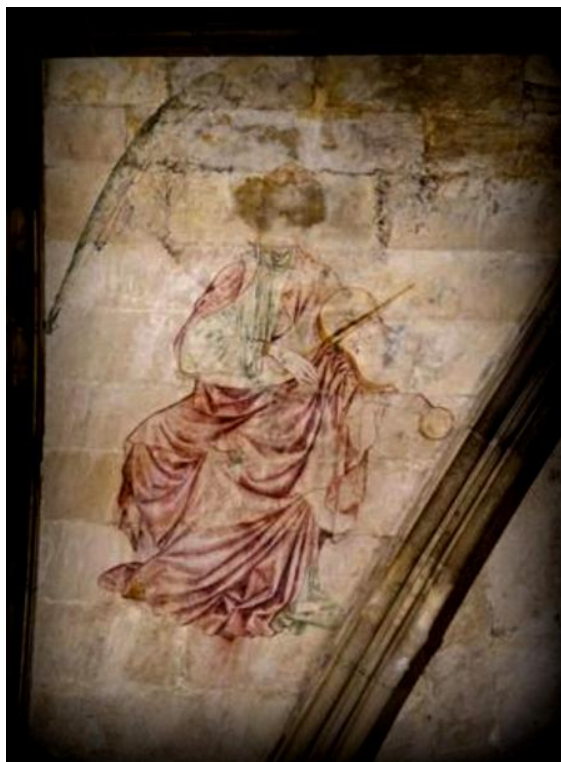


Figura 1 - Anjo músico com viola de arco, 1402-1415, mestre desconhecido; pintura mural; abóbada da sacristia do Mosteiro da Batalha; (fot. de Sónia Duarte, 2010).

4.2. MÚSICA NA PINTURA DE BERÇO PORTUGUÊS: ÁLVARO PIRES DE ÉVORA

³⁵ Louis Réau, *Iconographie de l'Art Chrétien*, (6 volumes, Paris, PUF, 1955-59); E. Kirschbaum (coord.), *Lexicon der christlichen Ikonographie*, (8 volumes, Roma, Herder, 1968-1976).

³⁶ Sobre os intérpretes representados na iconografia musical vide Duarte, “O contributo da iconografia musical,” volume 1, 86-92.



Figura 2 - *Virgem com o Menino e Anjos*, 1415-23, Álvaro Pires de Évora; têmpera e folha de ouro; A. 2310 x L. 1350; Igreja de Santa Croce in Fossabanda (*in situ* (?)); (fot. de Sónia Duarte, 2010).



Figuras 3 e 4 – Landini com um *organetto*, século XV, Squarcialupi Codex. *Guitarra medieval* de cinco ordens construída por Hans Oth, coleção do Castelo de Wartburg, *circa* 1450; (fot. de Sónia Duarte, 2010).

Álvaro Pires de Évora, ativo entre 1411 e 1434, é o *pintor mais antigo, de que podemos descobrir notícia*.³⁷ É também na obra deste pintor português de berço mas de

³⁷ José da Cunha Taborda, *Regras da arte da pintura: com breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos de suas escolas: vidas e quadros dos seus mais célebres professores* (Lisboa, Imprensa Régia,

formação italiana referido como Alvaro di Pietro di Portogallo, nas *Vite* de Vasari associado ao mestre de Siena Taddeo Bartoli (1363- 1422) ³⁸, que se expõe na Igreja de Santa Croce in Fossabanda, Pisa, que encontramos a mais remota representação de aspetos musicais na pintura sobre madeira e que, tanto quanto nos foi possível saber, não se voltaria a repetir na obra que deixou no Prato, em Lucca, em Volterra e em coleções particulares dispersas. Tábua de dimensões humanas, assinada “ALVARO PIREZ DEVORA PINTOV” (Álvaro Pires de Évora Pintou), cuja datação se centra entre 1415-23, a têmpera e folha de ouro, representa a *Virgem com Menino e Anjos* que poderá ter feito parte de um políptico de que não se conhece documentação e que Reynaldo dos Santos, ao vê-la em 1922, sobre ela discorreu no seu diário de campo: “representa uma Madona de tamanho natural, sentada num trono gótico, com o bambino sobre os joelhos, rodeada de anjos que sustentam um brocado, oferecem flores ou tangerinas e manicórdios”³⁹, aspetos musicais mal referidos.

Quanto aos aspetos musicais da composição, representa-se um aerofone - o órgão portátil - e um cordofone dedilhado - uma *guitarra* -, de resto um duo recorrente nos retábulos marianos tardo-medievais no mundo ocidental, sobretudo em território espanhol.⁴⁰ Da guitarra medieval⁴¹ importa dizer que são raros os instrumentos coetâneos que nos chegaram, devido à fragilidade dos materiais utilizados na feitura⁴² deste cordofone executado ora por intermédio de um plectro, ora diretamente pelos dedos, e que apresenta quatro ordens duplas dispostas sobre uma caixa periforme, costas bombeadas em aduelas, tampo decorada com uma pequena abertura sonora e braço curto dividido por trastes móveis, cravelhal em forma de foice e cravelhas laterais que Tinctoris refere como sendo um instrumento mais associado às mulheres que homens, pela sua sonoridade ténue. Curiosamente este pintor muito escrito e de obra conhecida nunca aparece referido nos consideráveis textos dados à estampa sobre cordofones medievais em Portugal. A designação deste cordofone de mão, o mais remoto cordofone representado na iconografia do *corpus*, não é consensual, podendo aparecer com uma designação mais específica como *guitarra mourisca*, *bandola renascentista*, *quitara sarracénica*, etc. Virdung apresenta-a com um fundo abaulado e chama-lhe *quintern*. Estudos recentes de Tess Knighton e David Fallows vieram designar este cordofone de mão por guitarra⁴³, termo comumente aceite nos trabalhos de musicologia dados à estampa sobre cordofones de mão. Seja como for, trata-se de um instrumento bastante representado na pintura retabular tardo-medieval de iconografia mariana e referido em literatura coetânea, nomeadamente, no célebre *Livro de Buen Amor* (Arcipreste de Hita, ca. 1330) e nas *Cantigas de Santa Maria*. Devido aos materiais perecíveis usados na sua construção, são poucos os originais de época que nos chegaram. Descrito na documentação como um instrumento de sonoridade baixa e doce, apresenta ordens duplas de cordas dispostas sobre uma caixa de ressonância periforme - com tampo decorado com uma pequena abertura sonora vegetalista - que se prolongam pelo braço curto e de cravelhal rematado em foice. Este instrumento foi rapidamente suplantado

1815), 143. Pedro Dias, “A fortuna crítica de Álvaro Pires de Évora,” *Álvaro Pires de Évora* (Catálogo da Exposição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994), 87-107.

³⁸ Vasari, *Vite* [1568], Tomo 2, 259.

³⁹ Reynaldo dos Santos, *Alvaro Pires d'Évora. Pintor quatrocentista em Itália* (Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1922).

⁴⁰ Vide as pinturas de Pere Serra (ca. 1357-1408) ou Lluís Borrassà (ca. 1360 – 1425) na Catalunha; ou a pintura mural de Simone Martini na capela de San Martino, San Francesco in Assisi (ca. 1312-17), entres outras.

⁴¹ Terminologia que ainda levanta reservas, aparecendo frequentemente como sinónimo de guitarra mourisca, guitarra latina ou cítara, cordofone de sonoridade baixa e doce.

⁴² Um dos exemplos sobrevivente é a cítara do Wartburg Castle Museum.

⁴³ Tess Knighton e David Fallows, *Companion to Medieval and Renaissance Music* (University of California Press, 1992), 391. Vide também, Laurence Wright, “The Medieval Gittern and Citole: A Case of Mistaken Identity,” *The Galpin Society Journal*, volume 30, (1977): 8-42; W. Ross Duffin, *A Performer's Guide to Medieval Music*, (Indiana University Press, 2000), 367-68.

por outros de sonoridade mais vigorosa, sendo raras as representações já a partir da segunda metade do século XV. Quanto ao órgão portativo, também designado *organetto*, teve uma forte disseminação durante os séculos XIII e XIV, altura em que se procuram instrumentos mais pequenos, de sonoridade homogénea e de fácil transporte para uso nas procissões dando-lhe uso em festividades religiosas de ar livre como procissões ou danças na corte. Um pequeno mas ilustrativo excerto do poema alegórico *Roman de la Rose*, por Guillaume de Lorris (circa 1230) e continuado por Jean de Meun (circa 1270), mostra-nos essa progressão: *Orgues i r'a bien maniables, / A une sole main portable, / Ou il-meismes soufle et touche / Et chante avec a plaine bouche / Motes, ou treble ou teneure*.⁴⁴ O órgão portativo podia ser tocado com o instrumentista de pé ou sentado como o que aqui se representa e que executa com a mão direita a melodia enquanto a esquerda dá ao fole. Sobre a morfologia e o timbre deste aerofone, a bibliografia aponta, *grosso modo*, que o instrumento com duas fiadas de tubos foi diatónico até ao século XIV e cromático a partir do século XV. Algumas fontes iconográficas: Tocador de guitarra de três ordens acompanhado de um cantor, iluminura da *Ética* de Aristóteles (MMW 10 D I, folio 150 r.), Museum Meermannno; *Ordenação de São Martinho como cavaleiro*, Simone Martini, Capela de San Martino, San Francesco in Assisi, circa 1312-17; [Tocador de guitarra medieval] Juan Oliver, Catedral de Pamplona (fresco do refeitório), 1330. Se atentarmos nos aspetos musicais representados verificamos que não existe termo de comparação com outra pintura portuguesa coeva, embora proliferem na pintura italiana e espanhola da época. Não porque o país estivesse fechado à arte dos sons, uma vez que o reinado do monarca de *Boa Memória* (1385-1433) foi um período de intercâmbio musical entre a corte de Dijon e a corte portuguesa, havendo boas referências à presença de músicos assalariados na Capela e proliferando aspetos musicais noutras manifestações artísticas em Portugal, como escultura, tumulária, iluminura ou pintura mural.

4.3. A ICNOGRAFIA MUSICAL NUM TEMA HAGIOGRÁFICO

A sineta de mãe é um idiofone que se associa, no período em questão e até finais do século XVI à representação do milagre da transubstanciação, nomeadamente, nas Missa de Gregório, no momento da elevação da hóstia. Representa-se no designado *Tríptico da Descida da Cruz com Santa Catarina, São Cristóvão, Santa Madalena e Santo Antão*, datado circa 1440-45, em madeira de choupo (suporte), a têmpera e folha de ouro (técnica), que pode ser visto na Exposição Permanente do Museu Nacional de Arte Antiga, atribuído a Bernardo Martorell, importante Mestre do seu tempo na região de Barcelona-Catalunha, ativo entre 1427 e 1452.⁴⁵ Trata-se de uma representação de Santo Antão - na metade inferior do volante direito - com uma sineta de mão, um instrumento de percussão, que à semelhança de outros idiofones e de membranofones raramente aparece representado no *corpus*.

⁴⁴ David Munrow, *Instruments of the Middle Ages and Renaissance* (Oxford, Oxford University Press, 1976), 16. (Tradução livre da autora: Estes são órgãos facilmente manejáveis e transportáveis à mão, podendo a mesma pessoa e em simultâneo dar ao fole, tocar o instrumento e cantar motetes, na voz de soprano ou na voz de tenor).

⁴⁵ Sobre este pintor: Mary Faith Mitchell Grizzard, *Bernardo Martorell. Fifteenth-century Catalan artist* (Tese de Doutoramento, Universidade de Michigan, 1978); AA. VV., *Northern European and Spanish paintings before 1600 in the Art Institute of Chicago: a catalogue of the collection* (London, Yale University Press, 2008); Chandler Rathfon Post e Harold Wethey, *A history of Spanish painting*, (Cambridge, Harvard University Press, 1970).



Figura 5 - *Tríptico Santa Catarina, São Cristóvão, Santa Madalena e Santo Antão* (pormenor do Tríptico quando aberto), século XV [1440-1445], Bernardo Martorell; madeira de choupo; têmpera e folha de ouro; A. 730 x L. 860; MNAA. Santo Antão agitando uma sineta na mão esquerda. (fot. de Sónia Duarte, 2011).

4.4. IMAGENS DE MÚSICA NA PINTURA PROVINCIAL PORTUGUESA: O IGNOTO MESTRE DE AROUCA

Encontra-se exposto no Museu de Arte Sacra de Arouca um conjunto de oito tábuas desmembradas e apeadas, obra de um ignoto mestre provincial (escola portuguesa), ativo por volta de 1470, cuja obra denuncia um forte esquematismo anacrónico, fragilidades na composição ao nível do desenho sumário e das modelações. Representa-se, ao centro e em primeiro plano, a figura de Cristo com a cruz às costas, coroadado de espinhos e aureolado, acompanhado no cortejo por três figuras: primeiramente, Simão de Cirene (retrato do doador?) que O auxilia na cruz aliviando-Lhe o peso; seguido por um carrasco cujo rosto terçado denuncia uma expressão rude; e, por último, precedendo o carrasco, outra figura do povo, que executa uma trombeta reta de perfil cónico, geralmente associada à representação cerimonial régia ou a situações de cariz bélico. Saliente-se que à lupa é visível uma espécie de relevo no tubo cilíndrico, semelhante a uma fontanela, imediatamente a seguir ao bocal, e que julgamos ser invenção do pintor ou repinte criativo posterior. Nas crónicas da época são dezenas as referências às trombetas, em diferentes situações, reveladoras de um instrumento musical da época.



Figura 6 - *Cristo a caminho do Calvário* (pormenor), 2.^a metade do século XV, Mestre desconhecido de escola portuguesa provincial; madeira de carvalho têmpera; óleo e folha de ouro; A. 945 x L.560; Museu de Arte Sacra de Arouca. Proveniência: Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo, Arouca. (fot. de Sónia Duarte, 2010).

4.5. ICONOGRAFIA MUSICAL NA PINTURA MURAL: O CASO DO ANTIGO TRIBUNAL DE MONSARAZ



Figuras 7 e 8 – *Alegoria à Justiça*, circa 1500, Mestre desconhecido; pintura mural; Antigo Tribunal de Monsaraz. *Alegoria à Justiça* (pormenor de anjo músico com trombeta). (fot. de Sónia Duarte, 2010).

Vulgarmente designada por *O Bom e o Mau Juiz*, ou *Alegoria à Justiça*, a pintura mural a seco e a fresco do Antigo Tribunal ou Paços de Audiência de Monsaraz, redescoberta em 1958, apresenta na metade superior um tema iconográfico de base textual escatológica - de Iconografia do Além ou Visão Apocalíptica - com anjos trombeteiros, datados de *circa* 1500. A trombeta reta medieval, que mais uma vez se repete no *corpus*, é um instrumento de sopro largamente referido na literatura coetânea, não poucas vezes associada a atabales e outros instrumentos de percussão mas também a charamelas e sacabuxas em situações de aparato ou de cariz bélico, como instrumento de sinalização – como nas *Tapeçarias de Pastrana*, retratando aspetos da tomada de Arzila pelos portugueses em 1471 -, associado ao poder e ao triunfo, e mais raramente à caça. Mais uma vez a representação de um instrumento em uso na época é indicativo de que a iconografia musical é uma fonte primária inesgotável de informação sendo possível descortinar através dela instrumentos musicais coetâneos e anacrónicos (organologia), conjuntos vocais e instrumentais, ambientes musicais (espaços: procissões, igrejas), notação musical (paleografia musical), tipologias de intérpretes (jograis, pegureiros, menestréis; cripto-retratos) e referências à dança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando o que foi escrito, são variadas as fontes literárias e iconográficas que poderão ter servido os comitentes na exigência de um programa iconográfico e que, por sua vez, terão servido de modelo às oficinas de pintura, nomeadamente, os oficiais de debuxo e os pintores, através da importação de literatura coetânea e anterior, livros de horas, gravura, incunábulos ilustrados, tratadística e estampas avulsas usadas quer como elementos de citação, quer como modelo e molde. Apesar de algumas fontes apresentarem erros na morfologia dos instrumentos musicais devido ao desenho de memória, à interpretação errada das fontes, à estilização de certos pormenores musicais (para além dos repintes), não nos restam dúvidas de que as representações dos instrumentos musicais, afiguram-se-nos, muitas vezes, reais e concretas mas, também, naturais. Face aos factos revelados pelas fontes secundárias, relativas à presença da música nas capelas privadas, nas sés, igrejas, mosteiros, festividades religiosas como procissões, parece-nos claro que os instrumentos musicais delimitam espaços, associando-se a diferentes momentos e programas iconográficos.

Assim, as fontes e modelos usados nas oficinas e na mão do comitente foram a gravura avulsa e incunábulos, usados quer como citação, modelo ou molde; o debuxo e outras manifestações coevas e anteriores (mural, iluminura, ourivesaria, têxteis, mobiliário, estuques, escultura); a circulação de composições religiosas e tratados de música; a representação *de visu* mais ou menos fidelizadas (instrumento real); a invenção baseada numa arqueologia mal entendida; a memória; derivações de modelos; o recurso a estezido (*poncif*) – método de decalque (por exemplo, pelo círculo de Gerard David na Sé de Évora); a literatura coetânea e anterior. É necessário ter em atenção os repintes, a perda de camada cromática, os restauros criativos no inventário de espécimes musicais. Falta estabelecer um diálogo interrompido (como os estabelecidos relativos às pinturas do Mosteiro de Celas, da Sé de Évora ou dos *Painéis de S. Vicente*), e abrir um nunca antes estabelecido entre conservadores-restauradores, musicólogos, historiadores de arte, químicos (exames de reflectografia de infravermelhos, radiografias).

Urge, continuar um levantamento exaustivo e rigoroso de manifestações artísticas coetâneas, para que um maior número de comparações seja possível em trabalhos futuros. Não pretendemos aceitar a iconografia musical estudada em cada tábua como um fim em si mesmo. Entendemos que um estudo histórico-artístico incisivo, *in loco*, interdisciplinar e multidisciplinar poderá constituir-se como um manancial de informação para o reconhecimento de práticas musicais de épocas e sublinhamos a urgência na construção de uma Base Nacional de Iconografia Musical em Portugal.

**Master Hartmann and Ulm at the Beginning of the 15th Century.
Between the Middle Rhine and Bohemia**

Kateřina Hladká

*Institute of History of Christian Art, Catholic Theological Faculty, Charles University
in Prague, Czech Republic*

Resumo

No ano 1377, a cidade de Ulme entrou numa nova época cultural com a construção monumental da nova igreja matriz, e, no início do século XV, os trabalhos sobre a torre da fachada ocidental já estavam em andamento. Um dos artistas responsáveis pelas esculturas da fachada foi o mestre Hartmann, que era também líder de uma produtiva oficina de escultura em madeira. O seu trabalho foi caracterizado pela mistura do estilo Boémio ("estilo belo") com a arte do Médio Reno. A sua escultura de São Martinho no pilar sul da arcada da igreja matriz de Ulme reflete as ligações artísticas e culturais entre a Mogúncia e Ulme. Este artigo foca-se sobre esta peça artística e o seu significado no contexto histórico contemporâneo.

Abstract

In 1377, the city of Ulm entered a new cultural epoch with the monumental construction of the new parish church, and by the early 15th century the work on the impressive western front tower was already in progress. One of the artists working on the sculptural decoration of the facade was Master Hartmann, who was also the leader of a productive woodcarving workshop. His work was characterized by the blending of the Bohemian Beautiful Style with the art of the Middle Rhine. His sculpture of St. Martin in the southern pillar of the Ulm Minster hall arcade reflects the artistic and cultural connections between Mainz and Ulm. This article focuses on this artistic piece and its meaning in the contemporary historical context.

In the Middle Ages, Ulm was a strong Free Imperial City. It profited not only from an advantageous location on the Danube River, but also running through it was the important mercantile road between Italy and Netherlands. This strategic location turned Ulm into a wealthy city as was evidenced by the important role it played in the politics of Central Europe. With the construction of the monumental parish church, Ulm built its position as one of the most important cultural centers in Central Europe.¹

The written history of Ulm dates back to the 9th century. In 854, the city was mentioned as a palatinate in the document of King Louis the German, and it was a common destination for royal visits. This trend fades out in the 10th century, but with the accession of the Salian dynasty, Ulm was again in the king's favor. During the time of Henry IV, it became a place where the South-German nobility elected the anti-king Rudolf of Rheinfelden, but it was also in Ulm that Henry IV took back his crown. In the 12th century, the House of Hohenstaufen chose Ulm as its seat, but during the war with Welfs, the city was burnt down. Later, it was rebuilt by King Conrad III and new city walls were erected.

In 1316 the city grew, and a new fortification was constructed. In the same year, Louis of Bavaria tried to attack Ulm, but without success, since it was the only city where Frederick the Handsome was elected as king, instead of Louis. This decision was a reflection of the contemporary political situation in the city, where the guilds, which supported the Bavarians, and the patricians, traditional champions for the House of Habsburgs, were in rivalry. Frederick lost the battle of Mühldorf in 1322, and the guilds

¹This article is based on one part of the PhD thesis: "Mistr Hartmann a švábské řezbářství počátku 15. století" ("Master Hartmann and Swabian Woodcarving at the Beginning of the 15th Century"), developed at the Institute of History of Christian Art, Catholic Theological Faculty, Charles University in Prague, Czech Republic. The research in Germany was supported by DAAD.

saw their status improved in the municipal management. However, Louis pawned the city to Berthold von Greispach und Marstetten. This came as a big shock to all the citizens since they were never subjected to anyone other than a king or an emperor. In 1342 Greispach died and in 1345 the guilds and patricians finally reached an agreement, as confirmed in the so-called "Kleines Schwörbrief" document, the new city constitution. In 1346, King Charles IV was elected, and in the following year he confirmed the constitution and gave the city its autonomy. Later on, Ulm became a leader of the Alliance of Swabian cities. By 1397 the city constitution had changed to the so-called "Größes Schwörbrief", which provided the hegemony of the guilds in the city council.²

Already in the 15th century, Ulm was at its peak, being one of the richest and strongest cities of the Holy Roman Empire, and owner of extensive property. Due to the increasing migration into the city, in 1417 the city increased the requirements for those seeking to acquire citizenship.³

MINSTER AND ITS WESTERN FAÇADE

The parish church of Ulm, called "ennet Felds" ("over the field"), was located outside the city walls, and remained so even after the city extension in 1316. The location was not only uncommon but also a serious danger. In 1372 the Alliance of Swabian cities lost in the battle near Altheim, only 20 kilometers from Ulm, and in 1376 when the city was besieged by Charles IV and the nobility of Württemberg, the enemies used the church as protection. Ulm citizens wanting to attend the Holy Mass would be at risk of being attacked or killed. For these reasons, on 19th March 1376, the city council of Ulm received permission from the Bishop of Constance to build a new parish church inside the city walls. The old church was demolished and in the center of the medieval city a large area was cleared for the new construction. The ground stone was laid on 20th June 1377.⁴ Because the old church had been recently rebuilt – extensive reconstruction of the church had begun in 1337 and continued up to 1370⁵ – materials and pieces of the sculptural decorations were reused in the new building.⁶

The first architect of the new church was Heinrich II Parler. In 1383, Michael Parler came from Prague and is assumed to have replaced him, and in 1387 Heinrich III Parler took over the leadership of the Minster hut. By November 1391 this younger Heinrich left to work on another extensive cathedral project in Milan. He probably replaced the architect Ulrich von Ensingen, who would come to Ulm on 17th June of the following year to construct the monumental front tower.⁷ Ulrich von Ensingen died in 1419 in Strasbourg and on his place came his son-in-law Hans Kun.

Despite being only a parish church, mostly paid for by the burghers, the size and beauty of new Minster was comparable with cathedrals. In the base of the impressive western tower facade is a large hall, open to the city with three tall arcade arches [**fig. 1**]. The oldest part of the decoration is a tympanum with a representation of the *Genesis*, taken from the old church "ennet Felds". The archivolt of the tympanum is decorated with the *Wise and Foolish Virgins* and scenes of the *Martyrs*. Under the tympanum, in the archivolts above the double church door, sit small figures of writing *Apostles* [**fig.**

² Eugen Specker, *Ulm Stadtgeschichte* (Ulm: Süddeutsche Verlagsgesellschaft, 1977), 33–56.

³ *Ibid.*, 63.

⁴ Information about the founding is preserved on the reliefs inside of the church.

⁵ Reinhard Wortmann, *Das Ulmer Münster*, Große Bauten Europas, Bd. 4 (Stuttgart: Müller & Schindler, 1972), 7–26.

⁶ About original order of the tympanum reliefs and their new installation in Minster: Brigitte Thanner, *Die Portalskulpturen am Langhaus des Ulmer Münsters* (Master thesis Universität München, 1980).

⁷ Reinhard Wortmann, "Zu den Parlern in Ulm," in *Parlerbauten. Architektur, Skulptur, Restaurierung. Internationales Parler-Symposium Schwäbisch Gmünd, 17.–19. Juli 2001*, ed. Richard Strobel (Stuttgart: Theiss, 2004), 81; *Idem*, "Das Ulmer Münster unter den Parlern 1376/77 – 1391/92," in *Die Parler und der Schöne Stil. Europäische Kunst unter den Luxemburgern, 1350–1400*, Bd. 2 (Köln: Greven & Bechtold), 325.

2], dated approximately to 1410–1415.⁸ On the arcade pillars stand four statues representing *St. Anthony* [fig. 4], *St. John the Baptist, Virgin and Child* [fig. 5 and 6] and *St. Martin* [fig. 10].⁹ Above the arcade is a cycle of nineteen sculptures, composed of *Twelve Apostles*, six *Saint Virgins* and an *Enthroned Madonna* in the middle [fig. 3]. Not much later, in 1429, the *Man of Sorrow* was sculpted by Hans Multscher on the *trumeau*, where originally the statue of the *Virgin and Child* was placed. On the southern arcade pillar, where this *Virgin and Child* is today, probably stood another figure of a saint. The rest of the decoration was added at the beginning of the 16th century.

The first sculptor that can be identified in the Minster hall is the so-called "Kreuzwinkel-Meister", whose signature was a W with a cross. He is in the older literature designated as Master of Apostles and was most probably trained in the Parler hut. His twelve sand stone *Apostles* [fig. 2] sitting in the archivolts remain until today as one of the best sculptures preserved from the Minster hall. The artistic origin of Master of Apostles can be found in the Parler decoration of *St. Peter's portal*¹⁰ in the Cathedral of Cologne. The *Apostles* are often compared with the prophet figures on the contemporary *Tomb of Archbishop Friedrich von Saarwerden* in Cologne.¹¹

The sign of the Master of Apostles appears also in Horb am Neckar, visible on the front side of the plinth of a voluminous sculpture of a Beautiful Madonna.¹² It is also found in Vienna in St. Stephen's Cathedral. This does not necessarily mean that the sculptor was working in Vienna, because stonemason signs were inherited. However, the connection with Parler hut and the fact that Ulm and Vienna are both located on Danube River make it plausible. Regardless, the Master of Apostles probably did not stay in Ulm for an extended period of time.

MASTER HARTMANN

At the same time, as the traces of Master of Apostles in Ulm disappeared, young Master Hartmann was working in the city. He was trained in the Ulm Minster hut, but his origin is most probably in the Middle Rhine. Hartmann's artistic qualities may not have matched those of his predecessor, but his important contribution can be identified in the historical records of the hut accounts.¹³ These short notes frame a picture of the late medieval hut sculptor who, at the same time, had also been leading a productive woodcarving workshop.

Hartmann's name is mentioned in the book of hut records from the years 1417–1421 among the weekly paid artists.¹⁴ Below the list of active craftsmen, there are recorded weekly notes with descriptions and prices of works and materials used. Hartmann is never mentioned in the first line and his salary is only average. Since 1418, he had been paid for more sculptural works and information about salaries for his helpers is also noted. In 1420, Hartmann received pay for the *Twelve Apostles* and for *Our Lady* ("*vm die zwelff botten vn vm vnser frowen*"). These works were once on the pillars of the middle nave of the Minster, but did not survive until today. Victor Curt

⁸ Gerhard Ringshausen, "Die Archivoltenfiguren des Ulmer Westportals," in *600 Jarhe Ulmer Münster*, eds. Hans Eugen Specker and Reinhard Wortmann, 209–241 (Ulm: Stadtarchiv, 1977).

⁹ Replaced by copies except the St. Martin – originals are deposited in the interior of the church.

¹⁰ Gerhard Ringshausen, "Die Archivoltenfiguren des Ulmer Westportals," 232.

¹¹ This connection is mentioned most recently in the catalogue *Schöne Madonnen am Rhein*, ed. Robert Suckale (Leipzig: Seemann, 2009).

¹² Madonna figure in Horb am Neckar belongs to the group of the so called "Beautiful Madonnas" with child above the free leg, as the figures from Thorn and Bonn. The model for this statue was the Madonna of Wrocław.

¹³ First detailed research of the archive materials did Victor Curt Habicht – "Die Ulmer Hüttenbuch von 1417–1421," *Repertorium für Kunstwissenschaft* XXXIII (1910): 412–417. Later he concentrated on the personality of Master Hartmann in his dissertation thesis: *Ulmer Münster-Plastik aus der Zeit 1391–1421* (Darmstadt: Bender, 1911). More archive materials published Hans Rott – "Alt-Schwaben und die Reichsstädte," *Quellen und Forschungen zur südwestdeutschen und schweizerischen Kunstgeschichte im XV. und XVI. Jahrhundert* 2 (Stuttgart: Strecker & Schröder, 1934).

¹⁴ Stadtarchiv Ulm, A [7077] Rechnung der Münsterbauhütte 1417–1421.

Habicht, based on archive research, assumed the sculptures were in the western hall and confused them with *Apostles* in archivolt. He related the reference to *Our Lady* to the *Madonna* on the arcade pillar, which was originally located on the *trumeau*. Even when Habicht's theory was proved wrong,¹⁵ the *Madonna* on the pillar [fig. 5 and 6] and also the other pillar sculptures are still considered as Hartmann's works.¹⁶ Another note in the hut book certifies Hartmann's responsibility for nineteen sculptures of *Saints and enthroned Virgin and Child* on the western facade [fig. 3], but this record is on one of the most damaged pages of the book. The work was supposed to be done between 9th August 1420 and the beginning of 1422.¹⁷

Hartmann was accepted as a citizen in Ulm in 1428, together with his son-in-law, Hans Schwigger. In a note in the book of burghers, Master Hartmann is mentioned as a sculptor.¹⁸ Most likely, he had the same rights before the official acceptance, since he was referred to as a citizen in the Ulm tax records in 1417 and 1427.¹⁹ This ambiguous situation could have been caused by the restricted conditions for new citizens from 1417.

The woodcarving workshop of Master Hartmann produced many statues, which can be found in the surroundings of Ulm and the whole of Upper Swabia until today. The main piece of this wooden production, *Dornstadt Altarpiece* [fig. 7],²⁰ was connected with Master Hartmann after comparison of the central statue of *Virgin and Child* and the stone *Madonna* from the arcade pillar of Ulm Minster [fig. 5 and 6].²¹ In a panel the retable shows a figure of *Virgin Mary with Jesus* standing on a half moon, accompanied by *St. Barbara* and *St. Catherine*. The painted wings are preserved only from the inner side. On the left there is the scene of *Joseph's Doubts* and on the right wing the *Adoration of the Magi*.

There are more parallels between the retable and Hartmann's cycle from west facade of Ulm Minster. Some frontage saint figures in Ulm repeat the compositions of *St. Barbara* and *Catherine* statues on *Dornstadt Altarpiece*. Some authors point the difference in quality between the retable and the facade cycle,²² but other researchers explain this disparity with the function of sculptures and advocate Hartmann's authorship of the altarpiece.²³ The Ulm cycle is placed high on the facade, the sculptures are not detailed and their proportions are changed so that they can be seen correctly by believers facing the monumental front of the Minster. On the other hand, the *Dornstadt*

¹⁵ Karl Friederich, "Meister Hartmann und Kreuzwinkelmeister," *Ulmer Tagblatt* (June, 1, 1940).

¹⁶ Claudia Lichte, "Meister Hartmann in Ulm. Ein Bildhauer zwischen Hütte und Zunft," in *Hans Multscher. Bildhauer der Spätgotik in Ulm*, ed. Brigitte Reinhardt and Hans Roth (Ulm: Süddeutsche Verlagsgesellschaft, 1997), 57.

¹⁷ *Ibid.*, 54.

¹⁸ Stadtarchiv Ulm, *Bürgerbuch II (1428–1449)*, A 3732. Note from Saturday before St. Michael (September 25, 1428): "Eodem die empfiengen Wir zu buerger Hartman den Bildhower und Hannsen Schwigger sinen tochterman also daz sy furbas zehn Jare unser ingessen Burger syn und stewern, dienen und aller gebott gehoersam und wärtig syn solln als andre unsre bürger ungewarlich".

¹⁹ Hans Rott, "Alt-Schwaben und die Reichsstädte," 46; Claudia Lichte, "Die Skulpturen des Meisters Hartmann," in *Zwischen Hütte und Zunft, Meister Hartmanns Dornstädter Altar*, ed. Wolfgang Schürle, 31 (Ulm: Alb-Donau-Kreis, 2003).

²⁰ Landesmuseum Württemberg Stuttgart. Most recently: Wolfgang Schürle, ed., *Zwischen Hütte und Zunft, Meister Hartmanns Dornstädter Altar* (Ulm: Alb-Donau-Kreis, 2003); Claudia Lichte and Heribert Meurer, *Stein- und Holzskulpturen 1400–1530. Die mittelalterlichen Skulpturen II.* (Stuttgart: Landesmuseum Württemberg, 2007), 34–35.

²¹ The reconstruction of Hartmann's activity: Claudia Lichte, "Meister Hartmann in Ulm. Ein Bildhauer zwischen Hütte und Zunft," 53–60.

²² Especially Gertrud Otto, who considered using the name "Master of the Dornstadt Altarpiece". Gertrud Otto, *Die Ulmer Plastik des frühen 15. Jahrhunderts* (Tübingen: Fischer, 1924), 49. Her theory accepted: Adolf Feulner and Theodor Müller, *Geschichte der deutschen Plastik* (München: Bruckmann, 1953), 254; Eva Zimmermann, "Eine thronende Madonna des weichen Stiles," *Jahrbuch der Staatlichen Kunstsammlungen in Baden-Württemberg* 1 (Berlin–München, 1964), 134–135, 141–142; Karl Heinz Clasen, *Der Meister der Schönen Madonnen: Herkunft, Entfaltung und Umkreis* (Berlin: de Gruyter, 1974), 96, 176.

²³ Hartmann's authorship for both works admitted as possible: Julius Baum, *Gotische Bildwerke Schwabens*, (Augsburg: Filser, 1921), 117–118, 120, 147, 160 and recently Claudia Lichte, "Die Skulpturen des Meisters Hartmann," 31.

Altarpiece was most probably created for the monastery in Elchingen.²⁴ The piece was intended for private devotion, following the *devotio moderna*, a strong individual religious movement in the late 14th century. It is obvious that the facade stone cycle and the delicate wooden retable are beyond comparison. During the restoration of the *Dornstadt Altarpiece* the date "1417" was found. This finding supports the hypothesis that Hartmann's woodcarving workshop was running already while he was working in the Minster hut. It is not clear, however, if he was the head of this workshop or only a member, because at the same time he was supposed to be trained in the Minster hut and he is mentioned in the records only as Hartmann, not as a Master.

The art in Ulm in 1420s descends from Parler hut, mostly from Cologne and Prague, which blends with other branches of International Gothic. There are influences from the art of the Middle Rhine, Bohemian painting, and a strong mysticism which is characteristic of "Seeschwaben", north of Lake Constance.

In the sculptures of Master Hartmann and the contemporary art of Ulm, there are traits of the Czech Beautiful Style²⁵ painting and the limestone statues of Virgin and Child. From the Bohemian Beautiful Madonna stone statues which still exist, the most recent (1410s) is in the monastery of Chlum sv. Maří. The drapery detail in this *Madonna* served as an inspiration in Hartmann's work. An example is the folds-triangle falling from the knee of the free leg of the statue. In the middle of this triangle is a vertical fold which fractures at the bottom in the right angle to both sides, similar to the upturned "T".²⁶ This detail, which appears also in contemporary Bohemian panel paintings, is found on sculptures connected with Master Hartmann's woodcarving workshop. This is most noticeable in the *Madonna from Dornstadt Altarpiece* [fig. 7], statues of *Virgin and Child* in Orsenhausen and monastery Sießen, *Apostel* from Landesmuseum Württemberg in Stuttgart, the figures from choir stalls in Überlingen Minster, and *St. John under the Cross* and *St. Stephen* in St. Klemens Church in Poltringen. The same composition detail can be found also in the stone *Virgin and Child* from arcade pillar in Ulm Minster [fig. 5].

Other connections to the Czech Beautiful Style are also present in the contemporary painting in Ulm. At the time, Bohemian artworks were exported to far away destinations, although pattern books as well as panel and book paintings were the main medium through which Czech art spread. There is a well-known record in Strasbourg, about a high quality image of Maria from Prague in Bohemia ("*ein künstlich Marienbild von Prag aus Böhmen*"), which was imported in 1404.²⁷ Another record mentions "*Ymago beatae virginis sculpta de Praga*" which used to stay on a marble column in Mainz.²⁸ Despite the strong connections to Czech art in Hartmann's style, his experience was probably limited to the Bohemian artworks and artists in Ulm and Rhineland.

The role of Rhineland was however much more important, as this was Hartmann's artistic origin. This influence is visible in the *Dornstadt Altarpiece*, which is the oldest artwork attributed to Master Hartmann. The composition of *St. Catherine* [fig. 7 and 8] with the coat resting only on her shoulders and the mostly vertical folds of drapery is common in the Middle Rhine cities and Cologne, an old pattern frequently used in the 13th and first half of 14th centuries. This return to simple and conservative

²⁴ Heribert Meurer, "Zur Herkunft des Retabels," in: *Zwischen Hütte und Zunft, Meister Hartmanns Dornstädter Altar*, ed. Wolfgang Schürle, 11, (Ulm: Alb-Donau-Kreis 2003).

²⁵ "Beautiful Style" is an expression mostly used in Czech (*krásný sloh*) and German (*Schöner Stil* or *Weicher Stil*) history of art. Beautiful Style is a specific branch of International Gothic which arised in Prague in the two last decades of the 14th century. For the development of the sculpture of Beautiful Style had the main influence the Prague cathedral hut production led by Peter Parler, and the Parler woodcarving workshop. More about Czech Beautiful Style in studies of Jaromír Homolka.

²⁶ Gertrud Otto, *Die Ulmer Plastik des frühen 15. Jahrhunderts*, 24.

²⁷ More about this pietà sculpture: Friedrich Kobler, "man nente es ein trawrige Mariabild", in: *Die Parler und der Schöne Stil 1350–40. Europäische Kunst unter den Luxemburgern. Handbuch zur Ausstellung*, ed. Anton Legner, Bd. 5, (Köln: Greven & Bechtold, 1980), 41–44.

²⁸ Friedrich Back, *Mittelrheinische Kunst. Beitrage zur Geschichte der Malerei und Plastik im vierzehnten & fünfzehnten Jahrhundert* (Frankfurt am Main: Baer, 1910), 7.

schemes is characteristic of the late phase of International Gothic.²⁹ At the beginning of the 15th century, a similar composition can be found on the *Tombstone of Anna von Dalberg* in St. Catherine Church in Oppenheim (died 1410) [fig. 9]. The relief has a very simple but impressive scheme of drapery, consisting of rich, long vertical folds. A similar character is also observed on the clay statue of *Madonna of Hallgarten*. Both assistant figures from the *Dornstadt Altarpiece* have analogies in clay statues of *St. Catherine* and *St. Barbara* in St. Martin Church in Bingen.³⁰ The same scheme of *St. Catherine* from the *Dornstadt Altarpiece* can be found on the *St. John the Baptist* on the arcade pillar of Ulm Minster and also in the figure of *St. John the Evangelist* from the front cycle. For Master Hartmann, reusing the same composition on more works is typical, even those created by his predecessors.

ST. MARTIN

The arcade pillar sculptures [fig. 4, 5, 6 and 10] in the western hall of the Minster in Ulm belong to the same style as the cycle of nineteen figures on the facade, although the former is of much higher quality. Their full volumes of drapery, deep shaped faces and big eyes with thick eyelids originate in the Parler hut sculpture. However, they already take form in an independent style, with more precisely carved decorative elements on the surface, and the dynamic core of the figure fades out.

The sculpture of *St. Martin* [fig. 10] differs from the other pillar statues in the form of his face. The modeling moves away from the round, full shapes covered with decorative details, such as the eyes with contoured eyelids and precise regular locks of hair or beard. The face of St. Martin is more physical without any decorative wrinkles. Small almond-shaped eyes are sculpted softly but flat. The face is framed by rich, airy locks of hair, however with the tendency to repetition of the same pattern. The young martyr is depicted cutting his cloak with his sword to give it to a poor beggar kneeling next to his feet. The small and naked figure of the beggar with ugly face and without teeth, catching the tip of the coat, refers to the poverty of the medieval world, which contrasts sharply with the noble elevated saint. Such divide between the reality of the recent world and expectations of life in Eden were very present in the art around 1400.³¹

However, the composition and iconography of *St. Martin* in Ulm is not original. Its model dates back to the Middle Rhine, into the Mainz Cathedral dedicated to St. Martin. In the 1420s *Portal of Memoria* was built, a representative entry to the space between the southern church nave and cloister, which used to be a chapter house and later a burial site of canons. Although not certain, the author responsible for this excellent portal is believed to be Madern Gerthener, the genius architect from Frankfurt am Main who worked for the archbishop Konrad III von Dhaun.³² Gerthener's authorship is only mentioned in historical records relating to his architectural works and heraldic reliefs.³³ His activity as a sculptor, author of the tympanum with the *Adoration of the Magi* on the cathedral in Frankfurt, or the *Portal of Memoria* in Mainz, is ascribed to him based only on the similarity with his previous work on reliefs and architectural details. However, even if the *Portal of Memoria* was Gerthener's concept, more artists participated in the sculptural decoration.³⁴

²⁹ Same tendency can be observed in the work of Master of Seeon in the Archbishopric of Salzburg.

³⁰ Bingen belonged to the property of Mainz. These sculptures date from around 1415.

³¹ *Kunst um 1400 am Mittelrhein. Ein Teil der Wirklichkeit*, ed. Herbert Beck, Wolfgang Beeh, Horst Bredekamp (Frankfurt am Main: Liebieghaus, 1975), 51–52.

³² Adolf Feulner, "Der Bildhauer Madern Gerthner," in: *Zeitschrift des Deutschen Vereins für Kunstwissenschaft* 7 (1940): 1–26; Ernst-Dietrich Haberland, *Madern Gerthener "der stadt franckenfurd werkmeister"*. *Baumeister und Bildhauer der Spätgotik* (Frankfurt am Main: Knecht, 1992).

³³ In 1427 Madern Gerthener was paid for two reliefs of eagles at Eschenheim Tower, signs of Holy Roman Empire and city of Frankfurt am Main, and he also did the alleged self-portrait in the archivolt key stone; in 1409 he was supposed to sculpt a not preserved keystone with Frankfurt eagle in the St. Bartholomew cathedral. Gerhard Ringshausen, "Madern Gerthener. Leben und Werk nach Urkunden" (Dissertation thesis, Philosophische Fakultät der Georg-August-Universität Göttingen, 1968), 30.

³⁴ Friedrich Back, *Mittelrheinische Kunst. Beitrage zur Geschichte der Malerei und Plastik im vierzehnten*

The jamb figures of St. Martin [fig. 11] and St. Stephen are high quality examples of International Gothic sculpture. It is exactly the statue of St. Martin from *Portal of Memoria* that can be seen as a model of the same saint in Ulm. When comparing the faces of both sculptures, it is clear that the author of the figure in Ulm attempted to copy the statue from Mainz. However, his artistic skills are considerably lower than those of the sculptor of St. Martin from the *Portal of Memoria*.

This finding is not new, but in previous research, this connection is explained only in the context of International Gothic. It is assumed that this relation is similar to that of the figures of *Apostles* from archivolts in Ulm Minster hall [fig. 2] and Prophets in the niches of the *Tomb of Archbishop Friedrich von Saarwerden* in the Cathedral of Cologne.³⁵ However, this is not fully correct, as the connection is much more complex. Upon closer comparison of the Ulm and Cologne works, there is a dissimilar expression and different artistic process of creation, especially noticeable in the modeling of shapes.³⁶ This resemblance can be understood from a perspective of International Gothic. Both works originated in the environment influenced by the art of Parlers. The unity of style which dominated all Europe around 1400 meant that in different places different artists could achieve similar results. In the case of the Ulm *Apostles* and the *Saarwerden Tomb*, there is no reason to disagree.³⁷

On the other hand, comparison of the figures of St. Martin shows a direct connection between the model artwork in Mainz and the copying artist in Ulm. The style and drapery of the figure in Ulm follows the pillar sculptures, differing only in the face. The hypothesis that the St. Martin in Ulm and the other pillar sculptures were works of different artists is very unlikely. From the shapes of drapery to the small details, as the handling of the neck or not very skillfully sculpted hands and arms, the St. Martin in Ulm is connected with the stone *Madonna* of Master Hartmann.

Nonetheless, the question remains as to why the St. Martin in Ulm was created as a copy of the sculpture in Mainz.³⁸ The Minster in Ulm was built by the city council and its citizens. The older parish church belonged to the monastery in Reichenau, from which the citizens of Ulm earned the rights to the new Minster and later to the patronage above the church with the purchase contract in 1441.³⁹ This implies that the city council, not the church, ordered the sculpture decorations and its iconographic program. Victor Curt Habicht mentions the original function of the western hall as the place where poor people were allowed to beg every Sunday, as well as on the feast of Twelve Apostles and on the feasts of Virgin Mary.⁴⁰ Habicht connects this fact with the iconography of the hall, designed by Ulrich von Ensingen. When entering the church, the first thing an observer would see are the pillar figures of the saints looking down to the believers. Furthermore, because the main street leads to the church entrance from the south, the statue of the protector of beggars, St. Martin on the southern pillar, is particularly noticeable due to its prominent position. The reproduction of a sculpture from the *Portal of Memoria* on such an important place cannot have been solely an artistic decision.

The *Portal of Memoria* was commissioned by the Archbishop of Mainz, Konrad III von Dhaun (1419–1434), who reigned in difficult times. The economic situation of the city was unfavorable as it was close to bankruptcy, and in Mainz culminated the long conflict of citizens and guilds against the archbishops and gentry. In 1429 a mayor was elected candidate of guilds, a position typically held by the aristocracy, which escalated the conflict and the gentry started to leave the city, followed by the clerics. Later in 1432,

& fünfzehnten Jahrhundert, 19; Adolf Feulner, "Der Bildhauer Madern Gerthner", 16; *Kunst um 1400 am Mittelrhein. Ein Teil der Wirklichkeit*, 49sq.

³⁵ This connection is mentioned for example in Moritz Woelk, ed., *Bildwerke vom 9. bis zum 16. Jahrhundert aus Stein, Holz und Ton im Hessischen Landesmuseum Darmstadt* (Berlin: Reimer, 1999), 212–213; Robert Suckale, *Schöne Madonnen am Rhein* (Leipzig: Seemann, 2009), 204.

³⁶ Gerhard Ringshausen, "Die Archivoltenfiguren des Ulmer Westportals", 232.

³⁷ Another example of this phenomenon is the work of the Master of Eriskirch in Swabia, the Master of the Dumlos Crucifixion in Wrocław and the Master of the Teyn Crucifixion in Prague.

³⁸ The transfer of new ideas between Mainz and Ulm was busy thanks to the mercantile road.

³⁹ Hans Eugen Specker, *Ulm Stadtgeschichte*, 53.

⁴⁰ Victor Curt Habicht, *Ulmer Münster-Plastik aus der Zeit 1391–1421*, 22.

Konrad escaped to Eltville where he died in exile.⁴¹

The portal, especially the inner side, was an extraordinary work of art in its time. It was executed by an artist from Frankfurt, the city loyal to Archbishop. The Archbishop's patronages for artistic work followed the last trends of International Gothic and were of the highest quality. In contrast, the citizens preferred a conservative style, characterized by a special type of crowned *Madonna* with Child on one hand, and carrying a vine-cross with the dead Christ in the other.⁴² This difference illustrates how the political situation in Mainz was represented on contemporary art.

There is the opposite tendency in Ulm, as the city tried to become equal to the rich and powerful church representatives.⁴³ The extraordinary reflection of the Archbishop's personality by the Ulm citizens raises questions beyond the scope of this research. For the facade of the Ulm City Hall, the cycle of sculptures of *Prince-electors* was created around 1423–1427. The ecclesiastic electors on the southern wall can be connected with Master Hartmann and the author of secular electors was Hans Multscher. Only the *Archbishop of Mainz* was sculpted by a different artist. His abstract figure and concerned expression is not comparable with any of the other statues. The sword, the typical attribute of a secular power, is missing. Instead, the figure of one of the most important politics in the Holy Roman Empire is depicted with open mouth. This iconographic detail can be interpreted, as the words being the Archbishop's weapon.⁴⁴

The desire of the Free Imperial City of Ulm to have also the latest and best decoration on the parish church, as the powerful Archbishop of Mainz wanted for the very exclusive place, indicates the high ambitions and self-confidence of Ulm citizens. The sculpture of St. Martin shows an example of cultural transfer without any connection to high aristocracy or royal courts. The reproduction of the very recently sculpted figure of St. Martin from Mainz can be understood, as well as the entire Minster, as a demonstration of the strength and richness of Ulm citizens. It was an important mark in the path of the city to becoming one of the most important cultural centers of the Late Gothic in Europe.

Figures:

⁴¹ *Kunst um 1400 am Mittelrhein. Ein Teil der Wirklichkeit*, 46.

⁴² *Ibid.*, 60. In German so called "Weinstrauchmadonnen".

⁴³ The Rhine ecclesiastic electors, archbishops from Cologne, Trier, Mainz, and secular elector count palatine of the Rhine in the beginning of the 15th century tend to be independent on the Emperor's will. In 1424, as a reaction on expansive Hussite hordes from Bohemia, four Rhine electors grounded a unity "Bingerer Kurverein" without even mentioning the king (*Kunst um 1400 am Mittelrhein. Ein Teil der Wirklichkeit*, 34).

⁴⁴ The cycle from southern wall is described most recently in: *Hans Multscher. Bildhauer der Spätgotik in Ulm*, eds. Brigitte Reinhardt and Michael Roth (Ulm: Süddeutsche Verlagsgesellschaft, 1997), 274–282.

*Master Hartmann and Ulm at the Beginning of the 15th Century.
Between the Middle Rhine and Bohemia*

1. The Minster of Ulm, western facade. Photo by Kateřina Hladká.
2. Seated Apostle, Master of Apostles, Ulm Minster, western hall. Photo by Kateřina Hladká.
3. Cycle of Twelve Apostles, six Saint Virgins and the Madonna enthroned, Master Hartmann, western facade of Ulm Minster. Photo by Kateřina Hladká.
4. St. Anthony, Master Hartmann, from the northern pillar of the western hall of Ulm Minster. Photo by Kateřina Hladká.
5. Virgin and Child, Master Hartmann, from the southern pillar of western hall of Ulm Minster. Photo by Kateřina Hladká.
6. Virgin and Child, Master Hartmann, from the southern pillar of Ulm Minster western hall, detail. Photo by Kateřina Hladká.
7. Dornstadt Altarpiece, the middle panel, Master Hartmann, Landesmuseum Württemberg, Stuttgart. Photo by Kateřina Hladká.
8. Dornstadt Altarpiece, detail of St. Catherine, Master Hartmann, Landesmuseum Württemberg, Stuttgart. Photo by Kateřina Hladká.
9. Tomb stone of Anna von Dalberg, Katharinenkirche, Oppenheim. Photo by Kateřina Hladká.
10. St. Martin, Master Hartmann, southern pillar of Ulm Minster western hall. Photo by Kateřina Hladká.
11. St. Martin, Portal of Memoria, St. Martin Cathedral, Mainz. Photo by Kateřina Hladká.



Figure 1



Figure 2

*Master Hartmann and Ulm at the Beginning of the 15th Century.
Between the Middle Rhine and Bohemia*



Figure 3



Figure 4



Figure 5



Figure 6

*Master Hartmann and Ulm at the Beginning of the 15th Century.
Between the Middle Rhine and Bohemia*



Figure 7



Figure 8



Figure 9



Figure 10

*Master Hartmann and Ulm at the Beginning of the 15th Century.
Between the Middle Rhine and Bohemia*



Figure 11

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Ainda acerca dos *resíduos* clássicos do *Amadís de Gaula*

José William Craveiro Torres¹
Universidade de Coimbra

Resumo

O presente ensaio tem por objetivo rever alguns dos nossos posicionamentos em textos anteriores, nos quais analisámos os *resíduos* clássicos das novelas de cavalaria, particularmente do *Amadís de Gaula*, e apresentar novos excertos dessa novela e referências bibliográficas acerca do tema.

Abstract

This essay aims to review some of our placements in previous texts, in which we analyze the classical excerpts of chivalry novels, particularly of *Amadís de Gaula*, and present new excerpts from this novel and bibliographical references about the subject.

INTRODUÇÃO

Em 2007, como resultado de uma comunicação proferida no VII Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM,² publicámos, nos anais do evento, um ensaio intitulado *Acerca dos Resíduos Clássicos das Novelas de Cavalaria*.³ Nele, ainda de forma bastante rudimentar, apontávamos para determinados comportamentos de cavaleiros d'*A Demanda do Santo Graal* e do *Amadís de Gaula* que se assemelhavam aos de alguns heróis greco-romanos que encontramos em certos mitos de *Metamorfoses* de Ovídio: Aquiles, Eneias, Hércules, Jasão, Perseu e Teseu. Hoje, quando lançamos o nosso olhar mais crítico sobre esse texto, percebemos claramente os seus problemas, ou seja, alguns equívocos que cometemos ao escrevê-lo; equívocos, esses, resultantes, em boa medida, do pouco contato que tivemos, à época, com uma bibliografia mais específica (textos de natureza crítico-ensaística) em torno do assunto. Basta-nos dizer que alguns desses equívocos giraram em torno da nossa afirmação acerca da bibliografia específica, que julgávamos bastante rarefeita e que, tempos depois, vimos que não era bem assim; do conceito de *mentalidade* com o qual trabalhámos para explicar melhor alguns fenômenos culturais e literários, àquela altura já revisado, retrabalhado, ressignificado por integrantes da *École des Annales* (Duby, Le Goff), sem que tivéssemos tido ciência disso; e dos trechos d'*A Demanda* e do *Amadís* que utilizámos para exemplificar os tais *resíduos* clássicos, talvez não tão representativos como supúnhamos que fossem, naquele momento. Nas próximas páginas deste ensaio vamos tratar, de certa forma, desses equívocos, de modo a tentar corrigi-los. Por agora é importante que digamos apenas que, por meio desse texto publicado em 2007, acreditamos ter conseguido transmitir aos leitores a ideia que passámos a abraçar a partir daquele ano: a de que os cavaleiros das novelas medievais tinham os heróis da Antiguidade Clássica como ideal de bravura, de lealdade, de virtude; enfim, como modelo maior de comportamento.

¹ Bolsista de Doutorado Pleno no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/BR (processo 0952/12-5); membro colaborador do Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – CLP/FLUC.

² O VII Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM – Associação Brasileira de Estudos Medievais – ocorreu nas dependências do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará – UFC, entre os dias 3 e 6 de julho de 2007.

³ José William Craveiro Torres, “Acerca dos *Resíduos* Clássicos das Novelas de Cavalaria,” in *[Anais do] VII Encontro Internacional de Estudos Medievais: Permanência, Atualização, Residualidade*, org. Roberto Pontes e Elizabeth Dias Martins, 389 (Fortaleza: Premius, 2007), <http://pt.scribd.com/doc/27690155/Jose-William-Craveiro-Torres-Acerca-dos-Residuos-Classicos-das-Novelas-de-Cavalaria>.

Tempos depois – para sermos mais exatos, em 2010 –, e enveredando pela mesma linha de raciocínio, defendemos a nossa dissertação de mestrado, intitulada *Além da Cruz e da Espada: acerca dos Resíduos Clássicos d’A Demanda do Santo Graal*.⁴ Como se pode perceber pelo seu título, demos continuidade à pesquisa empreendida anteriormente, com mais leituras, como se espera de uma investigação dessa natureza, e com uma análise pormenorizada – e, por isso mesmo, mais profunda – do fenômeno cultural/literário em causa. A pesquisa centrou-se no comportamento “clássico” dos cavaleiros d’A Demanda; no entanto, deixámos claro, no terceiro capítulo da dissertação, que cavaleiros do *Amadís* também apresentam tal comportamento. Apesar de essa dissertação ter sido generosamente agraciada, em 2011, com o prêmio de “Melhor Dissertação de Mestrado de 2010” pelo Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará – UFC (Brasil), no qual foi gestada, devemos dizer que ela traz alguns equívocos, como, aliás, não poderia deixar de ser. O principal deles talvez tenha sido o de termos utilizado excertos da *Ilíada* e da *Odisseia* de Homero para mostrar como alguns cavaleiros d’A Demanda do Santo Graal retomavam o comportamento, sobretudo bélico, do herói da Antiguidade Clássica. Sabemos, hoje, por meio de alguns estudiosos,⁵ que as epopeias de Homero difundiram-se pela Europa depois da elaboração d’A Demanda e de outras novelas de cavalaria (*Amadís de Gaula*, por exemplo), por meados do século XV. Sendo assim, o mais provável é que os autores dessas novelas tenham ido às *Metamorfoses* de Ovídio e à *Eneida* de Virgílio – obras, aliás, também por nós utilizadas, na dissertação –, sempre que quiseram, ou acharam por bem, “abeberar-se em fontes clássicas”; mas também a romances (*Roman de Thèbes*, *Roman de Eneas*, *Roman de Troie*) e às narrativas deles derivadas, pertencentes ao ciclo clássico; ou mesmo a obras medievais de teor histórico (*Primera Crónica General: Estoria de España; La General Estoria*). Devemos deixar claro, no entanto, que, quando utilizamos trechos da *Ilíada* e da *Odisseia*, tínhamos o intuito de (re)criar o imaginário do Herói grego e não exatamente o de procurar as possíveis fontes dos excertos de teor clássico d’A Demanda ou o de tratar de possíveis *intertextualidades* entre a Demanda e os poemas homéricos. Apesar de seus problemas, acreditamos que a nossa dissertação de mestrado tenha alcançado os seus objetivos; sobretudo o principal, que era o de mostrar as inúmeras semelhanças entre o cavaleiro das novelas mediélicas e o herói da Antiguidade Clássica em todas as fases da vida: nascimento, infância, juventude e maturidade. Investigações semelhantes realizaram Juan Manuel Cacho Blecua⁶ e Juan Bautista Avalle-Arce⁷ em torno de cavaleiros do *Amadís*, mas em 2010 ainda não as conhecíamos. A principal diferença entre os estudos destes dois investigadores e o nosso reside no fato de termos apontado, peremptoriamente, essa “filiação clássica” do cavaleiro da ficção, enquanto eles, talvez por cautela ou por ceticismo, preferiram falar em “heroísmo mítico” e em “caráter folclórico”. Adiante diremos por que insistimos nessas origens clássicas da personagem medievla em questão. Devemos dizer, ainda, que um pequeno recorte dessa dissertação foi publicado, sob o título “Resíduos Clássicos no Rito Iniciático do Cavaleiro Medieval”,⁸ no livro *De Cavaleiros e Cavalarias. Por terras*

⁴ José William Craveiro Torres, *Além da Cruz e da Espada: acerca dos Resíduos Clássicos d’A Demanda do Santo Graal* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2010), http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8077/1/2010_dis_jwctorres.pdf.

Versão livro: <http://pt.scribd.com/doc/93190040/Jose-William-Craveiro-Torres-Alem-da-Cruz-e-da-Espada-Acerca-dos-Residuos-Classicos-da-Demanda-do-Santo-Graal>.

⁵ Fernando Gómez Redondo, *Historia de la Prosa Medieval Castellana: los Orígenes del Humanismo. El Marco Cultural de Enrique III y Juan II* (Madrid: Cátedra, 2002), 3: 2735; Francisco Crosas López, *De Enanos y Gigantes: Tradición Clásica en la Cultura Medieval Hispánica* (Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2010).

⁶ Juan Manuel Cacho Blecua, *Amadís: Heroísmo Mítico Cortesano* (Madrid: Cupsa Editorial, Universidad de Zaragoza, 1979).

⁷ Juan Bautista Avalle-Arce, “El nacimiento del Amadís,” in *Essays of Narrative Fiction in the Iberian Peninsula in Honor of Frank Pierce* (s.l.: The Dolphin Book Co., 1982), 15.

⁸ José William Craveiro Torres, “Resíduos Clássicos no Rito Iniciático do Cavaleiro Medieval,” in *De Cavaleiros e Cavalarias. Por terras de Europa e Américas*, org. Lênia Márcia Montelli, 233 (São Paulo: Humanitas, 2012), <http://editora.fflch.usp.br/sites/editora.fflch.usp.br/files/233-246.pdf>.

de Europa e América, publicação resultante do Congresso Internacional sobre Matéria Cavaleiresca que aconteceu nas dependências da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.⁹

Em 2013, por ocasião da VI Jornada de *Residualidade* Literária e Cultural,¹⁰ organizada pelo grupo de estudos “*Residualidade* Literária e Cultural”, do Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará, enviámos para publicação, nos anais do evento, um ensaio intitulado “Acerca dos *Resíduos* Clássicos do *Amadís de Gaula*” (no prelo).¹¹ No texto ora referido, retomámos parte do ensaio publicado em 2007, justamente o tópico referente aos modos de agir, de pensar e de sentir dos heróis greco-romanos presentes nos mitos de *Metamorfoses*, por julgarmos que não havia muito a acrescentar, nesse sentido, além do que já tínhamos dito. Avançámos com alguma bibliografia mais específica em torno do assunto e escolhemos passagens maiores, mais significativas e mais claras do *Amadís*, para que os leitores pudessem perceber melhor aquilo que estávamos a defender (a “filiação clássica” do cavaleiro medieval da ficção). O presente ensaio é, portanto, uma continuação deste que enviámos ao Brasil.¹² Assim, nas próximas páginas, procederemos a uma exposição mais pormenorizada e mais abalizada – porque apoiada em grandes estudiosos da matéria cavaleiresca – dos *resíduos* clássicos do *Amadís de Gaula*, bem como apresentaremos trechos da novela em que esses *resíduos*¹³ mostram-se de forma clara.

Para já, adiantamos, de forma breve, que *resíduo* é um traço ou fenômeno cultural de um certo povo que tem sua origem marcada em certa época, mas que sobrevive ao tempo e passa a integrar a cultura desse mesmo povo, ou as de outros povos que com este travaram algum tipo de contato, tempos depois, dentro de um contexto cultural já bem diferente daquele que o originou.

Vejam, agora, o que disseram alguns estudiosos – Teófilo Braga, Celso García de la Riega, Manuel Rodrigues Lapa, Susana Gil-Albarellos, Emilio Sales Dasí – acerca do teor clássico de alguns excertos do *Amadís*. Escolhemos Teófilo Braga, Celso García de la Riega e Manuel Rodrigues Lapa – apesar de eles terem tratado, nos seus estudos, sobretudo o problema da autoria do *Amadís de Gaula*, uma preocupação da crítica mais antiga –, pelo fato de terem tecido considerações interessantes sobre os excertos de teor clássico dessa novela, conforme mostraremos; Susana Gil-Albarellos, por ser uma das maiores representantes da crítica amadisiana contemporânea e por ter analisado o *Amadís* de forma mais global, inclusive mostrando o que essa narrativa medieval deve à cultura clássica dos romances. Por fim, escolhemos Emilio Sales Dasí por ele ser, atualmente, um dos maiores estudiosos do *Amadís de Gaula* e das suas continuações, bem como pelo fato de ele ter dedicado ensaios à tradição troiana presente nas *Sergas de Esplandián* e ao processo de “imitação (a *imitatio* clássica) nas continuações ortodoxas do *Amadís*”.¹⁴

TEÓFILO BRAGA E O SEU ESTUDO DA “EVOLUÇÃO DAS FORMAS LITERÁRIAS”

⁹ O Congresso aconteceu nos dias 09 e 10 de maio de 2011 e foi coordenado pela professora e pesquisadora Lênia Márcia Mongelli, que também ficou responsável pela organização da obra a que fizemos alusão.

¹⁰ A VI Jornada de *Residualidade* ocorreu no dia 31 de outubro de 2013.

¹¹ José William Craveiro Torres, “Acerca dos *Resíduos* Clássicos do *Amadís de Gaula*” (comunicação apresentada na I Jornada de *Residualidade*, Universidade Federal do Ceará, 13 jul. 2006), <http://pt.scribd.com/doc/230817879/Jose-William-Craveiro-Torres-Acerca-Dos-Residuos-Classicos-Do-Amadis-de-Gaula-V-2>. Esse ensaio foi fruto não só dessa comunicação por nós realizada em 2006, na primeira Jornada de *Residualidade*, mas também de um texto que escrevemos para a disciplina “História e Periodização da Literatura Portuguesa I”, ministrada pelo Prof. Doutor Paulo Silva Pereira no Curso de Doutorado em Literatura de Língua Portuguesa, Investigação e Ensino, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – FLUC, no primeiro semestre do ano letivo 2012/2013.

¹² É também uma prévia da nossa tese de doutoramento que está a desenvolver na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação da Prof.^a Doutora Ana Maria Machado.

¹³ Para uma melhor compreensão do que vem a ser *resíduo* e *residualidade*, consultar o primeiro capítulo da nossa já citada dissertação de mestrado, vide nota 4.

¹⁴ Emilio José Sales Dasí, “La Imitación en las Continuaciones Ortodoxas del *Amadís* – II: las Aventuras Bélicas y Maravillosas,” *Tirant* 16 (2013).

Teófilo Braga tratou das origens das novelas de cavalaria, em especial das origens do *Amadís de Gaula*, na sua obra *História das Novelas Portuguesas de Cavalaria: Formação do Amadís de Gaula*,¹⁵ de 1873. Para o intelectual português, as origens dessas narrativas medievais não devem ser tratadas sob o ponto de vista da nacionalidade, mas sob o ponto de vista da “evolução das formas literárias”. Por meio de um estudo comparativo, em que analisou produções poéticas de diferentes culturas da Antiguidade (Índia, Pérsia, Grécia), Teófilo Braga chegou à conclusão de que os mitos, que primeiro possuem um teor religioso e, somente depois, passam a ter um caráter histórico, “evoluem” para epopeias e estas, por sua vez, para obras de caráter histórico; aqui entrariam as canções de gesta e, posteriormente, as novelas de cavalaria.¹⁶

Mais interessante que essa conclusão a que chegou Teófilo Braga foi a sua observação acerca de quais desses mitos e/ou dessas epopeias antigas parecem ter influenciado, de fato, os autores das novelas de cavalaria:

*Antes do rei Arthur receber nos poemas um caracter historico, antes de se constituir o mundo de aventuras do Santo Graal, os povos bretões tinham os seus cantos mythicos, – cujos caracteres ainda se repetem nos heroes.*¹⁷

*No producto da elaboração poetica do genio gallo-franko e gallo-bretão, encontramos: (...) a corrupção allegorica¹⁸ do ideal cavalleiresco já não comprehendido, tomando para seus heroes os pastores e os grandes vultos da antiguidade.*¹⁹

Como podemos perceber, Teófilo Braga apontou, no resultado das suas investigações, as duas mitologias que mais teriam influenciado a escrita das novelas de cavalaria: a bretã, ou celta, e a greco-romana; sendo que o aparecimento desta, no âmbito das narrativas medievais em questão, seria um sinal da “corrupção” dos ideais cavaleirescos por parte dos autores. Pensamos que Teófilo Braga tenha acertado quanto à afirmação de que essas duas mitologias constituem-se as bases das novelas de cavalaria; no entanto, não achamos que o que há de mitologia greco-latina (justamente as alusões clássicas; os *resíduos* clássicos) nessas narrativas mediélicas tenha comprometido o ideal cavaleiresco que elas trazem. Muito pelo contrário: o herói greco-romano parece ter estado sempre presente no *imaginário* do cavaleiro medieval; ou seja, aquele sempre fez parte do ideal cavaleiresco, visto que o cavaleiro tinha-o como exemplo de bravura, de lealdade e de virtude, como dissemos na introdução. Além do mais, acreditamos que o peso da mitologia e das epopeias greco-latinas nas novelas de cavalaria seja maior que o das demais mitologias e/ou epopeias, incluindo-se aqui a bretã ou céltica, que forneceu, é bem verdade, personagens e temas às narrativas medievais. Acontece que, como lembrou bem Teófilo Braga, a Mitologia greco-romana em geral – e a Epopeia grega, em particular – “era a mais antiga no conhecimento dos eruditos”;²⁰ ou seja, a celta forneceu personagens e temas, mas a greco-latina parece ter fornecido algo mais identitário, mais profundo, além de personagens e de temas: comportamentos, modelos, ideais.

¹⁵ Teófilo Braga, *História das Novelas Portuguesas de Cavalaria: Formação do Amadís de Gaula* (Porto: Imprensa Portuguesa Editora, 1873).

¹⁶ Não vamos discutir, aqui, essa afirmação de Teófilo Braga quanto à evolução dos gêneros literários, pois acreditamos que ela foge ao objetivo principal do presente ensaio, que é o de tratar das alusões, das possíveis *intertextualidades* e dos *resíduos* “clássicos” do *Amadís de Gaula*.

¹⁷ *Ibid.*, 32.

¹⁸ O termo “alegórica” foi utilizado pelo autor com o sentido de representação de pensamentos, de ideias e de qualidades. A presença de comportamentos de “vultos da Antiguidade” nas novelas de cavalaria teria “corrompido” o ideal cavaleiresco (valores típicos da Cavalaria, próprios da Idade Média) presente nessas narrativas medievais.

¹⁹ *Ibid.*, 30.

²⁰ *Ibid.*, 23.

CELSO GARCÍA DE LA RIEGA E AS “ORIGENS GREGAS DA GALÍCIA”

Em seu livro *Literatura Galaica: El Amadís de Gaula*,²¹ de 1909, Celso García de la Riega, defende, como podemos perceber pelo próprio título, a origem galaica do *Amadís de Gaula*. Para livrar a novela do jugo franco e, sobretudo, do bretão (dos possíveis laís estrangeiros que lhe teriam dado origem), o estudioso espanhol aponta para uma “alma grega” do povo galego, ideia que defende por meio de algumas passagens de teor clássico do *Amadís*, como as alusões que esta obra faz (ou parece fazer) a temas pertencentes à matéria troiana, e dos nomes de algumas personagens amadisianas que teriam sido retirados do *Libro de Troya*. Exageros nacionalistas à parte, comuns, aliás, não só a García de la Riega, mas também a Teófilo Braga e a outros intelectuais portugueses e espanhóis que se debruçaram sobre as origens do *Amadís de Gaula*, devemos dizer que as observações de Celso García de la Riega em torno dos resíduos clássicos dessa narrativa medieval são, sim, pertinentes. Vejamos como ele se pronunciou sobre este assunto:

*La fecha del siglo XIII, en el lomo del códice Menéndez y Pelayo, se comprueba también por el hecho de que el autor del primitivo Amadís de Gaula, obra de fines del mismo siglo, tomó del Libro de Troya los nombres de Arcalaus, Perión, Brian, Corián, Dardán, Durín, Elián, Tantales, Abies, Brisena, Melicia y algún otro, que en dicho Libro son, respectivamente, Archalaus, Perio, Brión, Corión, Dardanos, Durays, Elios, Tántalo, Abios, Briseida y Melibia. A mayor abundamiento, la descripción de los tremendos combates personales en dicha novela está calcada en la de las luchas no menos tremendas de los héroes de Troya; en el capítulo XIII, libro primero de la misma, hay una referencia á la muerte del rey Laomedón, á la propia Troya assolada y destruída, y al puerto de Simeonta, y, por último, la escena erótica del rey Perión y de Elisena en el primer capítulo del Amadís, en casi idéntica á la de igual clase entre Jasón y Medea, que aparece en un fragmento gallego del códice Menéndez y Pelayo.*²²

Os combates do *Amadís* que mais chamaram a atenção do autor de *Literatura Galaica*, pela sua crueldade, pela sua sanguinolência, foram aqueles que o personagem que dá nome à novela travou com Dardán, o Soberbo, e com Ardán Canileo: é o que ficamos sabendo por meio de outra passagem do livro. Para que o leitor possa constatar, por si mesmo, como tais embates lembram, de fato, aqueles que encontramos pela *Eneida*, como o combate entre Enéas e Turno, reproduzimos aqui o excerto do *Amadís de Gaula* referente à batalha entre o filho de Perión e Dardán:

Amadís pasó por él y Dardán se levantó aína y cavalgó como aquel que era muy ligero, y echó mano a su espada muy bravamente. Cuando Amadís tornó hazia él su cavallo, violó estar de manera de lo acometer, y echó mano a la espada, y fuéronse ambos acometer tan bravamente, que todos se espantaban en ver tal batalla; (...) y vían la batalla de los cavalleros que les parecía espantosa de ver, que ellos se hirían por cima de los yelmos, que eran de fino azero, de manera que a todos parecía que les ardían las cabeças, según el gran huego que dellos salía, y de los arneses y otras armas hazían caer en tierra muchas pieças y mallas y muchas rajadas de los escudos. Assí que su batalla era tan cruda, que muy

²¹ Celso García de la Riega, *Literatura Galaica: El Amadís de Gaula* (Madrid: Imprenta Eduardo Arias, 1909).

²² *Ibid.*, 89.

*gran espanto tomavan los que la vían; mas ellos no quedavan de se ferir por todas partes, y cada uno mostrava al otro su fuerça y ardimento.*²³

Já as alusões a Laomedonte, a Troia “assolada e destruída” e ao porto de Simeonta, onde desembarcaram Jasão e Hércules antes que este assassinasse o pai de Príamo, foram feitas pelo “autor” do *Amadís* para criticar, por meio da figura do rei troiano, os monarcas e os nobres soberbos. O trecho da novela em que podemos encontrar tais alusões serve a dois propósitos: primeiramente, para adiantar ao leitor que Dardán terá um fim semelhante ao de Laomedonte, por conta de sua arrogância; depois, para moralizar a classe de leitores à qual a obra se destinava. A crítica atual²⁴ tende a atribuir a Garcí Rodríguez de Montalvo essas passagens de caráter moralizante do *Amadís de Gaula*: essas teriam sido algumas das suas contribuições, dos seus aditamentos, para agradar aos reis católicos. Este é o excerto que traz as alusões:

*¿Pues por qué diremos que fue por Hércoles assolada y destruida la gran Troya, y muerto aquel su poderoso rey Laumedón?. No por otra cosa sino la sobervia embaxada que por sus mensajeros a los cavalleros griegos embió, que a salva fe al su puerto de Simeonta arribaron.*²⁵

Agora, a cena erótica entre Perión e Helisena à qual se referiu García de la Riega, que lembra a de Jasão e Medeia presente num fragmento galego do códice de Menéndez y Pelayo:

El Rey quedó solo con una amiga, que a la lumbre de tres hachas que en la cámara seían la mirava paresciéndole que toda la fermosura del mundo en ella era junta, teniéndose por muy bien aventurado en que Dios a tal estado le traxera, y así abraçados se fueron a echar en el lecho.

*Donde aquella que tanto tiempo con tanta fermosura y juventud demandada de tantos príncipes y grandes hombres se avía defendido, quedando con libertad de donzella, en poco más de un día, cuando el su pensamiento más de aquello apartado y desviado estava, el cual amor rompiendo aquellas fuertes ataduras de su honesta y sancta vida gela fizo perder, quedando de allí adelante dueña.*²⁶

Celso García de la Riega encontrou, inclusive, uma semelhança textual entre o conteúdo deste último parágrafo – referente ao fato de que, a partir daquela noite, Helisena deixava de ser “donzella” para tornar-se “dueña” – e uma frase do *Libro de Troya* em torno de Jasão e Medeia: “*Jasón hizo dueña de la que antes era doncella*”.²⁷ Poderíamos falar em *intertextualidade* neste caso ou terá sido apenas coincidência? Difícil precisar. De todo modo, fica aqui o registro da paridade entre os dois episódios. Aliás, devemos deixar claro que essa não é a única passagem do *Amadís de Gaula* em que as personagens se aproximam de Jasão e Medeia: García de la Riega chama a atenção para o fato de Urganda assemelhar-se à Medeia, sempre que, por meio de magias, ajuda Amadís; e para o fato de este assemelhar-se a Jasão – que enfrentou o dragão que guardava o velocino de ouro –, ao lutar contra Endriago.

Por fim, devemos dizer que o autor de *Literatura Galaica* ainda apontou outros excertos do *Amadís* que podem estar ancorados à tradição clássica: o nascimento do

²³ Garcí Rodríguez de Montalvo, *Amadís de Gaula*, ed. Juan Manuel Cacho Bleuca (Madrid: Cátedra, 2008), 1: 370.

²⁴ Filipa Medeiros, “Historiografia de uma Novela de Cavalaria Peninsular: o *Amadís de Gaula* – Estado da Questão e Bibliografia Comentada,” *Medievalista on line* 2 (2006): 1; Emilio Sales Dasí, *La Tradición Troyana en las Sergas de Esplandián* (México, Distrito Federal: Editorial Grupo Destiempos, 2011).

²⁵ Montalvo, *Amadís de Gaula*, 360.

²⁶ *Ibid.*, 239.

²⁷ García de la Riega, *Literatura Galaica*, 186.

personagem principal, que faz com que ele se aproxime de Baco, na opinião de Celso García de la Riega, por conta da maneira como foi exposto; e o nascimento de Esplandián, seu filho, que, ao ser amamentado por uma leoa, assemelha-se a Rômulo e a Remo, que foram amamentados por uma loba. Com relação ao nascimento de Esplandián, devemos acrescentar o fato de ele ter nascido com inscrições em grego e em latim sobre o peito, o que, para nós, serve para reforçar, ainda mais, a sua “filiação clássica”.²⁸

RODRIGUES LAPA: O “CULTO PRONUNCIADO DA BELEZA FÍSICA” E O “EQUILÍBRIO CLÁSSICO”

Manuel Rodrigues Lapa, em *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval*,²⁹ de 1934, aponta duas importantes características clássicas presentes no *Amadís de Gaula*. A primeira delas, “o culto pronunciado da beleza física” das personagens, que surge, na obra, logo na primeira cena do primeiro capítulo, quando Darioleta, ao preparar Helisena para o encontro com o rei Perión, abre-lhe o manto e tece elogios ao seu belo corpo:

Como la gente fue sossegada, Darioleta se levantó y tomó a Helisena assí desnuda como en su lecho estava, solamente la camisa y cubierta de un manto, y salieron ambas a la huerta, y el lunar hazía muy claro. La donzella miró a su señora, y abriéndole el manto, católe el cuerpo y dixo riendo:

*--Señora, en buena hora nació el cavallero que vos esta noche avrá, y bien dezían que ésta era la más hermosa donzella de rostro y de cuerpo que entonces se sabía.*³⁰

Sobre esse trecho do *Amadís*, Rodrigues Lapa disse o seguinte:

*Este realismo nas cenas de amor é das coisas mais saborosas, mais vivas e originais de todo o romance. Há o quer que seja de robustez clássica no culto pronunciado da beleza física, no forte e higiênico sensualismo dalguns episódios. Quando Elisena vai, de noite, ao luar, à câmara de Periom, a sua aia Darioleta abre-lhe o manto, contempla-lhe o corpo esplêndido.*³¹

Rodrigues Lapa fez alusão apenas à beleza de Helisena, no seu texto; porém, enganam-se os que pensam que o “culto pronunciado da beleza física”, dentro do *Amadís de Gaula*, gira apenas em torno das figuras femininas (Helisena, Oriana, Olinda, Aldeva, Briolanja...). Antes o contrário: a exaltação da beleza física chega a ser maior entre os homens, os cavaleiros, como testemunham incontáveis passagens da novela.

*Señor –dixo el escudero–, él es muy niño, y tan fermoso que es maravilla de lo ver, y vile fazer tanto en armas en poca hora, que si ha ventura de bevir, será el mejor cavallero del mundo.*³²

Estonces desenlazó el yelmo y la donzella, que le vio el rostro, dixo:

²⁸ Para informações acerca dos nascimentos de Amadís e Esplandián, consulte-se o nosso texto “Acerca dos Resíduos Clássicos do *Amadís de Gaula*”, disponível on-line: Torres, “Acerca dos Resíduos Clássicos do *Amadís de Gaula*”.

²⁹ M. Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval*, 10.^a ed. (Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1981). A 1.^a edição é de 1934.

³⁰ Montalvo, *Amadís de Gaula*, 237.

³¹ Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa*, 284.

³² Montalvo, *Amadís de Gaula*, 301.

–Cierto, creo yo que dezís verdad, que a maravilla os oí loar de ferosura.³³

No nosso entendimento, o elogio à beleza física do cavaleiro, não só no *Amadís*, mas nas demais novelas de cavalaria, atende ao princípio grego do *kalós kai agathós*; ou seja, o que é belo tem de ser necessariamente bom, ou vice-versa. Um cavaleiro medieval que se apresentasse formoso, belo de feições, certamente haveria de ser bom em armas, bem como o contrário: se dominava bem a espada, decerto era bonito de rosto e de corpo. Tal princípio também estava sempre presente na configuração do herói greco-romano, como nos mostram certos mitos de *Metamorfoses* e alguns excertos da *Eneida*. Portanto, há, sim, no *Amadís de Gaula*, um “culto pronunciado da beleza física”, como bem notou Manuel Rodrigues Lapa.

A outra característica clássica presente no *Amadís*, de acordo com o autor de *Lições de Literatura Portuguesa*, diz respeito ao “equilíbrio” que podemos encontrar em torno do personagem que dá nome à novela: se, por um lado, Amadís apresenta-se apaixonado e “sensibilíssimo” para o leitor; por outro, mostra-se capaz de dominar seus impulsos, de ser racional e de agir com mesura. Essa forma *sui generis* de lidar com sentimentos tão fortes constituiria, portanto, o seu ponto de equilíbrio.

Pois bem, a personalidade de Amadis ocupa, como criação artística, um meio-termo entre Guilam, o amador estéril, e Galaor, o gozador da fêmea. Visto a esta luz e apesar dos defeitos já apontados da sua figuração, o tipo do nosso herói adquire particular significado e atinge, pelo seu equilíbrio e pelo seu realismo, as proporções de um vulto clássico.

Sim; não receemos empregar o adjectivo «clássico» para qualificar o Amadis. (...) Amadis é um homem sensibilíssimo, (...) mas nem por isso deixa de procurar exercer sobre si um constante domínio. Herói da paixão, é certo, mas também herói da razão e da mesura. As próprias raras extravagâncias do seu amor são o produto da fidelidade a uma razão superior, encarnada na sua amiga. Fora disso, um apelo constante à disciplina da vontade, uma preocupação insistente do razoável e a condenação formal, por boca de Agrajes, «dos que querem ultrapassar, com fantasia, os limites da razão».³⁴

SUSANA GIL-ALBARELLOS: A INFLUÊNCIA DO ROMANCE SOBRE AS NOVELAS DE CAVALARIA E AS DIFERENÇAS ENTRE O HERÓI ÉPICO E O CAVALEIRO MEDIEVAL

Susana Gil-Albarellos, baseada em alguns argumentos de dom Pascual de Gayangos, foi categórica ao afirmar, em seu livro *Amadís de Gaula y el Género Caballeresco en España*,³⁵ de 1999, a influência da antiga literatura greco-romana sobre as novelas de cavalaria: para ela, “*La novella caballeresca tiene su origen en la griega y romana [pues] se pueden hallar muchos elementos que pasarán a la formación de los relatos caballerescos, apuntando el germen clásico que posee la materia de caballerías*”.³⁶ As obras clássicas que mais teriam influenciado os autores das narrativas medievais teriam sido mesmo *Metamorfoses* de Ovídio e *Eneida* de Virgílio. No entanto, a pesquisadora acredita que tais influências tenham-se dado sobretudo de maneira indireta, por meio de narrativas medievais em versos que tematizavam os mitos greco-romanos e/ou que atualizavam a epopeia latina: os chamados romances. Apesar de o substrato antigo, greco-latino, aparecer nas novelas de cavalaria em toda a sua plenitude,

³³ *Ibid.*, 308.

³⁴ Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa*, 285.

³⁵ Susana Gil-Albarellos, *Amadís de Gaula y el Género Caballeresco en España* (Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1999).

³⁶ *Ibid.*, 17.

com toda a sua essência, Susana Gil-Albarellos defende o ponto de vista de dom Pascual de Gayangos, que “*entendía que la literatura caballeresca era un producto europeo desarrollado a partir de las ideas, sentimientos y costumbres de la Edad Media*”;³⁷ ou seja, que o conteúdo de teor clássico das narrativas medievais em apreço eram sempre vistos a partir da visão do homem medieval, com o que também concordamos.

Os romances que mais influenciaram a Literatura cavaleiresca europeia foram escritos na França entre 1155 e 1170: *Roman de Thèbes*, *Roman de Troie* e *Roman de Eneas*. Os seus autores eram homens cultos que possuíam uma considerável bagagem clássica. O *Roman de Eneas* é uma adaptação da *Eneida* de Virgílio, mas diferente desta, porque se volta mais para a aventura e para o amor do que propriamente para refrega – que é a tônica da Epopeia. Por seu turno, o *Roman de Troie* de Benoît de Sainte-Maure baseia-se em originais gregos que tematizam a Guerra de Troia. A partir destas informações, conseguimos vislumbrar a essência das novelas bretãs e ibéricas que surgiram no encaço dos romances: forte teor cavaleiresco, destaque especial para o caráter cortês (amoroso) e *resíduos* clássicos sempre voltados para a Guerra de Troia (temas e personagens).

Sobre a relação entre esses substratos clássicos – que, como vimos, chegaram ao Medievo por meio dos romances – e a figura do cavaleiro que encontramos pelas páginas das novelas, exatamente sobre quem mais nos interessa tratar, escreveu Susana Gil-Albarellos:

*El fundamento clásico es esencial para comprender la aparición de la figura del caballero, con todas sus características, en la literatura europea. Conviene recordar que la materia de Bretaña parte de una confluencia de fuentes clásicas y leyendas bretonas que los escritores desarrollan durante los siglos XII y XIII hasta la consolidación de la literatura de caballerías en Europa.*³⁸

Como vimos, não podemos tratar do cavaleiro medieval sem levarmos em consideração a sua componente clássica. Nesse sentido, justificamos a importância da pesquisa que estamos desenvolvendo, há muito, em torno dos *resíduos* clássicos das novelas de cavalaria e, em especial, do cavaleiro medieval da ficção, conforme mostramos na introdução deste ensaio. Temos consciência, no entanto, de que, apesar das muitas semelhanças existentes entre o cavaleiro medieval das novelas e o herói greco-romano dos mitos e das epopeias, há, entre eles, certas (e até profundas) diferenças. Estas podem ser explicadas pelas peculiaridades dos contextos sócio-culturais que os criaram. Na Idade Média, como na Antiguidade Clássica, valores como bravura, lealdade e virtude, por serem universais, continuaram em voga, e os modelos de tais valores, para os escritores medievais, foram mesmo os antigos heróis greco-latinos; por outro lado, o interesse pelas conquistas coletivas, tão caras aos antigos gregos e romanos, já começava a perder espaço para o individualismo do cavaleiro medieval: este passou a se dedicar mais a causas individuais, como, por exemplo, busca de riqueza e poder ou conquista de um amor. Isso certamente explicaria algumas das diferenças de postura existentes entre os personagens das novelas e os das epopeias. Enfim, parece haver, nas novelas de cavalaria, um herói mais humano do que aquele que se apresenta pelos mitos e, principalmente, pelas epopeias. Sobre essas diferenças entre o cavaleiro medieval e o herói épico, Susana Gil-Albarellos assim se pronunciou:

En España, la literatura caballeresca se presenta en narraciones generalmente de gran extensión, en prosa, que basan su argumento en la figura de un gran caballero, identificado con el héroe de la antigua épica, aunque para nosotros se trate de un héroe diferente, en primer

³⁷ *Ibid.*, 17.

³⁸ *Ibid.*, 40.

*lugar, porque aparece sensiblemente más humanizado y mucho más mediatizado por el tema amoroso.*³⁹

El héroe de la novela está en constante búsqueda nacida de la extrañeza ante el mundo exterior; el héroe de la épica, por el contrario, no posee un destino personal, sino el de la comunidad.

*El héroe de la novela de caballerías no es ya representante de su comunidad, ni tiene como fin el bien de la misma. El caballero se mueve por causas individuales: la búsqueda de la fama y el honor y el hallazgo del amor en el ámbito personal.*⁴⁰

EMILIO SALES DASÍ: A IMPORTÂNCIA DA MATÉRIA TROIANA PARA A FORMAÇÃO DAS NOVELAS DE CAVALARIA E O CARÁTER MORALIZANTE DAS ALUSÕES CLÁSSICAS

Emilio José Sales Dasí, em seu livro *La Tradición Troyana en las Sergas de Esplandián*,⁴¹ de 2011, tece algumas considerações acerca da importância do ciclo clássico-troiano para a formação das novelas de cavalaria bretãs e ibéricas. De acordo com o estudioso, não podemos menosprezar as influências da matéria troiana na elaboração das narrativas medievais em questão, pois o ciclo clássico é mesmo um dos dois pilares em que o gênero de cavalaria sustenta-se – o outro é o ciclo bretão. Acontece que os romances e as novelas que deles derivaram⁴² já traziam em si, segundo Emilio Dasí, antes mesmo da matéria artúrica, “os três grandes blocos que constituem a temática central do gênero cavaleiresco”: “a aventura, o amor e a fantasia”. Vejamos as palavras de Dasí:

*Si la materia artúrica se constituyó como el cañamazo básico sobre el que surgió el género peninsular de los libros de caballerías, la impronta de la tradición clásicotroyana en dichas obras no es menos desdeñable. Significativamente, en el estudio introductorio a su edición del Amadís de Gaula Juan Manuel Cacho Bleuca sitúa la obra fundacional del género en un contexto literario que tiene a las dos tradiciones mencionadas como principales ejes de referencia (Rodríguez de Montalvo 1987-88: I, 19-46). Una y otra ofrecían numerosos ejemplos de heroísmo y los escritores se percataron rápidamente de las posibilidades que estos materiales les suministraban.*⁴³

*La legendaria historia troyana brindaba a los autores un inmenso caudal de hazañas bélicas que podían ser aprovechadas para contrastar la heroicidad de los nuevos héroes caballerescos; sin embargo, también guardaba el encanto de esos episodios amorosos y esos motivos maravillosos que la literatura clásica, y posteriormente la medieval, habían encumbrado a la categoría del mito. De este modo, los tres grandes bloques que constituyen la temática central del género caballeresco: la aventura, el amor y la fantasía, podían verse enriquecidos por las aportaciones de los antiguos. Así las cosas, el trasvase de motivos e incluso de técnicas narrativas estaba justificado.*⁴⁴

³⁹ *Ibid.*, 182.

⁴⁰ *Ibid.*, 200.

⁴¹ Dasí, *La Tradición Troyana en las Sergas de Esplandián*.

⁴² Susana Gil-Albarellos, no seu livro a que fizemos alusão, denomina “romance” as narrativas francesas em verso que tematizam personagens e temas da Antiguidade, como *Roman de Eneas*, *Roman de Thèbes* e *Roman de Troie*; já como “novela”, considera todas as obras em prosa que vieram depois desses romances: as do ciclo clássico e, sobretudo, as do bretão e as do carolíngio.

⁴³ *Ibid.*, 09.

⁴⁴ *Ibid.*, 09.

Para Emilio Sales Dasí, as alusões feitas, via ciclo clássico-troiano, a personagens e a temas clássicos, dentro do *Amadís de Gaula*, trazem em si, quase que na sua totalidade, um forte apelo moralizante, visto que aparecem, na maioria das vezes, em discursos do narrador: seriam obra do autor, ou dos autores, ou, ainda, do refundidor do *Amadís*, Garcí Rodríguez de Montalvo, sobre quem Emílio Dasí disse: “*El propósito moral imprime un colorido especial al trabajo autorial de Rodríguez de Montalvo*”.⁴⁵ Não achamos que as alusões feitas ao ciclo clássico, dentro da narrativa medieval em apreço, tragam em si apenas um propósito moralizante, por meio de comparações dos comportamentos dos antigos heróis greco-romanos com os dos cavaleiros medievais da ficção, de modo a enaltecer ou a depreciar as ações destes. Muitas das alusões a heróis greco-latinos e às suas façanhas foram feitas por personagens do *Amadís de Gaula*⁴⁶ pelo fato de estes terem mesmo aqueles como ídolos, como modelos de comportamento. Aliás, o próprio Dasí percebeu isso, pelo que podemos constatar por meio destas suas palavras: “*De una parte, Amadís y toda su descendencia recogían el legado clásico que para ellos se convertía en una fuente para empaparse de los valores antiguos*”.⁴⁷ Nesse sentido é que defendemos não apenas a presença de *intertextualidades* e de alusões clássicas nas novelas de cavalaria, mas a presença de um *imaginário* greco-romano no interior dessas narrativas medievais, por meio da figura do cavaleiro, sobretudo.

CONCLUSÃO

Esperamos ter conseguido, ao longo do presente ensaio, corrigir alguns equívocos que cometemos em textos anteriores; sobretudo os que dizem respeito à bibliografia específica em torno do tema – de modo a mostrar que não era tão rarefeita assim – e aos excertos do *Amadís de Gaula* – de forma a apresentar ao leitor alguns mais significativos. Esperamos, também, que tenha ficado claro, para os que se interessam pelo tema, que o herói greco-romano da Antiguidade serviu de modelo maior ao cavaleiro medieval da ficção porque foi a Mitologia greco-latina – de maneira direta ou indireta –, e não outra, a que mais se fez presente pela Europa, desde sempre.

Por fim, esperamos, ainda, ter conseguido enfatizar a importância dos mitos e das epopeias dos antigos gregos e romanos, mas também a dos romances e a das novelas do ciclo clássico, para a formação das narrativas cavaleirescas bretãs, francesas e ibéricas. Tal importância não se deu apenas no nível dos empréstimos onomásticos e topográficos, das simples alusões a personagens e a temas clássicos e das possíveis *intertextualidades* com obras da Antiguidade ou mesmo do Medievo, mas também, e principalmente, no nível da *residualidade*, sempre que os cavaleiros amadisianos procuravam resgatar, por meio de atos, de atitudes, valores caros aos antigos heróis greco-latinos.

⁴⁵ *Ibid.*, 16.

⁴⁶ Cf. Montalvo, *Amadís de Gaula*, 2: 1282.

⁴⁷ Emilio Sales Dasí, *La Tradición Troyana en las Sergas de Esplandián*, 20.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Reflexões acerca da dinâmica amorosa na poesia em médio-alto-alemão dos séculos XII e XIII¹

J. Carlos Teixeira²
Universidade do Porto

Resumo

É objetivo deste artigo convidar o leitor a refletir acerca da representação do *Minnesang*, e da forma de como este evoluiu durante os séculos XII e XIII. Começar-se-á por apresentar a análise com alguns apontamentos introdutórios sobre os conceitos de *Minne* e *Minnesang*, partindo para a ponderação sobre as fases, símbolos, padrões, motivos e características desta tradição.

Abstract

The purpose of this article is to invite the reader to reflect on the representation of the *Minnesang*, and on its evolution in the 12th and 13th centuries. A few introductory notes on the concepts of *Minne* and *Minnesang* will first be presented, followed by reflections on the phases, symbols, patterns, motifs and general characteristics of this tradition.

BREVES NOTAS INTRODUTÓRIAS

Não é senão depois da segunda metade do século XII que se inicia na Áustria e Baviera uma tendência para uma expressão poética fundada nos princípios e ideais cavaleirescos, que mais tarde se viria a propagar pelos restantes espaços germânico-ocidentais. No plano da lírica encontra-se o chamado *Minnesang* (Cantiga de *Minne*) ou *Minnelyrik* (Lírica de *Minne*), que tem como origem a poesia trovadoresca provençal.

Transmitido musicalmente através das vozes dos *Minnesänger* (Cantores da *Minne*), o *Minnesang* era difundido por um grande número de cortes, que formavam os centros culturais do tempo. Cautelosamente ter-se-á, contudo, de descortinar o significado que a palavra em médio-alto-alemão *Minne* comporta. Recorrentemente traduzida como “Liebe”, *Minne* tem, porém, um valor mais distinto e específico. Matthias Lexer traduz *Minne* como “freundliches gedenken”, “erinnerung” ou “religiöse liebe”.³ Na voz da mãe de Lavinia em “Eneasroman” de Heinrich von Veldeke, o conceito *Minne* é aclarado como um sentimento inexplicável, que só poderá ser entendido por quem realmente o sente. Conta ainda que a ela estão associados o corpo e a alma, a falta de sono e apetite, e que não sendo uma doença, é mais forte do que a própria peste ou a febre (*Eneasroman*, 9820-9990).⁴ A *Minne* é ainda produto de uma criação fictícia, onde o “Eu” existe apenas em função de um papel a desempenhar. Como propõe Hilbert Weddige, o “Eu” existe somente como representação de uma imagem pertencente a uma sociedade aristocrática e cortesa.⁵ Interessante será relembrar a particularidade do significante *Minne* em relação às tradições europeias que a si se assemelham, já que não

¹ Apesar de ser aqui referido que *Minne* e *Liebe* não têm exclusivamente o mesmo significado, foi, porém, optado pela palavra “amorosa” para o título do artigo, já que esta comporta em si dimensões que vão ao encontro daquelas que no presente caso pretendem ser exploradas.

² Mestrando em Estudos Alemães – Variante de Literatura Alemã da Idade Média no Contexto Europeu, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

³ Matthias Lexer, *Mittelhochdeutsches Taschenwörterbuch* (Stuttgart: S. Hirzel, 1992), 140.

⁴ Edição usada: Heinrich von Veldeke, *Eneasroman* (Reclam, 2006) (= *Er*).

⁵ Hilbert Weddige, *Einführung in die germanistische Mediävistik* (München: C.H.Beck, 1987), 254.

há nele qualquer imagem associada nem ao amor, nem ao ideal cortês, como existe nos casos de *Amor Cortês*, *Courtly Love* ou *Fin'amor*.

A este jogo de dinâmicas amorosas, associa-se a imagem de uma dama idealizada, geralmente cortejada por um cavaleiro. Existe na maior parte dos casos uma impossibilidade de concretização da relação amorosa, causada por problemas e obstáculos que se colocam entre os amantes – a dama é não raras vezes casada, ou ocupa uma posição social superior à do homem. Como bem assegura Bernd Lutz, “o *Minnesang* não é poesia vivencial, mas antes homenagem ou lamento por uma ausência”.⁶ Acrescenta ainda:

Com muita frequência se apelidou de paradoxal a constelação em que o *Minnesang* assentava: o *Minnesänger* dedica uma canção de louvor a uma das damas presentes; contudo, ele tem consciência de que jamais conquistará a sua dama. Aquilo que constitui o tema da sua canção, nunca ele o experimentará, uma razão elementar para a forma de expressão egocêntrica, introvertida do *Minnesang* e para a sua estagnação dentro das convenções sociais.⁷

Esta tendência é compreensível no seu contexto, já que o público medieval não se parece interessar pelo amor possível nem pelo “happy ending”. Assim sendo, assiste-se recorrentemente ao amor ilegítimo ou pouco comum, e a situações que estão fora do casamento e da instituição feudal e familiar. Isto não implica, contudo, que a estas situações esteja imperiosamente associada uma conotação negativa ou de crítica social.

Essencial será ainda mencionar que o tema destas canções é estruturado dentro de diversos espaços e contextos. Entre vários exemplos, poder-se-á referir as *Gesprächslieder*, onde os amantes falam entre si, em oposição às *Wechsellieder*, quando estes falam intercaladamente em monólogo. Encontra-se ainda *Tagelieder*, relativas à separação dos amantes aquando da chegada dos primeiros raios de sol, ou *Kreuzlieder* alusivas à partida do cavaleiro para uma cruzada. Particular será ainda *Frauenlieder*, onde a mulher lamenta que tenha de rejeitar o homem.⁸

Neste contexto, é de extrema relevância atentar à distinção entre o chamado *Hohe Minne* e *Niedere Minne*.⁹ O primeiro caracteriza-se pela aspiração e desejo quase platónico e impossível de atingir a mulher amada. É o sentimento de procura e o pensamento de busca por um amor que parece não perdido, mas desconstruído e desconectado da realidade. A mulher encontra-se num estrato social superior ao do homem, que tem como objetivo cortejar e cantar para ela. Ela, contudo, denega recorrentemente o seu cortejar. É um sentimento elevado onde conceitos como *amor spiritualis* e *caritas* são explorados.¹⁰ Em *Niedere Minne*, por outro lado, a relação entre o homem e a mulher é possível, sendo que, regra geral, continua a ser ilegítima. Os amantes encontram-se secretamente e o sentimento é recíproco. A este está ainda associada a ideia de um sentimento menor e menos legítimo, já que o poema é construído à volta de conceitos como *amor carnalis* e *cupiditas*.¹¹

Entenda-se ainda que, apesar das características gerais expostas, o *Minnesang* evoluiu até sensivelmente ao século XIV, apresentando mutações e desenvolvimentos ao longo dos anos. A referência a datas e a divisão dos movimentos e tendências em fases causa em grande parte dos casos controvérsia na comunidade científica, e o exemplo do

⁶ Bernd Lutz, “A Literatura Alemã da Idade Média,” in *História da Literatura Alemã I – das Origens ao «Vormärz»*, 58 (Lisboa: Edições Cosmos, 1993), 55.

⁷ Ibid.

⁸ Günther Schweikle, *Minnesang* (Sammlung Metzger, 1995), 121-151.

⁹ Este segundo terá pouco relevo para o artigo em questão.

¹⁰ Joachim Bumke, *Höfische Kultur – Literatur und Gesellschaft im hohen Mittelalter* (München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2008), 516-517.

¹¹ Ibid.

Minnesang não será exceção. Para o presente caso, citar-se-á, contudo, o estudo de André Moret, que considera que a tradição deve ser dividida em 5 fases distintas.¹²

Assim sendo, e de forma genérica, segundo Moret, a *Minnelyrik* inicia-se com “Annonce du Printemps”, onde se encontram poemas anónimos, mas também o legado de Kürenberg e Dietmar I. A mulher ainda não é casada, mas a dicotomia *Minne*/Sofrimento é já identificada, visto que o principal tema das canções é a separação dos amantes. Esta fase é também próxima àquela comumente denominada por “Donauländische Rittelyrik”. As características da primeira fase são mantidas na fase seguinte, “Printemps du Minnesang”, apesar da influência da lírica provençal ser já perceptível. Deste segundo momento fazem parte ainda Heinrich von Veldeke, Friedrich von Hausen, Neunburg, Heinrich von Rugge, Der Burggraf von Rietenburg, Meinloh von Sevelingen, Dietmar von Eist e Albrecht von Johansdorf. A esta fase está ainda associada o motivo da separação dos amantes provocado pelas cruzadas. A influência provençal é porém mais do que nítida na terceira fase – “L’été du Minnesang”, dos quais Heinrich von Morungen, Reinmar, Wolfram von Eschenbach e Albrecht von Hohenburg fazem parte. Esta fase corresponde, em parte, àquilo que normalmente é denominado como a fase clássica do *Minnesang*, que prima pela elevação, abstração e espiritualização da paixão, da dama e do próprio sofrimento. É o auge da tradição, e tem como primeiro objetivo a representação da *Hohe Minne*. Entra-se assim na quarta fase, “Plein été”, na qual se destaca Walther von der Vogelweide. Nesta fase o declínio do *Minnesang* é visível, o que é particularmente claro com o culminar da quinta fase, “L’automne du Minnesang”, da qual apenas vinte e seis poemas se integram. Neste último momento o entendimento da *Minne* é distintamente mais terreno e mundano do em que todas as outras fases.

Desta forma, será agora essencial refletir acerca das particularidades e especificidades desta tradição. Para isso, optou-se por um método de leitura cronológica desta tendência, para que a identificação de motivos e imagens no seu contexto fosse possível, tanto no panorama geral da *Minnelyrik*, como na sua evolução.

ESPECIFICIDADES DO MINNESANG

Como ponto de partida será provavelmente interessante a referência a um dos poemas mais célebres de Rudolf von Fein. Leia-se:

mir ist also dem, der ûf den boum dâ stîget
und niht hôher mac und dâ mitten belîbet
unde ouch mit nihte wider komen kann
und alsô die zît mit sorgen hine vertrîbet. (MF 80, 1, 5-8)¹³

O eu lírico, que no próprio poema assume ser o homem cantante, dá conta de uma dama que se senta na árvore. Num gesto de obrigação e desejo, ele tenta chegar até ela. O uso constante do polissíndeto mostra a continuidade, a pressa e a inevitabilidade da *Minne*, quase como se não conseguisse respirar. Note-se, então, o paradoxo: o homem sobe porque quer e precisa de subir; o homem quer e precisa de descer, mas não o consegue fazer. Ele é pássaro que canta para chegar à mulher, mas nunca chega a ser pássaro porque não consegue pousar na árvore. A sua natureza divide-se entre a necessidade de chegar ao cimo, e descer ao chão, sendo que nenhuma das atitudes é passível de concretização. Ele não consegue, portanto, evoluir nem se movimentar, ficando preso no mesmo ponto. Quase como uma inevitabilidade, o homem é pássaro enjaulado na própria árvore.

¹² Ver: André Moret, *Les débuts du lyrisme en Allemagne, des origines à 1350* (Lille: Bibliothèque Universitaire, 1951), 30; André Moret, *Anthologie du Minnesang* (Bibliothèque de Philologie Germanique XIII).

¹³ Edição usada: *Deutsche Lyrik des frühen und hohen Mittelalters* (Deutscher Klassiker Verlag, 1995). MF corresponde a *Des Minnesangs Frühling*, do qual se segue o número da canção, a estrofe e o verso.

Nestes 4 versos está circunscrito grande parte do que define a *Minnelyrik*: o sentimento do homem pela mulher (apesar de numa fase inicial ser comum ouvir apenas a voz da mulher no poema); o uso da natureza como espaço de ação; o pássaro cantante; e o característico conflito entre *Minne* e sofrimento.

Será pois a natureza como imagem e motivo a primeira dimensão a apontar, já que nela convergem outras questões de interesse. Ela é, de uma forma geral, o espaço de encontro dos amantes, a portadora de símbolos para descrever a dama, ou até mesmo a identidade superior que comanda a dimensão amorosa.

Um dos métodos mais paradigmáticos dos *Minnesänger* concentra-se no uso de imagens associadas à natureza para anunciar as estações de ano. A chegada da dama é representada com flores e pássaros, sem que o conceito de *primavera* seja referido. O mesmo acontece com o *verão*, associado ao sentimento de calor provocado pela dama, que em grande parte das canções é representado pelo sol. O *inverno*, em oposição ao verão, expõe o sofrimento ou a inexistência da relação, e é caracterizado pelo frio ou pela neve. Será de relevo mencionar Neidhart von Reuntal, já que o seu trabalho pode ser largamente dividido entre Canções de verão, normalmente descrevendo danças no exterior, e Canções de inverno, geralmente narrando danças no interior, acompanhadas por um queixume em relação à dama.¹⁴ Será mais sensato, contudo, dar especial atenção a “Uns hât der winter geschadet über al” (L,¹⁵ 39,1) de Walther von der Vogelweide. Na célebre canção, o sujeito poético comenta que com a chegada do inverno os bosques perdem a cor. Este expressa o seu ódio pela estação, e chega inclusive a desejar conseguir adormecê-la. Conclui, todavia, que a chegada do pássaro, das flores, de Maio e da primavera permitem a possibilidade de reentrega passional. O poema trata assim, não de uma relação amorosa, mas de como a natureza se reflete na *Minne*. No último verso escreve ainda “sô lise ich bluomen (...)” (L, 39,6,5), o que, em comparação com outras tradições,¹⁶ e como relembra Ingrid Kasten, pode ser interpretado como um símbolo erótico e uma referência à relação sexual.¹⁷ Neste sentido, lê-se ainda “gên wir brechen bluomen ûf der heide” (MF, 196,17,6), de Reinmar, cuja simbologia é equivalente.

Ainda neste contexto, será importante lembrar um dos mais representativos poemas do emblemático Walther von Vogelweide e do próprio *Minnesang*, “Under der linden” (L, 39,11), que conta a lembrança de como os amantes se refugiavam debaixo da árvore na sua cama de flores:

Under der linden
an der heide,
dâ unser zweier bette was,
dâ muget ir vinden
schône beide
gebrochen bluomen unde gras.
Vor dem walde in einem tal,
tandaradei,
schône sanc diu nahtegal. (L, 39, 11, 1-9)

Como parece evidente, a natureza é o local de encontro dos amantes, e todo o ambiente envolvente é descrito nessa mesma linha – a tília, o prado, a cama de flores e ervas, o vale e a floresta. Paralelamente, encontra-se “Ûf der linde obene” (MF, 34,3) de Dietmar von Aist, onde o sujeito poético dá conta de um pássaro que canta por cima da árvore. Todavia é importante sublinhar que estes dois poemas não se opõem: o pássaro canta por cima da tília, mas os amantes continuam por baixo dela, tal como se sucede na canção de Vogelweide.

¹⁴ Richard K. Emmerson, *Key Figures in Medieval Europe, An Encyclopedia* (New York: Routledge, 2006), 478.

¹⁵ L refere-se a *Die Gedichte Walthers von der Vogelweide*.

¹⁶ Como sugerido na apresentação do artigo, uma delas poderá ser o *Cântico dos Cânticos*.

¹⁷ Ingrid Kasten, comentários em *Deutsche Lyrik des frühen und hohen Mittelalters* (Deutscher Klassiker Verlag, 1995), 912.

O uso da natureza como espaço de ação é na verdade uma escolha transversal a quase todos os autores desta tradição. Porém, a forma de representação tomada ao longo de toda esta tendência foi suscetível de variadas alterações. De facto, a natureza como símbolo portador de significação começa por desempenhar um papel de maior importância somente após a poesia de Heinrich von Morungen. Como já foi anteriormente exemplificado, nos primórdios do *Minnesang*, sensivelmente o que corresponde à primeira fase de Moret, encontra-se a ligação à flor e à rosa com uma dimensão física e erótica, o que é retomado só mais tarde na fase clássica. A título de exemplo, Morungen escreve “doch wart ir varwe liljen wîz und rôsen rôt” (MF, 136, 1,5). Nesse contexto, será interessante relembrar que a sua própria poesia permitiu conceder um novo sentido à dimensão da natureza no *Minnesang*, encadeando as suas unicidades na representação da mulher. As damas são representadas como o sol, a lua, o dia e a noite, muitas vezes dentro do mesmo poema, criando assim a imagem de uma dama que engloba em si todas as contingências e condicionalidades do mundo. Como já foi referido, é nesta fase que a abstração da mulher e da *Minne* é mais explorada, o que segundo Nigel F. Palmer permite que esta representação seja compreensível, já que “o culto da mulher [como consequência direta através de símbolos] é intensificado até um ponto tal, que o empréstimo livre de motivos laudatórios da literatura mariológica era possível (...)”.¹⁸ Esses mesmos motivos são visíveis em imagens simbólicas como as da lua.

Dentro da conceção da natureza, e como já pôde ser verificado, existe uma larga tendência para o uso da imagem do pássaro. Segundo Fritz Martini, “a cantiga de amor [é] literalmente cantiga, porque o poeta era simultaneamente autor da letra e da melodia das canções que ele próprio entoava”.¹⁹ Isto significa que toda a criação do *Minnesang* é envolvida de musicalidade: o poema é cantado, e nele é introduzido o ser cantante. De facto, como Peter Frenzel confirma, as primeiras canções da tradição alemã referem-se, não à voz humana, mas à *vogelsanc*, isto é, ao cantar dos pássaros.²⁰ Note-se ainda que esta imagem evoluiu para uma conceção e construção cada vez mais abstrata e metafísica.

O pássaro é, portanto, o ponto de partida para o cantor visto que, como já foi mencionado, este tem como intenção ver o seu poema cantado. Dessa criação, poder-se-á distinguir dois níveis de referência. O primeiro, menos complexo, caracteriza-se pelas analogias com o pássaro para a criação de experiência estética e poética. Como se sabe, a Idade Média tem a particularidade de usar diferentes símbolos e elementos para representarem conotações específicas. Assim sendo, será de esperar que cada ave tenha um significado diferente no seu contexto – por exemplo, o falcão representa normalmente o homem, como se pode confirmar em “Ich zôch mir einen valken” (MF, 8,53), de Der von Kürenberg; ou a águia o poder, como se vê em “Hêr keiser, swenne ir tiutschen vride” (L, 12,18), de Walther von der Vogelweide. O segundo nível, porém, define-se por uma dimensão complexa e até paradoxal, muito típica da conceção do *Minnesang*. Afirmando ser homem, o sujeito poético identifica-se com a própria ave e assume o papel de pássaro cantante. Misturam-se desta forma as possibilidades e dimensões da voz da canção e do próprio cantor.

Esta dimensão acentua o círculo paradoxal quando o cantar é contraposto com o silêncio. A título de exemplo, no poema “Mîn êrste und ouch mîn leste” (MF, 123,10) de Heinrich von Morungen, o eu lírico canta, dizendo que sofre quando o faz. Em vez de concluir que deveria cessar o canto, concluí que “des muoz ich an fröiden mich nu twingen/ unde trûren swar ir gê” (MF, 123,10,11-12). Interessante será aqui a escolha de Morungen em utilizar o conector *des*, já que este introduz uma oração conclusiva – o sujeito poético sofre, e *por isso* necessita cantar, para continuar a sofrer. Um outro poema alusivo à mesma questão será “Wê, wie lange sol ich ringen” (MF, 135,9), em que

¹⁸ Nigel F. Palmer, “A Alta e a Baixa Idade Média,” in *História da Literatura Alemã* (Lisboa: Editorial Verbo, 2003), 95.

¹⁹ Fritz Martini, *História da Literatura Alemã I – das origens ao classicismo* (Lisboa: Ideias e formas), 63.

²⁰ Peter Frenzel, “Minne-Sang: The Conjunction of Singing and Loving in German Courtly Song,” *The German Quarterly*, Vol. 55, No. 3 (1982): 338.

é cantado “sô swîge ich rehte als ein stumme” (MF, 135, 31). Neste sentido, será importante relembrar o poema inicial de Fenis, onde o sujeito poético deseja descer da árvore, exprimindo assim o seu desejo de desistência. A diferença entre as duas ideias é a de que na fase inicial do *Minnesang* o homem deseja, até certo ponto, desistir, nunca exprimindo diretamente a sua intenção de silenciar o seu canto; enquanto numa fase mais tardia, a imagem de desistência está intimamente ligada ao silêncio. Em Reinmar é introduzida inclusive a proibição do canto,²¹ onde a mulher afirma impedir o homem cantar para ela.

Ainda de realçar é a consciência autoral dos *Minnesänger* no que diz respeito à questão do cantar, o que é bastante visível nas próprias canções. A título de exemplo, se em Aue e Reinmar o sujeito poético reflete sobre cantar por dor, em Morungen este debate sobre o canto como manifestação de consolo, mas também de medo. É certo que já Heinrich von Veldeke e Bernger von Horheim se dirigiram ao seu público com o intuito de relembrar que eram estes o destinatário dos seus queixumes,²² mas ao que tudo indica, não existe aqui uma reflexão teórica de maior antes do contributo de Hartmann von Aue. Uma canção exemplificativa será “Swes fröide na guoten wîben stât” (MF, 206,19), na qual o sujeito poético reflete acerca da necessidade de cantar para um público sobre a dama, já que esta não cede aos seus serviços.

Nesta evolução através de imagens abstratas, paradoxais ou opostas, encontra-se um dos pontos mais fulcrais do *Minnesang*: a associação da dimensão amorosa ao sofrimento, como se entre estes dois componentes houvesse um sistema de dependência. Veja-se, porém, que o sofrimento causado pela *Minne* é por vezes visto como positivo. Usando novamente o caso de “Eneasroman”, quando Lavinia pergunta a sua mãe “waz meint denn daz si wê tût?” (*Er*, 9864), esta responde “ir ungemach is sûze” (*Er*, 9865).

Esta ideia antitética é ainda visível quando apresentada como a cura e a doença do amado, que acaba recorrentemente por se revelar quase mortal. Veja-se Friedrich von Hausen, por exemplo, que escreve “Wâfenâ, wie hat mich minne gelâzen!” (MF, 52,37). O verso expõe com exatidão o sentimento do amante protótipo deste género, já que este requer ajuda para se poder salvar da *Minne* – quase como um ser demoníaco ou uma doença, ela envolve o cavaleiro, não lhe permitindo, como exemplifica Fenis, descer da árvore. Esta bipolaridade é de facto encontrada na maioria dos casos – em Der von Kûrenberg e Dietmar von Aist sofre o cavaleiro pela separação; em Friedrich von Hausen o sofrimento é visto como positivo, já que ele é necessário para a existência da alegria; em Albrecht von Johansdorf o sofrimento está intimamente ligado à partida do homem para as cruzadas; ou em Heinrich von Morungen, a *Minne* é acusada de ser uma doença, um demónio ou uma loucura.

Esta ligação constante entre *Minne* e sofrimento parece ser congruente, tendo em conta aquilo que já foi referido acerca do público medieval: se este se interessa por ouvir falar sobre narrativas que primam pelo amor ilegítimo e não concretizável, é de esperar que a dificuldade e a intriga na relação seja uma constante. O sofrimento é o esperado neste tipo de dimensão amorosa, já que face a este se levantam variados dilemas, o que, ao que tudo indica, seria apelativo para este tipo de auditório. Por outro lado, será importante mencionar que a imagem do sofrimento é geralmente apresentada como algo de sublime, conferindo assim a esta dicotomia um carácter essencialmente estético. Será, todavia importante sublinhar que é possível encontrar poemas onde esta dimensão parece não encaixar. Neste sentido poder-se-á citar “Muget ir schouwn, waz dem meien” (L, 51,13) de Walther von der Vogelweide, onde nas primeiras três estrofes são apresentados símbolos cortesês do amor, através de motivos da natureza. Surpreendentemente, as três últimas estrofes não introduzem o sofrimento, mas antes a esperança. Será assim legítimo argumentar que se trata aqui de uma crítica à sociedade em que o poeta se insere, à ideia da *Minne* e à sua representação na Literatura, já que o poema mencionado não seria o único caso em que Vogelweide condena estas questões.²³

²¹ Ver: MF, 186, 19.

²² Ver: MF, 67, 24; MF, 113,1.

²³ Ver L, 49, 25.

É neste seguimento que se pode refletir acerca de um dos motivos mais típicos do qual o *Minnesang* se mune para apresentar o sofrimento do homem: a existência de uma terceira identidade apelidada de “huote” ou “merkære”, que tendo conhecimento da relação, se revela perigosa para os amantes. Esta é a inimiga da *Minne*, e representa a hostilidade da instituição social. É verdade que o motivo é mais frequente entre meados de 1170 e 1200, com autores como Heinrich von Veldeke ou Friedrich von Hausen, o que não invalida o seu uso na poesia posterior a essas datas – no século XIII essa dimensão é bastante visível em poetas como Hartwig von Raute, Hartmann von Aue, Heinrich von Morungen, Reinmar ou Walther von der Vogelweide. Por outro lado, antes de aproximadamente 1170, o motivo parece não existir, o que pode ser explicado pelo facto das primeiras fases explorarem a dor do amante que recorda um passado em união. Curiosamente, encontra-se ainda na segunda fase um poema de Friedrich von Hausen, “An der genâden al mîn fröide stât” (MF, 43,28), onde este refere que a existência de um *huote* não pode servir de justificação para que a dama recuse o serviço que lhe é prestado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, é visível que o *Minnesang* tem a particularidade de usar recorrentemente grande parte dos mesmos símbolos e motivos ao longo da sua tradição, apesar da conotação que lhes é atribuída poder ser distinta. A imagem da flor é transversal a todos os autores, sendo que nem sempre é usada como símbolo erótico; ou o sofrimento é um *topos* até na prosa, sendo que nem sempre é abordado como negativo. Como é comentado numa publicação da Johannes Gutenberg Universität Mainz, “Mainz 1184”: “Love, Lady, Self; this combination undergoes endless permutations in the poetry of Minnesang. They are always the same and yet always different (...)”²⁴. Os motivos e os símbolos acompanham assim as mutações da tradição, sendo que também estes se adaptam, sem nunca se extinguirem. É possível, portanto, encontrar um padrão para certas características, o que não implica que este ajude o leitor a compreender determinado poema apenas por simples analogia. Neste ponto será interessante investigar a razão pela qual isso parece acontecer, e qual a sua pertinência para o entendimento do *Minnesang* como fenómeno poético e cultural.

Ao que tudo indica, esta questão anuncia dimensões paradoxais, sendo estas visíveis em diferentes momentos da tradição. Em tom concludente, recorde-se a problemática do sujeito poético que, incansavelmente, caminha sempre no mesmo círculo, sem nunca conseguir sair dele. Relembrando as palavras de Heinrich von Morungen, “nu bin ich vil kûme an dem beginne” (MF, 145,25). Precisamente este conceito paradoxal de uma dimensão estática e de impossível estabilidade permite a referência a um tal *dinamismo*. Assim se termina com a questão: dentro da instabilidade e do paradoxo, até onde é que o entendimento da *Minne* é capaz de ir, e quais são os seus limites dentro da possibilidade do real?

²⁴ Mainz 1184, *Der Traum von Liebe und Ritterschaft, The Dream of Love and Chivalry*, Johannes Gutenberg Universität Mainz, 10.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

***Das Nibelungenlied*: Fantasia do Masculino, ou apontamentos sobre Kriemhild**

Mafalda Sofia Gomes
Universidade do Porto

Resumo

Análise do feminino representado por Kriemhild em *Das Nibelungenlied*, epopeia heróica de transição do século XII para o século XIII, através do pensamento de Freud e Lacan, quanto à problemática da inexistência da Mulher, combinado com considerações sobre o desespero de Kierkegaard, a par da convenção da representação do luto da mulher na literatura germânica medieval. O artigo dividir-se-á em duas partes, *A Mulher em construção: do Masculino à Identidade* e *A Doença Mortal é a Identidade*, onde serão problematizadas questões relativas à vingança, à guerra e à estratégia orientadas por uma figura feminina num género literário que tradicionalmente concede ao masculino o papel determinante. Ora, sendo Kriemhild a mentora do massacre que destruirá três povos, apresentar-se-á uma proposta de leitura deste texto medieval.

Abstract

In this paper, I set myself to do a reading of Kriemhild as a representation of the Femininity in *Das Nibelungenlied*, a heroic epic poem dated circa late twelfth to early thirteenth centuries. This analysis will be oriented according to Freud's and Lacan's Theses concerning the non-existence of the Woman, to considerations about Desperation in Kierkegaard, and also considering representations of women's mourning in medieval German Literature. The purpose of my approach is to analyse how typically male concerns like revenge, war and strategy are, in this text, dealt with by the central female figure. My analysis regards two moments: firstly, "A Woman under construction: from Masculine to Identity", and, secondly, "The Mortal Disease is the Identity".

NOTA INTRODUTÓRIA

Pelas características internas subjacentes à própria literatura, compreender-se-á a pluralidade de instrumentos distintos das diferentes áreas do saber passíveis de serem utilizados na sua análise e interpretação. Desta forma procura justificar-se a inclusão de conceitos da psicanálise e da filosofia num estudo que se quer, primeiramente, literário. São alguns, porém, os problemas associados a uma leitura desta natureza e, por este motivo, será talvez importante cautela face às respostas suscitadas pelas perguntas de um texto de características tão particulares. Em primeiro lugar, deverá ser tido em conta o período a que pertence *Das Nibelungenlied*, já que muitos dos pressupostos teóricos da crítica literária não são operacionais face a uma tão distinta concepção de literatura e de mundo, de que é exemplo a moderna dimensão psicológica das personagens oposta à questão medieval da representação de um determinado papel face a um determinado acontecimento em função dos ditames da cultura oral, de que deriva este épico. Por este motivo, procurar estabelecer uma lógica entre as diferentes acções de uma personagem é particularmente falível, se tida em conta esta carência. Porém, e porque não se pretende aqui oferecer uma perspectiva definitiva, e porque o que os textos literários têm de históricos e de circunstanciais têm também de intemporais, esboça-se aqui aquilo que podia ter sido.

A MULHER EM CONSTRUÇÃO: DO MASCULINO À IDENTIDADE

Desde que o meu corpo
foi esquecido por aquele
que prometeu vir,
não faço senão pensar
se esse corpo existe mesmo.

Ono No Komachi

Da mesma forma que o sol se muniu do calor, a água da frescura, a terra de textura, a mulher está biologicamente determinada a assumir o feminino, isto é, a tornar-se mulher, mas para Sigmund Freud,¹ figura essencial aos caminhos que o saber dos últimos séculos traçou em diferentes áreas do conhecimento científico, o processo de assunção da sexualidade da mulher divide-se essencialmente em duas fases, sendo que a primeira diz respeito ao domínio de um elemento masculino e a segunda, por sua vez, de um feminino; neste processo altera-se o sexo do objecto de amor, isto é, na primeira fase desta sexualidade é o feminino o elemento de fixação, enquanto que numa segunda parte é o masculino, o homem, o centro à volta do qual circula o fascínio da mulher. Nesta segunda fase é comprimido o elemento de sexualidade masculino da primeira fase através da tomada de consciência da castração de um suposto falo e é precisamente neste ponto que se desenvolve o famoso complexo de Édipo, podendo então atribuir-se à mulher aquilo que Freud designa por *inveja do pénis*. A constatação da castração, ou seja, da ausência do masculino no corpo feminino, levará a mulher a assumir um profundo sentimento de inferioridade relativamente ao masculino, conduzindo à procura da virilidade fálica, procurando o homem, projectando-se no homem.

A identidade feminina define-se assim pelo imperativo da masculinidade, pelo que lhe subjaz uma falta, só podendo existir em plenitude através da comunhão com o seu contrário, daí Lacan afirmar que *a Mulher não existe* por não estar fisicamente vinculada ao falo, simbolicamente representativo do masculino. Freud considera apenas a existência de um sexo, aquele dotado de falo, pelo que à mulher cabe, então, uma ausência.

Todavia, a mulher existe. À margem da óbvia completude e unidade do masculino, o feminino, na sua imensa ausência, luta pela existência: a mulher faz-se existir, impondo-se enquanto *segundo sexo*, tendendo então a criar um desejo insatisfeito, múltiplo de significantes vários, *personas* de um verdadeiro desejo que se oculta, relevando-se de outras formas.

que é então o objecto do desejo? Nem o da necessidade, nem o da demanda de amor, mas um desejo de um desejo, desejo que incide sobre a falta no Outro e não sobre o que causa essa falta. (...) Se o falo é o significante do desejo do Outro, então só aparece o véu que o esconde, sem que ninguém possa saber se ele está ou não por trás desse véu.²

Um dos mais interessantes significantes com que se mascara o desejo na feminilidade é pois o amor: “a expressão de toda a corrente sexual de sentimento”.³ Um dos mais importantes opostos deste significante activo *amar* é, então, a respectiva forma passiva de *ser amado*. Apesar da vulgar associação actividade/masculino e passividade/feminino, esta dicotomia é falaciosa se tida em conta a circunstância em que o *ego* se relaciona com as fontes de prazer/ desprazer. O narcisismo resulta da autossatisfação do *ego*; assim, “depois de a fase puramente narcísica ter dado lugar à fase objectal, prazer e desprazer significam relações entre o ego e o objecto. Se o objecto se

¹ Sigmund Freud, *Sexualidade* (Lisboa: Editora Ática, 1932).

² *Idid.*, 248.

³ Sigmund Freud, “As pulsões e as suas vicissitudes,” in *Textos essenciais da Psicanálise* (Lisboa: Publicações Europa-América, 2001), vol. 1: 220.

torna uma fonte de sentimento de prazer, surge um impulso motor que procura aproximar o objecto do ego e incorporá-lo no ego”.⁴

O *ego* feminino, por carecer de unidade, em função da teoria edipiana, incorpora o objecto de amor, representativo do masculino. A mulher quer tomar o homem, como quem alimenta uma fome antiga, munindo-se do significante amor, que lhe apraz, através do qual colhe uma sensação de inteireza e uma ilusão de unidade. O amor é, pois, manipulado por um *ego* feminino em construção, de forma a que daí se possa extrair uma identidade verdadeira.

A mulher, o *amador*, está, então, permanentemente num estado de tensão, como consequência da presença do masculino na assunção da sua feminilidade, o que explica a superior importância da manutenção do amor nutrido pela *coisa amada: transformou-se o amador na coisa amada*,⁵ isto é, o homem tomou parte na mulher e esta pôde, finalmente, existir, conforme estava determinado.

Assim, para que a mulher não prescindia da feminilidade conquistada através do amor do homem, este deve permanecer-lhe e cunhá-la, evitando desta forma o sentimento de castração, a partir do qual a mulher acabaria por se diluir. Assim, no romance cortês clássico “é muito vulgar ela [a mulher] morrer (de desgosto) ou imediatamente a seguir ao amado, caindo inanimada, ou depois de ter rezado e penitenciado a morte do marido. (...) o amor à mulher pode matar o homem, mas também o amor ao homem mata a mulher”⁶; contudo, o *corpus* deste ensaio não é a mulher do romance cortês, mas a mulher da epopeia heróica. Nos casos em que no romance cortês a mulher não sucumbe, “ela continua ainda a representar um elemento constitutivo da imagem da masculinidade do marido já falecido”⁷ e é precisamente a partir deste último ponto que será analisada Kriemhild: não só uma das mais intrigantes representações de mulheres exploradas pela literatura, mas sobretudo uma das figuras mais enfáticas e perturbadoras de toda a cultura germânica.

A DOENÇA MORTAL É A IDENTIDADE

Homem Transportando O Cadáver De Uma Mulher!

Quis-te tanto que gostei de mim!
Tu eras a que não serás sem mim.
Vivias de eu viver em ti
e mataste a vida que te dei
por não seres como eu te queria.
Eu vivia em ti o que em ti eu via.
E aquela que não será sem mim
tu viste-a como eu
e talvez para ti também
a única mulher que eu vi!

José de Almada Negreiros

Kriemhild, a mulher que transporta o cadáver de um homem morto, Siegfried, é o centro a partir do qual irradia *Das Nibelungenlied*, um dos mais relevantes poemas da epopeia heróica germânica, redigido por um poeta desconhecido nos inícios século XIII.

Um dos mais interessantes aspectos que este texto evoca relaciona-se com a gradação de Kriemhild ao longo de toda a obra: se nos primeiros versos é apresentada de acordo com a convenção da bela donzela cortês, na segunda parte é já Kriemhild uma

⁴ Ibid., 223.

⁵ Menção ao soneto de Luís de Camões “Transforma-se o amador na cousa amada,” in Luís de Camões, *Lírica* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1980), vol. 3: 163.

⁶ John Greenfield, “A morte da mulher na literatura alemã medieval: algumas considerações sobre a figura de Kriemhild em *Das Nibelungenlied*,” *Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas»* 17 (2000): 369.

⁷ Ibid., 370.

fria estratégia de guerra, terminando de espada em punho, decepando ela mesma a cabeça de Hagen, o assassino de Siegfried:

Si zôch iz von der scheiden. daz kund er niht erwern/ dô dâht si den recken des
libes wol behern./ si huob im ûf daz houbet, mit dem swerte siz absluoc./ daz sach
der künec Etzel. Dô was im leide genuoc.
(39. Äventiure, 2370)

A utilização de armas pela mulher é severamente punida pela sociedade masculina, pelo que também Kriemhild é ferozmente assassinada, provando-nos o poema que toda a ameaça ao código de ética masculino por parte da mulher deve ser severamente evitada.

Porém, esta ambivalência masculino/feminino apresenta especificidades muito pungentes se tida em conta a dependência de um polo relativamente ao outro, isto é, no romance cortês, a mulher é necessária para que o homem possa assumir a sua masculinidade: a mulher é essencial à formação da identidade masculina; porém, na épica heróica germânica, a mulher assume frequentemente uma essência masculina, ainda que o centro deste género seja essencialmente masculino, o que facilmente se explica pela íntima relação do masculino com questões de ordem bélica.⁸ Ora, *Das Nibelungenlied* é povoada de muitos e distintos homens, mas o filamento narrativo a partir do qual escorrem os acontecimentos da segunda parte da narrativa deve-se sobretudo a Kriemhild, a viúva da *coisa amada*, que sobrevivendo à morte de Siegfried, objecto do seu amor, deste toma parte, inviabilizando desta forma a dissolução da feminilidade conquistada pelo amor ao e do homem. Kriemhild não permite uma segunda castração e, simbolicamente, encarna a virilidade do marido morto.

O recurso ao masculino como fonte de feminilidade é perfeitamente coerente com a vingança com que Kriemhild se compromete. Esta vingança é o *topos* do desespero de Kriemhild.

O HOMEM É ESPÍRITO. Mas o que é espírito? É o eu. Mas, nesse caso, o eu? O eu é uma relação, que não se estabelece com qualquer coisa de alheio a si, mas consigo própria. Mais e melhor do que na relação propriamente dita, ele consiste no orientar-se dessa relação para a própria interioridade. O eu não é a relação *em si*, mas sim o seu voltar-se *sobre si* própria, o conhecimento que ela tem de si própria depois de estabelecida.⁹

Para Kierkegaard, filósofo dinamarquês, a doença mortal é o desespero, ao passo que a morte liberta o homem desse desespero. Assim, a vingança de Kriemhild é representativa da doença mortal, a mulher desesperada, cuja morte representa a verdadeira cura. A doença mortal de que discorre Kierkegaard em *O Desespero Humano* é inata e profundamente humana, sintoma, porém, de uma identidade fétida e patológica. O desespero de Kriemhild tem duas faces: por um lado, manifesta-se concretamente no *Blutrache* (Vingança de Sangue), representativo do pesar profundo que orienta a sua vingança, de que resulta a morte de dois povos, os Hunos e os Burgúndios, neste ponto Nibelungos, e, por outro lado, de forma indirecta mas determinante na incessante procura da identidade. A vingança é, neste contexto, a doença mortal por excelência.

O filósofo estabelece critérios que diferenciam os vários tipos de desespero: o desespero de “não queremos ser nós próprios, queremo-nos desembaraçar do nosso eu”¹⁰ e o desespero “[d]a vontade desesperada de sermos nós próprios”¹¹, que diz respeito a Kriemhild, cuja «tortura, pelo seu contrário, está em não se poder morrer, como se

⁸ Ibid., 369.

⁹ Sören Kierkegaard, *O Desespero Humano* (Porto: Livraria Tavares Martins, 1961), 23.

¹⁰ Ibid., 34.

¹¹ Ibid.

debate na agonia o moribundo sem se poder acabar”.¹² Kriemhild, por não sucumbir, afirma o seu desespero e através disso firma a sua feminilidade desesperada de querer ser.

Quem desespera não pode morrer; «assim como um punhal não serve para matar pensamentos», assim também o desespero, verme imortal, fogo inextinguível, não devora a eternidade do eu, que é o seu próprio sustentáculo. Mas esta destruição de si própria que é o desespero é impotente e não consegue os seus fins. A sua vontade própria é destruir-se, mas é o que ela não pode fazer, e a própria impotência é uma segunda forma da sua destruição, na qual o desespero pela segunda vez erra o seu alvo, a destruição do eu; é, pelo contrário, uma acumulação de ser, ou a própria lei dessa acumulação.¹³

É da natureza do desespero de Kriemhild evitar que esta sucumba, ainda que a sua destruição esteja latente, como se vê em “vor leide moht ersterben der ir vil wunneclicher lîp” (17. Âventiure, 1067), a que se acrescenta um apuramento de identidade. Após o assassinato de Siegfried, o desespero de Kriemhild tem como consequência uma feminilidade mais pungente, mais incompleta e, portanto, mais devoradora no seu desejo de inteireza.

Normalmente o desespero feminino está associado ao desespero-fraqueza, pelo que a virilidade é espiritual, enquanto que a feminilidade seria de síntese inferior, o que corrobora o sentimento de inferioridade do feminino. O desespero-fraqueza está associado à primeira forma do desesperado, aquela em que se não quer ser ele próprio. Porém, Kierkegaard acrescenta

Não existe na mulher esse aprofundamento subjectivo do eu, nem uma intelectualidade absolutamente dominante, se bem que ela tenha geralmente uma sensibilidade bem mais delicada do que o homem. Em compensação o seu ser é dedicação, abandono sem o que não será mulher. (...) Foi com efeito por causa de todo esse abandono feminino do seu ser que a Natureza, com ternura, a armou com um instinto cuja subtileza ultrapassa a mais lúcida reflexão masculina e a reduz a nada. (...) Sendo o seu ser dedicação, a Natureza assume a sua defesa. Daí vem ainda que a sua feminilidade só nasce por uma metamorfose: quando a infinita afectação da virtude se transfigure em feminino abandono. (...) No abandono ela perde o seu eu, e só assim consegue a felicidade, só assim recupera o eu (...). O homem abandona-se, mas o seu eu permanece como uma sóbria consciência do abandono, ao passo que a mulher, com uma verdadeira feminilidade, se precipita e precipita o seu eu no objecto do seu abandono. Perdendo esse objecto perde o eu, e ei-lo naquela forma de desespero, em que não queremos ser nós próprios.¹⁴

A perda do eu de Kriemhild corresponderia em circunstâncias normais ao desespero fraqueza, se esta não se masculinizasse, daí o estranho caso de *Das Nibelungenlied*: a mulher perde o seu eu e recuperando-o, assumindo o papel do seu objecto de amor. Kriemhild, nas palavras de Kierkegaard, precipita-se em Siegfried, conquistando a verdadeira feminilidade. A morte física do homem não é obstáculo à completude do ego feminino, mas potencia a irradiação da mulher como síntese inferior. O desespero de Kriemhild é distinto, então, do mais típico desespero feminino, como distinta é também a sua postura face à herança de família, reclamando-a desde logo, o que evidencia de alguma forma os traços de personalidade que viria a gerar no futuro.

A desesperada que quer ser ela mesma, Kriemhild, quer dispor de si própria em plenitude, escolher o que admitirá no seu concreto de fêmea, que, recusando-se a aceitar o seu eu, persiste em concretizar ela mesma a sua própria identidade, já que “o

¹² Ibid., 43.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid., 92-4.

eu é senhor em sua casa, como é costume dizer-se, absolutamente senhor, e isso é o desespero, mas é-o ao mesmo tempo aquilo que toma como satisfação e prazer. Mas (...) este príncipe absoluto é um rei sem reino, que, no fundo, sobre nada governa; a sua situação, a sua soberania está submetida a esta dialéctica: que a todo o instante a revolta é legitimidade”.¹⁵

Assim se explica a centralidade de Kriemhild: não há perdão concedido, mas uma firmeza de carácter tal, que recusa qualquer consolo menor do que a sua vingança, a rota do eu. Em toda a segunda parte de *Das Nibelungenlied* não se dá um único momento de hesitação: “Mas o recusar-se a aceitar como possível que uma miséria temporal, uma cruz deste mundo nos possam ser tiradas, não será uma outra forma de desespero”¹⁶: sim, é uma forma maldita de desespero de que Kriemhild comunga, daí ser conveniente falar da vaidade na forma como a mulher se conduz e se desespera. O *espinho na carne*, uma das mais conhecidas expressões do filósofo, corresponde pois a Siegfried na carne de Kriemhild, logo “a despeito desse espinho ou desafiando a sua vida inteira, ser com ele ele próprio, incluí-lo e como que tirar insolência do seu tormento”: eis o grande desafio de Kriemhild. Não obstante, a mulher é consciente do seu desespero, conferindo-lhe um carácter diabólico, “[lançando-se] então com toda a sua paixão nesse tormento, que acaba por se tornar num raivar demoníaco”,¹⁷ o que é também ilustrado por “Ich waene, der ubel vâlant Kriemhild edaz geriet,/ daz si sich mit friuntschefte von Gunthere schiet” (23. Âventiure, 1391).

A exigência de terras antes de partir para a terra dos Nibelungos, assim como a supressão da *triuwe* familiar, não sendo concedido verdadeiro perdão aos responsáveis pelo assassinato de Siegfried, funcionam como prelúdio do temperamento que Kriemhild virá a desenvolver, marcado por um indestrutível sentimento de querer ser, de que resulta uma espécie de temor da eternidade, isto é, o auge da sua magnitude do eterno poria em causa a superioridade da mulher e colocá-la-ia numa posição que representaria a dissolução da vingança.

É ele próprio quem quer ser; começou por formar uma abstracção infinita do seu eu; mas ei-lo ao fim tornado tão concreto que lhe seria impossível ser eterno nesse sentido abstracto enquanto o seu desespero se obstina em ser ele próprio. Ó demência demoníaca! O essencial da sua raiva é pensar que a eternidade poderia lembrar-se de o privar da sua miséria.¹⁸

A mulher ao costurar o homem à sua natureza, sutura a sua identidade, concretizando-a: a espiritualidade de Kriemhild está, desta forma, ligada a um certo hermetismo, isto é, “quanto mais o desespero se espiritualiza, tanto mais a interioridade se isola como um mundo incluso no hermetismo, tanto mais indiferente se torna o aspecto exterior sob o qual o desespero se esconde”.¹⁹ Assim, *Das Nibelungenlied* constitui-se de duas camadas: a mais notória, dois povos aniquilam-se por uma futilidade feminina; a mais profunda, o feminino emerge e é purificado pelo sangue dos assassinos de Siegfried.

“É evidente que a nuvem da sua cólera principia a elevar-se para em breve estalar numa torrente de furor. Que se há-de esperar de uma alma com paixões desenfreadas, difíceis de acalmar, mordida pela desventura?»,²⁰ diz-se de Medeia, exemplo máximo de crueldade e vingança femininas, como podia dizer-se de Kriemhild.

Assim, não posso deixar de mencionar *A História de Julieta, a Santa da Baviera* escrita por Gonçalo M. Tavares: aquando da invasão da Baviera o imperador Conrado III autoriza que somente as mulheres possam fugir levando consigo aquilo que os seus braços pudessem carregar; uma velha mulher, Julieta, outrora jovem e

¹⁵ Ibid., 121.

¹⁶ Ibid., 123.

¹⁷ Ibid., 125.

¹⁸ Ibid., 125–6.

¹⁹ Ibid., 126.

²⁰ Eurípedes, *Medeia* (Lisboa: Editorial Inquérito), 18.

enamorada de um cruel duque, carrega esse homem às costas, ainda apaixonada; também Siegfried será carregado às costas de Kriemhild, como dois amantes cravados no tempo no modesto lugar da memória dos desafortunados.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.